

Comandante

A VENEZUELA DE
HUGO CHÁVEZ



RORY CARROLL

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: lelivros.love ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Comandante

A VENEZUELA DE
HUGO CHÁVEZ

Tradução de George Schlesinger

Copyright © Rory Carroll, 2013

Publicado mediante acordo com Canongate Books, Ltd, 14 High Street, EH11TE, Edimburgo.

TÍTULO ORIGINAL

Comandante

CAPA

Peter Adlington/Canongate

FOTO DE CAPA

Manca Juvan/In Pictures/Corbis

ADAPTAÇÃO DE CAPA

Julio Moreira

PREPARAÇÃO

Clara Diament

REVISÃO

Milena Vargas

REVISÃO DE EPUB

Juliana Latini

GERAÇÃO DE EPUB

Intrínseca

E-ISBN

978-85-8057-322-0

Edição digital: 2013

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br



*Para Ligi, meus pais, Kathy e Joe,
e em memória de Heidi Holland*

SUMÁRIO



Agradecimentos

PRÓLOGO

TRONO

1. ¡ALÓ, PRESIDENTE!
2. DENTRO DE MIRAFLORES
3. DESERTORES
4. O JOVEM TENENTE

PALÁCIO

5. SOBREVIVÊNCIA DO MAIS APTO
6. A ARTE DA GUERRA
7. O EXCREMENTO DO DIABO
8. O CONTADOR DE HISTÓRIAS

REINO

9. DECLÍNIO
10. A GRANDE JORNADA DE ILUMINAÇÃO
11. PROTESTO
12. O ILUSIONISTA

Bibliografia

Agradecimentos

Eu não sabia na ocasião, mas este livro começou com a minha chegada à Venezuela em setembro de 2006. Eu era correspondente do *Guardian* e encontrei um apartamento em Caracas, meu novo lar depois de uma década de coberturas na África, no Iraque e no Mediterrâneo. Caracas deveria me servir de base para cobrir a América Latina, mas a melhor das histórias estava bem à minha porta. Durante as viagens à Colômbia, a Cuba, ao México, ao Haiti e a outras regiões, minha mente voltava sempre à Venezuela e ao desenrolar de sua revolução. Ao retornar, eu me atualizava na rua com conversas e entrevistas; falava com ambulantes, taxistas, seguranças, donas de casa, lavradores, prisioneiros, pensionistas, professores, funcionários do palácio, ministros. Todo mundo contava histórias diferentes, mas todos, de uma forma ou de outra, viviam sob a sombra do presidente Hugo Rafael Chávez Frías. Ele conduzia a sociedade como um colosso, exigindo atenção; sua voz, seu rosto, seu nome estavam em toda parte. Não importava se você o desprezava ou adorava; você olhava. Cobrir a Venezuela era como vagar em meio a uma plateia vasta e ruidosa, que simultaneamente vaiava e ovacionava o titã que transformara em palco o palácio presidencial de Miraflores.

Minhas anotações se avolumavam, e eu enviava cópias a Londres, mas nunca havia oportunidades suficientes para capturar essa experiência que ocorria às margens do Caribe, chamada por seus simpatizantes de *el proceso*, o processo. Um laboratório de poder e carisma que oscilava entre esperança, pavor e farsa. Não havia como transmitir tudo isso em textos de quinhentas palavras. Desse modo, no exterior, Chávez mantinha uma mística caricatural de tirano ou messias que variava de acordo com as afiliações ideológicas. A realidade era mais complexa, estranha e fascinante. Assim nasceu a ideia deste livro. Em 2012, eu tinha quatro caixas atulhadas de cadernos de anotações, mas não bastava. Eu precisava ver como Chávez armava seu palco. Precisava atravessar os muros de Miraflores e chegar ao seu interior. Tirei uma licença de seis meses do *Guardian* para procurar e entrevistar aqueles que em algum momento tiveram acesso ao trono. Assessores, ministros, cortesãos, guarda-costas, peticionários, todos desempenhavam algum papel na corte de Hugo Chávez. Todos, de diferentes maneiras, deram seus testemunhos. Alguns estavam ansiosos para retaliar e criticar um líder no qual não acreditavam mais. Outros fizeram declarações para enaltecer e elogiar uma figura excepcional, um homem de talentos únicos, inesquecíveis. Outros ainda precisaram ser persuadidos e receber garantias de anonimato, por medo de que seu depoimento pudesse causar dissensão no que

restava da revolução. A maioria das fontes é citada nominalmente. Algumas não. A todos que falaram, anônimos ou não, sou grato. A correspondência privada de Chávez, publicada na excelente biografia escrita por Cristina Marcano e Alberto Barrera Tyszka, em 2004, ajudou a preencher algumas lacunas.

Estou em dívida com muitos outros: Marianella García, minha assistente, pelos contatos, pela generosidade e pela amizade; Virginia López, pelas ideias, pela solidariedade e pelo humor; Heidi Holland, Francisco Toro, Brian Ellsworth, Phil Gunson e Dan Cancel, fontes de conhecimento, por lerem o rascunho e identificarem tolices; Lolybel Negrin, pelas transcrições; Will Lippincott, meu agente, por cuidar de cada passo com agilidade e sabedoria; Ginny Smith, Laura Stickney, Ann Godoff e Scott Moyers, na Penguin Press, e Nick Davies e sua equipe, na Canongate, pelo talento e pela dedicação que empregaram para transformar o original num livro; meus colegas no *Guardian*, pela indulgência e pelo apoio; minha família em Caracas e Dublin, pelo incentivo; e, acima de tudo, agradeço à minha esposa, Ligi, pela paciência, paixão e fé em me ajudar a escrever sobre seu país. A todos, obrigado.

Los Angeles, julho de 2012

VENEZUELA



PRÓLOGO

Faltava pouco para a meia-noite quando o avião da força aérea da Venezuela levantou voo de Havana e tomou a direção sul, sobrevoando de perto um Caribe enluarado, rumo a Caracas. Gabriel García Márquez estava sentado ao lado de Hugo Chávez, munido de caneta e caderno. Havia pouca semelhança física entre os dois homens. O escritor era pequeno, com um bigode branco, sobrancelhas escuras e cachos grisalhos que tombavam sobre um rosto franco, alerta. Chávez não era muito alto, mas sua compleição era robusta, ainda atlética, com cabelo preto curto, nariz adunco e uma pele lisa e morena. Em pé ao seu lado, García Márquez parecia um gnomo. Sentados e recostados, porém, adquiriam dimensões mais ou menos iguais.

Ambos haviam sido hóspedes de Fidel Castro. A velha raposa cubana cultivava um profundo interesse pelo venezuelano, e agora era a vez do escritor laureado com o Nobel. Era janeiro de 1999, e Chávez retornava à sua terra natal para ser empossado e prestar juramento como presidente. Ganhara a eleição poucas semanas antes e, aos 44 anos, estava prestes a se tornar o mais jovem líder da república. Uma revista colombiana encomendara o perfil de Chávez a García Márquez. Antes de ganhar fama como romancista, Gabo, como é chamado pelos amigos, trabalhou como repórter na redação de um jornal e ainda tinha instinto jornalístico para entrevistar e explorar. “Havíamos nos conhecido três dias antes em Havana”, escreveu posteriormente. “A primeira coisa que me impressionou foi seu corpo de concreto armado. Ele tinha uma cordialidade espontânea e a graça natural puramente venezuelanas. Tentamos nos encontrar novamente, mas não foi possível, de modo que resolvemos voar juntos para Caracas, para podermos conversar sobre sua vida e outros milagres.”

Chávez ainda não havia assumido seu mandato, e sua ascensão parecia extraordinária. No passado, a Venezuela fora considerada o mais bem-sucedido dos países sul-americanos; portanto, era também o mais enfadonho, reino das misses e da riqueza proveniente do petróleo, alheio às revoluções e ditaduras da época da Guerra Fria em seu marasmo complacente de petrodólares e de eleições pacíficas. Isso mudou numa noite explosiva de fevereiro de 1992, quando um desconhecido tenente-coronel chamado Hugo Chávez tentou dar um golpe e enviou tanques e soldados com rostos pintados em cores de camuflagem para invadir o palácio presidencial, Miraflores. O presidente Carlos Andrés Pérez escapou, o golpe fracassou e Chávez foi para a cadeia; seis anos depois, porém, ele retornou com grande alarde como candidato à presidência, arrasou os rivais, e lá estava, futuro presidente, voando sob as estrelas para um destino inaudito. Quem era esse homem?

García Márquez tinha um motivo especial para aceitar aquele trabalho. Em romances como *O*

outono do patriarca e *O general em seu labirinto*, ele explorara as psicologias dos líderes caribenhos. Muitos ditadores vicejaram naquele litoral úmido por mais de dois séculos, inscrevendo-se na cultura como personagens míticos. O mestre do realismo mágico os estudava, sem necessariamente condená-los. Fidel, na verdade, era seu amigo pessoal. Depois de ganhar uma eleição limpa, por ampla margem, Chávez não era um ditador, mas cheirava a encrenca. Seus partidários o chamavam de “comandante”.

A caneta de García Márquez deslizava sobre o bloco de notas enquanto seu entrevistado fazia relatos de sua infância e ascensão política. O artigo observava: “O golpe de fevereiro parece ser a única coisa que não deu certo para Hugo Chávez Frías. Ele o encara, porém, de forma positiva, como um revés providencial. É sua maneira de compreender a boa sorte, ou a inteligência, ou a intuição, ou a astúcia, ou seja lá como se possa chamar o toque mágico que o favorece desde que veio ao mundo em Sabaneta, estado de Barinas, em 28 de julho de 1954, sob o signo de Leão, o signo do poder. Chávez, católico fervoroso, atribui sua boa sorte ao escapulário de cem anos que usa desde a infância, herdado de um bisavô materno, o coronel Pedro Pérez Delgado, um de seus heróis tutelares.”

Filho de pobres professores do ensino fundamental, quando menino encontrou entre os livros de sua mãe uma enciclopédia cujo primeiro capítulo parecia enviado pelos céus: “Como vencer na vida.” O jovem Hugo não durou muito como coroinha (“tocava os sinos com tamanho prazer que todo mundo reconhecia seu toque”), mas se sobressaiu em pintura, canto e beisebol. Seu sonho era jogar como arremessador nas ligas principais, e, para isso, o melhor caminho era entrar para a academia militar. Aos poucos, o cadete abandonou a fantasia de se apresentar em um estádio lotado porque se apaixonou pela teoria militar, pela ciência política e pela história de Simón Bolívar, o Libertador, que no século XIX expulsara os espanhóis de grande parte do continente. O tenente Chávez recebeu seu sabre de formatura das mãos de Carlos Andrés Pérez, o presidente a quem tentaria depor duas décadas depois, numa ironia que ele mesmo reconhecia. García Márquez o provocou. “‘E mais’, eu lhe disse, ‘Você estava prestes a matá-lo.’ ‘De jeito nenhum’, protestou Chávez. ‘A ideia era convocar uma assembleia constituinte e voltar aos quartéis.’”

Nesse ponto, o autor de *Cem anos de solidão* notou que, na verdade, compartilhava uma surpreendente semelhança com seu robusto interlocutor: “Desde o primeiro momento me dei conta de que ele era um contador de histórias nato, produto da cultura popular criativa e vibrante da Venezuela. Tinha grande senso de ritmo e uma memória quase sobrenatural, que lhe permitia recitar poemas de Pablo Neruda ou Walt Whitman, ou trechos inteiros de Rómulo Gallegos.” O perfil segue reconstituindo a narrativa de Chávez: seu fascínio pela história familiar; sua indignação com as desigualdades sociais na Venezuela; sua relutante participação na caçada aos bandos guerrilheiros durante a década de 1970; sua iniciativa de reunir colegas oficiais numa conspiração nos anos 1980 para derrubar um Estado corrupto e instituir uma democracia genuína, capaz de dar orgulho a

Bolívar. Chávez deu a García Márquez um pequeno furo jornalístico, revelando um conspirador até então desconhecido, um “quarto homem”, que por acaso estava no mesmo avião. “Apontou um dedo para um homem sentado sozinho e disse: ‘Coronel Baduel!’”

Todo o texto empregava um tom afetuosos, o que não era surpreendente. Além do talento narrativo, o famoso escritor compartilhava a inclinação de Chávez pela esquerda, a amizade com Fidel e a ira diante das extremas desigualdades políticas da América Latina. Quando o avião fez seu pouso, às três da madrugada, e Caracas cintilava na distância, Chávez despediu-se de Márquez com um abraço e convidou-o para a cerimônia de posse. O velho permaneceu no asfalto e viu seu entrevistado desaparecer na noite, rumo ao poder. Chávez prometera utopia a seus simpatizantes e parecia ter pressa.

Não precisamos nos perguntar o que passou pela cabeça de García Márquez, uma mente reverenciada em todo o mundo como uma espécie de oráculo. No final do artigo, algumas linhas breves estilizavam como um caleidoscópio tudo que as precedera: “Enquanto ele se retirava com seus guarda-costas, oficiais condecorados e amigos íntimos, fui tomado pelo sentimento de que acabara de viajar e ter uma conversa agradável com dois homens opostos. Um a quem os caprichos do destino deram a oportunidade de salvar seu país. O outro, um ilusionista que poderia entrar para os livros de história como apenas mais um déspota.”

TRONO



Para compreender as revoluções e seus participantes, devemos observá-los de perto e julgá-los a distância.

– SIMÓN BOLÍVAR

¡ALÓ, PRESIDENTE!

Numa sossegada manhã de domingo, em fevereiro de 2010, décimo primeiro ano da revolução, o comandante dava um passeio fora dos muros cor de pêssego do palácio. O sol brilhava, havia leveza no ar. De longe, ele era reconhecível pelo andar familiar, braços e pernas em unísono, um dois, um dois, ainda um soldado. O tempo registrara sua passagem no rosto mais cheio, com papadas, e no alargamento do tronco; mas a velhice parecia ainda distante. Nem um fio de cabelo grisalho na cabeça, e o volume extra, distribuído por igual, era carregado sem esforço. Um urso. Vestia calça preta e uma camiseta vermelha sob uma jaqueta militar verde-oliva. Uma peça simples, sem medalhas, listras ou insígnias, que lhe assentava perfeitamente. Um de seus trajes favoritos. Sua filha María, com uma corrente de ouro cintilando em volta do pescoço, segurava sua mão e acompanhava o passo. Assessores e ministros de camisetas vermelhas aglomeravam-se alguns metros atrás. Quando o séquito entrou na praça, o sino da igreja soou e os pombos voaram.

— Que canção é essa? — perguntou o comandante, reduzindo o passo. — Você se lembra dessa canção, María?

A jovem sacudiu a cabeça. Ele parou, concentrado, e os versos ressoaram:

— Caminhando por Caracas, Caracas / as pessoas passando e me saudando / eu erguia minha mão fraterna / e Caracas me abraçava.

Tinha uma bela voz de tenor e cantava bem. Em acessos de modéstia, às vezes gracejava dizendo ter uma voz ruim, e gerava protestos. “*¡No, mi comandante!*”

Virou-se para a filha:

— María, lembra-se de quando você era pequena? Você corria por aqui atrás dos pombos e chorava porque não conseguia pegar nenhum. — Ela corou e sorriu. — María, olhe, aí vem um, agarre!

Todo mundo riu.

O comandante circundou lentamente a praça, cercada de açacus verdejantes e construções do período colonial, examinando as fachadas; depois caminhou até o centro, onde havia uma gigantesca estátua equestre sobre um pedestal de mármore. O corcel de bronze negro empinava-se nas patas

traseiras, veias e músculos saltando dos flancos reluzentes. Tinha uma crina curta, pescoço largo e grosso, e a cabeça inclinada para o lado, como se procurasse onde pisotear com os poderosos cascos. O cavaleiro que montava essa vibrante energia vestia culotes, botas e uma magnífica túnica com ombreiras e galões. Uma capa esvoaçava sobre seu ombro. Estava tranquilo sobre a sela, segurando as rédeas com uma das mãos. Por mais de um século observara a praça lá embaixo, sereno e autoritário, segurando o chapéu como se fizesse uma saudação para uma multidão entusiástica e para a glória eterna.

— Olhem Bolívar — disse o comandante. — Bolívar, Bolívar — repetiu, saboreando cada sílaba.

Todos olharam. Um movimento minúsculo e esquivo atraiu seu olhar.

— Olhem, um esquilo! Ali, olhem, olhem, olhem, lá vai um esquilo.

Todos olharam. Sua atenção voltou à estátua.

— Bolívar. Simón Bolívar, libertador da Venezuela, Nova Granada, Equador e Peru, fundador da Bolívia. Desde quando essa estátua está aí? — Antes que qualquer um pudesse responder, dirigiu-se a um dos oficiais parados nas proximidades. — Qual é a sua idade, compadre?

— Cinquenta e dois, comandante — foi a resposta.

— Quase a minha idade. — Virando-se para uma mulher: — E a sua?

Ele não esperou ela falar, logo respondeu por si próprio:

— Trinta anos.

Ela engasgou.

— Sim, com toda certeza.

O comandante fez um meneio.

— E como vai? — Antes que ela dissesse alguma coisa, ele se virou para a filha. — Você é mais nova, tem 25, não é, María? — A jovem aquiesceu. — Lembro que gostava de vir aqui com Rosita, María, Huguito, eram bem pequenos, e visitávamos a casa do outro lado da velha praça, ali onde Bolívar nasceu.

O comandante parou diante da estátua e adotou um tom professoral, um sinal para que a comitiva se juntasse à sua volta e se transformasse em plateia.

— No ano em que trouxeram para cá os restos mortais de Bolívar, deram à praça o nome de Bolívar. Foi 1842. A oligarquia o trouxe de volta depois de expulsá-lo em vida. Houve muita pressão popular e os restos permaneceram na catedral durante algum tempo. Então o general Guzmán Blanco veio e ordenou que erguessem a estátua. Ah, lá está a data, vejam, 1874! Isso foi depois da guerra federal, outra traição. Mataram Zamora, e a oligarquia continuou dona do poder. Aí começaram a usar o mito Bolívar; transformaram-no quase em um santo, para atender seus interesses, porque podiam explorar o povo usando o próprio Bolívar. Comecei a compreender tudo isso quando era cadete e costumávamos vir aqui de uniforme de gala, luvas brancas, boné azul, lá no Panteão e na casa onde ele nasceu.

O público assentiu. Guzmán Blanco fora um ditador; Ezequiel Zamora, um famoso rebelde.

O comandante continuou:

— Eu não nasci aqui. Sabem disso. Nasci muito longe daqui, no sul, mas agora amo Caracas. Eu tive medo ao vir para cá quando criança, mas agora amo a cidade. Bolívar. Como é mesmo a canção, María?

Ele cantou outra balada, dessa vez comparando a voz do Libertador a uma vela que ilumina o caminho verdadeiro. Aplausos ao terminar. O presidente virou-se para a estátua.

— Avançando novamente com Simón. Nós chegamos, nós viemos, e ele lidera a batalha na linha de frente.

Mais aplausos. O comandante semicerrou os olhos, concentrando-se para recordar um poema sobre o Libertador. Quando fazia isso, seus olhos se transformavam em fendas impenetráveis, especialmente depois que engordara, e mascaravam o objeto de sua atenção. Ele sempre buscava contato visual, e continuava a esquadrihar sua plateia da esquerda para a direita, da direita para a esquerda, vasculhando rostos para avaliar as expressões. Pintores de murais tentaram reproduzir esse olhar, franzindo o cenho e estreitando os olhos. Os bonecos que o reproduzem têm uma pequena alavanca na nuca para girá-los. Quando os olhos castanhos do comandante verdadeiro subitamente se abriam, quem estivesse nesse momento na sua linha de visão levaria um susto.

Virou-se para a filha e pediu-lhe que encontrasse o poema “Los desdentados”, do grande escritor venezuelano Andrés Eloy Blanco, em seu *smartphone*.

— María tem uma maquininha que acha tudo. Aperta um botão, assim, *raaaa!*, e aparece tudo.

Ela riu. Ele voltou ao tema dos oligarcas que exploravam o legado de Bolívar.

— Eles o transformaram numa coisa que ele não era, do mesmo jeito que alguns católicos transformaram Jesus em algo que ele não era. Cristo foi um grande rebelde, e por isso morreu crucificado. Ele era um anti-imperialista. Nasceu e morreu entre os pobres, para os pobres e com os pobres. E foi isso que aconteceu com Bolívar, a burguesia o transformou.

Era uma crítica não tão velada à hierarquia da Igreja Católica, que o comandante acusava regularmente de elitismo e de tomar o partido de seus inimigos.

Um silêncio baixou sobre a comitiva. Enraizado no lugar, ele próprio uma estátua, o comandante usou um tom de voz mais suave para pintar outra cena. Precisamente neste lugar, disse ele, os patriotas de uma rebelião de 1797 foram conduzidos ao cadafalso para execução, alguns enforcados, outros decapitados. Entre os espectadores paralisados pela cena havia um grupo de rapazes adolescentes, filhos de latifundiários *criollos*, montados em cavalos e assistindo a tudo de um canto da praça, esquivando-se enquanto cordas e machados faziam seu serviço. O mais jovem era Bolívar, e ele jurou vingança contra o Império Espanhol.

— Bem aqui! — A plateia do comandante pareceu estremecer, alheia ao sol escaldante, pois se

encontravam em solo sagrado. — Percebem — ele prosseguiu — de onde viemos, de que barro e de que carne somos feitos? Estão vendo? É por isso que estamos aqui, neste dia, dizendo mais do que nunca: Pátria, socialismo ou morte! Havemos de triunfar!

O séquito rugiu em resposta:

— Havemos de triunfar!

O comandante:

— Viva Bolívar!

Séquito:

— Vivaaa!

O comandante acenou para o prefeito Jorge Rodríguez. Psiquiatra de profissão, Rodríguez fora o seu intelectual predileto nos primeiros anos, nomeado chefe do Conselho Eleitoral Nacional, uma posição-chave, depois promovido a vice-presidente, apesar de certa noite, num bairro elegante da cidade, ter destroçado seu Audi contra o Audi de um amigo, escândalo de pequena monta que provocou escárnio por parte dos setores mais pobres da revolução. Depois, Rodríguez perdeu o apadrinhamento do comandante — foi responsabilizado pela sua única derrota eleitoral, um referendo em 2007 — e excluído do círculo dourado do palácio. Rebaixado a prefeito, desesperado para cair novamente em suas graças, Rodríguez governava um feudo murcho que incluía a praça Bolívar, e agora o chefe o convocava com um brilho nos olhos.

— A praça melhorou, mudou, mas ainda está faltando algo, não é? Está faltando um toque especial. Aquele prédio ali é um velho teatro, certo, mas agora está nas mãos do governo?

Rodríguez:

— Sim, neste momento está nas mãos do governo.

Ele apontou para um belo bloco de dez andares parcialmente obscurecido por faixas vermelhas suspensas nos postes.

— E aquele prédio?

Uma pausa de expectativa, uma rápida inspiração de ar, porque todo mundo sabia, o comandante sabia, que era La Francia, uma referência na paisagem, edifício onde funcionavam as melhores joalherias do país. Funcionários do alto escalão do governo faziam compras ali. Turistas também, até que os navios de cruzeiros interromperam as viagens. O próprio Rodríguez, recentemente, comprara ali um caro anel de esmeralda.

Ele replicou:

— É um prédio de joalherias particulares.

O comandante, braço esticado, dedo em riste, soltou seus raios:

— Exproprie! Exproprie!

Rodríguez se enrijeceu e se curvou ao mesmo tempo:

— Tudo bem.

O séquito fitou o edifício como se esperasse que chamadas tomassem conta dele. Alguns começaram a aplaudir.

O comandante se virou e apontou para o outro lado da praça:

— E aquela construção ali, no canto?

— Também está cheia de lojas — disse Rodríguez.

O comandante pareceu afrontado.

— Bolívar morou ali quando era recém-casado, bem ali naquela casa com duas sacadas. E agora são lojas! Exproprie!

Os aplausos aumentaram, e Rodríguez pegou o ritmo:

— Sim! Claro, presidente!

O comandante apontou para outro edifício.

— E aquele prédio ali, o que é?

Rodríguez:

— Também é um centro comercial com lojas particulares.

Comandante:

— Exproprie! Senhor prefeito, exproprie!

Rodríguez, face brilhando:

— Claro!

Agora ovações junto aos aplausos.

Comandante:

— Sim, exproprie. Temos que fazer deste lugar um grande centro histórico. Bem, ele já é, mas temos que fazer algo maior... projetos arquitetônicos, projetos históricos. Estamos no coração de Caracas.

Rodríguez:

— É isso mesmo.

O comandante lhe deu uns tapinhas nos ombros:

— Caracas, Caracas, a cidade dos rebeldes. Como vai você, Jorge?



O que acabara de acontecer? Em um nível era óbvio. Nossos olhos e ouvidos nos contaram. Hugo Chávez desapropriara alguns edifícios em nome do Estado. Soubemos disso porque aconteceu ao vivo na televisão. Foi no episódio 351 de *Aló, presidente*, um programa semanal. O apresentador e astro, indignado com a profanação comercial do memorial do Libertador, tomara medidas ágeis, resolutas, que lhe valeram aclamação e gratidão. Como poderia haver alguma dúvida? Vimos e

ouvimos. No decorrer das cinco horas seguintes de programa — alguns duravam oito —, veríamos o prefeito preparar a documentação para a expropriação e submetê-la ao presidente para ser verificada. O processo não poderia ser mais transparente. Era assim desde que Hugo Chávez fora empossado, em fevereiro de 1999, fazendo da transmissão ao vivo pela televisão uma parte central de seu governo, convidando as câmeras a testemunhar reuniões oficiais, eventos de família e compromissos públicos para 28 milhões de venezuelanos. Na praça Bolívar pudemos ver os edifícios, o contexto da decisão presidencial e a reação daqueles à sua volta. O governo literalmente à luz do dia. O domínio sobre a mídia ajudara o comandante a vencer sucessivas eleições e a transformar sua administração naquilo que ele chamava de revolução bolivariana, um esforço radical de estilo próprio para transformar o Estado e a sociedade numa visão digna de Bolívar, um farol da democracia, do socialismo e do esclarecimento. Tudo televisionado.

Exceto que as câmeras evitavam tomadas panorâmicas, focalizavam apenas certas direções, eram seletivas em termos de close-ups. A praça Bolívar era bonita, mas o restante do centro de Caracas estava em decadência em 2010. No passado, a cidade parecera abençoada, um vale verdejante na extremidade norte da Venezuela, perto do Caribe e protegida do úmido torpor costeiro (e dos piratas do século XVIII) pela cordilheira do monte Ávila, que garantia o frescor do ar. Na década de 1950, era uma maravilha modernista, com arquitetura ousada e torres reluzentes, porém meio século depois ela recendia a abandono. Os prédios tinham paredes descascadas e ameaçavam desmoronar; os muros estavam emporcalhados por pichações de referendos antigos (“Vote não” referia-se a 2004; “Agora sim” significava 2007); crateras abriam-se no asfalto, motocicletas costuravam no tráfego intenso, engarrafado, enquanto as calçadas eram atulhadas de barracas vendendo tênis, sutiãs, meias, jeans, DVDs piratas, baterias, mangas, cebolas, frango frito. O esqueleto enegrecido do Parque Central, uma torre octogonal de 56 andares arrasada por um incêndio seis anos antes (uma torre irmã ficou incólume) e ainda não reconstruída, deixara uma cicatriz no perfil dos prédios. No passado, o mais imponente arranha-céu da América do Sul; agora, nada além de uma imensa vergonha carbonizada.

Nada dessa decadência transpareceu na transmissão de fevereiro de 2010, que se restringiu aos vestígios do charme da era colonial. As câmeras foram igualmente cuidadosas no *timing*, pois gravar os prédios expropriados cedo ou tarde demais — isto é, antes ou depois de Chávez dar a palavra final sobre seu destino — teria confundido a narrativa. Nesse caso, por exemplo, houve cenas não televisionadas. Semanas antes da transmissão, funcionários do governo fuçaram as 95 pequenas joalherias do La Francia, fazendo perguntas, tirando fotografias. Os proprietários, alguns dos quais estavam lá desde os anos 1950, fizeram uma reunião fechada. Os pessimistas temiam vingança pelo fato de os lojistas terem aderido a uma greve nacional contra o governo. Os otimistas comentaram que o prefeito e outros chavistas graduados eram visitantes regulares de suas reluzentes vitrines, e que as lojas empregavam duas mil pessoas — será que isso não contaria? No dia anterior ao programa do

comandante, um boato ganhou força: expropriação. Com ansiedade, os proprietários e empregados sintonizaram em *Aló, presidente* na manhã seguinte. O programa mudava de local a cada semana, no palácio, numa fábrica, numa fazenda — nunca se sabia onde Chávez iria aparecer. Sentados em casa, assistiram aos créditos de abertura, uma cascata de trombetas, tambores e efeitos gráficos, e depois viram o comandante conduzindo sua comitiva para a praça Bolívar.

Mais tarde, à noite, na escuridão, depois que o programa terminou e a praça ficou deserta, os joalheiros entraram sorrateiramente em suas lojas — a guarda nacional ainda não tinha assumido seu posto — e despejaram todo o ouro, prata, pérolas, rubis e diamantes em caixas de papelão. Ao raiar do dia, haviam carregado tudo e partido. Se avançássemos a fita para um ano depois, em fevereiro de 2011, e visitássemos as lojas expropriadas, veríamos tudo coberto de tábuas, empoeirado, dilapidado, os projetos arquitetônicos e históricos ainda por começar, possivelmente esquecidos. Uma sentinela solitária, um adolescente de uniforme cáqui com um fuzil no ombro, recostado contra a porta de entrada. Entediado, brincava com o celular. “Ninguém aqui além de mim”, disse ele, sorrindo.

Chávez dominava as telas de TV dia após dia, ano após ano, nacionalizando uma indústria aqui, abrigando uma conferência de cúpula ali, nomeando ministros, demitindo ministros, explicando, denunciando, recordando, fazendo campanhas. Na época da transmissão do programa da praça Bolívar, a televisão estatal vinha divulgando imagens cada vez mais elaboradas e profissionais havia onze anos. A revolução prosperava. Uma nova “geometria do poder” substituíra os modos velhos e corruptos por uma democracia direta. Empreendimentos estatais que apoiavam a solidariedade e a dignidade substituíam o individualismo e a ganância capitalista. A Venezuela liderava a América Latina rumo a uma era de unidade e soberania, livre do imperialismo ianque, um exemplo para o mundo. O comandante era mais popular do que nunca e estava prestes a ganhar um terceiro mandato em 2012.

Mas desligue a televisão, ande pelas ruas (tomando cuidado para evitar os buracos), e o quadro parece bem mais sombrio. O nome e o rosto do comandante apareciam em toda parte: cartazes, murais, camisetas. Ele presidia uma democracia autoritária, um sistema híbrido de culto à personalidade e governo de um só homem que permitia partidos de oposição, liberdade de opinião e eleições livres, ainda que não inteiramente justas. Um terço da população adorava Chávez, um terço o detestava, e o restante eram *ni-nis*, nem uma coisa nem outra, flutuando à deriva, no meio. Anos de receita recorde de petróleo — a Venezuela tinha as maiores reservas do mundo — haviam inundado o país de dinheiro e mitigado a pobreza. O Estado oferecia gratuitamente educação, assistência médica, empréstimos, financiamentos, bolsas de estudo, cursos, empregos. Mas havia distorções freando a economia. A inflação consumia os bolsos, a escassez de gêneros esvaziava esporadicamente as prateleiras dos supermercados, e o excesso de burocracia sufocava os negócios e as pessoas comuns. Cuba e alguns outros aliados saudavam Chávez (de olho no seu talão de cheques), porém a maior

parte da América Latina repudiava seu modelo de uma forma educada. O restante do mundo observava de longe esse drama caribenho, intrigado, mas sem entender realmente, e, conforme o gosto, encarava o comandante como um herói, um demônio ou um palhaço. A oposição venezuelana, uma coalizão fracionada da classe média com as elites tradicionais, desmoralizara-se nos primeiros anos do governo Chávez ao tentar derrubá-lo com um golpe de Estado e uma greve. Em 2010, permanecia fraca, mas tentava um retorno por meio das urnas, reconquistando prefeituras e governos estaduais, na esperança de que o palácio presidencial viesse em seguida.



Uma saliência lamacenta no Orinoco parecia apenas um pedaço de pau até ganhar vida, agitar uma cauda e piscar um olho amarelo de crocodilo. Nas planícies do Apure, um mastro de navio pareceu brilhar no horizonte, mas não havia oceano, nem embarcação, apenas um capinzal imenso e imóvel, com um único tronco de palmeira. Todas as noites, os raios faiscavam sobre o lago de Maracaibo, às vezes vinte mil descargas, mas as nuvens ficavam tão altas que nenhum trovão ressoava.

Esse reino de cachoeiras impossíveis e de plantas gigantes enfeitiçava os intrusos havia muito. Colombo o chamou de Terra da Graça e declarou que as águas do Orinoco eram tão doces que deviam vir do mítico Paraíso Terrestre. Ele nunca o encontrou, nem tesouro algum, e chegou a ser preso por um monarca espanhol desapontado. Mais homens brancos atravessaram o oceano. Viram humildes choupanas de palha sobre estacas e cunharam o nome sarcástico de Venezuela. Pequena Veneza. Um país batizado com escárnio. Era uma piada por si só. Enquanto os impérios asteca e inca enriqueciam conquistadores nas regiões hoje ocupadas pelo México e pelo Peru, a Venezuela oferecia apenas tribos nômades, pântanos, mosquitos e colares de dentes de onça. Mas sua luz resplandecente continuava a hipnotizar os invasores. Diego de Ordaz viu um elo entre o ouro e o sol e conduziu seiscentos homens até o delta do Orinoco, seguindo a orbe amarela celeste. Insetos picavam, penetravam na pele e apodreciam a carne, transformando pés em patas negras e provocando nos caçadores de tesouro acessos de ira assassina contra os índios. A missão se desintegrou, mas outras se seguiram. Prisioneiros indígenas falavam de um reino no interior cujas pirâmides se erguiam sobre a copa da selva e onde todos os dias um monarca era salpicado de ouro: El Dorado. Os invasores ficavam mais e mais empolgados. Onde, onde? A resposta era sempre a mesma: um dedo moreno apontando o horizonte, ali, ali. Expedições se metiam floresta adentro, abrindo caminho a golpes de facão, e pereciam como canibais famintos, enfermos. Lope de Aguirre enlouqueceu, declarou-se senhor de um reino selvagem, massacrou seus próprios homens e até a filha. Quando foi finalmente cercado, morto e esquartejado, exibiram sua cabeça numa jaula em El Tocuyo para assegurar a todos que o monstro estava morto.

Abandonaram-se as expedições, e a Venezuela permaneceu entorpecida por dois séculos, nos cafundós do império espanhol na América, exportadora de cacau e café. No fim do século XVIII, enquanto revoluções sacudiam a França e a América do Norte, a Venezuela ficou indócil. A elite *criolla*, formada por latifundiários descendentes dos colonizadores espanhóis, queria se livrar dos regulamentos e impostos de Madri; artesãos e mercadores mestiços almejavam melhores terras e empregos; na base da pirâmide, escravos negros exigiam liberdade, e os índios desejavam apenas que os deixassem em paz. As guerras de Bolívar expulsaram os espanhóis e trouxeram a independência, mas seu sonho de uma América do Sul unida num país único e esclarecido se evaporou. As repúblicas se separaram, e caudilhos, homens fortes das regiões, trincharam feudos pessoais que perpetuaram as desigualdades coloniais. Bolívar morreu em 1830, alquebrado e desiludido. “A América é ingovernável. Aqueles que servem à revolução lavram o mar.”

A Venezuela retornou ao torpor, um posto avançado tropical empobrecido, até 1914, quando surgiu uma nova ilusão. Um truque óptico tão espetacular que ganhou aplausos pelos cem anos seguintes. O lodo preto que os índios usavam havia milênios para calafetar canoas no lago de Maracaibo começou a ser bombeado em poços de petróleo comerciais. A terra do El Dorado, como se descobriu, flutuava sobre o ouro negro que abasteceu a era do automóvel e a fantasia de todo mundo de ficar rico. Os petrodólares deram músculos a um Estado raquítico, construíram estradas, ferrovias, habitações, escolas, e então, quando os preços do petróleo quadruplicaram nos anos 1970, surgiram arranha-céus, shopping centers, o metrô de Caracas. Os ricos voavam para Miami para fins de semana de compras, e se tornaram famosos pelo seu prazeroso refrão: “Tão barato, quero dois!” Os camponeses migraram para os morros que rodeavam as cidades e se tornaram operários, motoristas de táxi, empregadas domésticas e seguranças, os magros salários suplementados por subsídios do governo, migalhas de um banquete. Quando os preços do petróleo despencaram nos anos 1980, o governo sem caixa aumentou o preço das migalhas, e assim, em fevereiro de 1989, houve uma revolta nas favelas, uma onda de fúria apelidada de Caracazo que gerou saques aos centros urbanos e estilhaçou a miragem. O Estado entrou em pânico, e tropas dizimaram centenas, talvez milhares de pessoas.

Estava montado o palco para o golpe de Chávez em 1992, que foi um fiasco militar mas representou uma vitória de propaganda para o tenente-coronel até então desconhecido. O governo impopular, odiado, deu-lhe dois minutos na TV para fazer uma declaração de rendição, um erro fatal. De boina vermelha e uniforme impecável, eloquente e confiante, até mesmo arrojado, ele se apresentou para uma nação perplexa e disse que os objetivos de seu movimento não haviam sido atingidos *por ahora*, por enquanto. Duas palavras faiscantes de desafio, que prometiam o retorno. Ele merecia trinta anos de cadeia, dizia a piada: um pelo golpe, 29 pelo fracasso. Perdoado após dois anos, ele arrasou na eleição de 1998, um candidato insurgente, dizendo aos venezuelanos que o antigo modelo baseado na dependência do petróleo e na política corrupta, a miragem de desenvolvimento, tinha morrido. Era

hora, disse ele, da realidade.



Depois de uma década no poder, o que se podia concluir sobre Chávez? Parte do meu trabalho como correspondente estrangeiro residente em Caracas entre 2006 e 2012 era responder a tal pergunta. Uma incumbência exótica, mas eu julgava estar preparado. Nascido e criado em Dublin, havia começado a minha carreira num jornal na Irlanda do Norte, destrinchando o que havia de propaganda e verdade na violência do IRA (Exército Republicano Irlandês) e no conflito sectário. Depois de entrar para o *Guardian*, fui designado para Roma, na mesma época da posse de Chávez, e cobri as intrigas do Vaticano, da Máfia e de Silvio Berlusconi. Peguei o fim das guerras nos Bálcãs e, após o 11 de Setembro, a queda do Talibã no Afeganistão e a ascensão da insurgência antiamericana no Iraque. Passei temporadas em Bagdá, onde fui raptado, e vivi na África por quatro anos, vendo a democracia criar raízes na África do Sul e murchar no Zimbábue, uma advertência sobre o que acontece quando um “grande homem” sequestra o poder. As ruínas de Angola, Congo e Libéria me mostraram o que acontecia quando os países desmoronavam.

Quando o *Guardian* me pediu para abrir uma sucursal na América Latina, a localização óbvia era Caracas. Empoleirada no Caribe entre as Américas do Sul e Central, a cidade abraçava a região e abrigava seu assunto mais empolgante: Hugo Chávez. Minha chegada ao aeroporto de Caracas não foi propícia. Estava escuro, chuvoso e caótico. Um viaduto ligando a estrada do aeroporto à capital havia desabado alguns meses antes, obrigando os viajantes a percorrer estradas estreitas e sinuosas pelas montanhas enquanto um viaduto novo era construído. Táxis e caminhões se espremiavam por lamaçais, crateras e favelas nos morros para alcançar Caracas. De lá, tomei um ônibus noturno para Mérida, uma bela cidade universitária nos Andes, onde fui estudar espanhol e história da América Latina.

Retornei a Caracas com uma mala cheia de livros e blocos de anotações, e me mudei para um apartamento com vista para o Ávila a tempo da triunfante reeleição de Chávez em dezembro de 2006. A economia estava a toda, o apoio era elétrico e a oposição, frágil. Vendo em retrospecto, aquele momento foi seu apogeu. O comandante de tanques que ele fora um dia havia atropelado obstáculos domésticos e internacionais, consolidando poder e popularidade. Seus votos não eram contados, e sim pesados.

Como iniciante no espanhol, apreciei as habilidades de comunicação de Chávez. Com todas as suas expressões venezuelanas idiossincráticas e coloquiais, ele falava com clareza, enunciando cada palavra e repetindo expressões fundamentais até que o sentido ficasse cristalino. O problema era que ele nunca se calava. Ligava-se a TV ou o rádio a qualquer hora, e pronto, invariavelmente lá estava ele. Falando sobre qualquer coisa. O preço do leite, a produção de alumínio, George Bush, beisebol, sua

neta. Em bares, escritórios e hotéis, mas principalmente em casa, eu me plantava diante da telinha. Parecia um contrassenso, uma vergonha, estar tão sedentário. Revolução numa terra estranha, e eu de pernas para o ar. Em qualquer outra parte, a regra seria sair à caça de histórias. Aqui também, mas só depois de assistir a Chávez. Depois de viagens transoceânicas ou pelo Amazonas, eu voltava a Caracas e ligava ansiosamente para os colegas: “O que foi que eu perdi?” Era pior para os repórteres das agências de notícias, obrigados a permanecer em suas redações todos os dias e a assistir a cada minuto, uma provação claustrofóbica e nauseante que fez com que muitos fossem embora. Um jovem colega inglês fugiu, jurando mudar-se para as montanhas Zagros, no Irã, para escrever um romance.

Era fácil medir a temperatura política. Chávez estava em toda parte. No café da manhã comendo manga, arepa (uma espécie de sanduíche com pão de milho) e tomando café, eu lia os jornais locais — facções polarizadas que ou demonizavam ou elogiavam o presidente — e ao longo do dia escutava opiniões a seu respeito no metrô, nas bancas de rua, nos escritórios. Empoleirado na garupa de um mototáxi, percorrendo as ruas a uma velocidade insana, ouvia o motorista defender ou atacar o presidente, berrando sua opinião por sobre o rugido do tráfego: “*¡Así es, mi amigo!*” É isso aí, meu amigo.



Todo chefe de governo usa a mídia para justificar e persuadir, projetar e polir, mas nenhum é como Chávez. Ele aparecia na televisão quase todo dia, às vezes durante horas, sempre ao vivo, sem roteiro ou *teleprompter*, considerando, refletindo, decidindo, ordenando. Sua palavra era lei *de facto*, e ele se especializou em anúncios imprevisíveis: nacionalizações, referendos, mobilização de tropas, mudanças no ministério. Assistia-se não apenas pelo valor da notícia em si. O homem era um artista consumado. Ele cantava, dançava, balançava-se ao som de um rap; andava a cavalo, num tanque, de bicicleta; apontava um fuzil, embalava uma criança, fazia caretas, jogava beijinhos; bancava o bobo, o estadista, o patriarca. Havia um ar descontraído, improvisado, em tudo. O suspense vinha de não se saber o que aconteceria.

A televisão estatal, que sob o comando de Chávez se multiplicou de um para oito canais, o mostrava continuamente. Por vezes, era apenas sua voz, quando telefonava para outros programas de entrevistas para dar palpites no debate no ar. Em circunstâncias excepcionais, o chefe do executivo tinha permissão de interromper a programação de todos os canais, estatais e privados, para fazer transmissões presidenciais ao vivo. Tais transmissões eram chamadas *cadena*s, cadeias. Seus predecessores haviam recorrido a esse recurso esparsamente, para emergências ou fatos importantes, mas Chávez o usava com regularidade. Não havia aviso prévio. Novelas, filmes e jogos de beisebol se dissolviam e eram substituídos pelo rosto familiar sentado atrás de uma escrivaninha ou talvez ao

volante de um trator. No rádio, a música parava de repente. “Boa tarde, compatriotas. Há algo importante que eu quero compartilhar...” Podia demorar minutos ou horas. Às vezes Chávez não falava, simplesmente participava de alguma cerimônia. Se você, depois do início de uma *cadena* dessas, ligasse o rádio podia ouvir uma banda marcial ou talvez o ruído de pés marchando, ou aplausos, e ficava se perguntando que evento seria aquele. Uma vez, Chávez decidiu operar pessoalmente uma escavadeira no túnel ferroviário Caracas-Charallave. Um apresentador de rádio e televisão improvisou comentários durante os primeiros minutos, mas foi ficando sem assunto enquanto o presidente continuava escavando, escavando, escavando. Os ouvintes, sem ver que Chávez ia se afastando, ficaram aturdidos e, depois, assustados pelo rugido mecânico que monopolizava as ondas de rádio. Alguns pensaram que era sinal de um golpe de Estado.

Rhonny Zamora, produtor do programa de domingo, uma verdadeira maratona, disse que Chávez se autodirigia e escolhia locações, temas, posicionamentos de câmera, convidados. “É uma loucura, incontrolável, muito complexo. Tentamos estabelecer um tempo predeterminado, manter o programa em duas ou três horas, mas foi impossível. O presidente decide tudo; o programa é dele. Demos o nome de *Aló, presidente* porque as pessoas iriam participar, mas acabou virando uma loteria, todo mundo tentando conseguir um emprego, uma casa, alguma coisa. Isso não é jeito de governar um país. Agora é quase sempre ele falando. A equipe funciona à base de adrenalina e ansiedade. O presidente pode pedir qualquer coisa a qualquer momento. Os ministros vêm preparados para tratar dos temas do dia, mas o presidente adora puxar o tapete deles e lançar alguma coisa para a qual não estão prontos. O programa reflete a realidade? A pergunta é, meu amigo, o que é a realidade? Você pode apresentar a realidade da forma que quiser, bonita, feia, feliz, triste.”

Aló, presidente tinha horário para começar, mas, como a maioria das aparições de Chávez na TV vinha sem aviso, era melhor deixar a televisão perpetuamente ligada no canal 8, da Venezolana de Televisión, principal rede estatal. Da manhã até a noite ela ficava num canto, num piscar de imagens, sem som, semi-ignorada, até o comandante surgir. Aí, era agarrar o controle, aumentar o volume, se ligar. “Bom dia, cidadãos, saúdo vocês do Palácio de Miraflores neste lindo dia.” Não dava para saber quando terminaria. Certos dias, era possível sair do apartamento, pegar o metrô e atravessar a cidade, pagar contas, tomar um café com um amigo, fazer compras no supermercado, pegar a roupa na lavanderia, voltar para casa e ainda encontrá-lo falando. Assistir exigia paciência e um sexto sentido. No começo da transmissão, prestava-se atenção na localização e no tema aparente — agricultura, um novo programa social, as forças armadas, relações com os Estados Unidos — e aí, aos poucos, começava-se outra tarefa, ler, escrever, passar a ferro, mantendo um olho e um ouvido no presidente. Com o correr dos anos desenvolvia-se uma antena interna capaz de detectar mudanças sutis no tom e na expressão, uma diminuição do volume de voz, um esgar que sinalizava algo importante exigindo plena atenção.

A televisão era apenas uma dimensão, um palco eletrônico, controlado, que ocultava tanto quanto revelava. O que acontecia nos bastidores, por trás das câmeras? Aí havia escuridão, porque, quando o comandante não estava atuando, as luzes se apagavam, o espetáculo era interrompido, fazendo descer uma grande cortina virtual sobre o governo. Chávez aboliu as assessorias de imprensa de cada ministério, centralizando todas as notícias no Ministério da Comunicação e Informação, conhecido como MinCI, a algumas quadras do palácio. Seus jovens funcionários amistosos, simpáticos, de jeans e camiseta, emitiam credenciais de imprensa e enchiam os visitantes com publicações estatais (*Pensamentos do Presidente Chávez*, volumes 1 a 4), mas nunca arranjavam entrevistas, porque funcionários públicos e ministros não tinham autorização para falar. Nem mesmo a sucessão de ministros da informação. Eles se esquivavam de entrevistas e telefonemas, e apareciam em público somente como assistentes silenciosos e cordatos do presidente. Os venezuelanos são, por natureza, tagarelas e efusivos, mas era como se um cordão tivesse sido puxado, silenciando a esfera oficial.

Tal discrição aplicava-se apenas a ministros e membros da corte. Os que estavam fora do círculo dourado, nos escalões inferiores da revolução e na oposição, compensavam sua irrelevância aos berros. Começaram logo depois da posse de Chávez e prosseguiram uma década depois, numa cacofonia infatigável na imprensa e nas ondas de rádio e TV. Um lado — partidos políticos, mídia privada, empresários, classe média — anunciando histericamente o apocalipse, a ruína, a tirania. O outro — membros do partido do governo, milícias, favelas — ululando a favor do presidente e saudando o progresso, o desenvolvimento, a modernidade. Era como se habitassem planetas diferentes. Os dois não podiam estar certos, e talvez ambos estivessem errados. Se alguém quisesse entender a revolução e compreender o sentido da profecia de García Márquez, o truque era deixar de lado os que berravam e fazer três coisas: seguir o presidente na televisão, sair em busca dos funcionários e cortesãos que gravitavam em torno dele e vagar por plantações, fábricas, vilas e cidades para ver, em primeira mão, o que a revolução forjara.



Momentos sublimes, inesperados, iluminavam a tela e mostravam por que o comandante continuava popular, mesmo depois de uma década no poder. Tendo despachado o prefeito para rascunhar os documentos de expropriação — “Não há tempo a perder, Jorge” —, Chávez sentou-se atrás de uma enorme escrivaninha no centro da praça, diante de fileiras de câmeras e funcionários sentados. Como de hábito, falou torrencialmente, uma ideia seguindo a outra, numa narrativa sinuosa, circular: enaltecendo conselhos comunais recém-criados como instrumentos de democracia direta; um discurso teológico sobre a santa trindade da revolução: Cristo, Bolívar e Karl Marx; uma canção folclórica; uma anedota de família; uma solução para a crise de eletricidade na Venezuela; denúncias

de perfídias dos Estados Unidos; uma piada sobre um barbeiro espanhol; uma saudação a seu mentor, Fidel Castro. “Ei, Fidel! Como vai você?” Isso dito em inglês, com um forte sotaque. A maioria dos venezuelanos não sabia falar inglês, e o comandante sempre exagerava e se refestelava em sua péssima pronúncia — *rélou! ráu áriu?* —, sinalizando que a língua dos gringos, o idioma da superpotência, não devia ser temida.

A essa altura eram duas da tarde. E ele estava falando sem parar havia três horas, um fluxo narrativo ininterrupto, pontuado de pequenas e divertidas estocadas no prefeito, que era ocasionalmente convocado à mesa para informações atualizadas sobre a expropriação.

— O decreto de expropriação já está assinado?

Rodríguez, parecendo ansioso:

— Estamos preparando, presidente.

Chávez, com um laivo de impaciência:

— Estão preparando.

Visto como grã-fino, figura impopular junto aos setores mais humildes da revolução, o prefeito era um bom saco de pancadas.

Aí, desvolto como um âncora de TV, o comandante mudou de marcha:

— Vamos agora para o satélite.

O monitor mostra um agrupamento de cerca de duzentas pessoas com bonés de beisebol vermelhos entre campos lavrados nas cercanias de Caracas. A câmera faz a tomada de um trator, ferramentas, sementes, cestas de verduras e casas recém-construídas. Um apresentador explica que esses 1.300 hectares pertenciam originalmente a Bolívar e haviam sido negligenciados pelos donos posteriores. Agora 32 conselhos comunais, abrangendo 5.900 famílias, estavam tornando as terras férteis novamente.

Chávez:

— Vida longa às comunas! Esta é uma criação, uma criação heroica.

Tudo isso era lugar-comum em *Aló, presidente*. Semana passada, operários felizes, esta semana, camponeses felizes. Mas Chávez quase sempre arranjava um jeito de interromper a encenação e mostrar algo real, que nesse caso era uma mulher idosa espreitando atrás do apresentador. Uma avó com ar sofrido, décadas de miséria e trabalho braçal gravadas no rosto, claramente nervosa com a atenção.

— Boa tarde, meu comandante. — A voz tremia, e ela olhava para o microfone com ansiedade. De volta à praça Bolívar, Chávez abriu um sorriso e fez um meneio de encorajamento. Ela prosseguiu: — Meu nome é Laura Thais Rojas, e pertenço à comuna Brisas del Paraíso. Desculpe, estou nervosa de aparecer na TV.

A voz voltou a tremer. Pelo seu sotaque e idade, provavelmente deixara a escola muito nova, mal era

alfabetizada. Chávez assentiu, estimulando-a a prosseguir. Ela ganhou confiança:

— Mas vou falar com o senhor.

E ela falou, levando a câmera para uma casinha com uma horta.

— É aqui que eu cultivo alface, tomate, rabanete, e o que mais... pepino, cenoura, beterraba. A colheita tem sido boa.

Chávez deu um sorriso:

— Vamos aplaudir Laura. — Todo mundo bateu palmas. — Ela disse que estava nervosa de aparecer na TV, mas explicou tudo perfeitamente bem. Laura, você falou muito bem, sabia?

Ela sorriu timidamente.

— Sim, você nos contou sobre alface, tomate, rabanete, pepino, cenoura, beterraba. Então, Laura, você tem uma horta. Quantos metros? Diga-me.

— Bem, meu comandante, são quatro canteiros, cada um com seis metros de comprimento por um de largura. Eu também crio minhocas e as espalho pela terra. Não tenho muitas, mas elas fazem o que é necessário. Vá em frente, comandante.

— Aposto que elas fazem o que precisam fazer, Laura. Que coisa, um fertilizante natural, nada químico nem poluente. Nós precisamos utilizar todos esses recursos, toda essa tecnologia nas mãos do povo. Quantas pessoas trabalham na horta com você?

Laura, agora com a voz firme:

— Meu filho, meu neto, minha filha, meu marido. Trabalhamos juntos. Antes nós vivíamos em solo estéril. Aqui eu me sinto feliz porque tenho uma horta e me orgulho dela.

— Orgulho da horta, e nós temos orgulho de você, Laura. Diga-me uma coisa, que tipo de apoio você tem recebido? Fale-me um pouquinho disso.

— Bem, comandante, além da terra, recebemos uma pá, uma enxada, um tanque de água, uma mangueira, sementes. Os conselheiros técnicos estão conosco constantemente, os professores cubanos Sonia e Arbello.

Chávez deu outro sorriso e bateu palmas:

— Veja como você explicou tudo direitinho. E disse que estava nervosa!

A plateia aplaudiu longa e vigorosamente, e a câmera aproximou-se do rosto idoso da mulher. Laura parecia prestes a explodir de alegria. Esse era o momento. Não havia nada de encenado no brilho dos seus olhos, na alegria tomando conta das maçãs do seu rosto. Uma vida longa, humilde, arrancando a subsistência da terra seca, uma vida anônima como a de seus ancestrais, acabara de ser salpicada de magia. Um presidente perguntara seu nome, perguntara sobre sua família, sobre sua horta. Uma câmera registrou suas palavras, e um satélite no espaço as levou para toda a nação.

A maioria dos venezuelanos vivia em cidades de variados portes, mas sentia nostalgia da parentela rural e da terra abandonada nas migrações para as favelas nos morros. Laura podia ser avó de

qualquer um deles, e sua demonstração de orgulho e dignidade derreteria corações.

A transmissão continuou. Um monólogo eclético sobre indígenas americanos que eram naturalmente socialistas, um lamento sobre o time de beisebol de Chávez, o Magallanes, que havia perdido para o Caracas, uma advertência sobre os capitalistas ávidos de lucro, uma recomendação para ler Lênin. Pouco depois que os sinos bateram, às três da tarde, o prefeito, face brilhando de alívio, retornou para o lado do comandante.

— Senhor presidente, acabei de assinar a Requisição para uma Declaração de Utilidade Pública para os quatro prédios nos quatro cantos da praça Bolívar. Amanhã serão oficialmente declarados de utilidade pública, presidente.

Chávez examinou o documento:

— Correto!

Outra ligação via satélite, dessa vez para o estado de Barinas, onde Adán, irmão do comandante e governador, percorria uma fábrica de processamento de banana-da-terra. O comandante, acompanhando da sua escrivaninha, pediu a um trabalhador que descascasse uma banana:

— Olhem só, é incrível. Vamos preparar uns *tostones*!

Seu estado natal, disse ele, seria transformado por estradas, ferrovias, portos, rios dragados. Surgiu um garotinho ao lado da mesa.

— Ei, ei, o *gallito* está aqui! *Gallitoooo*! — Era o apelido do neto. Eles se abraçaram. — Você vai bem? Olhe para Bolívar. Veja Bolívar. Diga olá a todos. Como você saúda soldados?

O menino fez uma continência.

— É isso aí. Este é um soldado. — A plateia aplaudiu. — Você canta uma música de Bolívar. Como é ela?

Juntos, comandante e neto cantaram baladas, depois o hino nacional. Uma última ligação via satélite com o Haiti, onde médicos venezuelanos e cubanos dirigiam um acampamento para sobreviventes do terremoto.

Dois anúncios finais: um canal para ligar o Orinoco ao Caribe, um sonho antigo, viria a tornar-se realidade graças a um acordo com a Argentina. E China e Rússia haviam acabado de garantir bilhões para modernizar a obsoleta rede elétrica. Toda casa teria eletricidade. Houve música no encerramento. Artistas de hip-hop apresentaram um rap sobre resistência. O comandante acompanhou, agitando um lenço vermelho. “Bravo, bravo, bravo!” Então um grupo folclórico com harpa apresentou uma rapsódia das planícies da Venezuela. O comandante cantou o último verso. A imagem final, créditos rolando, era de alegria. O calor da manhã havia se transformado no frescor da tarde, sombras alongadas, todo mundo cantando, dançando, rindo. A algumas quadras de distância, os jovens e diligentes funcionários do Ministério da Comunicação e Informação ficaram até meia-noite digitando as transcrições do programa. Continham umas 89 páginas. Alguns programas preenchiam mais de

cem.

DENTRO DE MIRAFLORES

Era hábito do comandante acordar tarde. O conhecido fato de ele trabalhar até as três ou quatro da madrugada deu origem à lenda de que ele dormia apenas duas ou três horas por noite. Na verdade, ele costumava aparecer entre oito e nove da manhã. Embora impaciente para começar a trabalhar, cuidava da higiene e aparência, rituais importantes. Uma chuveirada vigorosa — ele cuidava para que não levasse mais de três minutos —, seguida de um barbear esmerado, corte de unhas e penteado do seu cabelo curto e crespo. O odor corporal o desagradava, de modo que usava loções e desodorante para combater o calor tropical; auxiliares se admiravam de como o comandante passara tantos anos felizes como soldado em meio a suor, sujeira e graxa.

Logo depois da posse em fevereiro de 1999, ele adquiriu o hábito de passar as noites no Palácio de Miraflores em vez de atravessar a cidade até La Casona, a residência presidencial, onde sua esposa, Marisabel, e seus filhos viviam por trás de muros altos e brancos. Era prático, pois ele não queria despertar a família, nem metade da cidade, com um comboio noturno de veículos blindados. Além disso, passara a maior parte da vida adulta em quartéis e gostava de unir trabalho e vida privada no mesmo lugar. E é claro que o palácio, o mesmo palácio que seus soldados haviam invadido durante a tentativa de golpe sete anos antes, simbolizava o poder que durante tanto tempo ele almejava.

Seus aposentos eram austeros, quase monásticos em sua recusa a ornamentos, com uma pequena e arrumada estante de livros com tratados de história, política, filosofia e literatura. Alguns, como os escritos de Bolívar, habitariam as prateleiras por muitos anos. Outros eram hóspedes temporários, ali residindo alguns dias ou semanas antes de abrir espaço para novidades. Quando Chávez saía de seu quarto, um garçom de paletó branco imediatamente lhe servia café preto adoçado numa pequena xícara de porcelana. O comandante levava a xícara consigo até a *sala situacional*, um ninho subterrâneo cujo acesso era restrito aos portadores de cartões de identificação infravermelhos. Lá dentro, cerca de duas dezenas de civis e militares se debruçavam sobre computadores, relatórios e jornais, murmuravam ao telefone, escreviam nos quadros e prendiam anotações em paredes cobertas de mapas e gráficos. Ali era o centro nervoso do palácio, os olhos e ouvidos do presidente. O primeiro

briefing do dia começava com um resumo da mídia, incluindo os jornais regionais fora de Caracas e quem disse o quê nos programas matinais de entrevistas. Depois, um esboço dos acontecimentos internacionais e a agenda diária das atividades do governo e do partido. Em contraste com sua bombástica persona pública, o presidente era reservado e escutava com atenção.

Se não houvesse emergências, ele tomava o desjejum — arepas — num terraço com telhado de palha, vasos de plantas, uma rede e uma grande mesa de madeira que servia como escrivaninha e mesa de refeições. Enquanto comia, relia cartas jogadas em suas mãos durante os eventos públicos do dia anterior por gente que tinha pedidos a fazer.

sr. presidente eu me dirijo ao senhor para fazer um pedido de uma casa no nome do nosso senhor jesus cristo eu sou mãe de duas crianças e desempregada eu não tenho onde morar por doze anos eu vivo amaldiçoada 0416-3627075 e 0426-7238700 24 de julho barrio 170 rua N 49E-89 é da minha mãe.

Nouvy Pirela

Uma cordial saudação bolivariana, eu gostaria de pedir, por favor, sua ajuda com um emprego e uma pensão para a minha mãe. Eu lhe dou meu número de telefone 02123228014 e 4129376741. Esperando a sua pronta resposta esta camarada se despede. QUE DEUS O ABENÇOE MEU PRESIDENTE.

Gloria Camejo Mujica

Sr. Presidente eu preciso da sua ajuda eu sou inválido eu quero trabalhar no governo como um verdadeiro revolucionário (...) o senhor é o verdadeiro filho de Simon Bolibar que Deus o abençoe.

Hernán Cortés

Sr. presidente minhas saudações, eu escrevo ao senhor porque na verdade preciso da sua ajuda meu nome é jorge camacho em idade para aposentadoria e eu peço a sua intervenção eu fui casado 18 anos e agora quero um divórcio e não fui capaz de conseguir por causa de um erro na certidão de casamento o número não bate com o meu documento de identidade e eu esgotei os meus recursos e não fui capaz de conseguir nada eu sou cristão evangélico e eu quero casar com a mulher que é a minha companheira há dez anos...

E assim por diante, algumas com poucas linhas, outras se estendendo por páginas, histórias de ambições frustradas, falta de sorte, saúde arruinada, problemas intransponíveis, burocracia insensível, todos solicitando alguma coisa: uma cirurgia de quadril, dinheiro para começar um negócio, presentes de Natal para as crianças, um carro, um trator. Quando mergulhava no meio das multidões, o presidente era assediado por tantos pedidos que um “coletor de desejos” oficial o acompanhava. “O palácio me dava um colete e uma mochila, e eu seguia o presidente pela multidão pegando as cartas que as pessoas lhe entregavam”, disse uma “coletora” aposentada que chamarei de Carmen. “Meu Deus, aparecia a cidade inteira. Sentíamos-nos sufocados pela quantidade de gente e pelo amor que tinham por ele. Todos queriam abraçá-lo e pedir alguma coisa.” As cartas se tornaram tão numerosas que o palácio criou um departamento especial de atendentes para resumi-las em sínteses datilografadas. Era isso que o presidente lia no desjejum. Quando depunha o garfo para circular com a caneta alguma petição, ela recebia atenção do departamento especial, que arquivava cada carta. Era chamado de Sala de la Esperanza.

O comandante gostava do terraço de manhã por causa da brisa, da sensação rústica e da vista de Caracas. Um século antes, Miraflores se destacava na paisagem, uma mansão isolada em meio aos campos, mas agora a cidade ia se amontoando por todos os lados, um tumulto de concreto e buzinas. Ao sul erguia-se um morro íngreme com conjuntos de prédios sujos e roupas penduradas nas janelas, a favela 23 de Janeiro, batizada pela data, em 1958, em que esse e outros bairros obrigaram o ditador Marcos Pérez Jiménez a seguir para o exílio. Era agora um bastião de lealdade ao comandante. Atrás dele, viradas para leste, brilhavam as encostas verdejantes e os condomínios de luxo de Valle Arriba, reduto de banqueiros e diplomatas. Seguindo para o norte, começava o emaranhado de prédios de escritórios e lojas, a apenas uma quadra da entrada principal do palácio. Podia-se ouvir, mas sem ver direito, o rugido das motocicletas e a chiadeira dos ônibus. Esse labirinto urbano terminava abruptamente a meia distância, aos pés de uma grande muralha verde, a cordilheira do Ávila, que assinalava o limite norte da cidade. Do outro lado, invisíveis, havia aldeias de pescadores, estações de veraneio e o mar do Caribe.

Depois do desjejum, mais café, e talvez um cigarro — ele fumava ocasionalmente, jamais em público. O comandante então voltava para dentro e seguia por um reluzente corredor que levava a guardas de honra flanqueando a porta amarela de sua sala, o *despacho del presidente*. Hino de louvor às cores creme e dourado, sua mobília em grande parte permanecia a mesma da noite em que o presidente Carlos Andrés Pérez, pijama por baixo do terno amarrotado, tirou uma Uzi de uma pasta preta para repelir as tropas de ataque de Chávez. Havia tapetes persas, cortinas adamsadas, cadeiras

no estilo Restauração cujos pés eram garras de bronze, uma mesa oval de mármore alpino verde e uma escrivaninha retangular de jacarandá escuro. Defronte à escrivaninha, de costas para a janela, uma larga cadeira de couro com o brasão do país no descanso de cabeça e uma esfinge dourada sob cada braço. O assento do poder. Havia uma alavanca para ajustar a altura.

Normalmente isso chamaria atenção, mas o olhar era atraído por grossas e pesadas colunas de ferro sólido soldadas do chão ao teto. Nem Sansão conseguiria derrubá-las. Eram projetadas para suportar os terremotos que periodicamente sacudiam Caracas. Os presidentes venezuelanos viviam aterrorizados pela ideia do desabamento da alvenaria sobre suas cabeças. Quando Joaquín Crespo construiu Miraflores, requisitou uma “sala antissísmica”, mas ele morreu em combate em 1898 antes de se mudar. Seu sucessor, Cipriano Castro, imediatamente a ocupou, para não repetir a experiência de pular de uma sacada no segundo andar de um prédio durante um tremor de terra. Segundo uma cantiga da época, o presidente abria um guarda-chuva para mitigar a queda, mas quebrara o tornozelo e cagara nas calças de pavor. Dizia-se que Chávez também tinha medo de terremotos.

Uma porta ligava a sala do presidente ao salão de reuniões do gabinete, o *consejo de ministros*, um cômodo retangular com paredes almofadadas, um grande retrato de Bolívar e uma longa mesa oval. A cadeira presidencial era ligeiramente mais alta que as outras. No primeiro ano, ele organizava reuniões semanais, interrogando todos os catorze ministros, um por um. Em anos posteriores, depois que seu interesse nessas reuniões diminuiu, a porta de ligação permanecia fechada, e o vice-presidente recebia os ministros (cujo número duplicava à medida que novas pastas eram criadas), fazendo com que todos ficassem de olho na porta, imaginando se o comandante estaria do outro lado e perguntando-se o que estaria planejando.

Em algumas tardes, ele visitava sua família em La Casona. Era na parte leste da cidade, cercada por residências de classe média rodeadas de árvores, mas ainda tinha o ar da plantação de café que um dia fora, com arquitetura de *hacienda*, mangueiras, jardins rústicos, uma piscina de águas turvas, boliche e cinema ao ar livre. Na campanha eleitoral, ele detonara a moradia como sendo um símbolo da oligarquia, dizendo que sua família podia viver num apartamento, e na verdade não gostava muito dela. Mesmo assim, era lá que sua família morava. No final da tarde, se não havia eventos públicos na agenda, o presidente retornava ao palácio e à *sala situacional* para outro briefing rápido: relatórios da inteligência; atualização sobre a mídia; breves destaques políticos; indicadores econômicos. Se algo atraísse sua atenção, ele usava um dos seus telefones celulares para dar instruções na mesma hora, ou pegava o elevador para sua sala no andar superior e mandava a secretária fazer as ligações. Visitantes à espera no anexo descobririam se seriam recebidos em audiência ou se teriam de voltar num outro dia. Se não houvesse evento oficial durante a noite, o presidente jogava *softball* – uma variante do beisebol para poucos jogadores – com seus guardas ou recebia convidados na suíte japonesa. Sussurros sobre encontros românticos circulavam em torno dessa parte do dia do comandante.

Qualquer que fosse a verdade, a verdadeira paixão do comandante florescia mais tarde à noite, quando ele retornava ao terraço com cobertura de palha e, abastecido com doses de café fresco, mergulhava em pilhas de documentos, sua caneta fazendo círculos, cravando, sublinhando. Às 23h, ele aumentava o volume da televisão numa prateleira do canto para assistir *La hojilla* (A navalha), um programa noturno de entrevistas no principal canal estatal. O apresentador, Mario Silva, barbudo, pesadão, com inteligência aguçada e sorriso feroz, usava bonés de beisebol vermelhos e jaquetas de couro. Sentado a uma mesa, cercado de imagens de Che Guevara, Karl Marx, Bolívar e Chávez, entrevistava convidados ocasionais, mas passava a maior parte do tempo atacando os inimigos do comandante em monólogos ferozes. Era famoso por mostrar fotografias que constrangiam a oposição. Silva também reproduzia trechos de chamadas telefônicas interceptadas revelando ou supostamente revelando a sordidez e hipocrisia dos oponentes. Algumas eram editadas com acompanhamento de sons de animais domésticos. O apresentador dizia que o material provinha de fontes anônimas, o que todo mundo presumia ser o Diretório para Serviços de Inteligência e Prevenção, Disip, a principal agência de inteligência. Aquele era o programa favorito do comandante, e ele insistia para que seus seguidores o assistissem. Algumas noites, ele telefonava para um bate-papo ao vivo com Silva ou para fazer anúncios políticos.

Após os créditos, por volta de 1h, ele telefonava a ministros com perguntas e instruções. O seu departamento terminou o relatório? Viu as estatísticas? Acelere isso, mude aquilo, fale com esse ou aquele. Outras vezes ele ligava apenas para conversar e contar histórias. Finalmente, com a cidade adormecida e sem mais ministros para telefonar, ele retirava um livro da pilha sobre sua mesa, ou da pequena estante no seu quarto, e mergulhava em suas páginas.

O livro mais manuseado continha os discursos e as cartas de Bolívar, que o presidente memorizara. Por um tempo ficou muito mobilizado por *Caminho do guerreiro*, do argentino Lucas Estrella Schultz. “Guerreiro, ao vencer uma batalha, não perca tempo embainhando a espada, porque o amanhã trará somente mais batalhas”, ele aconselhava. Durante meses o presidente elogiou publicamente o livro, exaltando sua sabedoria e erudição, mas, depois que se espalharam piadas dizendo que o texto era uma metáfora gay, ele nunca mais o mencionou. Antes de ser eleito, Chávez negava ser socialista, dizendo nunca ter lido Marx, e em 1999 isso ainda era verdade. Em vez disso, recorria a García Márquez, Nietzsche e, acima de tudo, Plekhanov. Várias vezes contou à nação a respeito do momento em que descobriu *O papel do indivíduo na história*, tomo filosófico do revolucionário russo, enquanto perseguia guerrilheiros nas montanhas na década de 1970, quando era um jovem oficial. “Lembro-me de que era uma linda noite estrelada e eu lia na minha tenda à luz da lanterna.” (O escritor mexicano Enrique Krauze foi um dos primeiros a reconhecer a fixação de Chávez em Plekhanov.) O presidente conservou seu exemplar por várias décadas. “O mesmo livrinho com os mesmos pequenos sublinhados que a gente faz, e as mesmas setas e a mesma capa que eu usava como disfarce para meus superiores

não perguntarem ‘o que você está fazendo lendo isto?’” Com Chávez no poder, esse livro, publicado um século antes, parecia falar com ele com mais urgência do que nunca. “Um grande homem é um principiante justamente porque vê mais longe que os outros, e deseja as coisas com mais intensidade que os outros.”

O comandante deitava-se em seu quarto monástico virando as páginas, fazendo novas anotações e sublinhando novos trechos, embriões de planos futuros, até ficar sonolento. Ao nascer do sol, quando os primeiros raios brilhavam nas janelas do palácio, ele dormia.



O presidente ganhou a eleição de dezembro de 1998 com 56% dos votos, esmagando os dois partidos do *establishment*, a Ação Democrática, social-democrata, e o COPEI, democrata cristão. Ambos se alternavam no poder desde a queda de Pérez Jiménez, em 1958, um sistema confortável chamado Pacto Punto Fijo (Ponto Fixo), que fazia um rodízio pacífico de presidentes, constitucionalmente impedidos de exercer dois mandatos consecutivos. De longe parecia um arranjo democrático e estável de dar inveja, e a Venezuela era considerada um modelo para a região. Mas a doce euforia do petróleo da década de 1970 ficou amarga quando os preços despencaram nos anos 1980, levando a economia à bancarrota. Os dois partidos, agora veículos fossilizados de regalias, debatiam-se em vão sob o peso da crise. Os tumultos do Caracazo de 1989, seguidos pela tentativa de golpe de Chávez em 1992, e por uma segunda tentativa feita por outros oficiais militares nesse mesmo ano, expuseram a fragilidade do sistema. Chávez, libertado da prisão após dois anos apenas, lançou-se para o poder como carismática figura de proa do Movimento Quinta República, MVR, uma coalizão de ativistas sindicais, ambientalistas, estudantes, ex-militares e pequenos partidos de esquerda.

Em fevereiro de 1999, na época de sua posse, a empolgação de um recomeço e de virar uma página contagiou mesmo quem tinha votado contra. Quando ele subiu ao pódio do Congresso para o juramento presidencial, as pesquisas mostravam que 90% do país o apoiava. A prioridade, declarou ele, era uma nova constituição. Mão direita erguida, a esquerda pousada sobre a carta que prometera extinguir, ele citou um verso do poeta chileno Pablo Neruda: “É Bolívar voltando à vida a cada cem anos. Ele desperta a cada cem anos quando o povo desperta.” A face estava tensa, e os olhos brilhavam. Anos depois as pessoas retornavam a esse momento, davam pausa no vídeo quadro a quadro, congelando a expressão. Vejam os olhos dele, exclamavam. Dá para ver! Ver o quê? Ver o que está por vir!

Ao marchar para fora do Congresso, uma correnteza humana em ovação o carregou até Miraflores. Depois de tentar e fracassar com o uso de armas, Chávez agora tomava Miraflores sem sangue, a guarda perfilada, sorrindo, enquanto a multidão invadia os portões abertos.

Novos ministros transbordavam de ideias para impulsionar isso, aprimorar aquilo, mal esperando o momento de agir, mas o comandante os chamou à ordem. A prioridade, repetiu, era uma nova constituição. A velha elite estava ferida, mas ainda era perigosa, ainda mantinha uma maioria de cadeiras no Congresso. O poder fluía através não só das instituições, mas do tempo, acelerando e diminuindo o ritmo do pêndulo. Agora, com o impulso a seu favor, ele rapidamente organizou e venceu um referendo em abril para aprovar uma assembleia constituinte, e em seguida a votação de julho para eleger seus representantes. Dominada por seus simpatizantes, a assembleia correu para produzir um projeto que propunha garantias adicionais de direitos humanos, benefícios estatais, proteção para o meio ambiente e para as comunidades indígenas e uma presidência com mais poderes. O mandato foi estendido de cinco para seis anos, com direito a reeleição imediata. O executivo também passaria a controlar as promoções nas forças armadas e se livraria do desagradável Senado com a fusão das duas casas do Congresso numa Assembleia Nacional única. O projeto de constituição tremulava com uma linguagem progressista, esclarecida, e ao mesmo tempo fornecia um martelo para o palácio.



O Ávila é parte da cadeia montanhosa costeira da Venezuela e corre de leste para oeste acompanhando o litoral caribenho. Na verdade, é uma extensão dos Andes, fato que se aprecia melhor do mar, de onde se contemplam os penhascos íngremes que se erguem até desaparecerem nas nuvens. O Parque Nacional do Ávila tem quase oitenta quilômetros de comprimento por quinze de largura, e serpenteia entre os vales de Caracas, Guatire, Guarenas e Barlovento. Seu ponto culminante, o pico Naiguatá, a mais de três mil metros, é frio, às vezes quase gelado, mas o restante do terreno é exuberante e tropical.

Assentamentos humanos escalam as encostas. Os imigrantes começaram a chegar na década de 1950, abandonando pequenos sítios no interior com esperança de empregos na capital que se desenvolvia a passos largos. Não podiam se dar ao luxo de ter casas nos vales, então construíram palhoças, chamadas de *ranchos*, aos pés das encostas do Ávila. À medida que mais e mais imigrantes chegavam nas décadas seguintes, essas pequenas casas, inicialmente de madeira e lona, depois de blocos de concreto e zinco, foram subindo os morros e se espalhando. Brotaram trilhas sinuosas e degraus tortos, acabando por se transformar em *barrios*, palavra que conforme a entonação pode designar um bairro ou uma favela. Famílias viveram aí por gerações, puxando eletricidade das linhas de energia, pegando água em baldes, desprezadas por sucessivos governos. Em um dos flancos da montanha, os barracos tinham vista para a Caracas dos privilégios, aninhada na base do vale. No outro, que ficava no estado de Vargas, tinham vista para aldeias de pescadores, para o porto de La

Guaira e para balneários onde os ricos tinham casas de veraneio. Quando Hugo Chávez nasceu, em 1954, a população da Venezuela era de cinco milhões. Em 1999, era estimada em 21 milhões, 80% espremida em cidades populosas e em favelas nas encostas dos morros.

Próxima à linha do equador e quente o ano todo, a Venezuela tradicionalmente tinha duas estações. A seca torrava a terra de novembro a abril, e a úmida a encharcava com tempestades breves e cheias de trovoadas durante o restante do ano. Os índios chamavam isso de ritmo do sol e da chuva. Durante os pesados aguaceiros, os desfiladeiros lançavam rochas e lama para os intrusos do Ávila, destruindo seus telhados de zinco. Duas semanas antes do referendo constitucional, sol e chuva da Venezuela perderam o ritmo. Tempestades e trovoadas prosseguiram dezembro adentro, saturando Caracas e grande parte do país dia após dia. Em 14 de dezembro, véspera da votação, a chuva apertou, transformando-se em ferozes temporais. O comandante insistiu com aqueles que o apoiavam para sair e votar de qualquer maneira. “Se a natureza se opõe, vamos lutar contra ela e forçá-la a nos obedecer.” Era uma famosa e desafiadora citação de Bolívar, que a dissera depois que um terremoto destruiu Caracas em 1812, uma catástrofe que a Igreja Católica pró-espanhola interpretou como castigo divino à rebelião de Bolívar.

A invocação de Chávez revelou-se fatal. O clima piorou mais ainda, uma tempestade selvagem e feroz despejou o equivalente à chuva de meses em uma questão de horas. Quando as urnas se fecharam ao anoitecer do dia 15 — menos da metade do eleitorado votou —, os picos do Ávila, imersos em noite e nuvens, começaram a se mexer. O solo encharcado se desintegrou, como que derretendo, e deslizou pelas encostas. Rochas, pedras, árvores, soltas da terra, despencaram, arrastando e esmagando tudo no caminho, uma encosta escorregando sobre a outra, multiplicando-se, fundindo-se e acelerando-se numa avalanche de força e dimensão inimagináveis, precipitando-se na escuridão rumo ao mar num imenso rugido. Quem estava no caminho não teve a menor chance. O cataclismo engoliu *barrios* nas encostas superiores, sugando casas e vidas num turbilhão que os triturava e os lançava contra os vizinhos abaixo, e estes contra os mais embaixo, devorando tudo, no estômago da natureza. A montanha desabou, descendo e descendo até não restar nada para engolir, e então se lançou na espuma do mar.

Foi o pior desastre natural da Venezuela. Centenas de comunidades desapareceram, arrastadas para o mar ou enterradas numa paisagem estranha, irreconhecível. Cerca de mil corpos foram recuperados, mas as estimativas de mortos variavam de dez mil a trinta mil. As únicas pessoas que sabiam seus nomes eram os parentes e vizinhos que pereceram juntos, de modo que as vítimas morreram como viveram, anônimas, uma existência obliterada. O estado de Vargas estava em ruínas, suas casas, pontes, estradas e porto destruídos, centenas de milhares desabrigados.

Mais cedo que ele ou qualquer outra pessoa esperava, ali estava um teste premente para a liderança de Chávez. No começo, ele fracassou. Enquanto a nação clamava por notícias e garantias, ele sumiu

de cena, aparentemente paralisado pelas dimensões da tragédia. No segundo dia, ele se recuperou e assumiu o comando pessoalmente, vistoriando a devastação de um helicóptero, ordenando evacuações, transformando estádios esportivos e até mesmo a residência presidencial, La Casona, em abrigos temporários, coordenando esforços de recuperação militares, civis e internacionais, guiando pessoalmente em trilhas lamacentas, aparecendo na televisão, emocionado mas sob controle, para informar, confortar e articular o luto nacional. A emergência exigiu o empenho de suas forças pessoais e de seu treinamento militar.

E então, com o passar das semanas e a diminuição do choque inicial, foi gerada uma nova situação. A crise acabou enredada na política palaciana. Inicialmente, o comandante aceitara auxílio de todo mundo, inclusive dos Estados Unidos, que enviaram helicópteros e dezenas de soldados em dois dias. O ministro da defesa, Raúl Salazar, aceitou uma posterior oferta americana para reconstruir a estrada costeira com a ajuda de 450 fuzileiros navais e engenheiros da marinha. Então, depois que o USS *Tortuga* já havia zarpado de Norfolk, Virgínia, carregado com escavadeiras e tratores, Chávez telefonou a Salazar às quatro da madrugada para dizer que os gringos não poderiam vir. Era uma questão de soberania, disse ele. O general ficou furioso e desconfiou que Fidel cochichara alguma preocupação sobre tropas imperialistas ensaiando desembarques. As relações de Chávez com o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, eram cordiais, e a ajuda era claramente necessária, mas não ao preço de acolher a incursão da superpotência ianque. Era mais importante projetar uma imagem revolucionária. Salazar obedeceu e disse aos americanos que sua presença não era mais desejada.

Com as nuvens de chuva finalmente dissolvidas no começo de 2000, o Ávila, com sua nova topografia, voltou a ser visível do terraço presidencial. Mas a atenção do comandante tomou outra direção: desviou-se para os corredores de Miraflores e uma batalha política que se desenrolava no palácio. Seu antigo camarada e companheiro de conspiração, o general Jesús Urdaneta, estava insatisfeito. Chávez nomeara seu amigo, habitualmente rude e sem papas na língua, como as pessoas do estado ocidental de Zulia, para comandar o Disip, o serviço de inteligência. Urdaneta recebeu relatórios afirmando que dois dos mais importantes aliados civis do presidente, Luis Miquilena, líder da Assembleia Nacional, e José Vicente Rangel, ministro das relações exteriores, estavam enchendo os bolsos. Ambos eram políticos veteranos que haviam guiado o comandante, então um neófito, após sua libertação da cadeia, através dos fios ocultos entre interesses estatais, midiáticos e empresariais na chamada Quarta República. Urdaneta queixou-se a Chávez de que eles estavam trazendo os velhos hábitos corruptos para a nascente Quinta República. Segundo o general, o presidente reconheceu a corrupção dos dois, mas disse que precisava de seus talentos obscuros para consolidar o poder. Na sequência, a contenda espirrou para o estado de Vargas, quando forças de segurança foram acusadas de executar saqueadores. Dos oito mil homens em campo, apenas sessenta eram do Disip, mas

Urdaneta viu sua agência ser responsabilizada e exposta à execração pública — supostamente devido aos fios invisíveis manipulados por Miquilena e Vicente Rangel (anos depois Miquilena caiu em desgraça com Chávez e foi acusado, mas absolvido, de corrupção. Vicente Rangel jamais foi acusado de qualquer crime). Chávez impediu Urdaneta de falar para a imprensa. Seu velho amigo alegou que tinha sido vítima de uma armação e renunciou em protesto, a primeira grande deserção da revolução.

Havia boatos de que outros se seguiriam, que alguns dos mais próximos ao trono estavam conspirando, afiando as adagas. O comandante passava menos tempo observando o Ávila ou percorrendo as ruínas de Vargas. Assim, embora o governo tivesse liberado fundos de emergência e desembolsado dezenas de milhões de dólares da ajuda internacional contratando consultores estrangeiros, anunciando planos ambiciosos de reconstrução e dizendo que os sobreviventes não deveriam ser chamados de *damnificados*, flagelados, vítimas de um desastre natural, e sim *dignificados*, tudo isso não significou quase nada.

Com as distrações do palácio, os esforços de recuperação se arrastaram e depois pararam. A letargia tomou conta de Vargas. As escavadeiras chegaram tarde, ou nem vieram, engenheiros fizeram projetos e depois não retornaram, faltava cimento. O auxílio parecia evaporar na névoa. Com o passar dos meses, os sobreviventes foram deixando seus refúgios e retornaram ao que sobrara de suas casas destruídas para tentar uma existência em meio aos destroços, pedregulhos e lama seca. Mais de uma década depois, ainda estavam lá, à espera de ajuda, e subindo as encostas nuas e escorregadias não se via nova vegetação, e sim blocos de concreto e lonas de novos ranchos. O ciclo se repetia. Mas isso é avançar demais com a história e perder importantes etapas na evolução do palácio.



Em 2000, Hugo Chávez era um personagem pitoresco e curioso no palco internacional. Governos estrangeiros não sabiam o que pensar de um líder de golpe que se tornara democrata e que enaltecia Fidel Castro e se autoproclamava revolucionário, que dizia que não era nem capitalista nem socialista, mas que buscava uma terceira via. Em suas frequentes viagens, maratonas cruéis, ele incluía na sua comitiva empresários venezuelanos, cortejava investidores, tocava a campainha da Bolsa de Valores de Nova York, lançava uma bola de beisebol no Estádio Shea dos Mets, encontrava-se com Bill Clinton na Casa Branca, apertava a mão de um governador do Texas chamado George Bush em Houston, manifestava solidariedade de Terceiro Mundo a líderes africanos, enaltecia o sucesso econômico asiático. Chávez transbordava de energia, ambição e irreverência, quebrando protocolos com satisfação. Saiu em corrida desabalada sobre a Grande Muralha da China, abraçou o imperador do Japão, que não deveria ser tocado, cumprimentou o presidente russo Vladimir Putin com uma pose de judô, visitou Saddam Hussein em Bagdá e cantou para a jovem ministra das relações exteriores da

Colômbia. Os anfitriões ficavam perplexos e encantados. Quem era esse homem?

O embaixador americano em Caracas, John Maisto, insistiu para que seus desconfiados patrões em Washington relaxassem. “Prestem atenção ao que Chávez faz, não ao que ele diz.” Adoração por Fidel à parte, o jovem presidente manteve um ministro da fazenda conservador de um governo anterior, melhorou a arrecadação de impostos, pagou pontualmente as dívidas da Venezuela e adotou políticas econômicas convencionais. Seu gesto mais radical foi convocar em Caracas uma reunião da Opep, o cartel dos produtores de petróleo ao qual a Venezuela pertencia, e instigar seus discordantes membros a cortes de produção. Em parte por causa disso, o preço do barril, de apenas 8 dólares quando Chávez foi eleito, começou a subir, reforçando o magro tesouro do governo. Em passeios pelas cidades andinas da Venezuela, pela selva amazônica, em portos caribenhos e planícies tipo pampas, uma paisagem variada com quase o dobro do tamanho da Espanha, ele sempre homenageava santos locais, figuras do folclore e heróis da guerra da independência. Sua comitiva regressava a Miraflores exausta, mas Chávez, com sua energia sobre-humana, ia imediatamente para a televisão com mapas e fotografias para explicar em detalhes onde estivera, com quem se encontrara e o que fizera.

Mas o descontentamento interno ribombava e explodiu em meados do ano 2000. Dois veteranos camaradas, Francisco Arias Cárdenas e Yoel Acosta, oficiais do exército que colaboraram na rebelião de 1992 e foram arrastados ao governo junto com Chávez, anunciaram que estavam rompendo com ele. Acusaram-no de autoritarismo, de governar como se estivesse num trono e de permitir que aliados civis enchessem os bolsos enquanto adulavam seu ego. No exército, eles eram companheiros de alojamento e tinham a mesma patente. Seria agora demais ver seu camarada numa posição elevada dando ordens? Arias Cárdenas era um ano mais velho, o que, pelos costumes militares, tornava-o digno de respeito; no entanto, no governo ele precisava brigar para se fazer ouvir. Na eleição presidencial de julho de 2000 — a nova constituição exigia mais um pleito —, ele concorreu contra Chávez com o apoio de outros grupos de desafetos. Numa campanha amarga, acusou Chávez de covardia durante o golpe de 1992, de se confinar no quartel enquanto outros conspiradores lutavam e morriam. Colocou uma galinha sobre a mesa e a chamou de Hugo, e num palanque em Caracas apontou para o palácio e bramiu para a multidão: “Vamos transformar aquilo numa canja de galinha!” Isso aguilhoou o comandante, agora com a atenção totalmente desviada das ruínas de Vargas. Ele mobilizou uma campanha hipercinética que cruzou o país e tomou conta das transmissões radiofônicas e televisivas, inflamando simpatizantes e descrevendo Arias Cárdenas como traidor e instrumento da oligarquia. “Queimem o Judas!”, gritava ele, e os eleitores assim o fizeram, dando a Chávez 59,7% dos votos e a Arias Cárdenas 37,5%, uma vitória com margem ainda maior do que a de 1998. Esmagado, o traidor se retirou coxeando para o isolamento.



Ao longo de todos esses primeiros dramas e triunfos, uma figura glamorosa, de dentes perfeitos e sorriso indefinível aparecia ao lado do comandante. Marisabel Rodríguez, esposa, mãe, primeira-dama, troféu. Seu contraste físico com Chávez era surpreendente. Pele clara, olhos azuis, cabelo loiro, traços delicados. *Una muñeca*. Uma boneca. Ela parecia um personagem incongruente, uma atriz escalada para o filme errado, mas perseguiu esse papel; perseguiu e o conquistara, e agora se sobressaía na ribalta, coestrela das eleições, referendos, viagens e intrigas palacianas.

Rodríguez começou sua carreira como jornalista de rádio em Barquisimeto, uma cidade no oeste conhecida como capital venezuelana da música pelo número de grupos que ensaiavam e se apresentavam em suas praças. Em 1995, ela estava na casa dos trinta anos, fazia um sucesso modesto e era mãe solteira de uma criança pequena. Foi quando Chávez chegou à cidade. Acabara de sair da prisão e estava percorrendo o país como político renegado. O público que se juntava para ouvi-lo tendia a ser pequeno, às vezes menos de dez pessoas, mas nesse dia havia várias centenas, entre elas Rodríguez, com o bebê nos braços. O carisma de Chávez a cativou, e ela rabiscou um bilhete: “Comandante, nossa pátria merece tudo, sem reservas, e estou com o senhor de corpo e alma. Quando precisar de mim para sua luta, por favor me chame.” Naqueles dias Chávez ainda não tinha um “coletor de desejos” oficial, nem arquivistas numa Sala da Esperança, e a mensagem se perdeu.

Um ano depois, quando voltou a passar por Barquisimeto, um amigo comum fez as apresentações. Após bilhetes e telefonemas, começaram a namorar em 14 de janeiro de 1997. O primeiro encontro é lembrado com precisão porque era dia da Divina Pastora, a santa padroeira da região, e eles participaram de uma enorme procissão religiosa na cidade pecuária de Carora. Foi também o dia em que conceberam uma filha, Rosinés, no Volkswagen de Chávez. Um detalhe revelado com cutucadas e piscadelas numa entrevista dupla, um ano depois, época em que já estavam casados e Rodríguez trabalhava arduamente na campanha para eleger o marido.

O momento foi fortuito. Chávez já tinha se casado antes, com Nancy Colmenares, uma mulher simples e discreta, de seu estado natal, Barinas. Tivera com ela três filhos, Rosa Virginia, María Gabriela e Hugo Rafael. Divorciaram-se logo após a tentativa de golpe de 1992, quando Chávez tornou-se uma celebridade e político em tempo integral. Por volta dessa época, ele também pôs fim a um caso de mais de uma década com Herma Marksman, uma historiadora residente em Caracas que auxiliara sua conspiração clandestina. Depois de sair da prisão, o feroz e articulado rebelde desfrutou de ligações amorosas com ardentes admiradoras. Rodríguez, porém, engravidou e tornou-se sua esposa. Eloquente e bonita, provou ser um trunfo importante na eleição de 1998, tranquilizando eleitores preocupados com o viés rude e militar de Chávez. No ano seguinte, a própria Rodríguez foi eleita para a Assembleia Constituinte, tornando-se a política mais popular do país depois do presidente.

Eles apareciam na sacada de Miraflores — agora apelidado de Sacada do Povo — e provocavam

urros na multidão ao se beijarem. Participaram de um desfile militar em carro aberto, evocando comparações com Eva e Juan Perón. Durante um programa no Dia dos Namorados em 2000, Chávez olhou maliciosamente para a câmera e disse: “Marisabel, esta noite você vai receber o que é seu.” Alguns consideraram isso vulgar; muitos outros caíram na gargalhada. O gesto não só ressaltava sua virilidade — na Venezuela dormir com alguém é “conquistar” a pessoa —, mas também o fato de ele ter vencido barreiras de raça e classe social. Nessa sociedade de diversos matizes, muitos pais incentivavam as filhas a encontrar parceiros de pele clara para produzir bebês brancos e assim “aprimorar a raça”. E lá estava aquela Desdêmona de porcelana partilhando a cama com um *zambo*, nome dado aos mestiços, com tom de pele acobreado.

Rodríguez acolheu *dignificados* em La Casona, desfrutou de um breve poder na Assembleia Constituinte e fez seu instrutor de aeróbica ser nomeado vice-ministro dos esportes. Sua influência política feneceu junto com o casamento. Chávez era um *workaholic* contumaz; Rodríguez entrou em conflito com a mãe do presidente, seus filhos adolescentes e seu séquito. Cochichavam que ela era louca, que a *primera dama* era uma prima-dona que exigia que um helicóptero militar lhe trouxesse leite e cereais na praia e que levava o jato presidencial para a Disney World. Suas discussões, bem como o desagrado de Chávez com La Casona, levaram-no a passar mais noites em Miraflores. Em 2001 ele a afastou da ribalta, e em 2002 ela deixou La Casona, regressando a Barquisimeto. Logo se divorciaram.

Isso poderia ter prejudicado a imagem do comandante, especialmente depois que o casal protagonizou uma ruidosa disputa pública pela guarda da filha e que Rodríguez se casou com o instrutor de tênis. Em vez disso, aconteceu uma coisa curiosa. Chávez jurou permanecer solteiro pelo menos até 2021, o aniversário de duzentos anos da vitória definitiva de Bolívar sobre os espanhóis, e descartou os romances públicos. Não haveria mais declarações atrevidas para a câmera nem beijos ardentes em sacadas. Daí por diante, a mãe e as filhas seriam as únicas mulheres a segurar sua mão em público. Oficialmente, a vida amorosa do comandante cessou. Aos olhos do público, ele se casou com a revolução.

Corriam boatos dentro e fora do palácio sobre relacionamentos com atrizes, jornalistas, ministras e filhas de ministros. O touro, os funcionários diziam com uma piscadela, não estava aposentado. Mas tudo era manejado com prudência, até mesmo decoro. A mídia, inclusive os canais de TV e jornais de oposição, fez descer um véu em torno do assunto, sem ventilar nada, como se o moderno jornalismo de tabloides e fofocas eletrônicas pertencesse a outra era. A Venezuela recordava a fornicação em série de Bolívar — ele ia alegremente para a cama com camponesas, esposas de comerciantes e duquesas durante as guerras da independência — com um sorriso indulgente. Muitos maridos venezuelanos mantinham relacionamentos paralelos. Se Chávez estava imitando o libidinoso Libertador, melhor para ele, era o consenso.

Miraflores estava tomado por cochichos que todos repetiam, mas poucos realmente sabiam o que se passava em primeira mão. Os funcionários adquiriam esse conhecimento não por algum cargo privilegiado, mas por meio de alguma particularidade da arquitetura do palácio, um cubículo num ponto estratégico, uma mesa adjacente a conversas delicadas.

Carla trabalhou no setor de protocolo. Estava aposentada e não queria pôr em risco sua pensão, de modo que pediu que seu nome fosse alterado. Ela disse: “Mesmo antes de se divorciar de Marisabel, o presidente teve amantes muito lindas. Uma das primeiras foi uma das minhas superiores, uma chefe de departamento. Olhos verdes, cabelo ruivo, pele clara, um belo corpo. Eu me perguntava como uma pessoa tão linda podia ficar com alguém tão feio, mesmo sendo o presidente. Um dia, brinquei com ela dizendo que ele devia ser ruim de cama porque ela não estava com a melhor das aparências. Ela apenas riu. Quando uma venezuelana tem um amante ruim, ela fica desleixada, sabe? O cabelo perde o brilho.” Carla estava na casa dos sessenta, mas tinha um modo provocante, direto, e cabelo particularmente brilhante. “Quase todos os dias minha chefe estava com boa aparência. Ela era apaixonada pela causa e levava uma vida boa. Sempre que roubavam seu carro, ela ganhava um novo no dia seguinte. Meus colegas contabilizaram 39 amantes e diziam que havia filhos aqui, ali, em todo lugar, crianças parecidas com o presidente, mas eu não sei nada sobre isso. Eu só sabia sobre La Loca [A Louca], que o visitava na prisão, La Hermosa [A Formosa], uma argentina realmente maravilhosa, e a filha de um ministro. Todas pareciam satisfeitas; talvez o presidente tivesse lá suas habilidades. Mas há quem diga que um mau dançarino é sempre um mau amante. E aquele homem não sabe dançar.”

DESERTORES

Para Carlos García, nenhum momento especial, nenhuma epifania sinalizou a mudança promovida pela revolução. Jeans azuis, botas, bigode espesso, mãos fortes com unhas bem-afaradas, rosto enrugado pelo sol, ele não se importava muito com a política nem com Caracas, a centenas de quilômetros e um mundo de distância. Importava-se com sua família, seus trabalhadores e com o gado na fazenda de seiscentos hectares, uma colcha de retalhos formada por campos lavrados e estradas de terra nas planícies, os *llanos*, do estado de Barinas.

García votara em Chávez para dar uma sacudida nas coisas. Essas pradarias férteis podiam ser o celeiro da América do Sul, mas a migração lhes esvaíra de toda a vida. Durante décadas camponeses tinham vendido seus pequenos terrenos e partido para as cidades costeiras do norte em busca da riqueza do petróleo, deixando o solo nas mãos de uns poucos fazendeiros ricos que aproveitavam apenas uma parte de suas vastas posses. Podia-se andar de carro durante horas nas estradas esburacadas sem encontrar sinal de homem, rebanho ou plantações. Na época da colheita de cana-de-açúcar, milho, sorgo e bananas, os fazendeiros contratavam os poucos lavradores que restavam; depois, os trabalhadores retornavam a suas palhoças e a sua miséria.

O fazendeiro apoiara Chávez porque ele criticava com veemência o desperdício e as velhas desculpas, além de ser da região, nascido e criado em Sabaneta, uma cidadezinha empoeirada, desbotada pelo sol, não muito longe da fazenda de García. “Até que enfim”, disse ele aos filhos na sua voz baixa e rouca, “um sujeito de coragem. Alguém que vai fazer as coisas andarem.” Alguns dos vizinhos de García, velhos latifundiários conservadores, não votaram em Chávez, mas na época da posse foram arrebatados pela empolgação de ter um jovem e carismático rebelde em Miraflores. Naquelas semanas de euforia, a popularidade nacional de Chávez beirava os 90%.

Todos os lavradores de García, é claro, votaram no comandante. Seus ancestrais haviam lutado em milícias durante as guerras civis que se seguiram à independência da Espanha, e uma empedernida rebeldia perdurava. García conhecia desde a infância aqueles homens magros, endurecidos, com jeans surrados e facões. Alguns viviam em casas de alvenaria, madeira e zinco nas suas terras; outros, numa

terra de ninguém tomada por matagais, onde habitavam em pequenas cabanas de barro com janelas minúsculas, como nos tempos de Bolívar. Quando havia trabalho, ele lhes oferecia; quando não havia, eles se viravam. García tinha um bom relacionamento com eles, mas outros latifundiários podiam ser implacáveis. Durante disputas relativas a pagamentos e condições de trabalho, costumavam chamar a polícia, ou seguranças particulares armados, e, se necessário, descer o cacete.

Em geral, García não ligava muito para política. Seu dia começava na friagem que antecedia o amanhecer, quando ele iniciava o percurso por suas terras, a lua ainda cintilando no céu; prosseguia sob o sol escaldante do meio-dia; e se encerrava depois do crepúsculo, quando jantava com a família numa enorme sala com ar-condicionado. García ficava sabendo das notícias graças a fragmentos de transmissões de rádio, quando sua picape Ford salpicada de lama passava por áreas onde havia recepção. Ele ouvia trechos dos discursos de Chávez, que com frequência eram transmitidos obrigatoriamente em cadeia nacional por todas as estações de rádio e televisão.

Parecia que todo dia havia algum discurso, às vezes vários. O presidente, dizia García com um sorrisinho maroto, gostava de falar. E era óbvio que pensava grande. Poucos meses depois da posse, ele declarou: “Temos de resgatar a nação, reconstruí-la, embelezá-la. A Venezuela está saindo de um terrível pesadelo (...) A Venezuela voltará a ser digna; está marchando rumo à dignidade. A Venezuela voltará a ser grande; está marchando rumo à grandeza. A Venezuela voltará a ser gloriosa; está erguendo o estandarte da glória, da glória de seu povo, da esperança de seu povo.”

Para García, o primeiro ano do comandante justificou tal otimismo. Houve uma nova constituição, aumento nos preços do petróleo, conversas sobre investimentos na agricultura e vocabulário abrangente. Chávez falava do renascimento da nação *para nosotros*, para nós, e da revolução como sendo *para todos*. Mas quando as chuvas do outono de 2000 deram lugar à úmida primavera e ao escaldante verão de 2001, alguma coisa começou a incomodar García. Houve uma mudança no tom do presidente, uma arrepiante belicosidade defensiva. Ele começou a referir-se a si mesmo na terceira pessoa e a remoer as críticas recebidas, não importando quão obscura a fonte ou remoto o conteúdo. Quando um acadêmico visitante o comparou a Mussolini, Chávez poderia ter ignorado, mas, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa, fez do comentário a parte central de um discurso em junho de 2001. “Ele não está desrespeitando Chávez, não pensem que estou me queixando, eu faço tudo isso por vocês, porque este povo, o nosso povo, merece respeito. Aqui temos uma democracia. E quando alguém vem dizer que Chávez é um tirano, um ditador, aí está agredindo o povo que me elegeu.”

Agora havia algo na forma como ele dizia *nosotros* e *todos*, na forma como ele atacava a *oligarquia*, que incomodava García. Como candidato, Chávez dissera as mesmas coisas, mas agora estava no trono, não no palanque, e deveria estar governando, e não fazendo campanha. O ressentimento do presidente parecia preencher as ondas de rádio e TV. Ele anunciou “ataques frontais” e “ofensivas” contra obstáculos políticos, como se ainda fosse um comandante de tanque. Denúncias da *oligarquia*

descambaram em insultos contra *ellos e esa gente*.

O que García achava perturbador no discurso do presidente empolgava seus lavradores. “Terra livre e homens livres! Eleições livres, e horror à oligarquia!” O famoso grito de guerra, que raramente se ouvia desde as guerras civis do século XIX, voltou a ressoar. Imundo e exausto após um dia nos campos, García, mudando de marcha em meio a sacolejos numa estrada de terra, recostava-se e balançava a cabeça para o rádio. Os lavradores, espremidos atrás na picape, igualmente imundos e exaustos, inclinavam-se para a frente, para captar cada palavra. Para o fazendeiro, a compreensão chegou aos poucos. Quando o presidente dizia *nosotros e el pueblo*, César García não estava incluído.

Fazendeiros vizinhos tinham a mesma sensação, e logo a associação dos criadores de gado em Caracas fez um protesto formal. Mas isso só deixou o presidente ainda mais hostil. “Não vamos continuar aceitando que haja grandes latifundiários que abandonam suas propriedades enquanto a maioria não tem um único hectare, um único metro quadrado para plantar um pé de cana ou de bananas”, ele contra-atacou. Então, em outubro de 2001, o machado caiu: “Digamos que você tenha cinco hectares e que o sujeito do seu lado tenha quatrocentos”, disse o presidente a uma multidão. Fez uma pausa para que a injustiça ficasse clara. “Não, não pode ser assim (...) Precisamos acabar com os latifúndios!” E ergueu a voz para berrar: “O latifúndio é o inimigo do país.” García olhou alarmado para seus trabalhadores, seus companheiros de brincadeiras de infância que nunca desfrutaram dos mesmos privilégios e que agora esticavam o pescoço para o rádio para ouvir melhor o presidente. Será que eles viam a ele, García, dessa forma? Como um explorador? Como um agente do preconceito e da iniquidade? Como Chávez ousava fazer uma coisa dessas? Ao diabo com Chávez! César García tornou-se o que Chávez dissera dele: um inimigo da revolução.

Em novembro de 2007, ele permanecia na fazenda, ainda dirigindo sua picape. Seis anos tinham se passado desde que Chávez declarara guerra aos latifúndios. O governo se apropriara de mais de doze milhões de hectares de terras rurais consideradas ociosas ou adquiridas ilegalmente. Como suas propriedades eram relativamente pequenas, García ainda mantinha os negócios, mas camponeses haviam ocupado fazendas vizinhas com apoio da polícia, de soldados e de funcionários do Ministério da Agricultura. O governo chamou isso de libertação; os fazendeiros chamaram de invasão. Colheitas foram queimadas, e houve apreensão de equipamentos e rebanhos. Bandos de criminosos vinham sequestrando fazendeiros e pedindo resgate. García contratara dois seguranças para patrulhar o perímetro a cavalo, mas sabia que eles seriam impotentes diante da chegada de caminhões lotados de camisas vermelhas. “As coisas estão ruins, muito ruins”, dizia ele na sua voz mansa e rouca. “Ficamos ouvindo boatos de uma invasão. Não há muito a fazer, a não ser ficar de olho e ter alguma ideia de quantos. E quando.” Depois de um dia verificando o que sobrara do gado — estava se desfazendo dos animais —, García semicerrou os olhos em direção ao sol poente. “É tarde. Hora de ir para casa.” Ligou o motor, e nós rodamos pela pista deserta. Havia chovido e a terra estava macia. Pássaros

voavam em círculos sobre nós, presságio de mais chuva. Não havia nada em volta a não ser campos, sombras e vazio, mas García conferia o retrovisor e olhava para os lados como se estivesse numa rodovia movimentada. “Por causa desses sequestros, alteramos os nossos trajetos. E não saímos à noite. Ficamos dentro de casa e vivemos como prisioneiros.” O rádio permaneceu desligado. García não tolerava mais a voz de Chávez dentro do seu carro.



Isso porém é pular um trecho da história, acelerar o ritmo dos acontecimentos. No final de 2001, as expropriações, as apreensões e as “libertações” permaneciam no futuro. Ninguém sabia ao certo o que estava por vir. Mas o fazendeiro que, três anos antes, votara no presidente com tanta esperança agora o detestava e temia. García não estava sozinho. Milhões passaram por uma transformação similar, distanciando-se da euforia coletiva da época da posse de Chávez, ficando mais e mais intrigados, depois ansiosos, e finalmente enfurecidos. Contudo, outros milhões permaneceram leais. Seu fervor ardia com intensidade crescente.

A divisão estava gravada na geografia de Caracas. A capital foi construída ao longo do contorno de um vale estreito, incrustado entre as montanhas costeiras. Sua elevação em relação ao mar dava à base do vale um clima de savana tropical, com brisa constante; era aí que morava o dinheiro. Os mais ricos residiam em mansões espetaculares, com mangueiras, piscinas e muros altos. Aqueles que não eram tão abastados moravam em condomínios elegantes, guardados por seguranças e com vista para o Ávila. Os quase ricos alugavam apartamentos menores com vista para a cidade. As montanhas em torno do vale eram para os pobres, descendentes de camponeses imigrantes que improvisavam barracos miseráveis nos espaços ainda livres nas encostas. Quanto mais alto se subia, mais estreitas as vielas e mais frágeis as estruturas. Toda manhã, os moradores da montanha pegavam micro-ônibus para descer as tortuosas ruas até a base do vale, um reino de torres de vidro e portões eletrônicos. Ali vestiam uniformes para trabalhar como empregadas, varrendo, cozinhando, passando, ou colocavam um crachá para trabalhar como seguranças, observando, registrando, cumprimentando. Ao cair da tarde, com o vale alimentado e com gelo no uísque escocês, os ônibus levavam os visitantes de volta encosta acima, para casa, onde os aguardava um jantar de feijão com arroz. Os morros conheciam intimamente o vale; sabiam como seus moradores gostavam que as toalhas fossem dobradas, o suco, preparado e o bife, temperado. O vale não conhecia nada dos morros. Os barracos eram feios, esquisitos, uma terra estrangeira “lá em cima”. Na escuridão da noite, ao longe, tudo que se podia ver dos morros eram milhares de luzes piscando como a Via Láctea. E até mesmo esse espetáculo era desdenhado pelo vale, que preferia fechar as cortinas.

Antes de Chávez, essa desigualdade cozinhava, mas não fervia. Radicais de esquerda, respaldados

por Cuba, tentaram uma insurgência guerrilheira na década de 1960, mas a campanha fracassou por falta de apoio popular. A jovem democracia da Venezuela, movida a petróleo, comprou a aquiescência da população com eleições e fartura em forma de subsídios, empregos e habitação. Os pobres não recebiam muito, mas era o bastante para que permanecessem passivos. A única exceção foi o Caracazo de fevereiro de 1989, quando os baixos preços do petróleo e as medidas de austeridade deflagraram tumultos e um brutal colapso estatal. Após uma década de estagnação, a classe média e os ricos estavam tão cansados quanto os pobres, e assim os dois mundos, o vale e os morros, se uniram em apoio a Chávez, o candidato insurgente.

As elites tradicionais tinham tanta certeza de seus direitos e de seu poder que esperavam controlar o comandante. Enquanto era candidato, Chávez deixou que pensassem assim, e nos primeiros anos no poder não tocou na riqueza delas. Sua política econômica era moderada — ele cortejou investimentos estrangeiros e chegou a dar passos para privatizar as telecomunicações — a ponto de radicais frustrados o acusarem de neoliberalismo. Mas ele atacou metodicamente as forças de influência política das elites, dissolvendo o velho Congresso, demitindo juízes, purgando as instituições estatais. Para completar, ele os insultava, rotulando-os de, entre outras coisas, “oligarcas repugnantes” e “porcos estridentes”. Nenhum presidente jamais falara dessa maneira, muito menos para se referir àqueles que se achavam os donos do país. Um grito de decepção ressoou pelo vale. Nós deveríamos ter imaginado! Ele é tão vulgar, tão grosseiro. As elites ficaram nervosas. Essa era a linguagem da luta de classes. Seus ancestrais *criollos* haviam temido levantes dos escravos, e agora eles é que precisavam observar os morros, com medo de que os tambores de Miraflores despertassem os *barrios*.

Não havia mistério nos ataques de Chávez aos plutocratas — sua acusação de que eles saqueavam a riqueza de petróleo do país era essencialmente correta —, mas sim na sua rejeição à classe média. O comandante demonstrou talento para insultar não apenas fazendeiros de médio porte como César García, mas outros grupos que, a seu ver, obstruíam o progresso. Quando pais e professores protestaram contra uma proposta de reforma educacional — os livros de história seriam reescritos e a instrução militar seria ampliada —, ele os chamou de egoístas. “Eles vivem muito bem, com bastante conforto”, disse a uma multidão ruidosa no começo de 2001, num momento lembrado na biografia de Chávez produzida pelos jornalistas venezuelanos Cristina Marcano e Alberto Barrera Tyszka. “Casas bonitas, apartamentos bonitos, eles não têm problemas; seus filhos frequentam boas escolas e viajam para o exterior. Ninguém os critica, mas alguns deles não percebem que houve uma mudança em dezembro de 1998 (...) Eles encaram os outros com o nariz em pé, como se nós fôssemos ralé. Sim, somos a mesma ralé que seguiu Bolívar (...) O decreto entrará em vigor, e eu serei seu principal supervisor.” A multidão rugia, e ele lançou um desafio à classe média: “Saíam às ruas e olhem para mim! Quanto mais sujeira vocês me arremessarem, mais eu vou jogar em vocês. Isso é o que eu sou.”

Um eleitorado que antes apoiara o comandante agora o questionava, o que levava a arengas e

insultos. Empresários eram “vampiros”. Bispos católicos eram “ignorantes, perversos ou pervertidos (...) O que eles precisam é de um exorcismo, para que o diabo que os possuiu saia de baixo da batina”. Críticos eram vermes, bandidos, hipócritas, moleques mimados, sacos de excrementos. Uma atrás da outra, agressões e ofensas se sucediam, vindas do palácio. Não era tanto o que Chávez fazia, mas o que ele dizia. Seus oponentes eram rotulados de *escuálidos*, algo que sugeria que eram figuras pálidas, insignificantes. Na ocasião, poucos perceberam que havia um método por trás de tudo aquilo, que a polarização era uma estratégia. Uma armadilha. Por trás do falatório havia perspicácia, presciência e sutileza.

O que Chávez dizia era importante. Ele era um mestre da linguagem e da comunicação. Brincava com palavras, resgatava palavras antigas, cunhava termos novos, fazia-as cantar e ferir. Palavras podem provocar reações e criar uma realidade própria. Na Venezuela, as palavras disseminaram ódio e polarização. Os aliados que Chávez desprezara encontraram uma voz e responderam com mais insultos. Marcharam por Caracas, levando faixas e megafones e chamando-o de tirano, ditador, lunático. Faziam piadas racistas dizendo que *mi comandante* queria dizer na verdade *mico mandante*. Batiam panelas e caçarolas, um tipo de protesto conhecido como *cacerolazo* — panelaço — que encheu a cidade de clangores. Jornais e canais de TV privados — na época um Golias em comparação com a presença insignificante do Estado na mídia — disseminavam uma mistura pestilenta de relatos factuais, exageros e mentiras. Esse ódio gerou uma reação igual e contrária nos pobres, o vasto exército de lavradores, empregadas e seguranças que adorava Chávez ainda mais e odiava aqueles que o odiavam. Cada lado encarava furiosamente o outro, rosnando sem buscar entender. Um estopim fora aceso.



No folclore da revolução, dois homens atendiam pelo nome indígena Guaicaipuro: um era herói, o outro, traidor. O herói foi um guerreiro que uniu as tribos do vale de Caracas contra os primeiros intrusos espanhóis. Ele não era apenas um cacique, mas um *guapotorí*, um chefe de chefes. Guaicaipuro matou e afugentou os homens barbados caçadores de ouro e protegeu as terras de seus ancestrais durante anos, inspirando outras tribos a resistir. Mas, em 1568, tropas espanholas localizaram sua choupana em Paracotos, cercaram-na e atearam fogo nela. Guaicaipuro saiu em meio à fumaça e às chamas, roubou uma espada e se lançou contra os invasores. Eles o destroçaram. Chávez alçou o chefe à posição de mártir e encomendou uma estátua de bronze que o retratasse como uma figura enorme e musculosa saltando para o combate. Ele também rebatizou o dia 12 de outubro, Dia de Colombo, como o Dia da Resistência Indígena.

O outro Guaicaipuro vivia em Bello Monte, um bairro tranquilo de casas, apartamentos agradáveis e

muros altos no município de Baruta, assim denominado em honra ao filho do Guaicaipuro original. Um corredor azulejado com cadeiras elegantes e duras conduzia a uma sala compacta e arrumada. Um retrato grande e severo de Bolívar pendia em uma das paredes. As outras estavam cobertas de mapas e livros. Um boxer entrou trotando, seguido de um chihuahua, e depois do dono. Guaicaipuro Lameda estava na casa dos cinquenta anos, era de altura mediana, tinha bigode espesso e olhos castanhos. Usava uma camisa de mangas curtas bem passada por dentro de uma calça jeans azul-escura, que também parecia bem passada. Bateu levemente os calcanhares enquanto apertava minha mão com firmeza. O que tornava sua aparência surpreendente era a cabeça calva, pontuda, em formato de ovo.

Era março de 2011. Uma década antes, Lameda fora uma peça-chave no xadrez palaciano de Chávez, um cavalo que supostamente deveria saltar sobre as linhas de batalha e dar um xeque-mate na oposição. Ele seguiu as ordens por algum tempo, mas então algo aconteceu, e num momento de clímax Lameda mudou de lado. Ele tivera um assento privilegiado junto ao trono de Chávez durante os três primeiros anos. Sua deserção representou o momento em que o ódio infectava os dois lados com uma temeridade que beirava a loucura.

Parecia que metade do país pensava que ele devia estar na cadeia e a outra metade o considerava um herói. Sua voz preservava a autoridade do general que ele fora. Às vezes, ele se levantava para consultar um arquivo — com documentos duplicados e organizados de forma meticulosa — para preservar a ordem sequencial de suas lembranças. Disse que seu pai o batizara em honra ao guerreiro indígena que no passado ocupara o vale. Oficial do exército e executivo da indústria petrolífera, seu pai também alimentava uma paixão pelas forças armadas e por números. Quando Lameda entrou na academia, em 1971, o exército reconheceu sua inclinação pela administração e o treinou em logística e finanças. Por um breve período, o caminho de Lameda cruzou com o de um cadete que entrara um ano depois dele, um *llanero* afável e magricela que, como seus conterrâneos, adorava falar e fazer piadas. “Não éramos próximos. Tínhamos interesses diferentes. Chávez gostava de esportes e teatro. Vivía montando peças e apresentações. Uma vez estávamos num jogo de guerra no campo, e ele foi encarregado do comando. Pareceu mais uma obra de teatro do que um exercício militar. Não gostei daquilo.” Nos anos 1980 e começo dos 1990, eles se viam vez ou outra no Fuerte Tiuna, o imenso quartel-general da guarnição militar de Caracas, mas Chávez sabiamente não tentou arregimentar o colega caxias para a conspiração.

Era óbvio que Chávez respeitava a habilidade dele, porque, logo depois de eleito em 1998, convidou Lameda, então general de brigada e diretor de orçamento do Ministério da Defesa, para administrar o orçamento nacional. O presidente eleito disse que queria substituir as práticas burocráticas corruptas da “Quarta República” — o decadente sistema democrático vigente — por uma “Quinta República”, um governo eficiente e enxuto. Isto é, não haveria mais desvios de verba presidencial, déficits fiscais,

crises financeiras ou desvalorizações. “Tivemos uma longa conversa. Ele me disse que seu período na prisão lhe dera a chance de refletir e preparar um plano de governo.” A missão de Lameda seria comandar a marcha dos números do orçamento e mantê-los em formação. Ele bateu os calcanhares e aceitou a tarefa.

“O preço do barril de petróleo estava em torno de dez dólares, e o tesouro estava vazio. O governo anterior nos deixara totalmente sem dinheiro, sem fundos. Foi muito difícil, mas demos um jeito. Fizemos um ajuste fiscal e equilibramos o orçamento. Então, em 2000, os preços do petróleo começaram a subir, e tivemos um superávit.” Lameda ajudou a administrar um fundo especial para a nova riqueza. A ideia era poupar para o futuro e liberar frações, se necessário, para o executivo, governadores estaduais e prefeitos. “Uma política responsável. Isso durou até 31 de março de 2000. Foi quando o presidente anunciou que o governo gastaria mais do que receberia.” A data mal figura em artigos e livros sobre a revolução, mas para Lameda foi um Rubicão. Uma travessia para a *irresponsabilidad*, da qual, conforme ele descobriria depois, não haveria retorno. “Numa reunião ministerial para tratar do assunto, Chávez me disse que eu estava lá para escutar e executar e não para opinar. No final, eu falei que ele acabara de decretar uma desvalorização da moeda, porque iríamos gastar demais. Ele bufou e disse que não queria a minha opinião.” Lameda imitou o tom de voz de Chávez e gesticulou: “Meu governo não será irresponsável como o de nossos predecessores. Para mim, ‘desvalorização’ é palavrão.” O general suspirou e sacudiu a cabeça. “Chávez não dá a mínima para a economia. Essa era a grande diferença entre nós. Ele só se importa com política. O dinheiro é um acessório.”

Após o embate em março de 2000, Lameda sentiu como se as nuvens sobre o Ávila tivessem deslizado para o vale e formado um nevoeiro em torno de El Silencio, o círculo de ministros, repartições, bancos e escritórios em torno do palácio presidencial. Os objetivos e as estratégias ficaram obscuros, as metas mergulharam na neblina. A autoridade de Lameda como diretor do orçamento pareceu se dissipar. Ministros não retornavam suas ligações, perdiam seus relatórios, enviavam dados com atraso ou nem chegavam a enviar. Numa manhã de setembro de 2000, ele descobriu que o ministro do planejamento, Jorge Giordani, e o da fazenda, José Rojas, estavam fazendo uma reunião crucial sobre o orçamento nacional para o ano seguinte. Lameda não fora informado nem convidado. Ele correu para o Ministério da Fazenda e mandou uma secretária notificar os ministros de que estava disponível na recepção. A porta permaneceu fechada. Passou-se uma hora. Duas horas. Três. Quatro. O diretor de orçamentos não saiu do lugar. O que fez durante esse tempo? “Folheei revistas.” Ao final do encontro, os ministros escapuliram por outra porta para evitá-lo. As conclusões da reunião seriam submetidas à aprovação de Chávez e então apresentadas à Assembleia Nacional. Imediatamente, Lameda redigiu um memorando a Chávez em que rejeitava o orçamento proposto; mas como poderia ter certeza de que os auxiliares o entregariam? O poder, deduziu Lameda, dependia inteiramente do

acesso ao trono.

A franqueza de Lameda aborrecera Chávez e enfurecera os ministros, cujas avaliações fiscais otimistas haviam sido contestadas, mas, em vez de demitir o general, Chávez o promoveu. O presidente reconhecia a vantagem tática de surpreender tanto os aliados quanto os inimigos. Como comandante de tanques, havia estudado Clausewitz e Sun Tzu sobre a arte das emboscadas. Como conspirador, havia aprendido sobre o sigilo e a intriga. No poder, usava a imprevisibilidade para impor autoridade. Ministros ambiciosos divisavam uma política, ou tramavam contra um rival, tentando persuadir de alguma forma o comandante. Quando menos esperavam, Chávez puxava o tapete e todo mundo — menos ele próprio — se embolava.

Os rivais de Lameda perceberam que sua campanha saía pela culatra. Em outubro de 2000, o irritante general foi alçado a uma posição de imenso poder e prestígio: presidente da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), a estatal venezuelana. O guardião da galinha dos ovos de ouro. O petróleo da Venezuela fora explorado por grandes corporações ocidentais até 1976, quando Carlos Andrés Pérez, no seu primeiro mandato presidencial, nacionalizou a indústria e transformou a PDVSA num gigante corporativo. A empresa tinha trinta mil funcionários e extraía três milhões de barris por dia, constituindo-se na quinta maior exportadora do mundo, responsável por 50% da renda do país. Era saudada como prova de que uma empresa estatal podia concorrer com gigantes como a BP, a ExxonMobil e a Chevron.

Para Chávez, o problema era que a PDVSA operava como um Estado dentro do Estado. Seus executivos formados em Harvard consideravam-se uma elite tecnocrata. Seres presunçosos, metidos a superiores, que voavam em jatinhos privados sobre a confusão criada no restante da Venezuela por um bando de políticos incompetentes. Eles alimentavam a renda do Estado, sim, mas retinham muito para ser reinvestido na companhia — até demais, segundo alguns críticos — e regulavam os pagamentos ao governo sem constrangimento. Miraflores rogava em vão por mais. Desculpe, Sr. Presidente, este ano é só isso, boa sorte. Era assim que a Venezuela funcionava havia muito tempo, só que Chávez não tinha paciência para ficar implorando a jovens executivos que usavam calças de sarja bege e jogavam golfe. Ele queria o controle. A missão de Lameda era domar os executivos e aumentar o fluxo de petrodólares para o Estado. Lameda não tinha nenhuma experiência com petróleo, mas entendia de números e poderia decifrar os truques contábeis e subterfúgios legais que a PDVSA usara para lograr os governos anteriores. E, igualmente importante, ele era um soldado e, portanto, havia jurado lealdade ao seu comandante em chefe.

Lameda afagou o boxer que se esfregava ao lado da mesa e sorriu. “Chávez e eu tivemos nossos problemas, mas eu sempre lhe disse a verdade. Havia ministros que tentavam esconder as notícias ruins. Eu não. Eu falava, e isso o perturbava. Você sabe que a coisa mais fácil do mundo é tapear um presidente.” Lameda tirou de uma gaveta pastas marrons espessas e as empilhou. “Cada ministro põe

uma dessas na mesa dele. Vinte e oito ministros, a pilha vai crescendo. Você acha que o presidente consegue ler tudo? Não. Então cada ministro faz um resumo. Vai tudo bem, senhor, maravilhosamente bem, tranquilo.” Lameda bufou. “Bem, naquela época o déficit crescia muito depressa, mas ninguém se atrevia a dizer. A pressão recaía em cima da PDVSA, e todos os ministros imploravam por mais dinheiro. Providenciei uma reunião em particular com o presidente no palácio. Ele estava cortando o cabelo. Era o mesmo barbeiro de quando éramos cadetes; nós o chamávamos de Don Corleone.” Lameda levava gráficos e tabelas e falava depressa enquanto a tesoura aparava o cabelo em torno das orelhas do comandante. A república devia 2 bilhões de dólares à PDVSA, disse ele, e para tapar o buraco a empresa teria de buscar fundos no exterior. Lameda concluiu com sua sinceridade típica: “Sr. Presidente, eles estão mentindo.”

No dia seguinte, seu telefone tocou. Chávez. “Lameda, estou aqui com os ministros, e estou mostrando os seus gráficos a eles. Vou colocar você no viva-voz para todos ouvirem a sua explicação.” O relatório terminou com a raiva contida dos ministros — mesmo no viva-voz isso ficou óbvio —, mas sem uma decisão de Chávez. O dilema fiscal foi deixado em suspenso. “O que o presidente fez foi deflagrar uma guerra. Eu contra os ministros. Todos começaram a conspirar para me tirar do governo.”

Nesse jogo de gato e rato ao redor do trono, diversas vezes o general foi encurralado por Giordani, o ministro do planejamento, aquele que o deixara de fora da reunião do orçamento. “Quando a história desse governo for escrita, deve haver um capítulo só para ele. É um mestre em mexer os pauzinhos do poder.” Em meados de 2001, Lameda foi deixado de lado até o último minuto na redação de uma lei para espremer mais royalties de empresas petrolíferas estrangeiras. Um comitê de aliados de Giordani rejeitou o pedido de Lameda por mais tempo, depois vazou para a imprensa que certos funcionários estavam postergando a lei, e que eles eram inimigos da revolução.

Era falta de sorte servir a um soberano controlador na era dos celulares. “Cerca de trinta de nós, a maioria ministros, receberam um aparelho telefônico especial, ao qual sempre devíamos atender. Chávez era o número um. Não me lembro de jamais ter recebido alguma ligação agradável nele. Ele me ligou diversas vezes às três da madrugada para perguntar sobre isso ou aquilo, mas na verdade o objetivo era mostrar que ele podia fazer isso. Uma demonstração de poder.” A esposa de Lameda, que entrou na sala nesse momento da entrevista, estremeceu à menção do telefone. “Foi há uma década, e ainda me lembro do toque.” O general sentia o orgulho ferido por ter de se submeter de maneira tão absoluta a um ex-tenente-coronel, então apelou para a impertinência. Certa vez, Chávez ligou quando ele estava no Chile, negociando um empréstimo de 850 milhões de dólares, para dizer que ele deixara o país sem permissão e devia voltar imediatamente. Lameda se recusou. O presidente considerou isso uma afronta a sua autoridade e citou Bolívar: “Chamar a si mesmo de líder e não agir como líder é o cúmulo da vileza.” Lameda replicou, da sua parte: “Eu sou presidente da PDVSA e não sou vil.” Em

sua mesa repousava uma placa com os dizeres da conversa gravados, presente de um amigo.

As relações entre os dois homens se deterioraram. “Ele percebeu que eu não usava palavras como ‘compatriota’ e não ria de coisas supostamente engraçadas. Sou muito transparente; não sei esconder os sentimentos. Ele disse: ‘Lameda, você não absorve a revolução.’ Eu respondi que era um tecnocrata e não queria fazer declarações políticas.” Férias não proporcionaram alívio para a crescente tensão. No outono de 2001, Lameda recebeu uma ligação do número um. Seu coração se apertou. “Chávez perguntou onde eu estava. Eu disse: ‘Meu presidente, serei preciso. Estou de férias, sentado num banco no Dolphin Mall, em Miami, na frente da Victoria’s Secret, onde minha mulher está comprando roupa íntima.’” O comandante desligou, e voltou a ligar no dia seguinte para ordenar seu retorno imediato para uma reunião urgente. “Era 11 de setembro. Quinze minutos depois, eu vi um avião atingir as Torres Gêmeas. A volta foi um pesadelo, mas peguei o último voo antes que o aeroporto fosse fechado. Apresentei-me no palácio imediatamente. Mandaram-me esperar, e então um auxiliar me disse que o presidente não precisava mais me ver, que eu podia ir para casa.”

O comandante homenageou Guaicaipuro com pompa e circunstância naquele mês de dezembro, transferindo os restos mortais simbólicos do guerreiro para junto dos de Simón Bolívar no Panteão Nacional. E conduziu o outro Guaicaipuro, de forma lenta e sem glória, rumo à irrelevância. Aliados na empresa petrolífera foram obrigados a sair. O governo adquiriu empresas de energia deficitárias, apesar da oposição de Lameda. O comandante mandou o general demitir um colega por suspeita de que ele planejava seu assassinato. Chávez ordenou que Lameda doasse 1 milhão de dólares dos lucros do petróleo para a oposição na Bolívia e ficou irritado quando ele se recusou, citando regulamentos. Apelidos zombando da aparência de Lameda começaram a aparecer na mídia estatal: Cabeça de Cone, Cabeça de Bala, Cabeça de Ovo. Giordani, o ministro do planejamento, voltou ao ataque, emboscando o general em reuniões, omitindo relatórios, contradizendo as estimativas da PDVSA. Lameda revidou. Giordani, conhecido por todos como um homem honesto, não podia ser acusado de corrupção. Em vez disso, Lameda deu a Chávez um dossiê exclusivo em que fazia diferentes alegações acerca de seu atormentador: Giordani nascera na República Dominicana; Giordani era espião de Cuba; Giordani liderava uma obscura conspiração socialista chamada grupo Garibaldi. Chávez riu e disse que Lameda estava imaginando coisas.

Em fevereiro de 2002, Chávez o demitiu. O presidente queria um guardião mais prestativo na caverna de Aladim. O fato foi anunciado no sábado de carnaval, quando os venezuelanos estavam na praia, bebendo, batucando e dançando. Naquela semana ninguém lia jornal. O presidente, disse Lameda, falou que ele podia permanecer no governo e assumir um cargo inferior. O general ponderou por um instante, depois declinou, e também solicitou sua saída imediata das forças armadas. Ele queria cortar todos os laços.

Foi um momento decisivo. Lameda simbolizava as normas antiquadas, o homem sério dos números

que preservava o fluxo de petróleo e as contas da nação em meio às trovoadas retóricas de Chávez. E agora ele estava de saída. O comandante dera a Lameda, e ao país, uma escolha. Com ele ou contra ele. Não se tratava de ideologia ou de grandes diferenças políticas. No fundo, tratava-se dele. Lameda fora lançado para a PDVSA a fim de dobrar os barões elitistas à vontade do comandante, mas, pouco a pouco, perdera a fé no líder. A personalidade e o estilo de Chávez o perturbaram, enquanto os barões o fizeram se sentir como um deles. Então ele trocou de lado.



Ao final de 2001, três protagonistas movimentavam os acontecimentos na Venezuela. Um deles, obviamente, era Chávez. Depois de obter poderes especiais da Assembleia Nacional, ele emitiu 49 decretos relacionados à agricultura, à indústria e às instituições estatais. Poucos eram realmente radicais, mas a falta de consultas e o sigilo que envolveu sua redação enfureceram fazendeiros, líderes empresariais e sindicatos. Luis Miquilena, mentor político mais idoso do presidente, dono de grande influência, desistiu, desesperado. “Essa linguagem revolucionária mentirosa (...) Eu dizia a ele: ‘Mas você não tocou num único fio de cabelo do traseiro de ninguém no setor econômico! Você criou a economia mais neoliberal da história da Venezuela. E, no entanto, continua a iludir as pessoas, dizendo que está começando a revolução blá, blá, blá. Ou seja, você ilude os revolucionários malucos que temos aqui e assusta as pessoas, os empresários que poderiam ajudá-lo a construir o país.’” Isso ele disse anos depois aos biógrafos Marcano e Barrera Tyszka. No fim de 2001, a velha raposa ainda ocupava um ministério, mas preparava-se para saltar fora. Perdera a fé em seu protegido. E talvez sentisse o que estava por vir.

Um segundo protagonista era a mídia privada, especialmente as redes de televisão Globovisión, RCTV, Venevisión e Televen. Elas desencadearam uma implacável artilharia contra Chávez, criticando, condenando, exagerando e distorcendo tudo que ele dizia e fazia. Apresentadores de noticiários, repórteres e entrevistadores uniam-se numa estridente e contínua diatribe, retratando o presidente como um ogro, uma ameaça descontrolada à sociedade. Aquilo alimentou um movimento de protesto composto sobretudo por profissionais da classe média. Alguns ostentavam o insulto *escuálido* com orgulho. Essas pessoas organizavam greves e vaiavam o comandante nos jogos de beisebol, de modo que ele desistiu de ir aos estádios e passou a ver seu querido Magallanes pela televisão. Interrompiam as transmissões externas do presidente fazendo *cacerolazos* cada vez mais barulhentos, debruçando-se de varandas e ocupando esquinas para bater conchas e panelas. “Vamos gravá-los e fazer um CD”, Chávez brincava com seus auxiliares, mas ele nutria um profundo ódio pelos *cacerolazos*.

E havia uma terceira força. *Los amos del valle*. Os senhores do vale. Magnatas, executivos, generais

e bispos, aliados dos magnatas da mídia, que acreditavam que o *mico mandante* estava indo longe demais. O cardeal de Caracas, monsenhor Ignacio Velasco, servia de ponte entre os militares e os civis. Eles se reuniam em mansões e conversavam até tarde da noite, consultavam o calendário, faziam planos, viravam copos de uísque. Não saíam à luz do dia, ainda não, mas os boatos circulavam. O ar ficou pesado, cheio de expectativa.

Assistindo a tudo isso estavam os americanos. Bill Clinton se fora, e seu sucessor não tinha intenção alguma de convidar Chávez à Casa Branca. George Bush enxergava o presidente da Venezuela pelos olhos de Elliot Abrams, John Negroponte e Otto Reich, combatentes da Guerra Fria que haviam servido nas campanhas de contrainsurgência na América Central durante o governo Reagan, na década de 1980. Em outras palavras, eles haviam facilitado os crimes de guerra dos ditadores de direita. Duas décadas depois, a Guerra Fria estava no passado, mas eles voltaram à Casa Branca com a mesma desconfiança em relação a qualquer movimento de esquerda na América Latina. Para esses agentes do poder americano, Fidel Castro era uma abominação. E agora ele parecia estar criando um herdeiro. Um herdeiro com petróleo. Eles passaram o ano de 2001 sentindo os ventos de Caracas, preocupados com a possibilidade de que lançassem uma tempestade pela região. Depois da queda das Torres Gêmeas, os riscos aumentaram. Nos dias que se seguiram à atrocidade da al-Qaeda, quase todo mundo — inclusive Chávez — manifestou solidariedade aos Estados Unidos. A união foi efêmera. Um mês depois, Chávez condenou os bombardeios americanos no Afeganistão, considerando-os uma “chacina de inocentes” e provocando fúria em Washington.



A imagem tremeu como se o cinegrafista estivesse nervoso, ou talvez apenas animado. O quadro se fechou num par de pés, depois abriu-se para uma panorâmica baixa pela avenida Baralt. Um milhão de pés, talvez mais, marchando para o palácio. Alguns estimavam que era a maior passeata na história da Venezuela. As pessoas haviam atravessado a cidade de leste a oeste, pisoteando o chão e cantando — “vai cair, vai cair” — e agora estavam a apenas alguns quarteirões de Miraflores. De repente, como se obedecessem a uma ordem, todos pararam, hesitantes. Algo bloqueava o caminho. Um vapor cinzento tomou um canto da tela, nublando a imagem. Gás lacrimogêneo. Uma pedra atingiu o asfalto, depois outra, e outra, uma chuva de meteoros. A imagem tremeu outra vez, como se seu portador estivesse correndo. Era 11 de abril de 2002, e o trono estava sitiado.

As imagens do lado de fora de Miraflores que hipnotizaram o país — todo mundo que não se encontrava na passeata parecia estar assistindo — foram substituídas pela logomarca do governo e pelo som de trombetas. “Este é um anúncio especial do Ministério da Comunicação e Informação.” Surgiu o presidente, com ar solene. De terno, estava sentado atrás de uma escrivaninha e emoldurado pela

bandeira venezuelana e por um retrato de Simón Bolívar. “Boa tarde, queridos conterrâneos e conterrâneas da Venezuela. Aqui estamos, como sempre, encarando nossas responsabilidades.” O presidente estava no Salão Ayacucho, batizado em referência à batalha que selou a independência da América do Sul, um cômodo elegante com paredes revestidas de mogno usado para cerimônias transmitidas pela televisão. Ficava sob o palácio, ao lado de uma capela e um calabouço reforçado para resistir a tiros e bombas. Ele continuou: “Eu decidi — segundo meu relógio, faltam quinze minutos para as quatro da tarde — convocar esta transmissão especial de rádio e televisão para mandar uma mensagem a todos os venezuelanos (...) especialmente à minoria que parece não querer ouvir, que parece não querer ver, que parece não querer aceitar a realidade.” Todos os canais foram obrigados a transmitir o pronunciamento. O presidente queria mostrar que estava no comando. Mas não estava.

Enquanto ele falava e monopolizava as telas do país, o caos explodia do lado de fora dos muros do palácio. Coquetéis molotov se estilhaçavam e incendiavam. Balas zuniam. Uma voz gritou: “Eles estão atirando!” Quem estava atirando? Os manifestantes olharam ao redor, em pânico. Os tiros pareciam vir de todas as direções. As pessoas correram em debandada, e os pés se embolavam e se torciam. Havia gente caindo no asfalto e permanecendo imóvel, deitada em poças de sangue. Estava acontecendo um massacre.

A crise começara uma semana antes, com uma transmissão muito diferente do presidente no seu programa de televisão. Efervescente e combativo, ele demitira e humilhara executivos da PDVSA, lendo nomes um por um. “Eddy Ramírez, diretor geral, até hoje, da divisão Palmaven. Fora de campo! Você recebeu a responsabilidade de comandar um negócio muito importante (...) Essa Palmaven pertence a todos os venezuelanos. *Señor* Eddy Ramírez, muito obrigado. O senhor está dispensado.” E soprou um apito, como se fosse um juiz de futebol. O público ovacionou, e o comandante continuou seguindo a lista. “Em sétimo lugar, uma analista, uma senhora (...) Carmen Elisa Hernández. Muito, muito obrigado, *Señora* Hernández, pelo seu trabalho e serviço.” A voz destilava sarcasmo, e ele soprou o apito de novo. “Impedimento!” A transmissão deleitou os simpatizantes e enfureceu os opositores, que disseram basta.

Em poucos dias, a oposição convocou uma greve geral, e em seguida essa passeata. O objetivo pretenso era exigir a readmissão dos executivos, mas na realidade o que se buscava era canalizar o ressentimento que fervilhava nas pessoas — metade do país, segundo as pesquisas — que odiavam Chávez. Os magnatas da mídia e os senhores do vale agiam nos bastidores. Se eles quisessem tentar um golpe, aquele era o momento. Um rio humano ocupou ruas e avenidas, tomou conta das praças, avançou sobre rodovias, cantando, entoando, batucando, batendo panelas. Centenas de milhares de pessoas, alguns diziam mais de um milhão. Na primeira fila, liderando a todos, segurando uma gigantesca bandeira da Venezuela, três homens: Pedro Carmona, Carlos Ortega e Guaicaipuro Lameda. Carmona, com uma postura aristocrata e gentil, dirigia a Fedecamaras, a federação

empresarial. Ortega, um homem enérgico e atarracado, de voz rouca, chefiava a CTV, a maior central sindical do país. Lameda, apenas dois meses depois de sair do governo, simbolizava os trabalhadores demitidos da PDVSA e as pessoas que haviam acreditado em Chávez e depois rompido com ele.

A marcha deveria terminar na sede da petrolífera em Chuao, mas os discursos que exigiam que o presidente recuasse, revertesse o curso, mudasse de tom — caso contrário, sofreria as consequências! — não satisfizeram o turbulento mar de faixas e rostos. Todo mundo já havia ouvido isso antes, e agora, inebriados por seu número e sua energia, queriam mais. Queriam que Chávez fosse embora. Pareceu espontâneo, mas os líderes da oposição, conforme se revelou posteriormente, haviam planejado aquilo. “Vamos para Miraflores!”, berrou Ortega. “Vamos para Miraflores!” E com um enorme rugido o mar voltou a ser rio e avançou pelo vale, para oeste, rumo ao palácio. Era proibido marchar sobre Miraflores, mas a multidão estava indiferente e seguiu adiante, seguiu para varrer Chávez dali.

Na metade da avenida Baralt, a apenas algumas quadras de Miraflores, soldados da guarda nacional e grupos populares pró-Chávez chamados Círculos Bolivarianos ocuparam as ruas transversais. Seus números eram imensamente inferiores, mas estavam armados e decididos a proteger o presidente.

Lameda, de terno amarrotado e gravata torta por ter sido carregado nos ombros para permanecer à frente da multidão, planejara com outros líderes exigir um encontro com Chávez, mas o caminho para Miraflores estava bloqueado. O rio humano atingiu a improvisada defesa chavista. Voaram insultos, e depois pedras. Os manifestantes cantaram o hino nacional. Cada lado examinou o outro, e o clima estava tenso. Lameda subiu na garupa de uma motocicleta e disparou rumo à Venevisión, a maior rede privada de televisão do país, “para explicar”, disse ele depois, “o que estava acontecendo”. Chegando lá, foi recebido por Carmona, o líder dos empresários, e Gustavo Cisneros, o bilionário proprietário do canal.

Enquanto Lameda e outros entrevistados — todos anti-Chávez — explicavam por que o presidente devia renunciar, o impasse na avenida Baralt se transformou em conflito. Pedras, coquetéis molotov, gás lacrimogêneo, tiros. O presidente iniciou sua transmissão, obrigando a Venevisión e todos os outros canais a mostrar sua mensagem tranquilizadora do Salão Ayacucho. A televisão estava conduzindo os acontecimentos, e, enquanto ele falasse, nenhum canal, teoricamente, poderia exibir a violência que acontecia no lado de fora. O tom de Chávez era tranquilo. Ele pediu aos manifestantes que refletissem e se arrependessem. Disse à nação para se concentrar em assuntos felizes, como um novo projeto para subsidiar veículos. Após noventa minutos, concluiu confiante: “A situação não é grave. A situação está sob controle.”

Não estava sob controle. Seus generais recusaram a ordem de mobilizar tropas do exército para cercar o palácio, dizendo que isso causaria um massacre, e mantiveram os soldados e tanques no Fuerte Tiuna. O palácio estava protegido apenas por algumas centenas de soldados da guarda

nacional e simpatizantes civis. E, apesar da *cadena*, a nação tinha visto o drama nas ruas enquanto ele falava, porque quatro canais privados driblaram a obrigatoriedade de transmissão dividindo a tela. De um lado o presidente; do outro, imagens ao vivo de fumaça, corpos, sangue. A justaposição fez o presidente parecer um mentiroso.

Após o pronunciamento, o presidente deixou o Salão Ayacucho pelos túneis do palácio, temendo a presença de atiradores de elite, e na sua sala — a mesma sala que seus colegas de golpe haviam tentado invadir uma década antes — trocou o terno pelo uniforme do exército. Prendeu uma pistola na perna e pegou um fuzil. Mas a principal arma nessa batalha pelo poder não era de fogo; era a televisão. Naquela noite, enquanto o presidente se escondia no palácio, os canais privados exibiam mais gravações de chavistas atirando na avenida Baralt. Depois, mostravam as baixas. Foram dezenove mortos e centenas de feridos. Alguns dos mortos eram simpatizantes de Chávez, e não se sabia quem os matara. Aparentemente, atiradores de elite escondidos não identificados abriram fogo contra a multidão. Os canais de TV privados simplesmente apontaram para Chávez e provocaram um uivo de fúria no vale. Carniceiro! Assassino!

A essa altura já havia escurecido e Lameda ia de um estúdio a outro, denunciando o presidente e instando amigos e camaradas do alto-comando militar a intervir. “Aproveitem esta mensagem, pensem. E tomem a decisão correta.” O significado era claro: as mãos de Chávez estavam sujas de sangue inocente, e ele devia ser afastado. Outros líderes da oposição reforçaram o chamado. Dentro de poucas horas, o alto-comando, reunido no Fuerte Tiuna, divulgou um ultimato dizendo que bombardearia Miraflores se o presidente não renunciasse.

Em sua sala, Chávez sentia-se acuado, desesperado. Gás lacrimogêneo e balas haviam dispersado a marcha, deixando as ruas desertas e sinistras, cobertas de destroços e sangue, mas ele estava sendo responsabilizado pelo massacre. Muitos generais o abandonaram. Ministros e funcionários estavam escondidos, temendo sofrer algum tipo de retaliação; outros perambulavam por Miraflores, assustados e inseguros. Chávez parecia tão desolado que os auxiliares fitavam a pistola sobre sua mesa e temiam que ele cometesse suicídio. Nesse momento, ocorreu um telefonema providencial. Fidel Castro. “Chávez, não se sacrifique, não seja um mártir como Allende, você precisa sobreviver.” Por volta da meia-noite, ele aceitou o conselho. Correu a informação de que ele aceitaria a renúncia caso pudesse se exilar em Cuba com a família. Ele seguiu por corredores cheios de auxiliares em prantos e foi levado ao Fuerte Tiuna, onde se entregou aos generais. Um prisioneiro.

No dia seguinte, 12 de abril, um helicóptero levou Chávez a Turiamo, uma base naval no Caribe, e depois a uma ilha, La Orchila. Chávez poderia ser morto, levado a julgamento ou ter permissão de se exilar em Cuba. Em Washington, o secretário de imprensa da Casa Branca, Ari Fleischer, insinuou que Chávez teve o que merecia. “Os detalhes ainda não estão claros. Sabemos que as ações encorajadas pelo governo Chávez provocaram essa crise. Segundo as melhores informações

disponíveis, o governo reprimiu manifestações pacíficas. Os simpatizantes de Chávez, seguindo ordens do governo, atiraram em manifestantes pacíficos desarmados (...) Ele também tentou impedir que a mídia independente noticiasse tais eventos.” O *New York Times* disse que a Venezuela fora salva de um pretendente a ditador.

Em Caracas, multidões cercavam a embaixada de Cuba e caçavam funcionários furtivos, rasgando-lhes a camisa e arranhando-lhes o rosto. Por todo o vale, alívio e celebração. Os generais comemoravam. Conseguimos! Bispos e empresários comemoravam. Conseguimos! Na televisão, comentaristas e jornalistas comemoravam. Conseguimos! Alguns sorriam e diziam que era uma conspiração planejada meses antes. Em algum ponto durante a passeata, o caminho dos conspiradores anti-Chávez e o dos manifestantes se cruzaram.



Mais tarde nesse mesmo dia, 12 de abril, os generais convidaram Carmona, o chefe da federação empresarial, para formar um governo provisório em Miraflores. Pequeno, careca, de modos delicados, um ex-diplomata que falava francês, ele foi chamado de conciliador, equilibrado, uma pessoa segura. Como explicar então o que aconteceria depois? Carmona foi enfeitiçado por Miraflores? Rafael Castellanos, historiador e arquivista do palácio, alertou acerca da sedutora impressão de poder. “Emana dos tijolos. Dá para sentir no ar, como se fosse uma intuição, um espírito, quase sobrenatural.” As paredes e o teto do palácio dançavam com deuses e semideuses, centauros e ninfas, produtos da década de 1880, quando a moda era retratar fábulas, mitologia e cornucópia. O trono de rosas de Aurora voava para o céu. Querubins e frutas pendiam de um imenso cálice dourado. Pajens carregavam bandejas de flores e comida. Uma gigantesca garrafa de champanhe estourava em espuma e anjos. Um Meleagro de bronze caçava o javali de Cálidon. Uma carruagem adornada corria rumo à vitória. Heróis da independência cavalgavam corcéis musculosos empunhando espadas, dominando o destino.

Carmona servira o poder a vida inteira. Economista, consultor, embaixador, membro de diretoria, símbolo da autoridade alheia, do dinheiro alheio. Agora ele se sentia o homem da vez, salvador da república. Bispos, generais, magnatas, políticos e editores correram para Miraflores, cercando-o, dando-lhe tapinhas nas costas, sussurrando em seu ouvido. Como num sonho, Carmona passava pelos candelabros de cristal no Salão Sol do Peru, pelo busto de Napoleão no Salão Pântano de Vargas, pela rocha lunar doada por Richard Nixon, pelo imenso mural de batalha e cabeças flutuantes no Salão Boyacá, pelo Salão dos Espelhos, vendo sua imagem multiplicada, e descendo até a câmara do Salão Ayacucho, de onde Chávez falara no dia anterior, para assumir o trono.

As elites reunidas aplaudiram quando Carmona prestou juramento como presidente numa

cerimônia televisada. Ele tomou a *silla presidencial*, a cadeira presidencial, e fez um meneio para o recém-nomeado procurador-geral, que começou a ler decretos. A Assembleia Nacional seria dissolvida. O público comemorou. Todos os governadores estaduais seriam substituídos. Ovações mais fortes. As seguintes instituições seriam abolidas: o Supremo Tribunal de Justiça, a Defensoria do Povo, o Conselho Eleitoral Nacional. À medida que a lista avançava, o público irrompia em aplausos. Quando a Constituição foi revogada, todos se abraçaram e choraram de alegria. Haveria uma eleição presidencial no ano seguinte. Era a liquidação de Chávez e de tudo que ele criara, sem proposta de inclusão nem promessa de eleições imediatas. A marcha de protesto do dia anterior se transformara num golpe de Estado.

Anos depois, um professor universitário que marchara contra Chávez confessou a doce culpa do momento: “No fundo sabíamos que era errado. Estávamos pegando um atalho, fazendo jogo duro. Mas é preciso entender. Odiávamos Chávez tanto que já não dava mais; não aguentávamos mais. Era como uma ferida que não se deve coçar. Nós coçamos e coçamos até que sangrou. Ganhamos, ou achamos que tínhamos ganhado. Mas aí cometemos um erro terrível. Escolhemos aquele maldito pigmeu.”

Na verdade, Carmona não era o líder. Os generais o escolheram para dar uma fachada civil à derrubada de Chávez. Ele era o terno por trás do qual as fardas disputavam posições, uma competição obscura, frenética, entre facções rivais. Mas Carmona parecia embriagado pelas pinturas de bacanais à sua volta e agia como se o poder realmente fosse seu. Ofereceu cargos a amigos — Lameda voltaria à direção da PDVSA —, mas nada ao chefe do exército, nada aos sindicatos, nada a ninguém do governo anterior, nada aos milhões que apoiaram Chávez. Seu maior erro foi excluir Carlos Ortega, chefe da central sindical, que retirou seu apoio ao movimento. Cego aos próprios tropeços, Carmona acomodou-se na sala de Chávez e sentou-se na cadeira com uma esfinge dourada em cada braço, ajustando a alavanca da altura para que as pernas não ficassem no ar. O novo presidente estava tão ocupado dando ordens que não percebeu a brisa agitando seus papéis, os olhares frios dos guardas, o tom gelado das telefonistas, a temperatura em declínio. O palácio, como o país, rejeitava Carmona como se ele fosse um órgão transplantado.

Em algumas horas teve início uma revolta na cidade militar de Maracay, onde o comandante da 42ª Brigada de Paraquedistas era Raúl Baduel, o conspirador clandestino de 1992 que Chávez revelara a García Márquez. Ele movimentou sua brigada, juntamente com toda a Quarta Divisão, contra Carmona. A notícia se espalhou e tudo aconteceu depressa. Outras divisões refutaram Carmona e exigiram o retorno de Chávez. Na manhã de 13 de abril, os habitantes dos morros em torno de Caracas estavam recuperados do choque e começaram a afluir rumo ao vale, exigindo a volta do presidente. A multidão se avolumou e começou a marchar rumo ao palácio. Os canais de televisão não fizeram qualquer menção ao motim no exército ou aos simpatizantes de Chávez nas ruas. Na verdade,

não transmitiam notícia alguma exceto a de que o presidente Carmona estava formando um novo governo e que tudo ia bem. Preencheram os horários com desenhos animados e filmes de Hollywood. Relaxem, cidadãos, coloquem as pernas para o ar e assistam a Julia Roberts em *Uma linda mulher*.



Lameda, de jeans engomado e com a camisa para dentro da calça, o uniforme civil do general reformado, mexeu-se atrás de sua mesa. Olhou para o jardim ensolarado do outro lado da janela, e sua mente voltou aos dias loucos da década anterior. O boxer agitava o cotoco da cauda, louco para sair do escritório escuro com ar-condicionado para um passeio vespertino. Seu dono deve ter sentido a mesma coisa. O golpe foi o pecado original da oposição. Uma transgressão contra normas democráticas, jurídicas e morais que a marcou por anos. Ficaram evidentes a hipocrisia de seus líderes, que pregavam a democracia apenas para usurpá-la, e sua incompetência, fortalecendo Chávez ainda mais, tornando-o vítima e herói. Lameda, o homem que Chávez trouxera para o governo e em quem confiara, estivera no meio de tudo. O fato de alguém caxias como ele, de regras e princípios antiquados, estar envolvido mostrava como a polarização perturbava a bússola moral do país, condicionando o certo e o errado à questão maior: a favor ou contra Chávez. Era algo, para usar uma palavra carregada, esquálido.

Uma década depois, Lameda pigarreou e se defendeu como pôde. Não, ele não fizera parte de nenhuma conspiração pré-11 de abril. A mudança do trajeto da marcha para Miraflores foi uma decisão espontânea. Não, a oposição não usara atiradores de elite para provocar uma carnificina e justificar a remoção de Chávez. Não, ele não fizera nenhum trato com Carmona para ser nomeado chefe da PDVSA. E, na verdade, não aprovara a cerimônia de posse do presidente interino. Não obstante, Lameda aceitara a oferta de Carmona, e na manhã de 13 de abril foi a Miraflores para ser reintegrado formalmente como chefe da petrolífera. “Eu estava preparando a lista de nomes para a nova diretoria, conversando com o novo ministro da energia, aprontando-me para a nossa posse, e então” — Lameda fez uma pausa, balançando a cabeça, ainda aturdido pela lembrança — “um garçom entrou. Entrou e nos disse que havia uma multidão de chavistas se aproximando de Miraflores e que deveríamos ir embora.” Os pretensos senhores do petróleo caminharam pelos corredores e se alarmaram ao encontrá-los praticamente desertos, e então viram Carmona com um almirante da marinha correndo em busca de um carro. A multidão cercara o palácio, mas Lameda escapou por uma saída de emergência e se dirigiu para a base militar. Percebeu que as forças armadas se haviam voltado contra o regime, mas viu Carmona e os generais discutirem nomeações ministeriais como se ainda estivessem no controle. “Era uma farsa.” Aí a ficha caiu. “Num certo momento, todo mundo percebeu que o jogo tinha acabado, e todas as fardas deixaram a sala. Carmona ficou sozinho. Foi um momento

solitário, assustador para ele.” Sem dúvida, também para Lameda. Os dois se separaram quando tropas pró-Chávez assumiram o controle da base. Carmona foi detido; Lameda teve permissão de se retirar para casa. Ao mesmo tempo, soldados despachados por Baduel resgatavam Chávez de La Orchila e o traziam de volta para Caracas. À noite naquele dia, Lameda assistiu ao desfecho pela televisão: holofotes em Miraflores iluminavam um helicóptero que descia lentamente em meio a uma turba barulhenta e jubilosa. Chávez, ressurreto, caminhava entre eles, abraçando e sorrindo, banhado na luz de centenas de câmeras. A multidão entoava e cantava: “Ele voltou, ele voltou, ele voltou...”



A verdade sobre 11 de abril permaneceu velada. Cada lado acusou o outro de massacrar inocentes e manipular imagens gravadas. Testemunhas se contradisseram, mudaram suas versões, fugiram do país. Um inquérito foi suspenso, e a investigação criminal encalhou. Carmona, que Chávez chamou de Pedro, o Breve, distribuiu subornos para se libertar e fugir para o exílio. Lameda não foi indiciado, mas tornou-se figura odiada pelo governo, e, mesmo uma década depois, poderia teoricamente ser levado a julgamento. As únicas pessoas presas foram três comandantes e oito policiais da força metropolitana, acusados de se aliar à oposição e de orquestrar a violência. Os oligarcas da mídia caíram em desgraça, bem como os líderes da oposição. A CIA, conforme seus próprios documentos demonstraram depois, sabia da existência de um golpe de Estado em gestação. O embaixador dos Estados Unidos disse que avisou Chávez sobre a iminência de um golpe e que o presidente simplesmente deu de ombros e respondeu que já sabia. Fosse ou não verdade, a oposição se sentiu inspirada pela antipatia americana ao comandante, e o governo Bush sorriu quando ele caiu. Mas havia pouca evidência de que, como Chávez depois insistiria, Washington estava por trás dos acontecimentos. Um documentário irlandês, *The Revolution Will Not Be Televised* (A revolução não será televisionada), teve repercussões no exterior, fazendo a defesa da versão de Chávez, apresentando o comandante como um herói romântico. O golpe entrou para o folclore; a culpa e a inocência se embolaram, e os detalhes foram encobertos pelo limo.

O JOVEM TENENTE

No final dos anos 1960, um rapaz alto e corpulento costumava conduzir os alunos do colégio secundário Daniel Flores O’Leary pelas ruas de Barinas em ruidosas manifestações: a Guerra do Vietnã, a revolta estudantil em Paris, a Teologia da Libertação, o encanamento entupido da escola, refeições insossas. Rafael Simón Jiménez, líder do grêmio estudantil e do grupo da juventude comunista da cidade, possuía energia ilimitada, uma voz retumbante e o desejo de mudar o mundo, a começar pela sua escola, que recebera o nome do ajudante de ordens irlandês de Bolívar, e por Barinas, uma sossegada cidadezinha rural em meio às planícies da Venezuela meridional. Seus colegas nem sempre entendiam exatamente pelo que estavam manifestando ou jogando pedras, só sabiam que Rafael Simón os mandara fazer aquilo. Entre eles havia um garoto magro de pés grandes e sorriso largo com o apelido de Tribilin, o nome em espanhol do Pateta. Era um ano mais novo que Rafael Simón, e se chamava Hugo Rafael Chávez Frías.

Huguito nascera em 28 de julho de 1954, na periferia de Sabaneta, um povoado tranquilo e poeirento no meio da planície. Seu pai, Hugo, e sua mãe, Elena, lecionavam na escola primária. Ela batizara o primogênito de Adán e pretendia batizar a filha seguinte de Eva. Como nasceu um garoto, a criança recebeu o nome do pai. A casa da família tinha chão de terra e teto de folhas de palmeira. À medida que mais filhos foram chegando (seis meninos ao todo, nenhuma menina), os pais, sem recursos, despacharam Adán e Hugo para morar com a avó, Rosa Inés, uma viúva que morava ali perto em uma pequena casa de adobe.

Eles eram pobres, como os vizinhos, e não tinham saneamento básico nem eletricidade. Mas Hugo adorava a mulher gentil e trabalhadora que fazia chinelos de corda para ele, preparava o jantar em uma fogueira e contava histórias folclóricas — “O cavaleiro sem cabeça” era uma de suas favoritas — à luz das velas. Ela também falava do bisavô do menino, Maisanta, um renegado que atravessou o povoado a cavalo para se juntar ao grande líder rebelde Ezequiel Zamora. Huguito limpava o quintal, colhia mangas, abacates e mamões e ajudava Mama Rosa, como ele a chamava, a caramelizar mamões para fazer docinhos com forma de aranha, que ele vendia no vilarejo e na escola.

“Quero que você saiba que sempre me orgulhei de ter sido criado por você e de poder chamá-la de Mama”, ele lhe escreveria anos depois. “E lhe peço a bênção, seu filho amoroso.” Poemas escritos muito depois de sua morte, ocorrida em 1982, ressaltavam a importância dessa personagem de sua infância.

Alimentado por essa relação delicada e amorosa, o futuro comandante foi uma criança ativa e feliz. Quando não estava na escola ou ajudando a avó em casa, observava os homens do povoado se reunirem para jogar *bolas criollas*, um tipo de bocha, ou apostarem em rinhas de galo. Ele também desenhava e pintava qualquer coisa — uma árvore, um gato, o céu, sua avó. Seus parentes lembravam que, a partir dos oito ou nove anos, Huguito ficou fascinado pelo som da própria voz. Estava aprendendo a cantar baladas e cantigas populares e estendia seu alcance vocal, fazendo sucesso a ponto de ser convidado para cantar em festas de aniversário de outras crianças. Ele tinha o dom de decorar cantigas longas e baladas sobre a planície, rebeldes, romances e corações partidos.

Não havia colégio de ensino médio no povoado, então, quando tinham mais ou menos onze anos, Hugo e Adán mudaram-se com a avó para a cidade de Barinas, a uma hora de carro. Eles moravam em uma casinha, de onde os irmãos podiam ir a pé para o colégio O’Leary. Rafael Simón não gostava do estudioso Adán, que tinha a mesma idade que ele, mas fez amizade com Huguito, também estudioso, mas animado, conversador e receptivo às manifestações do garoto mais velho. “Quando Rafael Simón nos mandava atirar pedras, nós atirávamos”, disse Chávez anos depois. Mas, enquanto Rafael Simón as atirava com raiva, Hugo atirava apenas para se enturmar.

Não era pela política que o sangue de Huguito corria nas veias, nem mesmo pelas garotas (ele tinha namoradas “feias”, o que não era surpresa, uma vez que o próprio Hugo não era nenhum galã, como Rafael Simón lembrou décadas depois). O que o animava era *el juego de pelota*. Beisebol. Um esporte introduzido na Venezuela na década de 1920 por trabalhadores petroleiros americanos que era uma obsessão nacional na época em que Chávez nasceu. Em Sabaneta, ele improvisava com bastões e tampas de garrafa, e, quando se mudou para Barinas, sonhava em seguir os passos de seu ídolo, Isaías “Látigo” Chávez, famoso arremessador venezuelano que jogava nas principais ligas dos Estados Unidos e por coincidência tinha o mesmo sobrenome. Um dia, em março de 1969, a tristeza visitou Huguito, então com catorze anos, um choque do qual ele se recordou décadas depois num documentário da TV estatal. “Minha avó Rosa estava preparando meu café da manhã e ligou o rádio para escutar um pouco de música (...) Ouvimos uma notícia extraordinária, e por um instante senti que eu ia morrer de repente. Um avião tinha caído logo depois de decolar de Maracaibo, e não havia sobreviventes. Látigo Chávez estava no avião... Fiquei arrasado. Até inventei uma pequena oração, que recitava todas as noites, jurando ser igual a ele quando eu crescesse.”

Hugo ainda acompanhava as insurreições estudantis de Rafael Simón, mas, após a formatura em 1971, seus caminhos se separaram. O rapaz ambicioso e obstinado então cursou direito e história na

universidade antes de se lançar na política por um partido novo, o Movimento ao Socialismo (MAS). Chávez entrou para o exército. Não porque quisesse ser soldado, mas porque a instituição tinha uma excelente academia de esportes e o levaria para a capital, que abrigava a sede de alguns dos melhores times de beisebol. Anos depois, ele revelou que planejava “conhecer Caracas e então sair da academia militar e ficar por lá”. Porém, uma vez na academia, o rapaz de dezessete anos descobriu que adorava a camaradagem, as cerimônias, as fardas. “Quando vesti azul pela primeira vez, já me sentia um soldado”, ele lembrou. “Uma farda, uma arma, uma área, formação cerrada, marchas, corridas matinais, estudos sobre ciência militar (...) Eu era um peixe dentro d’água. Foi como se eu tivesse descoberto, ao menos em parte, a essência da vida, minha verdadeira vocação.” Numa carta para Mama Rosa, ele contou entusiasmado sobre as marchas e as barracas armadas sob a chuva. “Vovó, queria tanto que você tivesse me visto disparar loucamente em nossos exercícios. Primeiro trabalhamos com disparo instintivo — ação imediata, ataque diurno, infiltração etc. (...) Passamos por pequenos povoados onde as garotas nos encaravam admiradas e as criancinhas choravam de tão assustadas.”

Num dia de folga no fim de 1971, ele vestiu o dólmã de gala azul e as luvas brancas e saiu por Caracas, para ele ainda uma metrópole estranha e agitada, até o cemitério onde Isaías Chávez estava enterrado. Ali pediu que o arremessador morto o perdoasse por ter quebrado o juramento de lhe seguir os passos. “Comecei a falar com o túmulo, com o espírito que penetrava em tudo ali (...) Foi como se eu estivesse dizendo: ‘Isaías, não vou mais seguir por esse caminho. Agora sou um soldado.’ E quando saí do cemitério, estava livre.”

O cadete apaixonou-se não só pelo exército, mas pelos livros que a experiência lhe proporcionou. Estudou Mao, Clausewitz, Napoleão, Aníbal, Sun Tzu, mestres de estratégia e conquista, e também textos sobre Bolívar, Zamora e os primeiros presidentes caudilhos da Venezuela. A academia em Caracas seguia uma tradição de absorver rapazes de favelas e de povoados pobres e transformá-los em conservadores ao longo da carreira militar. Mas os tempos estavam mudando. Cadetes panamenhos em visita à Venezuela contavam como o general Omar Torrijos, que chegou ao poder por meio de um golpe de Estado, liderava um governo nacionalista de esquerda e tentava recuperar o canal dos ianques. Em visita a Lima em 1974, Chávez e outros cadetes encontraram o governo militar revolucionário do Peru, que pouco depois foi derrubado por um golpe da direita. Chávez disse depois que o grupo esteve com o presidente general Juan Velasco Alvarado: “Uma noite ele nos recebeu no palácio (...) O manifesto revolucionário, os discursos do homem, o Plano Inca — li tudo isso durante anos.” Seus olhos se abriram para a possibilidade de unir o espírito militar ao nacionalismo e à política de esquerda. Entrementes, os Estados Unidos, atolados no Vietnã, ofereciam apoio a Augusto Pinochet no Chile e a qualquer outro bronco que pudesse esmagar socialistas na América Latina. A democracia petroleira da Venezuela não precisava de muita ajuda dos Estados Unidos para sufocar suas próprias guerrilhas — o exército venezuelano era bem-equipado —, mas tolerava partidos

políticos de esquerda legalizados, como o MAS e o Causa Radical, que aos poucos ganhavam força. Por intermédio do irmão Adán, estudante de física em Mérida, Chávez conheceu ativistas de esquerda.

Enquanto o jovem oficial era treinado para trabalhar com blindados e comunicações — os comandantes reconheceram seu dom para a tagarelice —, uma ideia começou a se formar na sua cabeça. A libertação econômica e social incompleta de Bolívar; seu bisavô rebelde; a miséria e a desigualdade na Venezuela; ativismo progressivo; honra e poder militar: na mente do jovem tenente, tudo isso levava a uma única conclusão. Seu destino não era apenas ascender na hierarquia militar, mas atender a um chamado. Uma missão. Revolta. Num registro de diário em 25 de outubro de 1977, ele apelava a Bolívar: “Venha. Volte. Aqui. É possível.” E algumas linhas mais adiante: “Essa guerra vai levar anos (...) Eu preciso fazer isso. Mesmo que me custe a vida. Não importa. Nasci para isso.”



Rafael Simón Jiménez preenchia toda a entrada. Rosto grande, mãos grandes, corpo grande, um homem imenso. Vestia uma *guayabera* de linho amarelo, a camisa caribenha larga de quatro bolsos. Sorriu, revelando dentes brancos bem-cuidados. Pareciam pequenos demais para a voz retumbante que passava por eles. O homem caminhou para dentro de um escritório bem-iluminado, com ar-condicionado forte. A vista dava para a elegante praça Altamira, com um obelisco e uma fonte na parte oriental de Caracas, uma das regiões mais ricas da cidade. Acomodou-se confortavelmente em uma cadeira, que desapareceu debaixo de seu corpanzil. Era abril de 2011 e Jiménez tinha 58 anos, mas era fácil ver como ele havia dominado os colegas no colégio O’Leary quatro décadas atrás. Não era apenas por seu tamanho, mas pelo volume e pela certeza exclamatória. Mesmo sentado no pequeno escritório, ele falava como se estivesse se dirigindo a milhares de pessoas na praça abaixo. Mas já não havia multidões presas a cada uma de suas palavras. Uma carreira política tão precoce que escalara grandes alturas havia escorregado e desabado ladeira abaixo. Ascensão e queda fundamentadas no relacionamento com o antigo aprendiz por ele chamado de Huguito.

Ele se reclinou na cadeira e falou por algum tempo sobre a infância de Chávez. “Sabe que ele quase não entrou na academia porque foi reprovado em química? Ah! Como tudo poderia ter sido diferente!” Jiménez ponderou por um momento sobre essa história alternativa. “Um garoto realmente simpático. Relaxado, extrovertido. Gostava de esportes e de teatro. Eu gostava muito mais dele do que do Adán! Que sujeito maçante, completamente desagradável. A casa da avó deles foi construída pelo governo, sabia? Tiveram de pagar um valor simbólico, era uma casa humilde, mas decente, de classe média baixa. Mas nunca se ouve falar disso! Nããã, Chávez quer convencer você de que eles eram desesperadamente pobres. Tudo parte da lenda. Do mito. Mas é assim que nós somos, os *llaneros*.

Meias-verdades, contação de histórias, folclore, somos mestres nisso, somos capazes de inventar história sobre qualquer coisa.”

Isso colocava um ponto de interrogação na credibilidade das próprias recordações de Jiménez, é claro, mas ele continuou a declamar. Enquanto cursava direito e história, e galgava a hierarquia do MAS, Chávez foi para a academia militar e aos poucos se politizou. “Um dia, em 1975, eu andava pela rua em Barinas e ele parou com o Dodge do pai. Havia voltado para casa de licença e usava farda. Conversamos um pouco, e aí ele me disse que em 2000 seria general e consertaria o país, que tinha um plano. Achei que estivesse brincando.” Jiménez lembrou que uma noite, três anos depois, ele estava com camaradas do partido colando cartazes em muros quando Chávez, de novo de licença, encontrou-os. “Muito afetuoso, efusivo como sempre, e então começou a nos ajudar a colar os cartazes — fardado! Ele poderia ter sido expulso do exército — era uma imprudência nesse nível —, mas se safou.” Jiménez disse que, no fim dos anos 1980, o comando militar sabia que Chávez estava tramando algo, mas não o acusou. “Havia dois generais rivais desejando o Ministério da Defesa, e cada um achou que podia tirar proveito de uma conspiração.” Jiménez soltou uma gargalhada. “Essa é a Venezuela!”

Após o golpe de 1992 e a libertação de Chávez, o MAS, a essa altura um partido de esquerda moderado liderado por Jiménez, fez parte da coalizão ampla que apoiou a candidatura presidencial dele em 1998. “Que candidato! Chávez é muito inteligente. Ele não se aprofunda em nenhum tema nem apreende os detalhes, mas é capaz de ler a orelha de um livro e depois falar como se tivesse lido tudo.” Vindo de Jiménez, um acadêmico e ativista político, isso representava ao mesmo tempo um elogio e um insulto. “Chávez era bem-intencionado. Queria fazer uma reforma social e mudar um sistema podre. Tinha um desejo genuíno de repartir a riqueza e diminuir o sofrimento.” Jiménez tornou-se vice-ministro da justiça e do interior, e depois vice-presidente da Assembleia Nacional. Trabalhar com o presidente era difícil. “Ele é muito complexo, muito imprevisível. Pode ser gentil e generoso num momento, grosseiro e agressivo no instante seguinte. Nunca se sabe o que vai acontecer. Eu sempre disse que não se deve chegar perto demais, para não ser tolhido por sua personalidade, nem ficar longe demais, para não perdê-lo.”

Jiménez disse que ficou preocupado com a retórica e a centralização de poder de Chávez em 2001 e 2002 e o aconselhou, em vão, a se refrear. “Ele escutava e assentia em silêncio, parecia concordar; mas, no dia seguinte, saía e voltava a se exaltar, e todo mundo ficava agitado de novo.” Jiménez permaneceu leal durante o golpe e ficou aliviado quando Chávez retornou a Miraflores, aparentemente abatido, não vingativo. Em seus primeiros pronunciamentos ao público sobre o que acontecera, Chávez foi benevolente e conciliador, segurando um crucifixo, pedindo perdão por seu papel na precipitação do caos, prometendo diálogo e unidade. Jiménez, de seu posto no alto da Assembleia Nacional, iniciou conversas com a oposição.

Há duas versões sobre o que aconteceu a seguir. Jiménez, sentindo a fraqueza de Chávez, fechou acordos clandestinos com oponentes para se tornar presidente da Assembleia Nacional. Chávez descobriu e baniou o traidor de suas fileiras numa reunião acalorada em Miraflores, em maio de 2002. Ou Jiménez — em sua versão — tentou estabelecer uma ponte entre as diferenças políticas do país e foi punido por Chávez, que logo abandonou o discurso conciliatório e retomou os ataques aos adversários. Os velhos amigos se separaram. Jiménez perdeu o posto na Assembleia Nacional e se juntou à oposição. O relacionamento entre os dois se inverteu. O ex-agitador estudantil pregava moderação. Seu antigo seguidor era agora o rebelde que jogava pedras e exigia que o mundo mudasse.



A afinidade de Chávez pelo confronto começou logo após ele subir ao trono, e uma década depois ela ainda persistia. Havia gente que se perguntava se isso tinha alguma origem na infância de Chávez, uma ferida psicológica que jamais se curou. Quando o jovem Hugo foi impedido de entrar na escola no primeiro dia de aula porque calçava chinelos de corda em vez de sapatos, sua avó chorou de vergonha, mas a pobreza aparentemente nunca o marcou. Sua relação com a mãe, Elena, uma figura matriarcal severa, era distante, e Chávez não sentia por ela o carinho e a adoração que nutria por Mama Rosa. Elena desaprovava abertamente as duas esposas do filho, e diziam que certa vez os dois ficaram dois anos sem se falar. Mas, se havia algum ressentimento ou sensação de abandono, Chávez nunca mencionou. Tanto para o público quanto em particular, ele parecia manter uma relação cordial e afetuosa com os pais.

Segundo outra explicação possível, Chávez era um homem emotivo que atacava inimigos maliciosos que se julgavam superiores. Antes de assumir o cargo, alguns o chamavam de ogro comunista, charlatão e pretendente a déspota. Em 2001, canais de TV e jornais privados intensificavam as injúrias dia após dia, e Chávez contra-atacava com sua própria artilharia verbal. No entanto, a partir de 2006, os adversários começaram a reduzir a retórica agressiva, enquanto o presidente prosseguiu com a sua, e a incrementou, despejando ano após ano uma chuva de insultos sobre alvos cada vez mais calados.

Algumas das pessoas mais próximas desconfiavam de que ele tinha psicose maníaco-depressiva. Antes de morrer em 2010, o general Alberto Müller Rojas, socialista, consultor e vice-presidente do partido de Chávez, disse a um entrevistador: “As pessoas precisam fingir, no mínimo, absoluta submissão a ele, o que revela uma total falta de autoconfiança (...) Ele muda de posição com extrema facilidade. Tem uma tendência à ciclotimia — variações de humor, desde momentos de extrema euforia até momentos de desânimo.” Salvador Navarrete, amigo da família e médico que tratou Chávez durante os primeiros anos de governo, opinou publicamente, anos depois, que Chávez era bipolar.

A agressividade de Chávez tinha uma explicação alternativa — ou adicional — que nada tinha a ver com seu estado mental. Jogar pedras dava certo. Os insultos aos oponentes pareciam espontâneos, mas na verdade eram provocações conscientes, calculadas. Muitas vezes os oponentes mordiam a isca. Eles investiam, com veias saltadas e o rosto contorcido de ódio e fúria, para sufocar o agressor. Era uma cilada que expunha sua arrogância, seu poder econômico e sua pretensa superioridade. Obrigada a escolher entre o comandante e os aristocratas raivosos, a maioria dos venezuelanos — isto é, os pobres — escolheu o comandante. A genialidade da estratégia estava em sua durabilidade. As elites, para sempre indignadas, permaneciam em salas de reunião, clubes de golfe, jantares e na mídia privada, câmaras de eco reservadas. Essas pessoas pensavam que eram a Venezuela. Não entendiam por que sua histeria repelia e radicalizava compatriotas menos privilegiados. Então, continuavam a atacar e, eleição após eleição, continuavam a perder.



Dezessete de janeiro de 2003. Comboios de veículos da guarda nacional cercaram duas envasadoras em Valencia, no estado de Carabobo. Soldados com boinas vermelhas e uniformes de camuflagem saltaram dos veículos, abriram caminho pelos piquetes dos operários grevistas e entraram nos prédios. Na frente estava um general alto e robusto chamado Luis Acosta Carles. Com a boina ligeiramente torta e o queixo quadrado, parecia um herói de filmes de ação. O general, diplomado em segurança pública e recursos humanos, era ambicioso. Seu irmão mais velho, Felipe, fora oficial do exército e um dos primeiros aliados do comandante, mas morrera durante os tumultos de 1989. Alocado nessa cidade distante, Acosta Carles tivera menos chances de impressionar o trono, mas via uma oportunidade naquele momento, enquanto equipes de reportagem corriam para acompanhá-lo.

Era a frente de batalha mais recente numa guerra econômica que já durava dois meses. Como não conseguiu depor Chávez no golpe de abril de 2002, a oposição, sem arrependimentos e mais irada do que nunca, planejaram um ataque diferente em dezembro: uma greve nacional — de certa forma, era um locaute, pois era um movimento organizado por proprietários e diretores, e também por líderes sindicais. Sob a liderança dos executivos da PDVSA, que temiam que o *mico mandante* enfim tomasse o controle da petrolífera, os grevistas buscavam enfraquecer a economia e dificultar a vida dos venezuelanos comuns. Eles desativaram a indústria petroleira, os bancos, as lojas, as escolas, os restaurantes, as fábricas. O que não puderam desativar foi interrompido, provocando escassez, filas e sofrimento. A ideia era infligir uma dor nacional e transformá-la em fúria direcionada contra o trono. Não importava que a greve pudesse destruir o sustento de pessoas e custar bilhões ao país. A mídia privada realizou reportagens históricas e tendenciosas para apresentar a greve como uma ação

patriótica. Os donos das televisões chegaram a cortar os anúncios, abrindo mão de receita para dar espaço na programação para ataques incessantes ao presidente diabólico.

Cervejarias e fabricantes de bebidas fizeram sua parte, interrompendo o abastecimento de água mineral, cerveja e refrigerantes. Agora, com seis semanas de greve, Acosta Carles estava ajudando Chávez a revidar, atacando as envasadoras. O general se destacou de seus homens e dos repórteres ao marchar pelo primeiro depósito da Panamco, que engarrafava a Coca-Cola na Venezuela e que pertencia a Gustavo Cisneros, o bilionário que apoiara o golpe. O depósito estava cheio do piso ao teto com garrafas de Malta Regional, um refrigerante que desaparecera das prateleiras semanas antes. O general, com as mangas arregaçadas até os cotovelos, meteu o braço musculoso numa pilha de garrafas e pegou uma. Virou-se para as câmeras e a ergueu:

— Malta Regional — gritou.

Microfones se amontoaram sob seu queixo. Os repórteres eram dos canais da oposição — um deles de Cisneros — e questionaram a autoridade legal de Acosta Carles para invadir as instalações.

Ele os ignorou, abriu a garrafa, minúscula na sua mão, e a virou na boca. Uma jovem repórter insistiu, perguntando se ele tinha permissão da Indecu, uma agência reguladora estatal.

— General, hoje é o prazo final de 48 horas da Indecu para a empresa preparar uma resposta...

Ela não conseguiu terminar porque o general esvaziou a garrafa, baixou os olhos para os microfones, formou uma cavidade negra com a boca e soltou um estrondoso arrotto:

— *Buuuuuuuurgh*.

Ele terminou e olhou a repórter.

— Perdão. Perdão, *señorita*.

Então arrotou de novo.

— *Buuuuuuuurgh*.

Uma sombra de sorriso apareceu em seu rosto.

A repórter respondeu, indignada:

— Isso não é uma grosseria?

O general deu de ombros.

— Bem, você sabe, foi instintivo. Simplesmente saiu. Tinha muito gás porque estava quente. — E mostrou a garrafa para as câmeras. — Vocês viram aquele comercial com o jogador de futebol? — perguntou, virando-se de novo para a repórter. — Aquele em que ele toma uma bebida — o general fez um gesto de quem toma um gole — e aí faz “*Buuuuuuuurgh*”. — Outro arrotto.

A repórter protestou:

— Este é um assunto sério, e estou lhe fazendo uma pergunta séria, general...

Ele a ignorou e se voltou para as outras câmeras.

— Tudo isto — disse, apontando para o estoque — será distribuído; é para o povo, para o povo

venezuelano. Reter mercadoria vai contra a constituição.

Virou-se e avançou pelo depósito, disparando instruções para seus homens.

Quando o trato digestivo do general expulsou o gás carbônico, o efeito político foi imediato e duradouro, expressando, de uma maneira que nem o próprio Chávez conseguira, o desprezo da revolução pelos inimigos e sua determinação de prevalecer. Os oligarcas podiam fechar suas fábricas, abusar do seu poder, gritar e berrar em seus canais de televisão e ainda assim perderiam.

Buuuuuurgh!

Fascinados, os venezuelanos assistiram ao vídeo, repetidamente exibido pelos canais da oposição. Agora a escolha era simples. A favor do arrotto ou contra. Milhões acharam aquilo nojento. Outros milhões, porém, elogiaram a merecida retribuição aos sabotadores econômicos. Um escritor chavista o caracterizou como uma expressão do inconsciente coletivo dos oprimidos. “É parte da nossa herança árabe-espanhola, da reconquista.”

Semanas depois, a greve cedeu. Empresários ambiciosos que não faziam parte da elite tradicional ajudaram o governo a obter e distribuir petróleo, gasolina, gêneros alimentícios e outras necessidades. O comandante demitiu dezenove mil funcionários da PDVSA e assumiu o controle completo da petrolífera. Convidou Acosta Carles ao seu programa de TV para elogiar seu papel na vitória e proclamá-lo herói. O episódio gasoso do general ficou conhecido como *el eructo que salvó la revolución*, o arrotto que salvou a revolução.



Com as crises de 2002, o comandante passou mais tempo na *sala situacional*, sob seu gabinete. Guardas à porta, crachás com codificação infravermelha, nenhuma janela, uma sala retangular cheia de computadores, auxiliares civis e militares de confiança. Em vez da habitual correria do palácio, um ligeiro murmúrio, um local para se concentrar, evitar distrações e destilar informações. Para um presidente acostumado a centros de comando, aquele era um ambiente familiar e cômodo. Controle e comunicação dependiam de informação.

Acesso restrito significava que nem mesmo a maioria dos ministros tinha ideia de como era a sala, o que alimentava as especulações quanto ao tamanho e à influência que ela exercia. O comandante reforçava essa aura, mas a realidade da misteriosa câmara durante os primeiros anos era bem prosaica. Cerca de quinze pessoas liam revistas e jornais impressos e on-line, recortavam, colavam, anotavam, arquivavam. Outras ficavam sentadas diante de aparelhos de rádio e de TV, monitorando o fluxo das ondas no ar. Colunas de fofocas, anúncios públicos e relatórios de inteligência eram filtrados para gerar arquivos sobre governadores, prefeitos, jornalistas, líderes empresariais, ativistas sindicais. Assuntos regionais — contrabandos em Táchira, garimpo artesanal no Amazonas, seca em Apure —

eram acompanhados e analisados em busca de implicações políticas.

“Eu adorava aquilo, era bastante animado trabalhar lá embaixo. Tínhamos uma equipe ótima, e cada pessoa cumpria seu trabalho no próprio ritmo. Todo dia atualizávamos os perfis dos personagens principais. A qualquer momento que Chávez chegasse, podíamos informá-lo imediatamente sobre quem estava fazendo o quê.” Esse homem — vamos chamá-lo de Andrés — foi um dos analistas seniores da sala e pediu que seu sobrenome não fosse divulgado. Era elegante, com cabelo curto quase grisalho, bigode escuro e uma jaqueta militar. Tudo nele parecia recortado e cuidadoso.

Em voz baixa e monocórdia, ele contou sua história. Andrés entrou na academia alguns anos depois de Chávez e se tornou instrutor de geopolítica e ciências políticas. Esquerdista e desesperado com a “exaustão” da Venezuela, ele participou do golpe de 1992 — retransmitindo informações no Forte Tiuna — e depois visitou Chávez na prisão, levando-lhe livros do pensador marxista Antonio Gramsci. “Chávez nunca tinha ouvido falar dele, imagine! Um homem supostamente de esquerda.”

Após a eleição de Chávez em 1998, Andrés ajudou a montar a sala de situação. Ela logo se adequou ao estado de espírito e ao ritmo do chefe, recorda-se Andrés. Funcionava todas as horas, respondendo a esse e àquele pedido, tentando se manter um passo adiante, jubilosa, ansiosa, frenética, numa relação simbiótica com o comandante. E então, após o golpe de abril de 2002, tudo mudou. “Virou outra coisa.” Andrés fez uma pausa. “Dá para resumir numa só palavra”, disse, inclinando-se para a frente. “Fidel.”

Fidel Castro tinha um antigo sonho de cooptar a Venezuela e sua riqueza petrolífera para a revolução cubana. Ele havia fornecido armas e treinamento para as guerrilhas venezuelanas fracassadas da década de 1960; e, numa guinada pragmática, fez as pazes com todos os presidentes até posteriores, incluindo a época do golpe de Chávez de 1992. A princípio, Castro condenou o levante, mas, dois anos depois, quando Chávez foi perdoado e libertado, convidou-o a Havana. Fidel estava em meio a uma crise. A União Soviética se desintegrara e com ela também desapareceram os subsídios que haviam sustentado a economia cubana. Temia-se um iminente colapso. Nessas circunstâncias, o líder máximo convidou um menos notório ex-líder de golpe venezuelano, sem dinheiro, sem experiência política, sem apoio organizado, e, ao que parecia, sem muito futuro. “A velha raposa o farejou no mesmo instante”, disse Andrés, admirando a presciência. “Reconheceu na hora o potencial de Chávez. E suas fraquezas.”

A sedução foi capturada numa série de fotografias. As primeiras em preto e branco: Fidel, de farda e quepe, recebendo seu convidado junto ao avião em 1994, segurando-o pelos ombros, sorrindo. Chávez erguendo os olhos para fitar com reverência o anfitrião barbudo. Castro acompanhou Chávez pessoalmente durante toda a visita. Com sorvetes e conversas intermináveis, a dupla se entrosava e comparava histórias de vida: os dois nascidos no campo, arremessadores talentosos que trocaram o sonho de uma carreira no beisebol pela política e a insurreição. Um fotógrafo oficial os acompanhou, e

Fidel deu ao hóspede um álbum de fotos como lembrança.

Em janeiro de 1999 eles voltaram a se encontrar em Havana. Mais fotografias. Chávez, agora eleito presidente, de terno marrom e gravata dourada, caminhando por um corredor reluzente na companhia de Fidel, de verde-oliva, conversando compenetrados. Nos meses e anos seguintes, as fotos se multiplicaram. Um jogo de beisebol em Havana, Chávez de branco arremessando pela Venezuela, Fidel de jaqueta azul servindo de técnico de Cuba, cinquenta mil espectadores torcendo. Chávez declarou que Cuba e Venezuela estavam “nadando juntas rumo ao mesmo mar de felicidade”. Aqui estão eles numa canoa no Parque Nacional de Canaima, na Venezuela, os dois com chapéus de pano verde, acenando para a câmera com uma cachoeira rugindo às suas costas. Agora em pé num jipe — uma imagem desfocada —, inspecionando danos provocados por um furacão em Cuba. Agora em Sabaneta, na casa onde Chávez nasceu. Um futuro santuário, Fidel predisse. Chávez estava em êxtase. “Fidel precisou abaixar a cabeça... Era uma porta baixa, e ele era um gigante. Vi com meus próprios olhos (...) como se fosse um sonho, algo saído de um romance de García Márquez. Meu Deus!” Uma imagem do programa de televisão de Chávez: Fidel, notoriamente o único cubano que não canta, com fones de ouvido e segurando a letra de uma música, cantava com Chávez. Chávez no aeroporto de Caracas, com ar saudoso, jogando um beijo para o avião que levaria Fidel de volta a Havana.

Andrés assistiu a tudo isso de seu refúgio em Miraflores — a sala monitorava o próprio Chávez para registrar as reações ao que ele dizia e fazia — e estava preocupado. Como muitos esquerdistas venezuelanos, ele considerava Fidel um anacronismo, um exemplo de idealismo revolucionário que se transformava em controle totalitário e fiasco centralizador. Mas o comandante parecia cada vez mais enfeitiçado por aquele senhor. O golpe de 2002, disse Andrés, deu o último empurrão para os braços de Fidel. “Foi logo depois do golpe. Os cubanos assumiram o controle.” Certa manhã, ele desceu à sala e encontrou desconhecidos com o acelerado sotaque cubano. Seus novos chefes. O serviço de inteligência de Cuba, G2, frustrara inúmeros complôs contra Fidel durante décadas. Estava entre os melhores do ramo. A sala do comandante, em contraste, não conseguira prever o golpe. Os cubanos achavam que Andrés e seus colegas eram incompetentes ou desleais. O sentimento foi recíproco. “Que bagunça eles fizeram! Copos de café por todo lado, sempre mastigando alguma coisa, migalhas nos teclados. Isso eu aguentava. Mas aí eu vi a estratégia deles: isolar Chávez do público, manipulá-lo, alimentar sua insegurança, encontrar indícios de tramas de assassinato ou traições. Deixá-lo paranoico.”

Andrés não durou muito com os novos chefes. Foi trabalhar como analista no gabinete do vice-presidente, depois serviu nos Ministérios do Comércio e da Fazenda e na PDVSA. “Perdi a confiança nesse projeto há um bom tempo. Muitos de nós perdemos.” Ele suspirou. “Agora é um pouco tarde, mas me arrependo de ter apoiado o golpe [de 1992]. Acreditar que o exército nos salvaria — isso é uma doença.” Ele continuava trabalhando em uma sinecura na petrolífera. “É fácil permanecer

dentro do sistema quando se fica de boca fechada.”



Teresita Rondon ria muito, risadinhas animadas sempre que ouvia ou se lembrava de algo que considerava engraçado, o que acontecia com frequência. O sorriso revelava um aparelho fixo nas duas arcadas. Rondon tinha vergonha do aparelho, mas não conseguia deixar de sorrir. Era alegre e atraente, com tranças compridas que balançavam quando ela andava, e conseguira um emprego bem-remunerado logo depois de terminar a faculdade. Morava com os pais em Mérida, seiscentos quilômetros a oeste de Caracas, uma meca para estudantes, alpinistas e turistas circundada por picos gelados. As noites de inverno eram congelantes.

A jovem tinha oito anos quando Chávez deu o golpe, quinze quando foi eleito, e agora, após sete anos de governo, tinha 22. Ela não ligava para política. Gostava de cinema, de garotos e da ideia de viajar. Tirara notas altas no curso de tecnologia da informação e conquistara um cargo no gabinete do prefeito. “Fui a primeira da turma a conseguir emprego”, disse ela, orgulhosa. “Pode acreditar, não é fácil aqui na cidade, há muita concorrência.” Quando a pergunta era sobre as atividades do trabalho, o papo efervescente ficava taciturno. “Ah, sabe, recursos humanos, pessoal, esse tipo de coisa.” E então ela mudava de assunto. Mesmo quando chegava do gabinete no final da tarde parecendo distraída, irritada, ela falava de outro assunto. Até que um dia, encarando o café, em voz baixa, ela disse: “*La lista*. É isso o que eu faço”, e ergueu os olhos. “A lista.”

Em meados de 2003, a oposição preparou outra investida contra o presidente: um abaixo-assinado para acionar um referendo revogatório, um mecanismo incluído na nova constituição para cobrar responsabilidade dos governantes. Apesar da cumplicidade dos líderes da oposição no golpe e na greve do ano anterior, o referendo tinha chance de sucesso. A economia estava estagnada, e os índices de aprovação de Chávez haviam caído. Até sua base partidária nas favelas estava inquieta. Os organizadores coletaram três milhões de assinaturas. Os aliados de Chávez no Conselho Nacional Eleitoral, um órgão supostamente independente, disseram que o abaixo-assinado não era válido e exigiram que fosse repetido. Isso deu a Chávez meses valiosos para planejar uma defesa. Enquanto se coletavam novas assinaturas, ele fez algo semelhante a uma ameaça: “Quem assinar contra Chávez ficará registrado na história, porque terá de dar nome, sobrenome, identidade e impressão digital.”

Depois que tudo terminou, Chávez admitiu que o trono estivera em perigo. “Um pesquisador internacional passou dois meses aqui e veio ao palácio para dar uma mensagem devastadora: ‘Se o referendo fosse hoje, o senhor seria derrotado.’ Isso para mim foi uma bomba, porque você sabe que muita gente não diz esse tipo de coisa, e prefere botar panos quentes. Foi aí que começamos a trabalhar com as missões e a pedir a ajuda de Fidel. Falei para ele: ‘Olhe, tenho esta ideia, atacar por

baixo com todas as forças.’”

A ideia era criar programas sociais para os pobres para preencher lacunas nos serviços públicos. Esses programas foram chamados de *misiones* — missões — e montados com rapidez e urgência. O momento era perfeito, porque os preços do petróleo dispararam, em grande parte devido à conflagração no Iraque, e choviam petrodólares em Miraflores. Chávez na verdade nunca se importara com dinheiro — no exército, mal notava seu salário indo e vindo —, e Fidel controlara todos os detalhes da economia cubana até arruiná-la. Mas eles aplicaram o butim da Venezuela com maestria. Chávez enviava 95 mil barris diários de petróleo para Cuba, respaldando a economia da ilha, enquanto Fidel despachava vinte mil médicos, enfermeiras e demais especialistas cubanos para os *barrios* da Venezuela. Eles foram atrás dos pobres, doentes e esquecidos, trataram varizes, infecções, fraturas, artrites, gengivites, dores nas costas. Preencheram fichas médicas, treinaram voluntários das comunidades, deram aulas de nutrição. Era tudo gratuito — e eles ficaram. Os cubanos moravam em cima das pequenas clínicas hexagonais recém-construídas. Foi a Misión Barrio Adentro.

Em seguida, vieram professores para ensinar os analfabetos a ler e escrever, libertando milhares do constrangimento e da ignorância. Foi a Misión Robinson. Outros professores davam aulas à noite para pessoas que haviam abandonado o ensino médio. Foi a Misión Ribas. Quem concluía esses cursos recebia bolsas de estudo e vagas em novas universidades. Foi a Misión Sucre. Crédito e treinamento foram oferecidos a pequenas cooperativas agrícolas e industriais. Foi a Misión Vuelvan Caras. E por aí foi: refeitórios comunitários, supermercados subsidiados, títulos de adjudicação de terras, viagens a Cuba para cirurgias oculares. Quando o referendo foi realizado, em agosto de 2004, os índices de aprovação de Chávez haviam se recuperado, e ele ganhou com folga. “A Venezuela mudou para sempre”, exultou ele para uma multidão diante do palácio. “Não há mais volta.”

A oposição alegou fraude e depois desabou. Sentia-se enganada, esmagada e exausta. Anos de passeatas, refrões, planos, organização — para nada. Chávez estava mais seguro do que nunca, apoiado por dois terços do país. Os opositores recolheram-se em uma caverna, desesperados e esgotados, para hibernar. Agora o comandante podia finalmente se reclinar na cadeira com esfinges douradas e pôr os pés em cima da mesa. Mas, se o fizesse, ele não seria o comandante. Seu poder estava garantido, mas ele estava condenado a protegê-lo sem cessar. Os assessores do Salão Boyacá o advertiam de que o inimigo — fascista, traiçoeiro — iria se recuperar e reorganizar. Ataque agora, senhor! Arrase os remanescentes! E foi o que ele fez. Ele alertara as pessoas contra o abaixo-assinado, e agora elas pagariam.

Um registro digital contendo três milhões de nomes foi passado a Luis Tascón, um jovem membro da Assembleia Nacional e especialista em tecnologia da informação. Ele o publicou em seu site, supostamente para impedir que a oposição inventasse signatários. Assim nasceu *la lista Tascón*, também conhecida como “a vingança de Chávez”. Ela formalizou a divisão no país. Hereges nessa

coluna, fiéis na outra. O governo e os órgãos públicos a usaram para demitir signatários, negar empregos, licitações, empréstimos, documentos, para ameaçar e punir, para oficializar o sectarismo. Pessoas tiveram suas carreiras interrompidas, perderam o sustento e foram à falência. O medo dominou aqueles que haviam assinado e depois contagiou seus parentes. Em seu programa de TV, o presidente convidou Tascón ao palco e, fingindo ansiedade, perguntou: “Eu não apareço na sua lista, certo?” Em abril de 2005, os relatos de vidas prejudicadas estavam gerando vergonha internacional, então Chávez anunciou publicamente que isso seria interrompido. “A lista Tascón deve ser arquivada e sepultada”, disse, “e falo isso porque continuo recebendo algumas cartas (...) que me fazem pensar que, em alguns lugares, as pessoas ainda usam a lista Tascón para determinar se alguém vai ser contratado ou não. Com certeza ela foi importante, mas não agora.”

Um ano depois, Teresita Rondon confirmava que a lista seguia viva e bem de saúde em Mérida. O trabalho dela era aplicá-la, analisar metodicamente cada funcionário público, empreiteiro ou candidato a emprego no município. Professores, garis, policiais, médicos, secretárias, motoristas de ambulância, recepcionistas, todo mundo precisava ser conferido para se determinar se devia ser despedido, impedido ou contratado. A juventude, a energia e o domínio da tecnologia da informação faziam de Rondon a pessoa ideal. “A lista é completa, mas o programa é lento e trabalhoso, tem falhas, demora para processar cada nome.” A lista, disse ela, fora transformada e ampliada para virar um novo software chamado Maisanta, em homenagem ao bisavô do comandante. Continha o nome de todos os eleitores registrados e permitia que funcionários do governo conferissem endereços, seções eleitorais, participação nas eleições, preferências políticas e associação a missões ou outros esquemas oficiais. Era possível fazer buscas e comparar resultados, rotulando as pessoas como “patriotas”, “opositores” ou “abstinentes”. A lista Maisanta era nacional. A ordem de Chávez de sepultá-la fora apenas para as câmeras. Rondon era uma engrenagem em uma máquina imensa e barulhenta.

Segundo ela, a lista gerou uma pequena indústria de corrupção porque os dados podiam ser manipulados. “Ouvi falar de signatários que pagaram para virar patriotas.” Os que não podiam bancar o suborno ficavam na lista negra. “Não é culpa minha. Eu não sabia que o trabalho era esse. Não consigo mais encarar meus amigos. Alguns deles estão na lista. O que eu falo para eles?” Seus olhos ficaram vermelhos, e ela parecia prestes a chorar, mas segurou.

PALÁCIO



Mediante uma observação cuidadosa da relação entre os animais, é possível ver como eles evitam e temem uns aos outros. A era de ouro acabou. Neste paraíso das selvas americanas, como em qualquer lugar, uma experiência longa e infeliz ensinou a todos os seres vivos que gentileza raramente está ligada a poder.

— ALEXANDER VON HUMBOLDT

SOBREVIVÊNCIA DO MAIS APTO

Eram cinco da madrugada, Caracas dormia em uma escuridão sepulcral e eu já estava atrasado. O táxi seguia pela avenida Francisco de Miranda, enfim deserta, iluminando com os faróis *outdoors* da Pepsi, da cerveja Polar, de bancos e da campanha eleitoral mais recente do comandante: *¡Ahora sí!* Agora sim! Os prédios residenciais de Candelaria, tão deteriorados à luz do dia, assomavam como gigantescos jogos de palavras cruzadas, com alguns quadrados iluminados — pessoas madrugadoras ou ainda festejando? — em meio à penumbra. Abri a janela para deixar entrar um pouco de vento. O ar estava úmido. Seria um dia quente. O táxi contornou o centro — Miraflores encontrava-se atrás de outras construções — e subiu a via expressa de quatro pistas, um legado deteriorado da expansão imobiliária da década de 1950, quando, por algum tempo, Caracas tivera a infraestrutura mais moderna da América do Sul. Os faróis revelavam murais e grafites recentes representando o comandante e o slogan do referendo: *¡Ahora sí! ¡Sí, sí, sí!* Entramos no primeiro túnel, muito iluminado, a principal rota através do Ávila, que se agigantava a dois mil metros de altura, e depois começamos a descida sinuosa rumo ao mar. No clarão do amanhecer, vislumbrei barracos novos e inacabados nas encostas. Contornamos o litoral, com a montanha de um lado e as águas do Caribe do outro, e chegamos ao Aeroporto Internacional Simón Bolívar, uma pista de pouso junto ao mar, pouco antes das seis. Homens da guarda nacional, de uniforme verde, e representantes do governo, de camiseta vermelha, colete e boné de beisebol, formigavam pelo terminal doméstico. Um representante tenso e sorridente do Ministério da Informação me cumprimentou: “Sr. Rory, aí está o senhor, por aqui, depressa!” Acabamos esperando uma hora, e depois embarcamos em um avião oficial. Era agosto de 2007, e eu seria um convidado do programa *Aló, presidente*, episódio 291.

Chávez estava no auge do poder e da popularidade. A oposição, exausta pela derrota no golpe, na greve de 2002 e no referendo de 2004, havia boicotado as eleições de 2005 para a Assembleia Nacional. A ideia era tirar a legitimidade da eleição e mandar um alerta para a comunidade internacional. Olhem aqui! Vejam! Ditadura! O mundo deu de ombros. A oposição na Venezuela estava desacreditada, era histérica e continuava esperneando às provocações de Chávez. Mas o mundo

olhava para o Iraque, horrorizado diante de uma guerra civil sectária e uma canhestra ocupação americana. Assim, o boicote serviu apenas para entregar a assembleia de bandeja a Chávez, dando-lhe um controle quase total do legislativo pelos cinco anos seguintes.

Com os preços do petróleo ainda mais altos, o dinheiro inundava *barrios*, bancos e salas de diretorias. Havia mais de tudo: frango, cerveja, uísque, motocicletas, carros utilitários. A única dúvida quanto à eleição presidencial de dezembro de 2006 fora a margem de vitória de Chávez. Ele sequer recebeu Manuel Rosales, o desafiante da oposição, para um debate, dizendo que “uma águia não caça moscas”. No entanto, prometeu ferrar o opositor caso ele tentasse alguma gracinha. Chávez foi eleito para um segundo mandato de seis anos com 63% dos votos, a margem mais ampla e o menor índice de abstenção na história da Venezuela. Ele venceu em todos os estados, saturando de vermelho o mapa político. A única surpresa foi que a oposição, mesmo derrotada, recuperou a credibilidade. Ela se organizara em torno de um candidato único, ainda que fosse o governador rouco e pouco carismático do estado ocidental de Zulia. Em vez de vociferar acusações de fraude, como em eleições anteriores, a oposição aceitou a vitória de Chávez. Rosales chegou mesmo a parabenizar o presidente. “Hoje reconhecemos que eles nos derrotaram.” Era um sinal de que a oposição estava começando a voltar à realidade. Sua ala radical — aqueles que berravam que Chávez era um ditador comunista manipulador de eleições — começava a perder terreno para os moderados pragmáticos que diziam que Chávez podia ser desafiado e por fim vencido nas urnas.

Porém, poucas pessoas perceberam a mudança em meio às cenas de júbilo no palácio, de onde Chávez, ainda com apenas 52 anos, dizia a uma multidão de adoradores: “Vida longa à revolução! A Venezuela está demonstrando que é possível um mundo novo e melhor, e nós o estamos construindo.” Semanas depois, enquanto o país ia passar o Natal regado a cerveja e uísque na praia, ele fez três anúncios dramáticos: nacionalizaria indústrias “estratégicas”; fecharia a RCTV, o canal de televisão mais popular do país; tentaria modificar a constituição para abolir limites de mandatos. Sua voz troava confiante. “Nada pode deter a revolução!”

Oito meses depois, enquanto eu me preparava para embarcar no avião para o seu programa de TV, Chávez cumprira as duas primeiras promessas e promovia uma campanha de referendo para cumprir a terceira.

O avião elevou-se no céu anil e seguiu a leste, rumo ao sol nascente. Curioso para conhecer em primeira mão o programa do presidente, eu insistira bastante para conseguir o convite. O episódio seria transmitido de Valle Seco, uma praia perto da cidade de Guanta, no estado de Anzoátegui. No aeroporto regional, mudamos para um helicóptero militar. Nicia Maldonado, ministra para os povos indígenas, estava afivelada no assento ao meu lado. Uma entrevistada cativa — um bônus de surpresa. Os ministros evitavam jornalistas estrangeiros. Para não passar a impressão de serem pouco cooperativos, eles não recusavam entrevistas, mas ficavam enrolando com eternos “talvez”. Fazia

sentido. Havia pouco a ganhar e muito a perder com tal exposição. Chávez era a única voz do governo. Até mesmo repetir o que ele dizia era arriscado: de repente, ele podia mudar de opinião sobre determinado assunto ou se ressentir de compartilhar a ribalta. Maldonado, no cargo havia apenas sete meses, já estava sob o fogo de grupos indígenas que reclamavam que a constituição de 1999, teoricamente tão progressista e favorável a eles, vinha sendo ignorada. Fazendeiros, petrolíferas e carvoarias estavam ocupando suas terras no oeste, e um projeto de gasoduto do governo cortaria suas terras no leste. Após trocar amenidades com Maldonado acerca da hélice do rotor — concordamos que faria calor —, perguntei sobre a polêmica do gasoduto. Ela parecia olhar para o nada, e, então, repeti a pergunta. Ela sorriu apontando os ouvidos.

— Não ouço. Helicóptero. Muito barulho.

— O gasoduto — urrei. — Vai em frente?

Ela deu de ombros.

— *Disculpa*. Não dá para ouvir.

Depois de mais algumas tentativas, desisti, e ficamos observando o litoral passar abaixo. Depois de pousar numa base militar pequena e poeirenta, a ministra se enfiou em um carro e desapareceu. Seguimos em comboio — a comitiva do *Aló, presidente* incluía dezenas de técnicos e membros do governo — por uma estrada sinuosa, passando por vilarejos costeiros decadentes onde homens sem camisa tomavam as primeiras cervejas do dia nas portas das casas, até chegarmos a Valle Seco, um povoado com uma praia dourada e um belo cais de madeira estendendo-se sobre a água límpida. Uma equipe avançada tinha preparado uma grande tenda branca, banheiros químicos, fileiras de cadeiras brancas de plástico e uma mesa plantada na areia. Em cima dela, uma pilha de livros, mapas e blocos. Os cinegrafistas se ocupavam com cabos e lentes. Na plateia, percebi veteranos — ministros, governadores e prefeitos — engolindo café, atacando empanadas e fazendo fila para os banheiros, abastecendo-se e preparando-se para a maratona. Mulheres e crianças da região, que não tinham permissão para permanecer dentro da área delimitada, ficavam no mar, com água até a cintura, para assistir de lá. Faziam piadas e riam, ansiosas pelo programa.

Faltando dez minutos para as onze da manhã, o comandante apareceu. Vestindo calça preta e camisa vermelha, ele caminhou até a ponta do cais e passou vários minutos olhando o mar, uma imagem de reflexão, assumindo então seu lugar à mesa com um largo sorriso.

— Como vão todos vocês? Aqui estamos, vejam, que maravilha! Junto ao mar, tão convidativo que dá vontade de mergulhar. Aqui estamos. Saudações a todo o povo de Anzoátegui e a todo o povo do estado de Sucre. Estamos na divisa entre Anzoátegui e Sucre. Um dia claro e bonito, um dia claro. Aqui está o Caribe, o mar do Caribe. Que terra linda! Já faz um bom tempo desde a última vez em que estive aqui. Saudações aos pescadores, às crianças, aos barqueiros para turistas. Ah, ali está Mochima, o Parque Nacional de Mochima, que água linda, que baía gloriosa... Olhem lá, os

pequenos na água, um beijo para vocês, meninos e meninas, que Deus os abençoe, um abraço para os meninos e as meninas de Valle Seco. Como a Venezuela é encantadora! Como é encantador o meu país. *Aló, presidente* número 291. E hoje vamos conversar sobre algo maravilhoso. Mas vocês já sabem disso.

O foco do programa seria o referendo constitucional marcado para dezembro de 2007, dentro de quatro meses. Quando a constituição foi adotada em 1999, o comandante afirmou que ela duraria mil anos, mas agora dizia que era preciso fazer mudanças urgentes. Ela “reestruturaria a geometria do poder”, fortalecendo organizações populares conhecidas como conselhos comunais, tolhendo a autoridade de prefeitos e governadores estaduais e, o mais importante, abolindo o limite de mandatos para presidente, permitindo que Chávez se candidatasse a um terceiro em 2012. Desde que conquistara o segundo mandato um ano antes, o comandante havia acelerado a revolução: aprovou pela Assembleia Nacional uma lei que lhe possibilitava governar por decreto, alterou livros de história para transformar o golpe de 1992 num levante heroico, e, em seu ato mais polêmico, fechou a RCTV, o canal mais antigo e de maior audiência do país, que produzia novelas e programas de auditório cuja popularidade superava fronteiras sociais e políticas. Era também um dos quatro canais privados que apoiaram o golpe de 2002 contra Chávez. Dois deles, Televen e Venevisión, tinham feito as pazes com o presidente, interrompendo os ataques, deslocando noticiários esvaziados para buracos esquecidos da programação e cessando os comentários sobre política. Suas concessões foram renovadas. Os donos da RCTV, anti-Chávez e enfurecidos, continuaram os ataques, e assim, em maio de 2007, o governo negou-se a renovar a concessão da frequência aberta, reduzindo o canal a uma limitada transmissão via satélite, até que ele minguasse e morresse. A decisão não foi bem recebida sequer por simpatizantes do governo, que perderam seus programas favoritos. Ela deflagrou protestos estudantis que se estenderam por universidades e cidades e deram um novo impulso à oposição moribunda. Porém, com o preço do petróleo em níveis recordes, alavancando a economia, ainda se esperava que Chávez vencesse o referendo com facilidade. A transmissão daquele dia pretendia mobilizar seus simpatizantes a votar pelo sim.

O comandante passou o olhar pela multidão, tomou um gole de café e exaltou os conselhos comunais como o cerne do referendo.

— Qual é a essência da proposta que fiz para o povo venezuelano? Poder popular (...) a partir das bases, de Valle Seco, de Guanta, destas comunidades, deste mar, destas águas, destas montanhas; é assim que começamos a construir a nova democracia, a democracia bolivariana (...) algo que nunca foi feito aqui na América Latina.

Ele então saudou pelo nome — perdi a conta depois de 35 — os membros da plateia, quase todos ministros, governadores, deputados, militares e funcionários públicos da região. A lista era pontuada por apartes pessoais. Ele lançou um olhar para as últimas fileiras de assentos.

— Vocês aí no fundo, estão me ouvindo?

— Não — replicou um coro.

O presidente riu.

— Como é que podem responder se não estão ouvindo? Vocês estão comendo empanadas?

Risos.

— Não.

O presidente continuou com a brincadeira.

— Parece que há um problema de som, dá para sentir daqui. Já faço isso há nove anos, e sinto quando há problemas.

Ele rememorou a época em que era um cadete e viu o mar pela primeira vez, e então bateu papo com criancinhas que foram levadas até sua mesa. Morenas como a maioria das pessoas daquela comunidade, elas pareciam tímidas.

— Qual é o seu nome, menina?

— Nairoboth.

— Nairoboth. E você é de Valle Seco? Olhem só essas picadas de mosquito. — Com ar de preocupação, ele examinou as marcas vermelhas no braço da garotinha. — Você precisa passar uma pomada nisso, Nairoboth, parece sério.

Ele lhe mandou um beijo, e a menina correu com os amigos, carregando os chinelos.

— Que Deus os abençoe (...) Ei, os meus sapatos? Aonde vocês os estão levando?

As crianças hesitaram, e o público riu.

— Ah, não, meu número é muito grande, vejam: — Ele descalçou um pé — Eu uso 44; as pessoas me chamavam de Pateta quando eu tinha sua idade.

O aquecimento continuou. Ele incentivou um menino a jogar beisebol, mandou beijos para as mulheres que estavam na água, lembrou a infância.

Após uma hora, folheando anotações, ele chegou a mim.

— Temos aqui também um jornalista britânico, Rory Carroll (...) do jornal *Guardian*. Rory, você fala espanhol?

Respondi que sim, embora ainda estivesse aprendendo.

— O que o traz aqui, a Valle Seco, você que é da Grã-Bretanha?

— Na verdade sou irlandês, mas...

— Ah! É irlandês. Então, o que o traz a estas praias caribenhas? Há quanto tempo está morando aqui conosco?

— Quase um ano.

— Quase um ano.

— Sim.

— E onde estudou jornalismo?

— Em Dublin. Estou no *Guardian* há dez anos.

— O *Guardian*, de Londres, certo?

— Sim.

— Qual é o seu propósito? Que pergunta você tem para mim? Você tem alguma pergunta?

Geralmente, jornalistas vêm com um monte de perguntas.

A plateia soltou uma risadinha abafada, a câmera fechou o *zoom*, e respirei fundo. Eu havia imaginado uma conversa particular com Chávez mais tarde naquele dia, depois do programa, não um diálogo em público agora. Em espanhol vacilante, fiz a primeira pergunta que me veio à cabeça. Por que o presidente devia ser o único com direito a reeleições ilimitadas enquanto isso era negado a governadores e prefeitos, sob o pretexto de que eles poderiam se tornar caudilhos regionais? Não havia risco de que o presidente se tornasse ele próprio um caudilho?

A pergunta caiu na mesa com um baque. Chávez torceu o nariz. Fez uma pausa e estreitou os olhos.

— Bem. Essa é a pergunta que Rory Carroll nos traz.

A atmosfera jovial se evaporou. Pelo canto do olho, percebi algumas pessoas perto de mim, de camisa vermelha, remexendo-se no assento e se afastando de mim. Aí começou. Ele lançou a pergunta para o mar, para além do horizonte, e a transformou numa arenga contra os males da mídia tendenciosa, da hipocrisia europeia, da monarquia, da rainha britânica, da Marinha Real, da escravidão, do genocídio e do colonialismo.

— Há muito cinismo na Europa, hein, Rory? Ali na Europa, de onde você é, acho que a Europa compete com os Estados Unidos. Ela é mais velha e mais cínica, teve mais tempo para praticar o cinismo, e acho que os Estados Unidos aprenderam muito com o cinismo europeu (...) que celebra a descoberta da América, por exemplo, enquanto nega o holocausto africano.

Eu nem imaginava o que isso tinha a ver com a pergunta, mas ele prosseguiu. Exaltou o sangue africano que corria nas veias venezuelanas e recriminou a história europeia de guerra e conquista. Mandou a câmera focalizar sua pele marrom para servir de exemplo.

— Em nome do povo da América Latina, exijo que o governo britânico devolva as Malvinas ao povo argentino. — Depois, outra carga contra o colonialismo: — É melhor morrer lutando do que ser escravo!

Ele dirigiu a câmera de volta para mim, e adotei o que eu esperava ser uma expressão neutra. O celular no bolso da minha camisa vibrava sem parar, com mensagens de colegas que assistiam à televisão. Chávez continuou, com um olhar grave.

— Nenhum jornalista europeu jamais pediu a nossa opinião sobre a chegada de Cristóvão Colombo. Os europeus cultos e nós, os bárbaros. Que cinismo!

Como a Grã-Bretanha, cuja rainha não eleita reinava em territórios caribenhos, ousava criticar a

democracia venezuelana?

— Lá dizem que Chávez quer se perpetuar no poder, só porque estou propondo que o povo decida sobre a possibilidade de reeleição contínua para chefes de Estado.

E mais e mais. Europa, a monarquista. Europa, a rainha do cinismo que impusera séculos de opressão à América Latina. Europa, sem limite de mandatos para primeiros-ministros. A plateia respondia com aplausos a cada acusação. Um auxiliar lhe entregou um pedaço de papel com os nomes dos Estados europeus que não tinham limite de mandatos para seus líderes. Ele anunciou cada um como se apertasse um gatilho. Itália! Portugal! Eslováquia! Estônia! Chipre!

Chávez retomou os ataques à monarquia britânica, e então exigiu minha opinião. O microfone me foi passado em silêncio. A essa altura, as pessoas à minha volta já se haviam afastado um bocado, deixando-me um pequeno oásis de espaço.

— Repito, não só sou irlandês, mas também republicano, então não defendo esse sistema [de monarquia] (...) Mas isso não importa, porque a pergunta foi sobre o seu país, e sobre o senhor, e a pergunta foi: Se os prefeitos e governadores não têm o direito [à reeleição], por que o senhor haveria de ter?

Foi uma tentativa de ressaltar o fato de que eu vinha de um dos países que mais sofreram sob o colonialismo britânico, e que de qualquer forma minha opinião sobre tudo aquilo não era relevante, e que a arenga do presidente fugira da pergunta original.

O microfone desapareceu, e Chávez retomou o massacre, transformando minha expressão “não importa” num cassetete retórico, insinuando que eu dissera que ele não importava, que os venezuelanos não importavam.

— Para nós importa, *compañero*, para nós tudo importa, o destino dos povos da Europa, dos povos da África (...) porque todos compartilhamos este planeta, Rory.

Depois de um tempo, sua cólera extravasada, ele passou para outros tópicos, deixando-me de molho na minha poça de cinismo e vício do velho mundo. As horas passaram depressa depois disso. O comandante desenhou diagramas e mapas demonstrando a nova “geometria do poder”; citou Mao, Gandhi, Cristo, Marx, Engels; leu trechos de Gramsci (após dar um peteleco num inseto que pousara no livro); afagou um cachorro que foi até sua mesa; atacou o capitalismo, a mídia privada da Venezuela e os cardeais católicos. Quando uma maquiadora enxugou suor de seu rosto, as câmeras se voltaram para a plateia. Chávez falou sem parar mesmo enquanto ela passava um lenço em seus lábios. Proclamando uma era de ouro dos esportes, ele doou passagens para um time de beisebol viajar para Cuba e um ônibus para um grupo de atletas mulheres.

Em algum momento em meio a tudo isso, ele voltou de repente à minha pergunta. Encarando-me, em um tom mais suave, ele respondeu com uma analogia.

— Preciso terminar o meu quadro. É verdade que outra pessoa poderia terminá-lo, mas nada mais

do que um traço. Se eu der o pincel a outro, ele começaria a mudar as cores porque teria outra visão, começaria a alterar os contornos.

Olhando para os governadores e prefeitos, ele disse que outros membros do governo não eram responsáveis pelo quadro geral e, portanto, não precisavam de reeleições ilimitadas. “Nada pessoal.” Eles deram sorrisos fracos e aplaudiram. Sete horas depois, anoitecia, e o programa terminou sob aplausos e ovações. Os políticos mantiveram distância de mim, o intruso daninho, até que Chávez apertou minha mão. Um aperto firme, um sorriso e uma batidinha no ombro. Seus olhos estavam vermelhos — um ser humano normal teria desabado horas antes —, e ele foi logo para seu *trailer*. Depois disso, os ministros apertaram minha mão. O voo de volta para Caracas foi o pior da minha vida. Uma tempestade de raios encheu o céu noturno, fazendo o avião dar piruetas e mergulhos perturbadores. Aterrissamos sob uma chuva torrencial, em um completo breu. Pensei em Gabriel García Márquez, chegando de Havana sete anos antes, pousando no mesmo local e imaginando se o comandante viria a se tornar um salvador ou um ilusionista.



A floresta amazônica fervilha com uma luta incessante e implacável de vida ou morte. A mata tropical da Venezuela ficava centenas de quilômetros ao sul, mas sua guerra interminável e silenciosa era replicada nos edifícios ministeriais de concreto e vidro que rodeavam Miraflores. À primeira vista, a buzinação cacofônica de El Silencio, o distrito governamental, não tinha qualquer semelhança com a Amazônia. Levava-se apenas quinze minutos para percorrer a pé a área de seis quarteirões que abrigava a maioria dos ministérios e das sedes de instituições estatais. Virando-se à direita na avenida Urdaneta, saindo do palácio, chegava-se ao Ministério da Fazenda, um cubo marrom opaco que se erguia acima de seus vizinhos, o Banco Central e a Agência Nacional do Orçamento. A uma quadra ficava a fachada em estilo colonial de La Casa Amarilla (A Casa Amarela), o Ministério das Relações Exteriores. Saindo dali, em quatro minutos chegava-se ao MinCI, a torre malcuidada que abrigava o Ministério da Comunicação e Informação. Ouvia-se salsa das lojas de roupas em meio aos prédios. Em algumas quadras ao norte estavam concentrados a praça Bolívar, a prefeitura, a sede da milícia pró-Chávez e o Ministério da Educação. Ao sul ficava o Conselho Eleitoral Nacional. No meio do caminho estavam os Ministérios da Energia, do Planejamento, do Transporte, da Justiça e outros. O comandante aparecia em murais e cartazes em todas as esquinas. Pichações e grafites exibiam slogans de campanhas — *¡Vota no!* (o referendo revocatório de 2004), *¡Ahora sí!* (o referendo constitucional de 2007), e *Viva Chávez* (todos os anos). Ao longo da calçada, havia barracas vendendo roupas, DVDs piratas, pilhas, mangas, bananas, cachorros-quentes, carregadores de celular, livretos do governo com leis novas. Atravessar a rua significava se desviar de

motocicletas que costumavam entre caminhões, ônibus, peruas e Chevrolets velhos. Durante o dia, El Silencio fervilhava de som e movimento. Ao anoitecer, a região se esvaziava. A noite pertencia aos assaltantes.

Pelos gabinetes dos ministérios desenrolava-se uma competição implacável pelas emanações vitais do palácio, um processo cruel de evolução acelerada e adaptação que condenava ministros, vice-ministros e assessores ambiciosos a um combate interminável. Os vitoriosos que conseguiam ascender desfrutavam da aprovação e do apoio do comandante, mas continuavam rechaçando rivais que espreitavam logo abaixo, nas sombras, sempre tentando subir, agarrando, forçando, esticando. Os derrotados eram os que perdiam as forças, não conseguiam se adaptar e se atrofiavam na penumbra.

Quando assumira o poder, o comandante herdara 21 ministérios, e, em nome da eficiência e de um governo enxuto, reduzira o número para catorze, dizendo que a meta era chegar a nove. Esses cortes não duraram muito tempo. Sua impaciência para mudar e criar coisas e seu tumulto de ideias, iniciativas e tramas alimentou a abundância burocrática. Ministérios faziam brotar novas divisões e novos departamentos, que se dividiam, subdividiam, fundiam, separavam. O Ministério do Transporte e das Comunicações se transformou em dois. Depois, Transporte se fundiu com Habitação para criar o Ministério da Infraestrutura. Transporte separou-se de novo e voltou a se fundir com Comunicações, e depois voltou a se separar. O Ministério do Transporte se dividiu então em Ministério do Transporte Terrestre e Ministério do Transporte Aéreo e Aquático. Para Chávez, a solução para um problema — uma série de acidentes aéreos ou queixas sobre um serviço de balsas — era criar um ministério. Os gabinetes se reproduziram e se multiplicaram para quinze, vinte, 25, trinta ministérios, até o próprio comandante perder a conta. Seriam 31, 33? Os Estados Unidos tinham quinze. Levaram uma mesa oval maior para a sala de reuniões ministeriais, e ainda assim ela não bastava para acomodar todos os titulares de pasta. O site do governo não conseguia se manter em dia com as mudanças. Um novo ministério era anunciado — por exemplo, o Ministério de Estado para Transformação Revolucionária da Grande Caracas. O órgão divulgava um comunicado à imprensa, como se procurasse firmar suas frágeis raízes, e depois desaparecia de novo em meio à floresta, sem atender telefonemas, e sua existência permanecia incerta até que, alguns meses depois, fosse anunciada oficialmente sua separação ou incorporação por outro órgão.

Ministros ascendiam e caíam com rapidez ainda maior que os ministérios. O comandante teve mais de 180 ministros em pouco mais de uma década. Ministros e cortesãos batalhavam por favores e promoções. Alguns duravam apenas poucas semanas, gravetos que logo eram arrancados e esquecidos. Mas os mais espertos e versáteis sobreviviam ano após ano. Com o rosto sempre voltado para o palácio, fincavam raízes, colonizavam El Silencio e faziam dele seu hábitat, estabelecendo contornos para a revolução. Por mais de uma década de fermento evolucionário, os que aprenderam a sobreviver e prosperar se dividiram em três espécies distintas.

Os discípulos investiam tudo em submissão. Todas as categorias deviam demonstrar lealdade — era a primeira condição para a ascensão —, mas os discípulos iam mais longe, especializando-se em obediência completa e imediata. Não ofereciam ideias nem talentos especiais, não controlavam eleitorado algum. Apresentavam-se como figurantes confiáveis para qualquer papel, qualquer cargo, sem fazer perguntas.

Nicolás Maduro prosperou assim. Um homem alto com um bigode escuro e cheio e cabelo preto, ele não tinha capacitação, e sua formação não ia além do ensino médio, mas era dócil, com instinto para se promover. Começou a trabalhar como motorista de ônibus em Caracas e pouco depois obteve um atestado médico dizendo que tinha uma deficiência. Assim ele continuou a receber seu salário enquanto perseguia uma carreira alternativa no sindicato. Chávez via com desconfiança qualquer ativista sindical — essas pessoas costumavam ser obstinadas —, mas Maduro, eleito para a Assembleia Nacional, era maleável. Sempre que Chávez telefonava, qualquer que fosse a lei que ele queria que fosse emendada ou revogada, Maduro concordava. Ele se tornou líder da Assembleia em 2005, e então, apesar de não falar nenhuma língua estrangeira, foi nomeado ministro das relações exteriores em 2006, função que manteve por seis anos. Ele cruzou o mundo de acordo com as ordens de Chávez, seguindo o roteiro de Chávez, sem desvios, sem improvisos, sem sugerir nada por iniciativa própria. Romper relações com Bogotá, restabelecer relações com Bogotá, atacar Washington, paparicar Pequim, agradar Teerã, insultar Madri; qualquer que fosse a ordem, ele acatava. Quando o comandante tratava Maduro com condescendência em público — “vejam o Nicolás ali, tão elegante de terno, sem ter mais que dirigir um ônibus” —, ele apenas sorria. Embaixadores estrangeiros diziam que o ministro das relações exteriores evoluíra no cargo, mas nunca tomava uma decisão importante. Chávez era o único com o direito de brilhar, então Maduro não brilhava. E assim prosperou. Adquiriu um amplo guarda-roupa, ganhou peso, ficou com a cintura larga. Os discípulos vinham de origens variadas, mas compartilhavam um instinto para as atitudes e a retórica do poder. Quem vinha de uma situação mais privilegiada mudava o sotaque, trocando indícios de refinamento pelo coloquialismo local. Compravam camisetas vermelhas e bonés de beisebol para eventos do partido e compareciam ao programa do presidente. Quando Chávez fazia algum anúncio, os discípulos eram os primeiros a procurar microfones para elogiá-lo. Com suas raízes políticas e ideológicas superficiais, eles podiam balançar e se curvar aos ventos de Miraflores.

Os utópicos contavam com a imaginação do comandante, fazendo projetos para seus sonhos de revolução. O líder era Jorge Giordani. De aparência peculiar, era careca, magro como um caniço, com grandes olhos azuis, óculos grossos e o rosto largo e pálido emoldurado por uma barba branca rala. Brincava-se que ele era um Papai Noel anorético, mas, por causa de sua austeridade, seu apelido era Monge. Vestia ternos escuros simples e sapatos gastos e carregava uma pasta surrada que parecia ter servido de cama para um gato. Giordani pouco se importava com a aparência neste mundo porque

estava ocupado aperfeiçoando o mundo dentro de sua cabeça. Ele o exibia em coletivas de imprensa, desenvolvendo gráficos e diagramas tão elaborados que pareciam esquemas de naves espaciais. Se alguém sugerisse que seus projetos não funcionavam neste mundo, ele ficava vermelho, massageava os dedos e sugeria que a pessoa talvez não tivesse entendido o modelo. Giordani era um dos pouquíssimos ministros que falavam inglês, porém apenas em particular. Sua esposa, diretora de uma escola, era uma assessora próxima. Foi quando cursava engenharia elétrica na Itália nos anos 1960 que Giordani tivera sua revelação: tal como placas de circuito, a humanidade podia ser reestruturada, e suas correntes, direcionadas para formar uma nova sociedade. Essa ideia recebeu uma carga de marxismo quando Giordani fez pós-graduação em planejamento urbano na Universidade de Sussex, na Inglaterra. Ele adorou as teorias relacionadas à criação de ordem a partir do caos. Após o golpe de 1992, Giordani, então professor na Universidade Central da Venezuela, ensinou Chávez, que estava na prisão, a transformar o movimento bolivariano em governo. Munido de gráficos, mapas e fórmulas, ele foi ministro do planejamento por uma década. Um professor é capaz de passar a vida toda polindo suas ideias sem que ninguém se importe. Chávez fazia esses homens — não havia mulheres nessa categoria — vibrarem com a promessa de transformar a teoria em prática. Em troca, eles lhe prometiam um mundo novo.

A terceira categoria era formada pelos faz-tudo. Esses eram os mais dinâmicos e se destacavam resolvendo ou parecendo resolver problemas. Quando o comandante percebia turbulência econômica ou dissensão em suas fileiras, algum distúrbio que precisasse ser acalmado, recorria aos faz-tudo, a maioria vinda das forças armadas. O mais ambicioso era Diosdado Cabello, cujo nome significa literalmente Cabelo Dado por Deus. Nascido num lar humilde no estado de Monagas, uma região quente de planaltos e savanas no leste, usava cabelo cortado à escovinha quando estudava na academia com Chávez, que na época já era instrutor. Diosdado, como até os inimigos o chamavam, aderiu ao golpe de 1992, cumpriu pena na cadeia e começou a perder o cabelo quando entrou para o governo. Ele saltou de cargo em cargo. Foi líder do partido MVR, diretor do órgão estatal de telecomunicações, ministro da infraestrutura, chefe de gabinete do presidente, vice-presidente, governador do estado de Miranda. Diosdado demonstrou que seu dom não era a cabeleira, mas sua habilidade de influenciar diversos órgãos e instituições, criando aliados, colocando seguidores em postos-chave, cooptando sucessores, formando uma rede de apoio que incluía facções nas forças armadas, meia dúzia de ministros e milícias civis radicais pró-governo. Era chamado de polvo: tentáculos por toda parte. O comandante permitia que Diosdado e outros faz-tudo — todos eles valentões pragmáticos e calculistas — acumulassem riqueza e influência porque ele podia empregá-los, se necessário, para reafirmar a autoridade presidencial. Bastava a visita de um faz-tudo para que um governador, um banqueiro ou uma facção rebelde do partido se submetesse e jurasse lealdade ao comandante. Dizia-se que Diosdado havia adquirido tamanha fortuna e tantos segredos no Ministério

da Infraestrutura que, quando foi transferido para outra função em 2004, se disseminou a lenda de que ele havia incendiado a sede para enterrar as provas. Era uma das torres gêmeas de Caracas, as Torres Parque Central, que com seus 56 andares já foram os arranha-céus mais altos da América do Sul e monumentos ao *boom* do petróleo da década de 1970. A causa da destruição nunca foi totalmente esclarecida, e não havia qualquer indício concreto de que Diosdado fora o responsável. Mas muitos atribuíam a ele a responsabilidade pela ruína enegrecida, que durante anos assomou sobre Caracas, abandonada e sem reparos. Quando ele deixou o governo de Miranda, quatro anos depois, retirou, por razões desconhecidas, todos os computadores, arquivos, câmeras, e até mesmo móveis e acessórios.



“Um centímetro de Miraflores vale mais do que uma propriedade na Grande Savana.” Essa expressão fora cunhada muito antes de Chávez, mas o *boom* do petróleo que fazia jorrar torrentes cada vez maiores de petrodólares desde 2004 dava um ar eufórico a ministros e cortesãos no palácio. Ele inflamava a ambição e a insegurança. Mesclava a promessa de influência, status e riqueza com o pavor do ostracismo. Quem atraísse o olhar do presidente tinha uma rápida ascensão. Ontem um João-ninguém, hoje dono de um feudo de influência e poder. Guarda-costas em carros de luxo blindados iam buscá-lo em casa. Servidores públicos adejavam em volta da sua mesa. Prefeitos e empresários faziam fila à porta da sua sala, empunhando petições. O palácio requisitava a sua presença nisso e naquilo. Uma existência impetuosa. Mas o ar era rarefeito e o solo, escorregadio.

Em público, os ministros falavam as mesmas coisas. “O processo bolivariano é um processo orgânico de aprofundamento da revolução por meio do aumento do poder popular. Temos um grande plano estratégico, sistematizado e endógeno.” Essa era Lídice Altuve, vice-ministra da informação, mas podia ser qualquer um deles, todos empregando um jargão corporativo quase militar. Eles sempre apareciam no palco, flanqueando o comandante, sorrindo e batendo palmas em uníssono. Eles se odiavam mutuamente e suspeitavam uns dos outros. Alexander von Humboldt, um naturalista alemão que explorou a Venezuela no começo do século XIX, notou como a vida selvagem ao longo do Orinoco se eriçava e estremecia. “Mediante uma observação cuidadosa da relação entre os animais, é possível ver como eles evitam e temem uns aos outros. A era de ouro acabou. Neste paraíso das selvas americanas, como em qualquer lugar, uma experiência longa e infeliz ensinou a todos os seres vivos que a gentileza raramente está ligada ao poder.”

Giordani, o Monge ascético, de fala macia, mostrara sua índole ao se dedicar a ensinar Chávez na cadeia em 1992. Seus colegas de universidade ficaram horrorizados pelo convite de dar aulas a conspiradores em sua prisão soturna, em Yare, infestada de mosquitos, mas Giordani não hesitou e

forjou um elo com o futuro presidente. Foi recompensado com um posto ministerial em 1999, mas, em vez de concretizar seus projetos para uma nova sociedade, descobriu-se como apenas mais uma voz numa comprida mesa cheia de colegas ambiciosos lançando suas próprias e diferentes ideias.

Um por um, o Monge foi eliminando seus rivais. Ele não confiava nos funcionários herdados do Ministério do Planejamento, anteriores a Chávez, e instalou uma equipe paralela formada por seus protegidos da universidade. Giordani os orientara no doutorado, eles haviam compartilhado suas ideias e lhe eram absolutamente leais. O fluxo de instruções de Chávez produzia comitês instantâneos, prazos apertados e modificação de metas. Alguns ministros perdiam a compostura em meio ao alvoroço, mas Giordani, metódico e estratégico, identificava postos-chave em departamentos e comitês recém-criados e os preenchia com seus acólitos, habilidade que adquirira na universidade. Eles conduziam as reuniões em certas direções, retardavam ou aceleravam discussões de acordo com a necessidade, promoviam aliados, bloqueavam intrusos, traziam informação e minutas de documentos de volta para a base no Ministério do Planejamento. Ele montou uma academia especial em Los Teques, nos arredores de Caracas, para treinar seus protegidos para o governo. Assim Giordani era capaz de emboscar colegas em momentos cruciais. Gustavo Márquez, da Indústria e Comércio, trabalhou arduamente numa nova lei apenas para vê-la, em questão de minutos, rejeitada e substituída por um projeto de Giordani. Márquez então descobriu seu departamento abolido e foi enviado às pressas para dirigir o pavilhão da Venezuela numa exposição em Hanover.

Guaicaipuro Lameda se mostrou um adversário mais formidável. Como controlador do orçamento nacional, desafiava abertamente as estimativas do Monge e zombava dele quando ele chegava às reuniões com suas plantas enroladas debaixo do braço. “Essa aí é a sua bazuca para nos matar, Jorge?” Uma vez, quando dividiam uma limusine em Moscou, Lameda provocou seu colega marxista apontando diversos luminosos de neon do McDonald’s, símbolo do triunfo do capitalismo. “Olhe todos aqueles emes amarelos, Jorge. Você acha que significam ‘Moscou?’” O Monge teve sua vingança. Depois de ser promovido a chefe da companhia petrolífera estatal, Lameda viu-se tolhido por uma minuta de última hora de Giordani sobre uma nova lei de hidrocarboneto. Lameda comentou, uma década depois: “Mas sabe o quê? A ironia é que as coisas ficam ainda piores quando Giordani não está aqui. Tudo fica solto, disperso. Enquanto Giordani está na direção, ao menos há coerência e organização.”

A vantagem fundamental do Monge, além de sua equipe de acólitos, era o acesso a Chávez. Ele buscava contato com o comandante a cada oportunidade. Enquanto outros ministros usavam os grandiosos salões de Miraflores para reuniões, Giordani vivia entocado no anexo ao gabinete presidencial, esperando por uma chance para cochichar ao ouvido do chefe. Aqueles que não tinham acesso eram vulneráveis a boatos e fofocas. Num piscar de olhos podiam ver seu departamento abolido ou absorvido pelos domínios de um rival. Quando o comandante começou a se ausentar das reuniões

ministeriais em 2004, a busca para ser ouvido se intensificou. Os ministros podiam passar semanas ou meses tentando uma audiência. Desesperados para saber o que o comandante estava pensando, eles se empenhavam em se pôr a par de fofocas, captar rumores, capturar fragmentos. Sussurravam uns para os outros: *Amigo*, o que você ficou sabendo? Os privilegiados, como o Monge, eram convidados a visitar o gabinete do comandante ou a passear com ele pelo pátio adjacente com um pomar de nespereiras, onde um jarro de bronze derramava água num laguinho.

Giordani caiu duas vezes. A personalidade volátil de Chávez e o ritmo de trabalho o exauriram, e ele não conseguia atender chamadas às três da madrugada. Desafiadoramente, antes de ir para a cama, ele desligava seu telefone cedido pelo palácio. Chávez ficou tão zangado que mandou Diosdado, então chefe de gabinete, arrancar o Monge de sua casa e escoltá-lo pelas ruas escuras e desertas para uma reunião em Miraflores antes do amanhecer. Chávez entrava em choque com todos os seus ministros e os despedia uma vez ou outra, mas perdoava e reempossava os favoritos. O utópico professor invocava os anseios do comandante de reformular a sociedade. E imbuía o gabinete de uma densidade intelectual da qual ele carecia. Metade dos ministros não tinha diploma universitário.

Nove ministros da fazenda caíram sucessivamente, até que por fim, em 2010, Giordani atingiu sua meta: os Ministérios do Planejamento e da Fazenda foram fundidos sob sua liderança, tornando-o o indiscutível czar econômico da revolução. Não se sabe até que ponto ele maquinou a queda dos colegas. Era costume do palácio não explicar por que as cabeças rolavam. Chávez, ou seu secretário pessoal, telefonava para o condenado para agradecer pelos seus serviços e dizer que não eram mais necessários. E até logo. A vítima ficava tentando adivinhar. Teria alguém sussurrado algo ao comandante? Quem? Richard Canan, um jovem e promissor ministro do comércio, foi demitido depois de dizer numa reunião interna do partido que o governo não estava construindo um número suficiente de residências. Ramón Carrizales teve de sair da vice-presidência depois de se queixar, em particular, da influência cubana. Qualquer que fosse a causa, assim que o machado caía, a expulsão era imediata. O choque era desorientador. Ministros que costumavam ladrar ordens e irromper pelas portas pareciam encolher fisicamente depois de demitidos. Passavam a falar baixinho e a se arrastar para dentro de uma sala, humildes e hesitantes. Ficavam acoessando ex-colegas em suas casas, buscando conselho e conforto, pedindo um caminho de volta para o palácio: “*Amigo*, você pode dar uma palavrinha com o chefe?” Um ministro, um dos favoritos de Chávez, riu ao narrar tais esforços dignos de pena. “Eles sabem tão bem quanto eu. Em Miraflores não há *amigos*.”



olhar de Chávez parecia seguir os ministros em cada minuto de vigília: das lareiras e paredes da sala (era sensato ter retratos do líder em casa), de murais e *outdoors* a caminho do trabalho, do elevador

O (onde cartazes diziam “¡Adelante Comandante!”), de seus escritórios (inúmeros pôsteres de Chávez em diferentes poses), de suas escrivatinhas (ele decorava pequenos calendários), das camisetas dos garçons que traziam café (“¡Viva Chávez!”), das primeiras páginas dos jornais, revistas e relatórios do governo. A voz de tenor, instantaneamente identificável, exultava, censurava, acusava, brincava e entregava-se a reminiscências no rádio e na televisão várias vezes ao dia. Era por isso que os caricaturistas de jornais da oposição se concentravam nos seus olhos e na sua boca — exagerando o olhar semicerrado, inchando os lábios, ressaltando a língua. No entanto, para os ministros, a parte mais importante da fisionomia de Chávez, aquela que os mantinha acordados à noite, acelerava seus batimentos cardíacos e interrompia suas frases no meio, como que subitamente emudecidos, eram as orelhas. Fisicamente, não tinham nada de notável. Nem pequenas nem grandes demais, nem de abano nem pontudas: orelhas comuns. O que o comandante ouvia?

Que inimigos pudessem cochichar intrigas já era bastante ruim. Mas a principal fonte de paranoia era o medo das próprias palavras. De que em algum lugar, em algum momento, a pessoa tivesse deixado escapar a alguém algo que não deveria dizer. Podia ser qualquer coisa. Um resmungo sobre o governo. Uma referência a uma conta bancária. Uma piada sobre o presidente. Isso talvez bastasse. A guilhotina podia ser acionada. Auxiliares, secretárias, motoristas, todos eram informantes potenciais do G2, o serviço de inteligência cubano, e do Disip da Venezuela, que viria a se tornar o Sebin (Serviço Bolivariano de Inteligência). Partia-se do pressuposto de que os telefones residenciais, comerciais e, acima de tudo, celulares estavam grampeados, e que determinadas conversas eram reproduzidas para o comandante. Para muitos, era isso que contribuía para a queda aparentemente inexplicável de tantos ministros. Era a razão de funcionários dos escalões superiores tratarem seus telefones como radiativos.

A escuta era real. E assumida, num grau impressionante. Trechos selecionados eram reproduzidos cinco noites por semana, de segunda a sexta, no programa de entrevistas *La hojilla*. Mario Silva acumulava xingamentos a adversários do governo. “Ei, Otero [um dono de jornal], sei que você está assistindo, então vou dizer bem devagar. Você. É. Um. Filho. Da. Puta.” Quando se debruçava na mesa, fitando intensamente a câmera, um sorriso no canto da boca, sabia-se que ele estava prestes a jogar um “escória”, “veado”, “brocha”, “fascista” ou algum outro de seus epítetos prediletos. Fora da tela, entre amigos, Silva podia ser caloroso e cerebral (era culto e jogava xadrez), mas na tela cuspiam xingamentos.

O presidente aparecia com frequência no programa, ou telefonava do palácio para caçoar e fazer piadas. Ele insistia para que todo mundo assistisse. “Você assistiu a *La hojilla*?”, perguntava ele a simpatizantes. “Magnífico. E acho que o Mario tem algo especial programado para hoje à noite. Não perca!” A coisa especial eram invariavelmente telefonemas interceptados. Silva era reticente em relação à fonte, mas todo mundo presumia que eram os serviços de inteligência do Estado. “Hoje à noite um banquete, pessoal!”, dizia ele, esfregando o nariz. “Três trechos. Três gravações diferentes.

Podem pegar a pipoca, o primeiro vai ser daqui a alguns minutos.”

O programa não levava ao ar a roupa suja da revolução — só da oposição — mesmo assim dava calafrios em ministros e cortesãos. Eles partiam do pressuposto de que o palácio também escutava suas conversas telefônicas. A gravação de um prefeito chavista se divertindo no que parecia ser uma orgia na residência oficial, na zona leste de Caracas, tornou-se notória, mas nunca chegou ao programa. Acreditava-se amplamente que os serviços de inteligência visavam às esposas das vítimas, pressupondo que elas fofocavam com mais liberdade. Um jornal especializado em denunciar corrupção, *Las Verdades de Miguel*, vendido em El Silencio toda sexta-feira, abastecia a paranoia destruindo reputações. “Cuidado, comandante! Um espião no coração do governo”, dizia uma manchete típica, citando uma suposta intriga de ministro. O jornal também era especializado em advertências aforísticas. “Pior que a traição é a solidão. Mais uma vez as espadas se afiam.” Crescia a impressão de que o palácio tinha ouvidos ubíquos e que toda manhã a *sala situacional* fornecia transcrições e trechos de gravações visando abrir os olhos do comandante.



A ironia na promoção dos ministérios e agências estatais em El Silencio era que o sucesso, ou seja alcançar a posição almejada, trazia sofrimento. As refeições no palácio ofereciam uma justaposição cruel. Pinturas a óleo em estilo parnasiano preenchiam as paredes com cenas de bacanal e permissividade. Ninfas e divindades empanturravam-se, em êxtase sensual, de frutas tropicais, carnes suculentas e champanhe borbulhante. A Veuve Clicquot gostou tanto desse espírito de deleite que bancou a restauração das obras numa administração anterior. Mas a mesa onde os ministros visitantes comiam não tinha nenhuma liberalidade, nenhum prazer. “Eu os observei. Eles ficam tão rígidos. Não sorriem nem demonstram alegria; não conseguem se soltar”, disse Helena Ibarra, uma *chef* que acompanhou a comitiva do comandante nas primeiras viagens ao exterior e depois serviu ministros em seu restaurante em Caracas. Não era culpa da cozinha de Miraflores. Por orientação do comandante, ela servia refeições tradicionais, arepas, feijão, picadinho de carne, queijos, como se do lado de fora do palácio se estendessem as planícies de sua juventude. Os ingredientes eram frescos, os pratos saborosos, mas os ministros não os apreciavam. Estavam nervosos demais.

A tensão tinha origem no comandante. Na televisão ele parecia saborear comida, mastigando uma tortilha no mercado, mordendo uma maçã num sítio — sempre mordidas pequenas, para poder continuar falando — e ficava se recordando das bananas-da-terra fritas em Barinas, ou dos doces fritos que sua avó costumava fazer. As câmeras não mostravam que ele tinha um provador pessoal, para o caso de alguém tentar envenená-lo, ou que era uma forma de aliviar a tensão, engolindo comida a qualquer hora. Se houvesse acusações incisivas ele simplesmente relevava, mas zombaria, já traição e

medo de assassinato lhe despertavam um apetite voraz. O comandante adorava especialmente *hallacas*, um tipo de *tamale*, carne picadinha com pimenta, e o açúcar cristalizado do *dulce de leche*. No cargo, seu peso inflou. Não adiantava nada aos nervos dos ministros que álcool e tabaco estivessem banidos do palácio e do jato presidencial. Chávez havia abjurado tais vícios e esperava que os funcionários fizessem o mesmo na sua presença, embora todo mundo soubesse que ele, vez por outra, fumasse um cigarro.

Como teria sido agradável para os ministros, após o expediente, entrar no carro oficial e dizer ao motorista: Casa Urrutia em Las Mercedes! Sentar-se à melhor mesa, sorver um aperitivo, escolher entre o ensopado e o bufê de frutos do mar, e recostar-se, ilustre personagem de respeito e poder. Um ministro que ousasse entrar num restaurante chique em Las Mercedes, Altamira, La Castellana ou qualquer outra parte elegante da zona leste de Caracas, ponto central da oposição, era recebido com o tilintar das colheres dos comensais nos copos, em protesto. Insultos aumentavam a humilhação. Ladrão! Mentiroso! Filho de uma puta! Alguns ministros se esgueiravam para dentro do restaurante Ibarra's Palms porque ele oferecia um refúgio, uma seção superior reservada, mas a maioria abria mão de jantar fora. O mesmo acontecia em shoppings, cinemas e supermercados em bairros ricos: escárnio, xingamentos, vaias. Quando não estavam nas suas mesas de trabalho ou em eventos públicos, os ministros se recolhiam em casa. Fechavam os portões, trancavam as portas e cerravam as cortinas, isolando-se, o quanto podiam, da agressividade lá fora. Mesmo assim não tinham sossego. O comandante podia aparecer na televisão a qualquer momento e soltar alguma bomba. O sono era interrompido pelo celular fornecido pelo palácio.

Quando a situação passava dos limites, alguns cortesãos buscavam o conselho de um pequeno e rijo vidente conhecido como Rey David. Seu nome completo era David Goncalves e havia aprendido seu ofício, dizia, com uma cigana portuguesa. Tinha um programa de rádio, e ficou famoso durante o desmoronamento do Ávila ao dar milhares de consultas gratuitas a pessoas em busca de parentes desaparecidos. Quando Chávez ganhou a eleição de 2006, funcionários antigos do governo estavam entre aqueles que convocavam “El Rey” para visitas privadas em casa. Muitos venezuelanos são supersticiosos e praticam uma miscelânea semiclandestina de catolicismo, astrologia, misticismo e *santería*, um tipo de vodu importado pelos escravos da África Ocidental. A crença é compartilhada por ricos e pobres. Juízes, banqueiros e políticos atribuem os infortúnios que os atingem — doenças, acidentes de carro, reveses na carreira — a feitiços malignos. Usam amuletos e pagam aos sacerdotes da *santería* para que desfaçam as mandingas e, em alguns casos, amaldiçoem os inimigos. Outros pedem a tipos como Rey David que ponham cartas de tarô. Tamanho era o número de funcionários ansiosos que despejava seus problemas sobre ele que ele adquiriu um conhecimento interno das brigas de poder em El Silencio, a ponto de realmente conseguir, de algum modo, prever o futuro.

Goncalves errava com frequência. Seu principal valor estava em identificar o estado de espírito dos

clientes. “Aqueles que têm muito poder também têm muitos inimigos. Há muito medo e ansiedade. Eles não confiam nos próprios guarda-costas. Todos querem saber como manter seu dinheiro e poder. Essa é a luta deles. Sentem-se perseguidos e se preocupam com chantagens. Muita coisa acaba se resumindo a isso”, disse ele, esfregando os dedos sob a mesa. Clientes importantes não queriam ser vistos visitando Goncalves, o que poderia sugerir intriga, então o convidavam para discretas visitas a domicílio. Um de seus clientes estava tão enrolado que a consulta durou dez horas, segundo ele.



Um ministro precisava dominar três habilidades. A primeira era o equilíbrio entre imobilidade e movimento. Na maior parte do tempo, o ministro era uma pedra. Ele ou ela não deveria sugerir uma iniciativa, resolver um problema, anunciar boas notícias, teorizar sobre a revolução ou expressar uma opinião original. Essas tarefas cabiam ao comandante. Sua inconstância estimulava ministros a adiar a implantação de projetos até terem certeza de seus desejos. Em todo caso, passavam tanto tempo em palcos aplaudindo — era insensato faltar a eventos protocolares — que havia pouca oportunidade para iniciativa. Assim, o ministro do petróleo Rafael Ramírez espreitava na sombra, quase invisível, enquanto o comandante assinava um lucrativo acordo com a Chevron. Ou o ministro da informação Andrés Izarra permanecia parado, mudo, enquanto o comandante dava uma entrevista coletiva.

Mas a um comando a pedra se transformava num dervixe rodopiante. Estamos nacionalizando a companhia siderúrgica, redija uma declaração! Vamos voar para Teerã, arrume as malas! Forme uma nova força policial, rápido! A impulsividade do comandante exigia reações urgentes, imediatas. Ele se deixava consumir por um tema. Arroz! Aumente a produção de arroz! A ordem ricocheteava por El Silencio. Os ministros da agricultura, planejamento, transporte, comércio, fazenda e infraestrutura trabalhavam 24 horas por dia elaborando um esquema de créditos, empréstimos, cooperativas, engenhos e caminhões para aprontá-lo, pelo menos no papel, para o comandante apresentar no programa dominical. Assim nasceu a Empresa Mista Socialista Arroz da Alba. Então, na semana seguinte, frango! Frango mais barato! Os mesmos ministros se esqueciam do arroz enquanto corriam para apertar granjeiros, transportadores e supermercados a fim de que o comandante pudesse dizer, no programa seguinte, que o frango estava mais barato.

A segunda habilidade era a bajulação. Aqueles que dominavam o jogo recebiam recompensas generosas. Tarek Saab, um advogado de direitos humanos e poeta, escreveu uma ode sobre Maisanta, o bisavô rebelde do Chávez, com dedicatória ao comandante e a sua mãe. Foi declarado poeta da revolução e alçado ao posto de governador do estado de Anzoátegui. Jacqueline Farías, uma engenheira hidráulica, proclamou o comandante como uma dádiva da história. “É um privilégio ter

Hugo Chávez como líder deste processo. Ele tem a capacidade de comunicar e tocar o coração e a alma. Não temos isso desde Simón Bolívar.” Indagada se ele tinha algum defeito, ela ponderou por um momento. “Ele nunca descansa.” Ela se tornou uma estrela do gabinete, depois administradora regional da capital. Outros aproveitaram seu momento quando Chávez, numa feira de arte, aproximou-se da paisagem de uma senhora de idade, pegou um pincel e adicionou uma árvore “por equilíbrio”. Seu séquito riu e aplaudiu.

Dirigir-se a Chávez demandava código próprio. O mais simples era *Presidente*, um termo dos primeiros tempos, quando estar no posto já parecia maravilhoso o bastante. *Comandante*, uma patente equivalente a tenente-coronel, enfatizava submissão, e foi gradualmente rivalizando com *Presidente* em termos de frequência. Alguém — muitos reivindicaram a autoria — fundiu os termos para formar *Comandante Presidente*, unindo autoridade militar e constitucional. Para enfatizar um vínculo pessoal, alguns inseriam o pronome possessivo, de modo que ele se tornou *mi Comandante Presidente*. O risco, subindo a escala, é que uma bajulação óbvia demais sabotaria a retórica sobre igualdade. Ministros que se curvavam e transpiravam ao dizer *mi Comandante Presidente* transpunham o limite. Aqueles que diziam com um sorriso relaxado eram perfeitos. Era uma questão de tom. Usar o nome completo do comandante, Hugo Rafael Chávez Frías, dava pontos extras. O modo de trajar era outra forma de exprimir obediência. O comandante gostava de vermelho, então os ministros usavam bonés de beisebol vermelhos, camisetas vermelhas, *guayaberas* vermelhas, saias vermelhas. As fábricas de roupas estatais produziam montanhas dessas peças. Aí, um dia, o comandante apareceu na sacada do palácio vestindo uma camisa amarela e disse, sem explicar muito, que havia vermelho demais. Consternação por todo o palácio. O que fazer? Alguns ministros, hesitantes, abandonaram a cor, com medo de que fosse um truque. Outros jogaram só um pouquinho de vermelho, tentando acertar o nível correto. Quando, algumas semanas depois, o comandante retomou o uso do vermelho, de novo sem dar muita explicação, a crise passou e os ministros voltaram ao vermelho.

A terceira habilidade era transformar as expressões faciais em máscaras: arranjar os traços em expressões apropriadas quando diante de uma câmera ou na linha de visão do comandante. Isso era traiçoeiro quando o comandante fazia algo bobo ou bizarro porque a resposta requerida podia contradizer o instinto. Assim, um sorrisinho contido precisaria se tornar um sorriso aberto, ou vice-versa. Perder uma dica podia se mostrar fatal. Durante um programa, o olhar de raio laser do comandante passava de rosto em rosto, identificando expressões, buscando tiques reveladores. Imediatamente após uma transmissão, Chávez revia a gravação, lançando olhar profissional sobre cenário, iluminação, posicionamento de câmera — e reação da plateia. O advento do YouTube em 2005 intensificou o escrutínio, porque um sorrisinho amarelo ou cenho fechado mal interpretado podia ser captado pelos adversários e espalhado na internet.

Os ocasionais escorregões do comandante no ridículo eram inevitáveis. Ele falava até nove horas

seguidas ao vivo na televisão, sem roteiro, e pontuava as maratonas com gestos e tópicos inesperados. Assim ele mantinha a iniciativa política e dominava a cobertura da mídia. Ser extravagante e palhaço também ajudava a manter o interesse no programa e ressaltava sua autoridade. Nenhuma outra figura do governo, afinal, atrevia-se a mostrar humor em público. Mas ocasionalmente isso resvalava no absurdo. Quem diz a um rei que ele está nu?

Em novembro de 2005, Chávez anunciou uma mudança no brasão nacional, de modo que o cavalo branco galoparia para a esquerda — para ser coerente com sua política — e não para a direita. “É um símbolo reacionário”, disse ele à plateia reunida às margens do Orinoco em Puerto Ordaz, uma cidade enevoadada à beira da Grande Savana. O cavalo não era venezuelano, mas “imperial”, porque o galope para a direita e o olhar para trás foram desenhados durante a ditadura de Juan Vicente Gómez, de 1908 a 1935, que “nos vendeu ao imperialismo americano”. A câmera fez uma panorâmica sobre os funcionários sentados, que prontamente aplaudiram. A ideia, acrescentou o comandante, veio de sua filha de oito anos, que perguntara por que o cavalo galopava numa direção e olhava para outra. “Rosinés disse: ‘Papai, por que esse cavalo está olhando para trás?’” Chávez estava radiante de orgulho. Se a plateia sentiu que a Venezuela acabara de se tornar oficialmente uma república de bananas, nada foi exposto. Os aplausos se intensificaram. Semanas depois, uma cordata Assembleia Nacional aprovou o ato que alterava o brasão.

Ministros se viram diante de outro teste da máscara em setembro de 2007, quando o comandante anunciou que os relógios seriam atrasados em meia hora. O objetivo era permitir que as crianças e trabalhadores acordassem com dia claro, disse ele. “Não ligo se me chamam de louco, o novo horário vai vigorar, que me chamem do que quiserem. A culpa não é minha. Recebi uma recomendação e disse que gostava da ideia.” Chávez queria a implantação em uma semana — causando um caos desnecessário — e estragou a explicação, dizendo que os relógios deviam ser adiantados e não atrasados. Se os ministros se deram conta do erro, nada disseram, somente sorriram e aplaudiram. Em outra ocasião, quando Chávez errou a grafia de um verbo enquanto pregava alfabetização para as crianças, o ministro da educação, Aristóbolo Istúriz, ficou se retorcendo e tossindo, com ar atormentado, antes de finalmente murmurar uma correção. Chávez a recebeu bem e reescreveu a palavra. Numa outra vez os ministros ficaram sentados com sorrisos congelados enquanto o presidente jovialmente revelava uma batalha com seu esfíncter durante um evento televisionado. “Ninguém sabia, mas eu tive uma cólica... Sim, eu estava com diarreia! Eu sou um ser humano exatamente como todos vocês; às vezes as pessoas se esquecem disso. Meu Deus, *uuuuf!* Eu suava tanto.” A câmera percorreu os rostos aparentemente deliciados com a anedota.

Em raras ocasiões a resposta correta não era óbvia, semeando pânico. Num discurso para marcar o Dia Mundial da Água de 2011, o comandante disse que o capitalismo podia ter matado a vida em Marte. “Eu sempre disse, ouvi, que não seria estranho que tivesse havido civilização em Marte, mas

talvez o capitalismo e o imperialismo tenham chegado lá e acabado com o planeta.” Alguns membros da plateia deram risinhos abafados, presumindo que se tratasse de uma piada, depois congelaram ao ver que os vizinhos tinham virado pedra. Para esses veteranos não estava claro se era piada, então adotaram expressões neutras, aguardando esclarecimento. Que nunca veio; o comandante passou para outros assuntos.

Nuris Orihuela, ex-chefe do programa espacial do comandante, foi uma ministra séria e competente. Docente de física na universidade, com credenciais de esquerda, entrou no governo logo depois de Chávez chegar ao poder e serviu como chefe do instituto estatal de sismologia. Promovida a vice-ministra de ciência e tecnologia, presidiu o bem-sucedido lançamento de um satélite de telecomunicações feito na China e chamado Simón Bolívar. Pessoalmente, Orihuela era a antítese da mulher venezuelana: com jeito masculinizado, cabelo curto, sem maquiagem, usava jeans e botinas. Uma mulher confiante, sem medo de ser diferente, que exalava profissionalismo. Em sua paixão por tecnologia e progresso social, ela era claramente, no melhor sentido, utópica. Mesmo acadêmicos fora do governo que detestavam Chávez a respeitavam. Ela deixou o governo em 2009 — teve uma discussão não explicada com Chávez sobre o Irã —, e dois anos depois ocupava uma sala pequena e sem janelas na universidade, no fim de um corredor encardido. Ela era qualificada para interpretar o comentário do presidente sobre Marte, um dos mais bizarros de sua lavra, e nada tinha a perder com isso. Parecia estar além da exagerada bajulação de El Silencio.

— Você precisa entender que o presidente é muito, muito inteligente — disse ela. — Compreende a transcendência da tecnologia e do espaço. Ele absorve as informações muito depressa. — Ela fez uma pausa, escolhendo as palavras com cuidado. — Mas é preciso que ela lhe seja dada de forma responsável. De forma ponderada. O problema é que algumas pessoas lhe dão informação que é incompleta e fora de contexto. Isso é lamentável, porque uma inteligência enorme como a dele pode fazer ligações rápidas que não são — fez uma nova pausa, pesando as palavras — que não são necessariamente corretas. — Pouco antes de o presidente fazer seu comentário, tinha saído uma reportagem sobre água em Marte — disse ela. — Então, você vê, conclusões são tiradas... O presidente é um homem bom, ele fala de coração e olha você no olho. Ele fala a verdade. Por isso, realmente, não há motivo para se preocupar.

A ARTE DA GUERRA

Em 2 de dezembro de 2007 aconteceu algo inesperado. Chávez perdeu o referendo. Por uma estreita margem de votos, as 69 emendas à constituição foram rejeitadas. O soldado invencível que ganhara votação após votação, ano após ano, foi derrotado. O país ficou atônito. Uma festa de vitória diante do palácio foi cancelada, e simpatizantes chorosos foram para casa. Enquanto operários desmontavam o palco, um boneco gigante de Chávez foi esvaziado com um chiado longo e agudo, e deixado de cabeça para baixo sobre o concreto. Apenas um ano antes Chávez fora reeleito de lavada, mas agora, em vez de acelerar, a revolução estava freando. Em parte foi porque a oposição, enfurecida pelo fechamento da RCTV e mobilizada por estudantes, foi às urnas em massa. Mas, principalmente, foi porque metade de seus próprios simpatizantes — os chamados chavistas moderados — se absteve. A economia florescia rapidamente, mas eles se aborreciam com o fato de as políticas governamentais estarem desvirtuando a cadeia de abastecimento, causando escassez de leite, café, açúcar e papel higiênico. A outra razão era que os prefeitos e governadores de Chávez participaram da campanha sem entusiasmo. O referendo não aboliria seus próprios limites de mandato, então nada tinham a ganhar. O comandante aceitou a derrota — contrariando as suspeitas de que cancelaria o resultado —, mas extravasou sua fúria. Numa coletiva de imprensa, disse que a oposição obtivera uma *victoria de mierda*. Antes evitava xingar em público, mas na ocasião chafurdou no palavrão, repetindo, prolongando a palavra. *Mieeeeeerda*. Caiu em cima dos que o apoiavam e se abstiveram. “Vocês não têm desculpa, vocês não têm consciência, vocês não têm determinação pela pátria.”

E jogou a culpa da sua derrota, acima de tudo, sobre um único homem, um judas a quem um dia chamara de irmão. Ele teria sua vingança.



Quando era um adolescente crescendo em Maracay, cidade militar noventa quilômetros a oeste de Caracas, Raúl Baduel passava tardes inteiras agarrado à cerca do campo da força aérea olhando

para o alto, hipnotizado com os paraquedistas. A ideia de ficar parado na porta de um McDonnell Douglas e se lançar no vazio o excitava e aterrorizava. “Eu soube então que era isso que eu queria ser, mais do que qualquer outra coisa no mundo. Um paraquedista”, recordou décadas mais tarde. Depois de terminar o ensino médio, ele se alistou na academia em 1972, e ali fez amizade com Chávez. À primeira vista havia poucas razões para os dois cadetes se aproximarem. Chávez estava um ano à frente, ou seja, era um veterano, e se comportava como um *llanero* típico, extrovertido, cheio de brincadeiras, provérbios e bons papos. Baduel era taciturno e sério, com uma voz macia e rouca. Ambos gostavam de livros, mas, enquanto Chávez devorava história da Venezuela, Baduel era atraído por filosofia oriental e misticismo. Ainda assim tornaram-se, nas suas próprias palavras, irmãos. Ambos adoravam o exército, e Chávez, com seu jeito descontraído, tratava o cadete mais jovem como igual. Chegava mesmo a chamá-lo pelo apelido, Papa — tirado do personagem de uma série televisiva americana sobre pilotos de guerra americanos na Segunda Guerra Mundial —, o que sugeria alguma deferência.

À medida que os dois homens ascendiam na hierarquia militar, as diferenças de personalidades tornaram-se acentuadas. Baduel, formal e polido, combinava catolicismo e budismo, com um gosto duradouro por incenso e canto gregoriano. Ele pregava o código do samurai. E se casou com Cruz María, com quem viria a ter doze filhos. Chávez combinava catolicismo a seu próprio sincretismo — dizia aos camaradas que era a reencarnação de Ezequiel Zamora, o general *llanero* do século XIX —, e tornou-se mais gregário e teatral. Teve três filhos com a esposa, Nancy, que vivia em Barinas, e começou um caso amoroso de dez anos com a historiadora Herma Marksman, em Caracas. Ambos, porém, compartilhavam um crescente desagrado com a embriaguez da Venezuela pelo *boom* do petróleo e com sua decadência institucional.

Em 17 de dezembro de 1982, aniversário da morte de Bolívar em 1830, Chávez foi escolhido orador para uma cerimônia no quartel. Pediu aos soldados reunidos que visualizassem o Libertador no céu, atento, de cenho franzido, porque o que ele deixara incompleto continuava incompleto. Depois, Chávez, Baduel e dois outros capitães, Jesús Urdaneta e Felipe Acosta Carles, correram nove quilômetros até o Samán de Güere, uma acácia cuja sombra Bolívar aproveitava para repousar. Era um dia de umidade pegajosa, e os amigos lá chegaram encharcados de suor, Chávez por último. Ali arrancaram folhas, um ritual militar, e Chávez improvisou outro discurso, dessa vez parafraseando o famoso juramento de Bolívar em 1805: “Eu juro para o Deus de meus pais, eu juro pela minha pátria, eu juro pela minha honra, que não deixarei minha alma repousar, nem meu braço descansar até que meus olhos tenham visto quebradas as correntes que oprimem a nós e ao nosso povo por ordem dos poderosos.” Os outros fizeram eco às suas palavras, e nascia ali uma conspiração. Uma década depois, Chávez liderava o golpe fracassado de 1992, enquanto Baduel, não identificado como conspirador, permanecia no exército. Seu envolvimento tornou-se de conhecimento público apenas quando

Chávez, às vésperas de sua posse, revelou a García Márquez que ele era o “quarto homem”, no voo de volta de Havana. Baduel estava sentado bem atrás do escritor e do presidente eleito. “Márquez quis me entrevistar ali, naquele momento”, recordou-se Baduel mais tarde, “mas Chávez lhe disse que não era hora. Márquez nunca chegou a falar comigo.”

Baduel serviu como secretário particular de Chávez no palácio em 1999, depois voltou a Maracay como general para realizar seu sonho de infância: comandar a brigada de paraquedistas da cidade. Foi dali que ele desmontou a usurpação de Pedro Carmona em abril de 2002, mobilizando contra o golpe não só a sua brigada, mas toda a Quarta Divisão. Foram os comandos de Baduel que resgataram Chávez de sua prisão insular e o trouxeram de volta, em triunfo, para o palácio. Baduel virou o herói da revolução, e seu vínculo com o comandante tornou-se lendário. Chávez, diante de novas ameaças, como a greve nacional de 2002-3 e o referendo de confirmação de 2004, precisava de legalistas em postos-chave, então trouxe Baduel de volta a Caracas. Promoveu o general a chefe do exército, e depois a ministro da defesa. O presidente continuava a chamá-lo de Papa e tornou-se padrinho de sua filha mais nova. Com seu incenso e seus cânticos, Baduel era um personagem de governo pouco comum, mas respeitado e poderoso.

Então algo mudou. Começou com pequenas coisas. Guaicaipuro Lameda lembra-se de telefonar a Baduel em janeiro de 2003 para reclamar do arrote televisivo de Luis Acosta Carles. “Ele estava tão indignado quanto eu. Disse que era uma afronta à dignidade militar.” No entanto, alguns dias depois Lameda assistiu a Baduel aplaudindo o autor do arrote no programa de TV do presidente. “Chávez mandou todo mundo bater palmas, e Baduel acompanhou.” Em janeiro de 2005 o presidente declarou-se, pela primeira vez, um socialista e associou a revolução bolivariana àquilo que ele denominou “o socialismo do século XXI”. Todo mundo no governo repetiu que também era socialista, feito papagaios. Baduel falou do socialismo estilo escandinavo.

Chávez arrebanhou sua coalizão política num único partido socialista, o PSUV, mas também queria que as forças armadas, a instituição mais venerável e respeitada do Estado, abraçassem o socialismo. Isso era coerente com sua antiga crença de que os militares eram os herdeiros sagrados dos exércitos de libertação de Bolívar. A constituição impedia a atividade política dos integrantes das forças armadas, mas para Chávez eles não podiam ficar simplesmente em posição de sentido, neutros, enquanto a Venezuela avançava rumo a um novo destino. Precisavam estar na liderança. Moldar a sociedade exatamente como o haviam moldado. Mais pragmaticamente, queria militares no governo porque eles compreendiam a disciplina, a obediência e a cadeia de comando de uma maneira que os burocratas do Estado e os esquerdistas civis não entendiam. Assim, promoveu a toque de caixa oficiais selecionados e trouxe outros para o governo. Cerca de um terço dos oficiais mais antigos tinha insígnias. A missão de Baduel, como ministro da defesa, era conduzir as forças armadas por seu novo caminho ideológico.

O primeiro indício público de ruptura veio numa noite quente e úmida na véspera da reeleição presidencial de dezembro de 2006. Chávez discursava para uma multidão durante um comício gigantesco na frente do palácio e convocou Baduel, de farda verde e boina preta, a juntar-se a ele no palanque. Aqui, disse o comandante, pondo o braço sobre seu ombro, estava a corporificação da paixão e da fé revolucionárias. Bateu os pés sobre o palco. “Vida longa ao general Baduel! Vida longa às forças armadas bolivarianas! Vida longa ao povo revolucionário. Aqui estamos, irmãos por toda a vida!” A multidão rugia. Chávez abraçou Baduel, trazendo-o mais para perto, e berrou: “Vamos proclamar nosso lema eterno: Pátria, socialismo ou morte! Nós triunfaremos!” Era uma importação recente de Cuba, onde os soldados de Fidel e os jovens comunistas pioneiros haviam gritado: “Pátria ou morte. Nós triunfaremos.” Para enfatizar a virada ideológica da Venezuela, Chávez introduziu mais uma palavra. Baduel ficou paralisado. Não sorriu, nem acenou ou socou o ar; permaneceu imóvel, braços caídos, expressão vazia. Ele mordeu o lábio inferior e bateu uma leve e desajeitada continência quando o comandante o engoliu num abraço, depois saiu correndo do palco. Chávez acenou para a multidão como se estivesse tudo bem. Mas seu ministro tinha acabado de ser reprovado num teste.

Anos depois Baduel explicaria quais eram seus princípios naquele momento. Ele queria manter as forças armadas fora da política por respeito à constituição. Estava assustado com a versão de socialismo do comandante, que soava mais cubana do que escandinava. E detestava a ideia do comandante de criar milícias civis armadas. “Eu não queria ir ao comício”, recorda-se Baduel. “A constituição nos baniu de tais eventos, mas foi uma ordem direta. Tentei me esconder num canto, mas o presidente me trouxe para o palanque. Ele queria que eu berrasse o lema, mas fiquei de boca fechada e simplesmente bati continência.”

As relações entre os dois começaram a esfriar. As línguas palacianas notaram que Papa não tinha mais acesso ao ouvido do presidente; na verdade, não era mais Papa, apenas Baduel.

O teste seguinte veio em fevereiro de 2007, quando Chávez ordenou uma parada militar para comemorar o levante de 1992. Baduel protestou, em vão, que era inapropriado homenagear um golpe. “No dia anterior à parada ele requisitou os preparativos de protocolo. Eu sabia que ele estava planejando algo, e durante a cerimônia aconteceu.” Um oficial no local da parada gritou o novo lema — a primeira vez que foi usado num evento militar oficial. E o acontecimento repercutiu por todo o país, um sinal de que as forças armadas estavam se tornando assumidamente políticas. Baduel ficou furioso e disse à mídia que não havia aprovado aquilo. Chávez deu de ombros, dizendo que o grito refletiu um espírito revolucionário espontâneo dentro das fileiras.

Baduel sentiu-se apanhado numa cilada. Seria mais fácil saltar de um avião em pleno voo. Em queda livre, era possível virar-se, girar, mas como ministro da defesa ele se sentiu preso numa armadilha, amarrado. Ainda estava no governo, ainda tinha influência sobre as forças armadas, mas não confiava em Chávez.

O comandante notara ambição política no velho amigo. Baduel arranjou consultores econômicos e começou a manifestar opiniões sobre a política do petróleo. Em particular, criticava as nacionalizações do governo, dizendo que conduziriam à ruína. Adivinhar suas intenções tornou-se um novo jogo político de salão em El Silencio. Simpatizantes nas forças armadas e na mídia começaram a sussurrar que ele seria o próximo presidente, que sua calma e moderação amansariam e uniriam a nação. Chávez, porém, não podia demiti-lo sem expor o racha na linha de frente, algo a ser evitado em meados da campanha do referendo de 2007.

Baduel sentia um peso cada vez maior ao adentrar o palácio. Não tinha dúvida de que seus telefones estavam grampeados e suspeitava que estivesse sob vigilância. Sentia que uma espada estava sendo afiada. Ao ser manuseada, ela quebrou a última regra remanescente na política venezuelana: vidas privadas se mantinham privadas. No palácio e em El Silencio todo mundo fofocava sobre quem estava dormindo com quem. Havia fartos boatos de adultério entre ministros, líderes da oposição e seus cônjuges. Era tabu, no entanto, usar publicamente a munição. Até Baduel.

Certa manhã, uma fonte anônima enviou aos jornais uma série de fotografias comprometedoras. Para garantir que ninguém deixaria de vê-las, foram inseridas e veiculadas no site da Assembleia Nacional. Primeiro, lá estava o general, nu, escovando os dentes sobre uma pia de banheiro com azulejos azuis. Barba por fazer, peito cabeludo, olhava para a câmera, a virilha parcialmente obscurecida. Em seguida, estendido sobre uma cama com um cobertor cor-de-rosa, como se dormisse, vestia apenas uma camiseta, o pênis aparentemente semiereto. E aí vinha o golpe de misericórdia: nu, numa outra cama, obviamente desperto, aparentemente masturbando-se com uma boneca. Ao seu lado um travesseiro amarelo na forma do personagem de desenho animado japonês chamado Pikachu. Era como se a dignidade de Baduel tivesse sido tirada e alvejada. Uma ex-amante — oficial do exército — havia tirado as fotos alguns anos antes, como brincadeira. Mas quem teria se encarregado de divulgá-las? Baduel estava certo de que eram os serviços de inteligência tentando sabotar sua credibilidade. Ele foi apelidado de Pikachu bolivariano. Sua esposa ficou ao seu lado e o apoiou, e ele continuou como ministro da defesa, mas a humilhação ardia.

Em julho de 2007 seu mandato como ministro expirou e ele deixou cair o véu. Numa elaborada cerimônia de transmissão de cargo no Fuerte Tiuna, ele disse que o país não precisava de marxismo, mas de mecanismos democráticos para delimitar a ação dos três poderes. Advertiu acerca de nuvens escuras pela frente e disse que se aposentaria e se recolheria em sua fazenda, como o cônsul romano Lúcio Quíntio Cincinato, que renunciou ao poder após salvar a república, para então refletir sobre um retorno à vida pública. O comandante, parecendo abalado, agradeceu ao general pelos seus serviços. Após a cerimônia, longe dos microfones, abraçou o velho camarada pela última vez. Baduel mais tarde se recordou: “Aproximou o rosto de mim e cochichou: ‘Agora você vai ter tempo de sobra para curtir os seus *latifundios*.’” Na Roma antiga, os latifúndios eram terras trabalhadas por escravos. Na

Venezuela, era um termo pejorativo para fazendas e negócios visados para expropriação. Era uma ameaça.

Baduel não se intimidou. Ele venerava o antigo texto de Sun Tzu, *A arte da guerra*, e citava seu axioma: “Deixe que seus planos sejam obscuros e impenetráveis como a noite e, quando agir, caia como um raio.” Às vésperas do referendo de dezembro de 2007, com as pesquisas dando uma estreita margem ao comandante, Baduel convocou uma entrevista coletiva. Votem “não”, ele disse à nação, ou reinará a tirania. A entrevista teve um impacto dramático imediato. Ali estava o salvador do presidente, seu irmão, agitando uma sineta de advertência. Chavistas moderados, com restrições ao referendo, sentiram-se respaldados para se abster ou mesmo votar “não”. A oposição, que não acreditava realmente que pudesse ganhar, sentiu uma injeção de energia de última hora. E empunhou o voto contra o comandante. Baduel teve a satisfação de assistir a um gigantesco Chávez inflável esvaziar-se na frente do palácio. Na guerra dos bonecos infláveis o jogo estava empatado.

Ao longo de 2008, Baduel deu mais entrevistas coletivas, cercou-se de consultores políticos e publicou um livro, *Mi solución: Venezuela crisis y salvación* [Minha solução: Crise e salvação da Venezuela]. Mas cometeu um erro de cálculo. A oposição não o convidou para suas fileiras, deixando-o isolado. E, o mais grave, ele subestimou seu velho amigo. Chávez mobilizou seus seguidores contra Baduel e o denunciou como traidor, um lacaio da extrema direita. Dirigia palavras de ordem para que o general fosse levado ao *paredón* de fuzilamento. Em novembro de 2008, promotores militares acusaram Baduel de roubar 14 milhões de dólares do orçamento da defesa. Alguns meses depois ele foi preso. Agentes do Estado o obrigaram a entrar em um carro, encostaram um revólver na sua têmpora e disseram: “Você não fala.” O paraquedista saltara sem paraquedas. Foi condenado a oito anos sob a acusação de corrupção e encarcerado em Ramo Verde, uma prisão militar num pico perto de Caracas com segurança reforçada.



Manhã de domingo em março de 2011. Cruz María Baduel, uma mulher atraente de cabelo loiro e modos confiantes, fez sua visita semanal à prisão. Baduel levantou-se para recebê-la. Corpulento, postura ereta. O cabelo ficara grisalho nos dois anos de sua estada ali. Vestia uma camisa de mangas curtas enfiada dentro de jeans bem-passados, um cinto Tommy Hilfiger e sapatos pretos engraxados. A cela era escura e sem janelas, mas grande, com cozinha e banheiro próprios — um sinal do status do prisioneiro —, e decorada com pôsteres de Gandhi, Martin Luther King, Nelson Mandela e ícones religiosos. Cantos gregorianos saíam do som estéreo. Livros sobre política, religião e filosofia enchiam as prateleiras. Uma pilha na sua cabeceira era encimada por um tomo de história militar: *La audacia de Ícaro: Paracaidistas pioneros de Venezuela 1949-1979* [A audácia de Ícaro: Paraquedistas

pioneiros da Venezuela, 1949-1979]. Havia jornais empilhados a um canto. Fazia algum tempo que haviam parado de mencionar Baduel.

Domingo era dia de visitas, e outros membros da sua família — seu pai e várias crianças — chegaram, bem como um pastor evangélico. Juntaram-se em torno de uma mesa para escutar um ululante e melodramático sermão sobre salvação e pecado. “Que Jesus ouça as preces de seus filhos! Que Jesus mostre sua divina misericórdia! Que Jesus rompa as correntes da injustiça!” A duração do sermão parecia testar a paciência da família, embora ninguém dissesse nada. Quando o pastor finalmente acabou, a face banhada de suor, lágrimas nos olhos, recebeu profusos agradecimentos e foi abraçado e acompanhado até a porta. Por ser domingo, o comandante estava nesse momento apresentando seu programa, o episódio 373, mas os Baduel mantiveram a televisão desligada. A filha de quatro anos pediu que os cantos gregorianos também fossem silenciados. “Ela não suporta”, disse Baduel, dando de ombros. A menina sentou-se no seu colo e aninhou-se em seu pescoço. “Dizem que eu pedi a Chávez para ele ser seu padrinho”, disse, acariciando-a de volta. “Mas foi ele que me pediu.”

Tomaram café preto adoçado em pequenas xícaras de plástico enquanto a família preparava um almoço com arepas, peixe de água doce do Orinoco, camarões e salada. Baduel contou uma anedota sobre a época em que esteve no exército.

— Um dia Chávez me convocou para La Casona [a residência particular do presidente]. Estava aborrecido porque na semana anterior em Moscou os russos tinham lhe mostrado uma valise com 20 milhões de dólares, que disseram que o general Carneiro [então ministro da defesa] tentara subtrair do acordo de armamentos. O presidente estava furioso e soltou um palavrão... Começa com *a*, mas eu prefiro não repetir. Em todo caso, nós estávamos andando em volta da piscina, discutindo quem deveria substituir Carneiro, quando apareceu Eduardo Duhalde, ex-presidente da Argentina. Chávez tinha se esquecido de que o convidara para almoçar. Resolveu pregar-lhe uma peça. Agarrou meu braço e disse em voz alta: “Sim, suas divisões atacam a Colômbia pelo oeste, e o resto faz um giro, num movimento de tenaz.” Vocês deviam ver Duhalde boquiaberto. Chávez caiu na gargalhada. Era o seu jeito de quebrar o gelo. Disse-me que devíamos terminar a conversa mais tarde com Diosdado durante um jogo de *bolas criollas*. Ele era assim: zangado num momento, fazendo piadas no momento seguinte.

O poder modificou Chávez, continuou Baduel.

— Quando fui seu secretário particular, em 1999, ele comparecia às reuniões do gabinete, mas na época em que eu era ministro, em 2005, ele tinha perdido o interesse. Para ele aquilo era café-pequeno. Preferia estar em alguma outra parte salvando a humanidade. Nosso propósito como ministros era carimbar coisas que ele já havia resolvido (...) decisões unilaterais baseadas em coisas que ele tinha lido na noite anterior. Para mim tais caprichos eram um insulto ao povo venezuelano.

A politização das forças armadas, disse ele, foi o ponto de ruptura.

— Ficou óbvio que a única coisa com que Chávez se importava era ser presidente pelo resto da vida.

A máscara continuou caindo. Disseram-me que Fidel fez advertências a meu respeito, disse que eu não era confiável.

Baduel considerava-se um mártir que enfrentou um tirano. E por que o serviu tão fielmente por tanto tempo? Baduel mexeu-se no assento.

— Eu nunca o chamei de comandante, sabe. Referia-me a ele como presidente, nada mais.

Sua oposição, disse, começou antes de o povo perceber, de maneiras sutis.

— Eu não sorria durante as cerimônias quando eles berravam “Pátria, socialismo ou morte”. Era evidente que eu não aprovava.

Resistência por meio de cara fechada: esse não é exatamente o código do samurai. Mesmo assim, no final Baduel pagara um preço bastante alto.

Ele disse que a acusação de corrupção foi uma farsa judicial. Com os tribunais sob controle do palácio, sua condenação foi claramente política — até mesmo os aliados de Chávez o admitiam em particular. Isso não queria dizer que Baduel fosse necessariamente inocente. Não havia como saber.

— Estou tranquilo. Eles podem prender meu corpo, mas não minha mente. Esta permanece livre. Nós vimos uma ditadura com fachada de democracia. Eu sei que só sairei da prisão quando Chávez deixar a presidência da Venezuela.

O general me acompanhou até o fim do corredor com grades nas janelas; o único ponto de onde podia observar seu amado céu.



Trancarfiar Baduel era uma coisa, conter as consequências de sua revolta era outra. A derrota no referendo de dezembro de 2007 subitamente deixou Chávez vulnerável. No início de 2008, dois cardumes o ameaçaram. Com seus instintos de sobrevivência bem afiados, ele enfrentou e rechaçou cada um deles.

O primeiro foram os militares. Como força de combate, as forças armadas da Venezuela eram frágeis, mas potencialmente letais para seu comandante em chefe. Em teoria, os militares eram o baluarte de respaldo a Chávez. O exército, a marinha, a força aérea e a guarda nacional abrangiam 113.000 homens e mulheres, todos com juramentos de fidelidade. Após Baduel, ele confiou o Ministério da Defesa apenas aos seus mais leais lugares-tenentes. Mas ainda assim não podia confiar completamente na instituição. Durante meio século seu estado-maior se considerara o primo latino dos Estados Unidos. Oficiais jogavam beisebol, guiavam Chevys, bebiam uísque escocês e treinavam na Academia Militar dos Estados Unidos. Chávez expurgou muitos militares após o golpe de 2002, mas

ainda se preocupava com uma possível revolta por causa do novo caminho radical.

Muitos oficiais sentiram-se afrontados pela incorporação de cerca de cinco mil especialistas ideológicos e militares cubanos a gabinetes do governo e bases militares. Outros estavam estarelecidos com a cooperação tácita com as guerrilhas de esquerda, que mantinham uma insurgência de décadas, financiada pela cocaína, contra o Estado colombiano. Oficialmente, Chávez era neutro, mas na realidade adotava uma política volúvel em relação às guerrilhas. Ele fechava os olhos para suas incursões ao longo da fronteira porosa de dois mil quilômetros, e nomeou seu ministro do interior, Ramón Rodríguez Chacín, para atuar como mediador. Havia indícios de que ele teria permitido a passagem de dinheiro e armas. Depois, durante os embates diplomáticos com o governo da Colômbia, mandava prender e deportar guerrilheiros. “Ele tem uma bagunça enorme na cabeça que ninguém entende”, escreveu exasperado um membro das Farc, num e-mail interceptado. Chávez era um “presidente enganoso e que cultivava a dissensão, sem a determinação para se organizar política e militarmente”, queixou-se outro comandante.

Muitos oficiais venezuelanos estavam igualmente zangados por causa da ruptura na política militar tradicional. Dois séculos de história da Venezuela haviam sido escritos por meio de golpes e a rebelião de Baduel poderia ter detonado outro. Mas não detonou. Primeiro, Chávez deliberadamente embaralhou a hierarquia, acelerando promoções de modo que os oficiais se enredassem entre si e nos esforços de galgar a escala hierárquica. (Sobrou para a eficiência. Quando o comandante mandou abruptamente dez batalhões para a fronteira colombiana, tanques se perderam, helicópteros não apareceram, soldados se ausentaram sem qualquer justificativa. Foi uma verdadeira chanchada militar. Mas como a mobilização era um teatro político — uma “crise” passageira, periódica — o episódio não teve importância.)

Em segundo lugar, ele forjou laços pessoais sempre que teve oportunidade, perguntando a soldados rasos e generais sua escolaridade, memorizando os nomes dos pais, convidando-os a jogar beisebol. Fazia o papel do professor, pai, comandante.

O comandante tinha meios adicionais de manter os militares na linha: milícias civis. Especificamente, Lina Ron. Era uma loira platinada de voz rouca, líder de uma milícia que rugia por toda Caracas em motocicletas. Seu lema era: “Com Chávez, tudo; sem Chávez, balas.” Expulsa da faculdade de medicina e radical de esquerda, Ron usava batom vermelho, mas o rosto prematuramente enrugado traía uma vida de luta. Ela acusava a elite da Venezuela de pilhar a riqueza do petróleo e alinhar-se com o imperialismo americano. Tornou-se uma celebridade ao queimar a bandeira dos Estados Unidos depois dos ataques de 11 de setembro, dizendo que os ianques tinham provado do seu próprio remédio. A sede de seu pequeno partido político e milícia ficava numa casa de três andares algumas quadras ao norte de Miraflores. Com o cabelo escapulindo do capacete, ela liderava seu esquadrão em missões pela cidade, atormentando o gabinete do arcebispo, uma estação

de TV, a reunião de um partido de oposição, qualquer instituição que se opusesse à revolução. Os membros do grupo contribuía nas paradas chavistas com adendos possantes e coloridos, conduzindo suas motos em lenta procissão, uma guarda pretoriana extraoficial para o presidente, que seguia atrás num caminhão. Ron também defendia famílias pobres que lhe pediam empregos públicos e previdência social. A desgraça recaía sobre qualquer funcionário que dissesse não a ela. A mudança, dizia, vinha da rua. Cerca de meia dúzia dessas milícias dividia feudos pela cidade, marcando território com murais, palavras de ordem e sentinelas. O comandante as incentivava e dizia que se ele fosse derrubado “apareceriam quinhentas Lina Rons” e o país se defrontaria com “caos, violência e morte”. Depois que seus exageros geraram manchetes internacionais negativas, ele se distanciou dela, que morreu de um ataque cardíaco, aos 51 anos, em março de 2011. Na ocasião, ele a reabilitou: “Era uma revolucionária completa. Sigamos o seu exemplo!” A essa altura ele formara as Milícias Bolivarianas, uma força supostamente voluntária de 120 mil homens, composta de estudantes, funcionários públicos, donas de casa e pensionistas que se reportavam diretamente ao palácio. Marchavam em formação andrajosa através de Caracas, com fuzis nos ombros e berrando fidelidade ao comandante. “Se eu cair, provoquem um turbilhão”, ele lhes dizia. “Vocês sabem o que fazer: simplesmente tomem todo o poder na Venezuela, todo ele! Varram a burguesia de todos os espaços políticos e econômicos. Aprofundem a revolução!”



Ao perder o referendo, uma segunda ameaça avultou. Era a oposição. Adormecida desde 2004, ela subitamente sentiu que havia chances de uma boa briga nas eleições regionais e locais de novembro de 2008. Ficou rondando o comandante, mandíbulas abertas, prontas para morder. Os dentes mais afiados pertenciam a Leopoldo López. Era prefeito de Chacao, o distrito mais rico de Caracas. Jovem, carismático e ambicioso, com pinta de astro de cinema, era também, por acaso, sobrinho-tataraneto de Simón Bolívar. Seu plano era tornar-se prefeito da grande Caracas — as pesquisas indicavam que era o favorito — e usar o cargo como plataforma para a eleição presidencial de 2012. Luzes de advertência piscaram na *sala situacional* de Miraflores. Leopoldo, como todo mundo o chamava, era perigoso.

O comandante o obrigou a botar as barbas de molho. O controlador geral, um cordato aliado, declarou o prefeito *inhabilitado* — desqualificado para concorrer a cargo público — sob a acusação de malversação de verbas públicas. O fato de não ter sido formalmente acusado tornava o caso uma briga impossível. Cerca de trezentos outros políticos também foram desqualificados, mas o alvo principal era Leopoldo.

O comandante calculou que as desqualificações dividiriam a oposição em suas habituais facções

rivais. Em vez disso, disciplinada pelo desespero, ela se agrupou em torno de candidaturas unificadas e venceu em estados e cidades fundamentais, arrancando faixas de poder de Chávez. O substituto de Leopoldo, um político da velha guarda, de óculos e calva incipiente, chamado Antonio Ledezma, chegou a ganhar na grande Caracas. “Hoje é um sublime dia de esperança”, disse ele aos que o ovacionavam. “Mas não há tempo de celebrar. Ao trabalho!” Ledezma estava certo em não celebrar. O comandante rapidamente relegou o prefeito à irrelevância. Os seguidores de Lina Ron ocuparam a prefeitura, um simpático prédio em estilo colonial na praça Bolívar, exilando Ledezma em um gabinete apertado, indescritível, a algumas quadras dali. Encheram a fachada da prefeitura de grafites, instalaram-se nos escritórios e vagabundearam pela entrada, sem serem molestados pela polícia ou pela guarda nacional. Chávez formalizou a usurpação com uma lei criando um “distrito da capital”, uma nova designação administrativa para deixar um simpatizante leal dirigir Caracas e ocupar a prefeitura. Ledezma, despojado de poderes e de orçamento, permaneceu prefeito apenas no nome. Chávez usou uma lei em separado para enfraquecer outros prefeitos e governadores estaduais. Alguns foram ameaçados de prisão. Logo depois de ter sido eleito prefeito de Maracaibo, Manuel Rosales, desafiante de Chávez na eleição de 2006, foi acusado de corrupção. Ele fugiu para o Peru em abril de 2009.



Chávez controlou as forças armadas e neutralizou adversários, mas permanecia vulnerável. Por ter sido impedido de se candidatar novamente, uma pergunta proibida era sussurrada no palácio. Quem sucederia o chefe após o fim do seu mandato em 2012? Ministros e cortesãos observavam-se mutuamente como cardeais em torno de um papa enfermo, avaliando a maré do poder contra o tique-taque do relógio. Não tratada, tornar-se-ia um broto cuja patogenia acabaria por contaminar a autoridade do comandante. Em 2008 correu um murmúrio por El Silencio: chavismo sem Chávez. A única solução era abolir limites do mandato. O comandante escolheu o momento. Tendo subvertido os resultados das eleições locais e regionais, anunciou um novo referendo de constituição para abolir limites do mandato. Aliados no Conselho Eleitoral Nacional carimbaram uma data próxima, fevereiro de 2009, antes de a oposição conseguir recuperar o fôlego. Chávez tirou os melhores administradores da PDVSA e de outras estatais para coordenar a campanha, e mobilizou seus próprios prefeitos e governadores, acenando-lhes, dessa vez, com a promessa de abolir os limites de seus próprios mandatos. A “máquina vermelha” mudou de marcha e acelerou fundo. Pelotões de camisas-vermelhas distribuía gratuitamente colchões, ventiladores, geladeiras e fogões. E distribuía folhetos com dez razões para votar sim. Número um: “Chávez nos ama, e amor se paga com amor.” Número dois: “Chávez é incapaz de nos fazer mal.” Chávez ganhou o referendo com 55% dos votos. Socou o ar na sacada do palácio e jurou governar até 2030, quando teria 75 anos. Foi ovacionado pela multidão.

O EXCREMENTO DO DIABO

— **E**u estava na universidade e namorava uma moça muito rica, filha de um banqueiro. Ela tinha um BMW quando ninguém mais tinha. E aquele meu amigo italiano me disse que, se eu ia casar por dinheiro, precisava levar em conta três condições. A primeira: o pai não podia ter filho homem. Segunda, ele precisava ser velho, estar fraco e cansado. E, finalmente, ele precisava ser generoso. Se os três elementos se combinam, você pode casar com a mulher pelo dinheiro. Se não, não deve se casar com ela pelo dinheiro, porque não vai ganhar nenhum. — Baldo Sansó recostou-se na cadeira, sorrindo com a malandragem. — É claro — acrescentou — que isso é puro cinismo. E a probabilidade de que você seja infeliz casando por dinheiro é enorme. Tsc, um homem se casando com uma mulher por dinheiro, uma miséria de vida.

Era março de 2011 no escritório instalado na cobertura da sede da companhia petrolífera estatal, PDVSA. Um reino de sofás de couro preto e arte abstrata corporativa numa torre isolada da cacofonia da cidade abaixo. O único som era o do deslizar das portas de correr e os dos saltos altos das jovens secretárias de calças justas pisando nos ladrilhos. Era o fim da tarde e os executivos voltavam para casa, todos menos Sansó, que permaneceu no escritório observando a vista panorâmica. Enquanto o céu escurecia, seu próprio reflexo espiava de volta da janela. Magro, cabelo preto penteado para trás sobre uma testa alta, nariz comprido, olhos alertas. Vestia um terno azul Versace, gravata púrpura e sapatos pretos de bico fino. Uma águia garbosa pronta para alçar voo. Pouca gente sabia qual era sua aparência — Sansó mantinha suas fotos longe dos jornais —, mas seu nome era sussurrado por salas de diretorias e ministérios. Ele era um dos arquitetos da política de petróleo de Chávez, um príncipe da PDVSA associado a enormes questões de títulos de tesouro, operações de câmbio e outros acordos de altas finanças. O nome de Sansó, justa ou injustamente, era sinônimo de venalidade. A oposição o incluía na sua lista dos “dez mais corruptos” da elite dominante. Mesmo algumas fontes pró-governo o apontavam como um sinistro senhor de Mamom. Ele tinha consciência de sua reputação, e viu nossa entrevista como uma oportunidade para deixar tudo em pratos limpos.

Daria para jogar vôlei em seu escritório, tão grande era. Sobre a escrivaninha do tamanho de uma

cama havia dois BlackBerrys, uma caixinha chinesa laqueada de canetas Cross e o retrato branco e preto emoldurado de sua esposa loura (uma namorada da faculdade cujo pai, aparentemente, não era muito rico) com um bebê. Uma jaqueta vermelha estilo beisebol da empresa estava pendurada no cabideiro. Era difícil imaginar Sansó usando algo tão berrante.

— Eu a uso quando participo de manifestações [pró-governo] — ele disse, sorrindo. — Eu gosto de ir. Há tanta diversidade. Para um cara como eu, é fascinante. — Parecia se referir a um safári. — Se eu vou a uma marcha da oposição, é só para ver como as garotas são lindas.

Sansó teve uma história privilegiada. Sua mãe era uma ex-juíza da Suprema Corte cujo escritório de advocacia representava a PDVSA, entre outros clientes lucrativos. Ele havia estudado na Venezuela, no Canadá e nos Estados Unidos.

— Eu me considero um sujeito de esquerda. Na faculdade, me envolvi com causas de esquerda. Depois, trabalhou numa firma de advocacia em Nova York, e mais tarde em Roma e Milão, para a Bain & Company, uma empresa de consultoria administrativa com sede em Boston.

— Essas firmas de consultoria estratégica são muito competitivas, feito bancos de investimentos. Trabalhar para eles na Itália foi uma coisa bem difícil. Ali eles têm uma noção sobre manipulação. Sabem realmente como induzir a pessoa a fazer as coisas para eles. São muito, muito mais difíceis que os americanos. Eles andam com facas na boca.

Sansó mudou-se de volta para Caracas em 2003 e entrou para a PDVSA justamente quando Chávez vencia a greve de petróleo e arrancava o controle das mãos da velha guarda da empresa.

— Cara, aqueles sujeitos eram tão arrogantes — disse Sansó. — Estavam convencidos de que eram indispensáveis. Quando Chávez demitiu vinte mil deles, quase todos colarinhos-brancos, acharam que não conseguiríamos cuidar das coisas. Pensavam que os chavistas eram todos idiotas, corruptos, negros, incompetentes. Bem, nós mostramos a eles.

Sansó defendia a política energética de Chávez, dizendo que o comandante ajudara a reviver a Opep, o que fez os preços aumentarem mesmo antes da guerra do Iraque, e tivera a visão de reconhecer que o petróleo da Venezuela não estava apenas em volta do lago de Maracaibo, no oeste, mas também no centro do país, ao longo do Orinoco, numa área em formato de meia-lua conhecida como a Faja. A mesma região selvagem que engolira os conquistadores em busca de ouro continha enormes depósitos de petróleo cru extrapesado. No passado, aquele líquido negro fora descartado como alcatrão, um tipo de carvão líquido de extração custosa, e a velha PDVSA dera a companhias de petróleo estrangeiras licença praticamente gratuita para desenvolvê-la. Chávez insistiu que era petróleo, e por fim até mesmo o U.S. Geological Survey (organização científica norte-americana) concordou. A zona tinha um potencial estimado de 220 bilhões de barris — tornando as reservas totais da Venezuela mais vastas que as da Arábia Saudita. Chávez nacionalizou parcialmente a Faja em 2007, assumindo controle majoritário nas operações, uma decisão audaciosa que enfureceu as

companhias petrolíferas estrangeiras que ali trabalhavam.

— Só por isso Chávez já valeu a pena — disse Sansó. — Ele foi louco o suficiente para fazê-lo. Qualquer sujeito razoável não teria tido colhões. Teria dito que não era possível. Daqui a um século Chávez será lembrado e festejado por isso, não importa o que mais aconteça.

O comandante, disse Sansó, também se mostrou sagaz para extrair recursos das companhias petrolíferas estrangeiras. Se apertasse demais, elas iriam embora, levando consigo os equipamentos e os talões de cheque; se fosse brando demais, elas dariam um jeito de repassar ao Estado apenas uma fração mínima dos rendimentos. Chávez apertou com tanta força que algumas foram embora e o processaram em tribunais internacionais, mas a maioria ficou e pagou impostos, luvas e royalties mais altos, injetando bilhões adicionais no Tesouro. Quem implementou as medidas em nome dele foi Rafael Ramírez, um homem dos Andes, alto e pálido, dublê de ministro do petróleo e chefe da PDVSA. Era também o patrão de Sansón e, casado com sua irmã, parte da família.

— Não concordo com tudo que meu cunhado fez aqui, mas ele calculou com perfeição a ganância das companhias. A geologia estava do nosso lado.

Não era segredo que a politização da PDVSA, bem como suas milhares de funções — como financiadora e administradora das missões sociais, ela operava como um Estado paralelo —, havia debilitado sua capacidade de bombear petróleo e achar novos poços. Em 2010 quase 23 bilhões de dólares foram dispendidos em programas sociais. Analistas disseram que a companhia estava em crise e produzia muito menos do que os três milhões de barris diários que alegava extrair. Sansó admitiu haver um declínio, mas contou uma versão da velha piada do setor que dizia que o segundo negócio mais lucrativo do mundo, depois de uma companhia petrolífera bem administrada, era uma companhia petrolífera mal administrada.

— O petróleo não é assim tão complexo. Não há nenhum outro produto no mundo que custe quatro dólares e seja vendido a cem. As margens são ridículas; isso facilita tudo. A verdadeira arte está na exploração. Uma vez encontrado, você bombeia. É muito simples.

Até aquele momento, Sansó havia feito uma defesa convencional da política econômica que vinha alimentando a revolução por uma década. Mas, à medida que a noite descia sobre Caracas e a sede se esvaziava — não havia mais ruído de passos nem de portas correndo —, ele começou a beirar a transgressão. Estava convencido de que um recente artigo de jornal no qual, segundo ele, fora citado erroneamente como se fizesse uma crítica ao governo — “eles me ferraram, me ferraram completamente” — havia esgotado a boa vontade do palácio para com ele e de que estava prestes a ser demitido. Expulso. Logo, parecia não ter muito a perder em falar com franqueza.

— Onde Chávez falha? — perguntou. Uma indagação que estava claramente na sua cabeça. — Doença holandesa.

Era um termo técnico que se referia a como rendimentos provenientes de recursos naturais podem

fortalecer a taxa de câmbio, fazendo com que seja mais barato importar tudo em vez de cultivar ou fabricar em casa. Em outras palavras, como um país pode ficar estagnado como um autêntico bicho-preguiça. O fenômeno recebeu o nome por causa da Holanda, cuja produtividade caiu após um *boom* de gás na década de 1960, mas teria sido mais adequado chamá-la de doença do terceiro mundo.

— Tenho quebrado a cabeça tentando resolver o problema aqui — disse Sansó.

A economia havia se tornado parasitária. O pragmatismo inicial de Chávez em estimular a iniciativa privada e empresas estatais poderia ter permitido que a Venezuela prosperasse e construísse uma economia de base ampla, sustentável. Mas o golpe e a greve de 2002 mudaram tudo isso.

— Chávez radicalizou-se por causa das repetidas traições do setor privado (...) Ele compreendeu o socialismo exclusivamente sob um prisma político. Começou a falar sobre o novo homem e a criação de uma nova sociedade. — Balançou a cabeça. — Era uma oportunidade histórica que foi desperdiçada. Tudo isso é culpa de Chávez. Ele não entende de economia. — Nunca ninguém ouvira um chavista de primeira hora criticar tão abertamente o comandante. E Sansó estava só começando. — É uma pena que ninguém tenha dedicado vinte minutos para explicar a ele noções de macroeconomia, com lápis e papel na mão. Chávez não sabe administrar. Como administrador ele é um desastre. Estou de saco cheio de Chávez... Não sou fã de Chávez.

Vindo de um membro da elite econômica revolucionária, isso era uma heresia.

O príncipe do petróleo continuou investindo. Depois de atacar a incompetência, mergulhou de cabeça em outro tabu da revolução. Vício.

— Há gente corrupta que vê oportunidades de fazer muito dinheiro aqui — disse, em tom mordaz. — Há toda essa gente que odeia você e no entanto vem aqui pedir favores. — Eram coisas que todo mundo sabia, mas ninguém ousava dizer. Agora Sansó estava zangado, desafiador. — Todo mundo acha que eu sou um sem-vergonha. Um cara corrupto. E, sim, eu quero ganhar algum dinheiro. Mas não preciso roubar. Antes de vir para cá, eu ganhava 200 mil euros. Eu vivo muito bem; é por isso que não sou corrupto.

Cochichava-se outra coisa. Sansó estivera envolvido com a maior firma de corretagem do país, a Econoinvest, cujos escritórios sofreram investigação em 2010.

— Toda uma máfia. A Econoinvest era um ninho de gângsteres — disse Chávez. Seus executivos foram para a cadeia, mas Sansó permaneceu intocado. Um escândalo maior estourou logo depois, quando veio à tona que a PDVSA dera meio bilhão de dólares do fundo de pensão de seus empregados a Francisco Illarramendi, um ex-consultor da companhia que dirigia uma operação de investimento fraudulenta com base nos Estados Unidos. As autoridades venezuelanas enterraram o assunto, deixando Sansó e Ramírez incólumes. Um comentarista da oposição, notando que as esposas e os parentes dos dois ocupavam postos administrativos e legais de destaque na PDVSA, chamou o episódio de dança dos vampiros.

Sansó alegou ignorância acerca dos escândalos.

— Eu só sei o que leio nos jornais — mas fez o que pareceu ser uma tortuosa apologia de funcionários do governo que de fato roubavam. — Um dos maiores erros de Chávez foi não entender incentivos. Ele vai querer pagar um cara de ponta 15 mil dólares em vez de 200 mil, o que significa que você vai contratar alguém que é corrupto ou inepto. Ou as duas coisas. — Ele ponderou sobre a distinção. — A segunda categoria está nos prejudicando muito mais que a primeira.

Sansó não se apresentou como integrante da primeira categoria e foi enfático quanto a não pertencer à segunda. Praticamente sozinho, disse ele, conseguira persuadir grandes corporações a assumir compromissos de bilhões de dólares na Faja. Havia dividido em blocos a inóspita região rica em petróleo e propusera lances de rivais para as licenças de perfuração. Executivos dos Estados Unidos, Brasil, China, Espanha, Grã-Bretanha, Rússia — do mundo todo — revezaram-se no seu covil.

— Montei umas telas para criar uma espécie de labirinto nos nossos escritórios. Nós levávamos as delegações pelos corredores de um lado a outro para dar a impressão de que havia proponentes rivais para cada bloco. Não havia. Eu os manipulei completamente. Foi incrível. — Sansó deu um salto para mostrar blocos de cores diferentes num mapa na parede. — Eles pagaram 2 milhões de dólares só para se encontrar comigo. Quem mais poderia ter feito isso? Isto não vai parecer modéstia, mas criei mais valor para a Venezuela do que qualquer outra pessoa em cinquenta anos.

Sansó estava preocupado. Mesmo que sobrevivesse ao problema com o palácio gerado pelo jornal e mantivesse seu lugar naquele círculo dourado, sentia-se vulnerável. Inimigos dentro e fora do governo estavam fechando o cerco. Ele disse que “fizera uma provisão” para uma emergência, insinuando um esconderijo no exterior, e fugiria no momento em que Chávez caísse.

— Eu teria de dar o fora daqui. Há tanto ódio. Eles virão atrás de mim. Tenho medo.



Uma das grandes ironias da revolução era que no cume de um sistema de saques e pilhagem achava-se indiscutivelmente sua figura mais honesta, o Monge, Giordani. Como ministro do planejamento, ele construiu um labirinto de regras e restrições que permitia aos politicamente bem-relacionados fazer fortunas ilícitas.

Giordani era implacável em se desfazer de rivais do gabinete, mas ninguém podia acusá-lo de corrupção. Sua fraqueza era a vaidade intelectual. A Venezuela apresentava para ele um monumental quebra-cabeça. O país era vítima daquilo que os economistas chamam de maldição de recursos. Uma aparente bênção, o petróleo, havia sustado o crescimento da agricultura e da indústria. Uma versão caribenha da doença holandesa. Em parte porque as exportações de petróleo tornavam a moeda supervalorizada, de modo que era mais barato importar tudo, e em parte porque o petróleo gerava

uma cultura de vergar as regras para fazer dinheiro rápido, e não com o suor de um trabalho honesto. Mais petrodólares equivaliam a mais parasitas — o paradoxo da fartura. A solução de Giordani, o fio dourado ligando um milhão de equações, notas de rodapé e cálculos, era o controle. O Estado controlaria a economia. Fazendas, fábricas, finanças, tudo que fosse frouxo, caótico e disfuncional podia ser cirurgicamente aberto e costurado, ajeitado para a ordem e a racionalidade. A propriedade privada seria respeitada, mas o setor privado seria regulamentado e transformado, juntamente com o Estado em expansão, por “desenvolvimento endógeno”. Comunidades agroindustriais autossustentáveis haveriam de repovoar o interior, aliviando a superpopulação nas favelas litorâneas e promovendo a consciência revolucionária. Dessa crisálida emergiriam uma economia e uma sociedade novas. O processo levaria trinta, talvez cinquenta anos. Chávez, é claro, recebeu bem a perspectiva de uma economia que respondesse a um comando.

O primeiro passo foi a criação de fundos especiais. Giordani, trabalhando com dóceis ministros da fazenda, subestimava metodicamente o preço do petróleo usado na elaboração do orçamento nacional. Mesmo quando o barril era cotado a 100 dólares, ele projetava 35. O excedente era canalizado para fundos especiais que permitiam ao presidente gastar bilhões fora do orçamento oficial e longe do escrutínio público. Na corrida eleitoral, o palácio suplementava isso com investidas aos fundos da PDVSA — Rafael Ramírez sempre obsequioso — e jogava mais alguns bilhões dentro da sacola. Giordani rebatia para longe questões sobre auditorias, sobre subinvestimento em infraestrutura de transportes e energia, sobre integrar as “missões” nos serviços públicos tradicionais. Tudo isso poderia vir mais tarde. No início poucos reclamaram porque a economia estava a toda, a pobreza caíra pela metade, a folha de pagamento do Estado duplicara e os subsídios de alimentos atingiam 40% da população.

Em 2008, porém, a inflação estava próxima de 30%, um dos índices mais altos do mundo, e leite, café, açúcar, feijão-preto e outros gêneros desapareciam periodicamente das prateleiras. Ninguém passava fome. Os pobres comiam mais carne do que antes; só que, para comprar, tinham de entrar na fila nas lojas estatais ou abastecer-se no mercado negro. Os economistas diziam que a economia estava superaquecida e a moeda supervalorizada. Giordani sorria. *Tranquilo*. Nós temos um plano. Uma rede de controles governamentais cada vez mais abrangentes, abarcando toda a economia. Fazendeiros e donos de fábricas queixavam-se de que a matéria-prima sumira e de que os preços regulamentados pelo governo para produtos finais eram baixos demais. A produção despencou. O governo preencheu o buraco importando enormes quantidades de tudo — contêineres se acumulavam nos portos como imensos zigurates — e encampando fazendas e fábricas.

A arma mais poderosa de Giordani era o controle da moeda: estabelecer uma taxa de câmbio fixa do bolívar em relação ao dólar. O sistema obrigava a PDVSA a vender petrodólares (aqueles que sobravam depois dos bilhões canalizados para o governo) para o Banco Central, que os repassava a

uma agência chamada Comissão de Administração de Divisas, Cadivi. Essa agência vendia os dólares à taxa oficial a pessoas físicas e empresas venezuelanas que queriam trocar seus bolívares por moeda estrangeira. A questão, a épica, colossal e problemática questão, era que a Cadivi não vendia dólares suficientes. Isso significava que os primeiros da fila recebiam. Os que estavam no fim da fila — uma fábrica querendo importar rebites, digamos, ou um pai querendo levar a família para a Disney World — ficavam encalhados com seus bolívares, inúteis fora da Venezuela. Nenhum banco estrangeiro aceitava. Assim, o sistema gerou duas taxas de câmbio. Os primeiros da fila conseguiam a privilegiada taxa oficial, que supervalorizava artificialmente a moeda local. Por 100 bolívares obtinham-se 40 dólares. Os do fim da fila precisavam usar a taxa do mercado negro, que dava apenas 16 dólares. Giordani gostava do sistema porque prendia o dinheiro na economia, permitindo-lhe remodelar e polir seus planos de reengenharia da sociedade. Chávez deleitava-se com o sistema por ser um poderoso mecanismo adicional para recompensar aliados e punir inimigos.

Os estrangeiros que observavam a revolução a distância captaram o significado existencial da Cadivi. Centenas de bilhões de dólares de um *boom* histórico do petróleo jorravam pelos seus corredores, dando o poder de Creso àqueles que controlavam a eclusa. Os que estavam por dentro criavam muitos modos arcanos — títulos de taxa fixa, títulos de cupom zero, letras no tesouro, letras da PDVSA — para canalizar o rio. Um murmúrio do ouvido certo na hora certa podia fazer uma dúzia de fortunas, o dinheiro piscando de um computador a outro, dispersando-se em contas no exterior, sumindo. O sistema zombava da retórica socialista.

Buracos negros pontilhavam o orçamento estatal. Giordani desmantelou um fundo de estabilização macroeconômica herdado de gestões anteriores que prestava contas publicamente, e canalizou bilhões para caixas-pretas, entre as quais a maior chamava-se Fonden. Em 2011 estimava-se que o governo estava gastando mais da metade da receita fora do orçamento central. O gabinete de Giordani, pressionado por um parlamentar da oposição, explicou como dispendera 40 bilhões de dólares em dinheiro do Fonden nos anos anteriores. Mas o fundo recebera 69 bilhões, deixando um buraco de 29 bilhões de dólares. A PDVSA era igualmente opaca. Recomprou 2,7 bilhões de dólares em dívida no exterior para contornar a obrigação de abrir declarações financeiras para a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. Um véu similar cobria outras agências estatais, como o Bandes, um banco de desenvolvimento que se reportava diretamente ao palácio. O governo contratava rotineiramente empresas amigas para obras e serviços públicos, sem licitação, alegando “emergências”. Tudo isso perfazia uma montanha de dinheiro. Muita coisa sumia em contas no exterior. A Global Financial Integrity, um grupo internacional de fiscalização, estimou em 17 bilhões de dólares por ano, em média. Os grandes ganhadores eram gente como o gerente de investimentos da PDVSA, suspeito de receber 36 milhões em propinas para aprovar transações financeiras ilícitas.

Questionado sobre corrupção, em suas raras entrevistas coletivas, Giordani enrubescia e disparava

alguma tirada cáustica, sem responder. Mas o Monge não era cego. Como líder dos utópicos, tinha amplos contatos e sabia o que estava acontecendo. Num breve trecho de um livro que publicou em 2009 com pouca repercussão, ele deu vazão ao seu desespero: “A boligarquia nada mais é do que um agrupamento singular ou coletivo daqueles que, ao longo de todo este processo, se dedicaram a acumular imensas fortunas em nome da revolução (...) Muitos deles ostentam riqueza que não tinham antes do início do governo, em dezembro de 1998. Essas pessoas são ladrões profissionais (...) disfarçados (com camisas vermelhas) para tirar vantagem do pote de mel do poder em benefício próprio. Essas pessoas deveriam ser denunciadas, alijadas do processo socialista liderado pelo presidente Chávez (...) e julgadas como criminosos comuns.”

Era um apelo pungente. E absolutamente hipócrita. Giordani não só criara as distorções econômicas que facilitavam o saque: apoiava-se nos piores saqueadores. Para estender sua teia, ele precisou do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da PDVSA. A Venezuela escorregou para o fundo da escala de honestidade medida pela Transparência Internacional, um grupo de fiscalização anticorrupção. Sucessivos ministros da fazenda foram acusados de embolsar imensas fortunas. O administrador do Banco Central foi acusado de vender informações privilegiadas e saquear as reservas. A PDVSA foi acusada de cleptocracia por atacado. O austero e honesto Monge fez soar sinetinhas de reclamação, mas não conduziu uma cruzada contra a corrupção, não renunciou nem redesenhou suas políticas. Isso teria colocado em risco sua autoridade e seus elaborados construtos utópicos. Teria sido admitir um erro.



Giovanni Scutaro era um estilista jovem e extravagante quando foi escolhido por Carlos Andrés Pérez para remodelar sua imagem para a campanha presidencial de 1988. Scutaro estudara em Milão e sabia como fazer qualquer homem ficar elegante dentro de um terno. O rejuvenescimento do idoso Pérez, que estivera na presidência na década de 1970, ajudou-o a conquistar mais um mandato. Quatro anos depois o presidente, em pânico, vestia um terno amarfanhado sobre o pijama durante a tentativa de golpe de Chávez, em 1992. Em 1999, foi a vez de Chávez, como presidente, contratar Scutaro. “Recebi uma ligação de Miraflores dizendo que ele queria ajuda com sua imagem”, recorda-se o estilista. O comandante andava às turras com seu guarda-roupa. Fora do uniforme, ele ficava perdido, oscilando entre moletons sem manga, camisas xadrez e *liquiliquis*, um tradicional terno venezuelano com gola estilo Mao. Scutaro, então o estilista mais chique de Caracas, com sua própria boutique, aceitou a incumbência. A prioridade era, durante as viagens de Chávez, reassegurar os capitais estrangeiros de que ele não era um milico brutamontes e sim um civil educado. “Eu criei a nova imagem, coordenei tudo, desde a roupa de baixo, sapatos, meias, camisas, gravatas, sobretudos.

Chávez tem a pele bem escura, então recorri a ternos de cor clara para realçar seu rosto. Na época o presidente era magro; foi fácil vesti-lo. Ele aceitou todas as minhas ideias. Eu realmente gostei.”

Uma década depois, Scutaro continuava com aparência extravagante. Em 2011 ele combinou seu cabelo loiro tingido e os olhos azuis com jeans rasgados, uma camisa colorida e quatro tiras de couro preto nos pulsos. Acabara de ganhar um prêmio em Miami e contratara a Miss Universo para participar do desfile de sua mais recente coleção de vestidos. Seu papel na revolução, no entanto, havia evoluído. Ele não mais vestia o presidente, que agora exibia um amplo guarda-roupa e uma cintura maior. “Agora ele está muito mais redondo. Seus estilistas precisam levar isso em consideração.” Em vez disso, Scutaro vestia os “boligarcas” e suas mulheres. O termo era uma fusão de “Bolívar” com “oligarcas” para sublinhar a fidelidade política da nova elite. Scutaro detestava o governo e escarneia da revolução, mas precisava dos clientes. Fora a revolução que fizera dele um ambivalente facilitador do luxo desde a explosão petrolífera de 2003.

— É incongruente combinar alta moda e revolução socialista? — Ele riu. — Você tem que colocar aspas nessas duas últimas palavras, amigo. Nós estamos é num país de petróleo com uma nova elite. E, acredite, eles estão curtindo horrores. Os voos estão lotados, as boates estão lotadas, os restaurantes estão lotados.

O comandante exaltava repetidas vezes que os pobres eram virtuosos e dizia que ser rico era ruim, mas os boligarcas rejubilavam-se com o consumismo. Compravam utilitários, apartamentos duplex, engenhocas eletrônicas, iates. Alugavam o antigo Hilton — encampado pelo governo e rebatizado de Alba —, na Ilha Margarita, para aniversários e casamentos. Para festas em Caracas, alugavam a Quinta Esmeralda, um salão de banquetes em falso estilo rústico que cobrava 300 mil dólares por recepção e tinha reservas para o ano inteiro. A Venezuela fabrica um rum excepcional, mas as elites preferiam uísque importado, especialmente Chivas Regal. O comandante chegou a se mostrar atônito: “Isto aqui é a revolução do uísque? Ou talvez a revolução dos Hummer [utilitário esportivo]? A Venezuela é um dos países que mais consomem uísque *per capita*. Isso me deixa envergonhado. É parte da praga capitalista do consumismo.” Corria o boato de que numa viagem a Barinas, sua terra natal, Chávez levou um bastão de beisebol para o Hummer de um irmão. Mas, apesar de todos os ataques públicos, ele continuava deixando os boligarcas fazerem dinheiro — contanto que o servissem.

Scutaro assistia a tudo isso com o cenho franzido. Tanto magnatas quanto políticos — ou seus representantes, se quisessem ser discretos — subiam no elevador de vidro que conduzia a seu templo da moda em Las Mercedes, um distrito reluzente na zona leste de Caracas. Seda ou cetim, coquetel ou formal, acima ou abaixo do joelho, todos tinham um pedido em comum. Vermelho. Tinha que ser vermelho. O estilista invariavelmente grunhia por dentro e respondia com um sorriso: Vou ver o que posso fazer.

— Eles explicam que são chavistas e que é o aniversário da filha. Aqui é um grande acontecimento

quando a filha faz quinze anos. Se o pai está do lado da revolução, ele não se importa com que tecido seja, contanto que seja vermelho. Se for simples fica em torno de 3 mil dólares. Os vestidos mais elaborados chegam a custar 25 mil dólares.

O exibicionismo era restrito aos círculos rarefeitos de outros boligarcas e gente do governo. O público em geral era mantido a distância. Não havia convites de festa para a mídia, nada de fotografias nas colunas sociais, e, o mais importante, os boligarcas pagavam em dinheiro vivo e não com cartões de crédito ou cheques, que deixavam rastros. Scutarro balançava a cabeça, meio grato, meio repugnado.

— Agora vou a casamentos, e não conheço ninguém. Quando pessoas dos Estados Unidos e da Europa chegam aqui e veem as nossas cerimônias de núpcias, dizem, uau, quanto dinheiro. Não há equilíbrio entre as percepções de quem está longe e a realidade do que está acontecendo dentro do país.

Scutarro disse que tentava manter a política fora dos negócios.

— Eu tento não tomar lados. Estou aqui para trabalhar. E a minha equipe idem. Dito isto — ele apontou algumas mulheres arrumando tecidos —, tenho 25 costureiras, e todas são chavistas. Bem, eram. Agora estão reclamando de inflação, insegurança e incompetência. — Suspirou e lançou uma olhar pela loja. — Você pode achar que roupas são uma coisa simples, mas eu tenho todo um mundinho girando em torno delas.



Raramente era visível para quem estava do lado de fora, mas o preço pago pelos boligarcas por suas quinquilharias e contas bancárias era a ansiedade crônica de que um dia o miasma moral e legal no qual operavam pudesse se dissipar, deixando-os expostos. Sua segurança e liberdade dependiam de uma névoa de cobertura de outros banqueiros, empresários, políticos, jornalistas e juízes, todos eles girando em torno de dinheiro e relacionamentos pessoais abertos a traição e erros involuntários.

Tais grupos eram afiliados a diferentes *tribus*, abreviação de tribunais judiciários, uma abreviatura adequada porque regularmente eclodiam choques tribais. Uma propina não paga ou a concorrência por um contrato do governo podiam jogar uma tribo contra outra, desencadeando vazamentos na mídia, batidas policiais e processos. A maioria dos escândalos evaporava rapidamente, esquecidos, após acordos a portas fechadas. Os corruptos ocultavam a ansiedade por trás de sorrisos e de uma convivência amistosa. Em ocasiões muito raras, a máscara caía.

Em novembro de 2007, durante um longo almoço num restaurante de Miami, isso aconteceu por cortesia do FBI. Alejandro Antonini, um empresário atarracado, de queixo saliente, no meio da casa

dos quarenta, comeu lulas fritas, *cotoletta alla parmigiana* e bolo de chocolate. Moises Maionica, um advogado corporativo com cara de menino e cabelo ralo, comeu vitela ao marsala e torta de limão. Sem que Maionica soubesse, Antonini estava usando um grampo e gravando toda a conversa. Era a última jogada numa convoluta saga que começara no ano anterior, quando um funcionário da alfândega no aeroporto de Buenos Aires encontrara na mala de Antonini 800 mil dólares em dinheiro não declarado. Ele fugiu para Miami. Em Miraflores, consternação. Antonini estava viajando com funcionários da PDVSA, e para o mundo pareceu que Chávez tentara fazer uma contribuição secreta para a campanha eleitoral de Cristina Fernández de Kirchner, que em breve seria presidente da Argentina. O palácio despachou uma equipe de faz-tudo, inclusive Maionica, para Miami para comprar o silêncio de Antonini, sem saber que ele havia feito um acordo com o FBI. Posteriormente, eles foram detidos por conspiração e por agir nos Estados Unidos como agentes estrangeiros não registrados.

O valor da transcrição das gravações não estava em saber mais sobre a mala de Buenos Aires — era um dos vários pagamentos clandestinos para aliados em toda a região —, mas em ouvir como os boligarcas e seus colaboradores falavam entre si. Isso foi às vésperas do referendo de dezembro de 2007. Depois de se instalar em seus assentos e examinar o cardápio, os dois homens foram direto aos negócios. Maionica disse que levar o dinheiro para Antonini estava se mostrando complicado porque a PDVSA não poderia fazer uma transferência eletrônica para ele nos Estados Unidos enquanto ele estivesse sob escrutínio tão cerrado. Teria de ser em dinheiro vivo, o que levaria tempo. Assegurou a Antonini que tudo seria resolvido com discrição. “Olhe, na Venezuela ninguém está falando sobre nada. Ninguém, ninguém, ninguém, ninguém, ninguém... ninguém.”

Chávez, disse o enviado de Caracas, instruíra Henry Rangel Silva, chefe do Disip, a polícia secreta, a fazer o pagamento. “Rangel tem um fundo secreto.”

Rangel Silva queria que Antonini assinasse um recibo para um pagamento de 2 milhões de dólares, disse Maionica, como prova de que o dinheiro fora enviado integralmente. “Senão, alguém vai acabar achando que quem pegou foi o Rangel.” O chefe da polícia secreta, em outras palavras, estava tão preocupado com a corrupção nos escalões do governo que queria um recibo para provar que ele não passara a mão em parte do pagamento.

Saboreando as lulas, que os dois dividiram, Maionica explicou que Chávez inicialmente pedira a Rafael Ramírez, seu ministro do petróleo, que resolvesse o escândalo, depois foi ficando tão frustrado com a incompetência de Ramírez que passou a responsabilidade a Rangel Silva. A conversa voltou-se para como colegas usavam a extorsão e contatos na agência de inteligência para desbancar sem concorrentes. Pintaram um mundo sombrio de ambição, ganância e traição. Maionica disse que os promotores disputavam oportunidades de casos maduros de corrupção. “São todos uns filhos da puta que querem lucrar à custa dos outros, tipo, ‘se eu pegar esse aqui, vou ficar milionário.’”

Durante a torta de limão, o enviado de Caracas telefonou para um executivo sênior da PDVSA na Argentina e usou um código médico — Antonini era o “primo doente” — para confirmar o suborno. Antonini consultou o relógio. Maionica comentou que era um belo Rolex. “Eu tenho um igualzinho.” Disse que uma versão mais nova dele (o Yacht-Master II, que custava 25 mil dólares) já estava no mercado. “Você já viu?”

Antonini assentiu e falou: “Eu tenho muitos.”

A transcrição foi uma das duzentas que vieram à tona num julgamento no ano seguinte, época em que Maionica, apanhado na cilada por Antonini, também fez um acordo com o FBI. De volta a Caracas, nada. Chávez, no seu programa de TV, desdenhou do caso todo: “Nós não temos nada a encobrir, nada a esconder.” E foi isso aí. Os funcionários se faziam de desentendidos. Mala? Antonini? Não houve investigações, nem processos. Ramírez permaneceu como ministro do petróleo e chefe da PDVSA. Rangel Silva, chefe da polícia secreta, foi promovido a chefe das forças armadas. Cortinas se fecharam sobre o caso. “Na Venezuela ninguém fala sobre nada. Ninguém, ninguém, ninguém...”



O comandante subiu rapidamente ao poder declarando guerra à corrupção, e mantinha sua autoridade mediante torrentes verbais, mas, quando se tratava da corrupção no seu próprio governo, ele buscava refúgio no silêncio. Selava não somente os próprios lábios, mas os de pessoas que sabiam demais e ameaçavam dar com a língua nos dentes. A maioria dos boligarcas se mantinha calada de boa vontade, pois não tinha o menor desejo de se incriminar. No entanto, alguns, talvez uma dezena, por azar ou excesso de arrogância, foram considerados riscos e então banidos para os porões da sede do Disip, um pesado zigurate de concreto no alto de um morro, conhecido como El Helicoide. Não sofriam torturas; eram simplesmente abandonados na fortaleza com isolamento acústico. Nenhum jornalista podia penetrar ali. Seus julgamentos eram continuamente adiados, ou realizados em sigilo, de modo que não tinham foro público.

Aquele que mais tinha histórias para contar era Walid Makled. Rotundo e ambicioso filho de imigrante sírio, Makled começara em meados da década de 1990 como pequeno meliante que não queria passar a vida trabalhando na loja de ferramentas do pai em Valencia, cidadezinha a oeste de Caracas. Ele comprava e vendia bens roubados, inclusive contrabandos confiscados pela guarda nacional. Makled, conhecido como o Turco, prosperou à medida que seus contatos militares subiam na hierarquia. Seu grande lance ocorreu durante a greve da oposição em 2002-2003, quando forneceu caminhões ao general Luis Acosta Carles — emissor do arroteo que supostamente salvou a revolução — e ajudou a furar a greve. Makled foi recompensado com concessões para operar armazéns em Puerto Cabello, o maior porto do país, permissão para comprar uma empresa aérea, a Aeropostal, e

monopólio para distribuição de fertilizantes. Do que mais poderia precisar um futuro barão do narcotráfico?

A cocaína colombiana havia muito gotejava pela Venezuela a caminho da Europa e dos Estados Unidos. Sob o governo do comandante, as gotas se tornaram um córrego, depois um rio. Não era sua intenção, mas foi consequência de suas decisões. Em 2005 ele expulsou a Drug Enforcement Administration (DEA), o órgão americano de controle de drogas, que tinha um escritório em Caracas, alegando temor de espionagem. E em troca da lealdade permitiu que seus generais enriquecessem, uma tradição que datava dos primeiros presidentes da Venezuela. Isso não significava tapar os olhos. Ao contrário, Chávez observava e anotava. Eduardo Semtei, um ex-aliado e membro do Conselho Eleitoral Nacional, viu-o usar sua posição privilegiada. “Chávez sabe de tudo. Ele recebe relatórios da inteligência detalhando quem está roubando o quê. Então, se alguém sai da linha, banguê, está na mão dele.” Assim, o general García Carneiro, que, segundo Baduel, foi acusado de tentar desviar 20 milhões de dólares de um acordo de armas com a Rússia, foi punido por sua avareza excessiva não com o banimento, mas com a transferência para outro ministério, e depois para um governo estadual. Oficiais no estado de Bolívar, o território desértico de savana que inspirou o romance de Arthur Conan Doyle *O mundo perdido*, taxavam a mineração artesanal ilegal de ouro e diamantes. Oficiais em Apure, Táchira e Zulia, na fronteira com a Colômbia, contrabandeavam gasolina. (O imenso subsídio da Venezuela significava que havia um lucro de 2.000% ao revendê-la do outro lado da fronteira.) O comércio mais lucrativo era com os guerrilheiros colombianos que traficavam cocaína. Estima-se que, três anos após a expulsão da DEA, as importações de cocaína tenham saltado de 66 para quase 290 toneladas. Parte era empacotada e despachada em pequenos aviões rumo à América Central, parte em botes com destino ao Caribe. Os generais que as controlavam tinham recebido um apelido, El Cartel de los Soles, o Cartel dos Sóis, por causa do símbolo do sol em suas dragonas.

Makled, com seus contatos militares, infraestrutura de transporte e substâncias químicas para processamento de cocaína, progrediu. Dizia-se que traficava dez toneladas por mês. Em público, ele se exibia como um empreendedor legítimo e subornava jornalistas para que escrevessem sobre suas obras filantrópicas. Também doava envelopes gordos e contêineres carregados de colchões e equipamentos elétricos para militares. A riqueza e a bajulação viraram-lhe a cabeça. O Turco tornou-se uma celebridade, imaginando-se intocável. Seu perfil espalhafatoso fez soarem campainhas de alarme na *sala situacional*. Quando um de seus irmãos candidatou-se a prefeito de Valencia nas eleições municipais de 2008 — as mesmas nas quais Antonio Ledezma conquistou Caracas para a oposição — sem a aprovação do comandante, o palácio entrou em ação. A polícia vasculhou a fazenda da família, e Makled se escondeu. Sua mãe lamuriou-se para o comandante: “Nós sempre fomos chavistas. Ajude-nos!” Dois anos depois, em agosto de 2010, o Turco foi preso na Colômbia e, logo em seguida, numa série de entrevistas da sua cela em Bogotá, começou a cantar: “Se eu sou traficante, então todo mundo

no governo Chávez é traficante.” Ele disse que gastava 1 milhão de dólares por mês pagando cerca de quarenta generais, vice-almirantes, coronéis, majores e outros oficiais para facilitar os embarques. Persuasão não era problema. “Era mais como se eles me recrutassem.” Nos Estados Unidos, os promotores lamberam os beiços ante a perspectiva de fazê-lo testemunhar num tribunal americano.

Miraflores se apressou para conter a crise. A Suprema Corte processou um pedido de extradição do governo a toda velocidade, começando um cabo de guerra com os Estados Unidos pelo Turco. Apenas alguns meses antes Chávez chamara o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, de poodle dos ianques, mas agora solicitava uma audiência, o abraçava e o tratava como irmão. Interrompeu um embargo que vinha afetando a economia colombiana e prometeu expulsar os guerrilheiros de solo venezuelano. Tal como o capitão Renault em *Casablanca*, estava chocado, chocado com o fato de alguns elementos de seu governo terem apoiado as guerrilhas! “Eles estavam fazendo planos para estabelecer algumas bases para rebeldes colombianos na Venezuela nas nossas costas.” Em abril de 2011, Chávez deu a Santos mais um presente, deportando um homem suspeito de ser um importante guerrilheiro das Farc. A manobra deu certo. Santos despachou Makled para Caracas, não para os Estados Unidos. O gorducho traficante foi escoltado do avião, algemado e cercado por dezenas de agentes do Disip. Ele desapareceu, calado, nas entranhas de El Helicoide.



Em meio à correria coletiva e à fingida ingenuidade daqueles que viam a corrupção mas seguravam a língua, uma voz solitária berrava: “Tudo que fizemos foi substituir as elites”, gritava irada. “Nós não transformamos o Estado porque ele era uma mina de ouro. E aquele que acha a mina não quer dividir.” Luis Tascón, o membro da Assembleia Nacional que dera seu nome à notória lista negra, agora despontava como consciência da revolução. “Nós fomos transformados pelo Estado. Ele é um monstro devorador (...) Nossa gente do alto nasceu no *barrio*, saiu de lá e não voltou. E o *barrio* continua igual.” Numa série de entrevistas ao jornalista Ramón Hernández, transformada em livro, ele fez um apelo pungente ao comandante. “Eu sei que por dentro Chávez rejeita a corrupção. Mas no poder ele não fez nenhum ataque frontal contra ela. Não sei se está tentando usar a corrupção como graxa invisível para fazer funcionar a máquina do Estado, pensando que pode evitar se sujar, mas ela grassa por toda parte.”

Tascón era um *gocho*, um andino, que crescera numa cidadezinha onde ainda se faziam *siestas* e que parecia estar em um mundo totalmente diferente de Caracas. A paixão antiga por planadores foi substituída pela política. Tornou-se radical de esquerda enquanto estudava engenharia elétrica em Mérida, nos anos 1990. Luis e seus amigos anarquistas, ele mais tarde confessou com um sorriso, protestavam contra tudo, até mesmo contra a morte de Freddie Mercury. A grande ideia de Tascón era

abolir a corrupção e a burocracia com tecnologia da informação: um governo eletrônico limpo, sem papelada. Alto e cabeça-dura como muitos andinos, ele detestava hierarquia, mas abraçava Chávez como o líder capaz de expurgar a cultura política decadente da Venezuela.

Tascón foi eleito para a Assembleia Nacional em 2000 e mudou-se para Caracas, um parlamentar estreante de sorriso fácil e recursos modestos. Ele encheu seu minúsculo escritório de arquivos para investigar a corrupção nos serviços públicos. Alguns murmuravam que ele não era tão limpo quanto parecia, que abandonara um inquérito sobre a concessionária de energia elétrica depois que esta contratara sua irmã. Verdade ou não, Tascón nunca teve muito poder nem apoio. Quando, em 2004, publicou em seu site os nomes daqueles que haviam assinado uma petição contra Chávez, o motivo declarado foi impedir fraudes. Ele se refestelou nos elogios do comandante para *la lista Tascón*. No entanto, aparentemente não previu como o governo a usaria para perseguir adversários e como lançaria seu nome na lama. Os oponentes o rotularam de general inquisidor da revolução. Execrado e desprezado, ele fazia ares de não se importar, mas os amigos notaram que ele se tornou ansioso e passou a fumar como uma chaminé.

Em 2007, Tascón era respeitado mas tinha pouco peso dentro da revolução. Ele começou a provocar pequenas ondulações ao ecoar murmúrios populares sobre corrupção e má administração em ministérios e governos estaduais. Nada muito específico, nada que ameaçasse alguém diretamente. Depois que Chávez perdeu o referendo constitucional naquele mês de dezembro, Tascón passou a ser mais arrojado e disse que a revolução fora infiltrada por “elementos de direita” que estavam saqueando o Estado disfarçados de socialistas. “Precisamos mudar de curso antes que seja tarde demais.” Chávez parecia concordar. Em fevereiro de 2008 ele clamou por uma “retificação” e “crítica” da revolução. Tascón tomou isso como uma dica para atacar. No dia seguinte ele acusou publicamente de corrupção José David Cabello, o inspetor-chefe tributário.

Foi um lance audacioso. José David era irmão de Diosdado Cabello, aquele do cabelo dado por Deus, o faz-tudo do gabinete de Chávez. Um ataque ao irmão era um ataque a Diosdado. A revolução prendeu o fôlego. Por causa de todos os amigos influentes, Diosdado era desprezado pelos ativistas da base popular. Eles o consideravam um senhor das trevas, a corporificação da venalidade que esburacava o sistema, e ansiavam por sua queda. Agora Tascón, o pequeno Tascón, que não tinha dinheiro, facção partidária nem patrono poderoso, subira no alto e dera um enorme empurrão no gigante. Sozinho ele jamais poderia derrubar Diosdado. A questão era qual seria a reação de Chávez. Todos os olhos se voltaram para o palácio. Esse era o momento. Um ligeiro sinal de assentimento, uma inclinação quase imperceptível da cabeça faria Diosdado ser lançado ao abismo. A polícia vasculharia o escritório de José David, um promotor diria que as evidências implicavam Diosdado, a Assembleia Nacional denunciaria os irmãos como infiltrados capitalistas e a mídia estatal saudaria sua queda. Outros boligarcas tremeriam, e Tascón seria um herói.

Em vez disso, dias depois, no congresso inaugural do novo partido socialista do comandante, Chávez soltou os cachorros em cima de Tascón. Ele foi denunciado como traidor, agente duplo, peão do império. Foi expulso do partido. Diosdado alegou que Bill Gates injetara em Tascón, o *nerd* de computadores, um chip da CIA durante uma visita recente à Microsoft. Ninguém riu, porque Chávez estava claramente tomando o partido de Diosdado. Sua lealdade e utilidade para o comandante haviam superado tudo. O comandante sacramentou sua decisão telefonando para *La hojilla*, seu programa predileto, a fim de denunciar Tascón como contrarrevolucionário. “Há um bom tempo Tascón vem se comportando de forma estranha”, disse Chávez. “Uma vez chamei-o e lhe disse, olha, onde estão as provas disso e disso e disso. Traga para mim. Bem, ainda estou esperando.”

Os ministros aderiram ao ataque, chamando-o de espião e traidor. Colegas na Assembleia Nacional que costumavam jogar futebol com ele passaram a evitá-lo. Isolado, barrado do palácio, Tascón foi à televisão para apelar ao comandante: “Presidente, o senhor está sendo enganado. Olhe em volta. Os corruptos o estão cercando; estão envenenando o processo revolucionário. Preciso falar com o senhor diretamente. Por favor, permita-me trinta minutos cara a cara para explicar, para lhe mostrar os arquivos detalhando a ganância da sua comitiva. É tudo o que peço, trinta minutos.”

Tascón nunca teve seus trinta minutos. Expulso do partido, ainda desprezado pela oposição, era o homem mais solitário da Venezuela. A esperança se esvaneceu do seu sorriso, e os cinzeiros do seu pequeno apartamento na avenida Libertador viviam cheios. Ele confessou ter um pesadelo recorrente de queda livre: escorregava de um planador e agarrava o ar vazio. Tascón foi diagnosticado com câncer de cólon e morreu em agosto de 2010, duas semanas antes de fazer 42 anos.

Somente na morte ele foi reabilitado. “Honra e glória ao revolucionário que partiu. A luta de Luis Tascón será para sempre”, disse Diosdado. Chávez também lamentou o falecimento. “A dolorosa morte de um genuíno revolucionário chamado Luis Tascón tocou-me profundamente. À parte as nossas diferenças, sempre me lembrarei desse grande camarada com a maior afeição, reconhecendo sua força e integridade.”

O CONTADOR DE HISTÓRIAS

No inverno de 2009 e na primavera de 2010, a Venezuela sofreu uma seca severa. As chuvas tropicais que alimentam o Amazonas e provocam súbitas enchentes nas ruas de Caracas cessaram abruptamente. Durante meses não caiu uma única gota. O tempo da chuva e o tempo do sol, como os índios chamavam as estações, estavam fora de sincronia. Rios secaram, os pastos dos *llanos* se transformaram em poeira, e incêndios irrompiam no Ávila, as labaredas lambendo as encostas vulneráveis, lançando um brilho alaranjado sobre a cidade. Um fenômeno meteorológico singular que durante séculos promovera tempestades elétricas espetaculares sobre o lago de Maracaibo foi interrompido. Os especialistas afirmaram que a seca era causada pelo El Niño, o fenômeno tropical que altera as temperaturas de superfície e causa inusitadas alterações climáticas. O nível de água na represa de Guri, uma das maiores do mundo e fonte da maior parte do fornecimento da energia elétrica da Venezuela, tornou-se crítico. Apagões ocorreram por todo o país, paralisando elevadores e trens do metrô, ventiladores e condicionadores de ar, envolvendo cidades e vilarejos na escuridão. O governo tentou estabelecer o racionamento de energia elétrica durante certas horas do dia, mas se atrapalhou na implementação. A luz acabava e voltava sem aviso, deixando todos enfurecidos. E, para piorar, muitos engenheiros disseram que por trás da crise no fornecimento de energia elétrica estava a falta de manutenção de Guri e da rede nacional de distribuição: das três dezenas de projetos iniciados desde 2002, apenas dois haviam sido concluídos. O restante fora abandonado ou progredia a passos lentos. Protestos eclodiram. Os manifestantes abandonavam diante das agências de serviços de utilidade pública liquidificadores, aparelhos de som e televisores danificados por picos de corrente. Outros queimavam as contas de luz nas ruas.

— Olá! — ribombou uma voz familiar. — Quando se ouve o dedilhar de uma harpa no rádio, talvez seja Chávez chegando. É de repente. A qualquer hora do dia, talvez à meia-noite, talvez de manhãzinha.

Era o final de uma noite de segunda-feira, 8 de fevereiro de 2010. No dia anterior, Chávez apresentara seu programa de TV semanal da praça Bolívar, uma típica maratona de transmissão que se

destacou pela expropriação das joalherias adjacentes à praça histórica. Agora o comandante estava de volta, sem aviso prévio, pelas ondas do rádio.

— Vocês sabem — prosseguiu ele, em tom de bate-papo —, às vezes estou acordado às três da manhã, trabalhando, examinando documentos, e a essa hora há gente ouvindo rádio, escutando música, dirigindo pela estrada. Bem, de repente me ocorreu que podíamos fazer transmissões a qualquer hora (...) então aí está o novo programa: *De repente con Chávez*. Rádio de guerrilha! — Soltou uma risadinha abafada. — Nós temos muita coisa a relatar.

Começou lendo trechos extraídos dos jornais favoráveis ao governo que chamavam os protestos dos universitários nas ruas e nos *campi* de tentativa de subverter e derrubar o Estado. Chávez elogiou o patriotismo e a paixão das reações dos estudantes pró-governo.

— Onde quer que a burguesia ataque, devemos responder com uma força multiplicada por mil. E mudou de assunto para dar uma boa notícia: uma cadeia de supermercados de propriedade francesa, recentemente expropriada, estava prestes a reabrir sob controle estatal com um novo nome, Bicentenario, para comemorar os duzentos anos da independência.

— Vamos oferecer tremendas pechinchas. Um desconto de 14% em bens que já estão com os preços regulados e de 18% naqueles que não estão.

O socialismo, disse o comandante, estava revidando a avareza capitalista, o que o levou ao tema principal da transmissão. Em tom solene, Chávez declarou estado de emergência para enfrentar a crise de energia elétrica.

— Eu conclamo todo o país: “Apaguem as luzes.” Estamos diante da pior seca que a Venezuela teve em quase um século. O nível de Guri está baixando treze centímetros por dia.

Miraflores daria o exemplo cortando o consumo. A culpa da seca, disse ele, fazendo uma pausa para dar ênfase, não podia ser atribuída à natureza. Nem aos caprichos do destino. Ao contrário.

— Tudo isso é resultado do destrutivo sistema capitalista, que deflagrou os terríveis fenômenos que castigam o mundo.

O capitalismo não parava por aí, prosseguiu, indignado. Depois de destruir o clima e o poder hídrico, agora ele sorvia gulosamente o que restava da eletricidade. Os maiores consumidores de energia em Caracas eram empresas privadas, declarou com a voz trovejante.

— Isso demonstra os malefícios do modelo capitalista.

Havia também, disse ele em tom sombrio, indícios de sabotagem na rede nacional. Mas a população podia ficar tranquila. Ele preparara um decreto de emergência que ficaria pronto em poucos dias.

— Boa noite a todos vocês.

A voz se calou, a harpa voltou, e assim terminou o primeiro episódio de *De repente con Chávez*.

Essa era, em síntese, a estratégia do comandante: seja lá qual for o problema, conte uma história. Transforme o problema numa narrativa, faça do país a sua plateia e prenda sua atenção. Cuba, disse

ele, emprestara equipamentos de bombardeamento de nuvens que fariam chover. “Estamos bombardeando as nuvens. Nossos aviões estão por lá, com equipamentos enviados por Fidel e Raúl.” Sugeriu que pilotaria pessoalmente os aviões. “Em qualquer nuvem que me apareça pela frente, lançarei uma descarga de raios. Esta noite vou sair para bombardear.”

Ele transformou a crise de eletricidade numa performance quase diária. A seca continuava, mas, em vez de concentrar-se nos furos da política energética, todo mundo visualizava Chávez com óculos de aviador disparando contra o céu. Ele voltou a ocupar as manchetes durante uma reunião com a equipe ministerial, televisionada, instando a nação a tomar banhos de chuveiro em três minutos.

— Algumas pessoas cantam no chuveiro, ficam meia hora no banho. Não, crianças, três minutos são mais do que o suficiente. Eu contei, três minutos, e eu não cheiro mal. — E pôs o dedo em riste. — Se vocês forem relaxar na banheira com espuma e ligarem, como é mesmo o nome, a hidromassagem.. Imaginem só, que tipo de comunismo é esse? Não estamos em tempo de banheiras de hidromassagem.

Agora todos falavam sobre o tempo que passavam no chuveiro e se Chávez realmente conseguia se lavar em três minutos.

Ele levou seu discurso sobre a destrutividade do capitalismo, um dos temas favoritos, a uma conferência sobre o clima em Copenhague.

— O que estamos vivenciando neste planeta é uma ditadura imperial, e daqui nós continuamos a denunciá-la. Abaixo a ditadura imperial! — Os dignitários aplaudiram e ovacionaram. — Os ricos estão destruindo o planeta. Será que eles acham que podem ir para outro mundo quando acabarem de destruir este aqui? Será que têm planos de ir para outro planeta? Por enquanto, não existe outro no horizonte da galáxia.

Não fazia diferença que a Venezuela vivesse da venda de petróleo aos ianques ou que os subsídios de Chávez fizessem da sua gasolina a mais barata do mundo. Ele foi aplaudido de pé.

Em casa os problemas se acumulavam. Além dos apagões, a economia vinha encolhendo — o vertiginoso crescimento iniciado em 2003 foi interrompido abruptamente em 2009, seguido por um recuo — e enfrentando um dos mais altos índices de inflação do mundo. As pesquisas de opinião indicavam que dois terços da população consideravam negativa a situação do país e que pouco mais da metade tinha pouca ou nenhuma confiança no presidente. Os manifestantes voltaram a bater panelas e frigideiras durante os comícios. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um ramo da Organização dos Estados Americanos (OEA), publicou um relatório de 319 páginas acusando o governo da Venezuela de repressão e intolerância. Do seu terraço, o comandante via o Ávila queimar e queimar.

Mais problemas significavam mais programas de TV e rádio. Além de *De repente con Chávez* (que não durou muito) e *Aló, presidente*, havia cada vez mais “redes” nacionais que obrigavam todos os canais a transmitir um evento presidencial específico — visita a uma fábrica de tratores, recepção a

uma delegação russa, distribuição de medalhas — ao vivo e sem aviso prévio. A nação podia estar assistindo a um filme, a um jogo de beisebol ou a uma novela quando a imagem mudava abruptamente, mostrando o rosto sorridente de Chávez. “Ahá! A rede está ativada. Excelente. Boa noite, compadres. Então, aqui estamos nós. Como é bom estarmos juntos, porque eu tenho algo importante a dizer.” A transmissão continuava até Chávez ficar satisfeito. Em 2010, em pouco mais de uma década ele já havia convocado mais de 1.900 cadeias nacionais. Cada uma durou em média quarenta minutos, perfazendo quase 1.300 horas. O equivalente a 53 dias. E partiu para novos formatos: uma coluna de jornal chamada *Las líneas de Chávez*, um site — “Vou botar um monte de informação lá. Vai ser um bombardeio” — e depois o Twitter.

A princípio, ele escarnecera do microblog, dizendo que era um meio de pirralhos mimados fazerem críticas e “semear o terror”, mas a explosiva popularidade — a Venezuela tinha um dos mais altos índices *per capita* de uso do Twitter na América Latina — o convenceu a aderir. “Vou ter a minha trincheira on-line para travar a batalha a partir do palácio”, declarou. Parecia mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que o líder mais prolixo do mundo espremer suas mensagens no limite de 140 caracteres. Mas ele conseguiu, e o tuíte inicial chegou em abril de 2010. “Ei, como vão todos? Apareci como disse: à meia-noite. Estou no Brasil. Muito feliz de trabalhar pela Venezuela. Seremos vitoriosos!”

Em poucas semanas, @chavezcandanga tinha 450 mil seguidores. “Este telefone está quase derretendo. Agora eu sei que muita coisa acontece por aqui”, assombrava-se Chávez, brandindo seu BlackBerry. A cada hora ele recebia uma avalanche de petições, reclamações, elogios, xingamentos e preces. Tornou-se parte da coreografia presidencial. “Vejam esta mensagem”, disse, durante outro evento, lendo do celular: “Somos formados na UNEFA Zulia [uma universidade], 90% desempregados. Por favor nos ajude, comandante.” Ele fitou a mensagem com ar preocupado. “Vamos tratar disso. Não podemos ignorar. Seria muita irresponsabilidade. Temos que ouvir, conversar e encontrar soluções. É triste as pessoas não terem ninguém em quem acreditar, ninguém para escrever, nenhum lugar para criticar, para se queixar, para pedir ajuda.”

Algumas pessoas tuitavam para ele centenas de vezes, os pontos de exclamação multiplicando-se com o desespero. Foi anunciado que uma equipe de duzentas pessoas ajudaria a administrar sua conta no Twitter. Em eventos públicos, ministros e funcionários ficavam ao seu lado, bloco e caneta na mão, para transcrever detalhes das mensagens que ele selecionava. “Vejam só: ‘Meu patrão está sofrendo de uma terrível doença do pulmão’”, leu ele, parecendo aborrecido. “Percebem? Essas coisas ficam com a gente. Às vezes não consigo dormir porque penso ‘Ai, meu Deus!’ e começo a responder e ligar para os ministros: ‘Ajudem-me com isto aqui. Localizem esta pessoa.’”

Era tudo parte de uma estratégia que o Ministério da Informação traçara em 2007. “Temos de elaborar um novo plano, e o que propomos é a hegemonia da comunicação e informação do Estado.”

O país, em outras palavras, teria apenas um único contador de histórias.



Jornais e estações de rádio e televisão desfrutavam de uma aparente liberdade de expressão enquanto navegavam por bancos de areia com recifes afiados. Um movimento em falso e um talho podia romper o casco. O naufrágio mais espetacular foi o da RCTV, o canal mais antigo e de maior audiência no país e adversário mais estridente de Chávez na mídia nos primeiros anos. Depois de perder sua licença de transmissão terrestre em 2007, lutou para sobreviver como estação a cabo até janeiro de 2010, quando o governo mais uma vez tirou o fio da tomada. Chávez tomou a decisão tática de manter um canal de TV de oposição no ar. “Vejam a Globovisión”, disse ele. “Como alguém pode dizer que não há pluralidade de mídia? Ela me ataca todo dia.” Era verdade. O canal de notícias a cabo disparava artilharia diária contra o governo, imagens de crime, decadência e deterioração alinhavadas com música apocalíptica retratando a Venezuela como Stalingrado.

A Globovisión, no entanto, alcançava apenas uma minoria de espectadores, de modo que seu impacto político era limitado. O governo a importunava de diversas maneiras. Os procuradores públicos desfecharam uma dúzia de processos judiciais contra a rede sob alegação de dever impostos, fazer “apologia do crime” (exibição de uma reportagem sobre um tumulto em uma penitenciária), “perturbar a ordem pública” (noticiou um terremoto) e “promover intolerância política” (o convidado de um programa de entrevistas disse que Chávez poderia acabar pendurado de cabeça para baixo como Mussolini). Milhões de dólares em multas drenavam os recursos da estação. Seu sócio majoritário, Guillermo Zuloaga, fugiu para o exílio depois de ter sido acusado de usura e conspiração. Em seguida, Chávez acusou Zuloaga de tramar seu assassinato. “Pelo que entendo, com base em informação de fonte muito confiável, eles dizem que têm 100 milhões de dólares para dar à pessoa que me matar. Ele é um dos arrecadadores do dinheiro e é proprietário de uma emissora de televisão que está funcionando neste exato momento.”

O governo fechou 34 estações de rádio, alegando irregularidades, e ameaçou fechar outras dezenas, sem especificar quais, deixando todo mundo nervoso. As críticas evaporaram. Os jornais de oposição foram deixados à míngua sem propaganda do governo, e eram regularmente punidos por supostas violações.



ão foi por coincidência que Chávez, que se lembrava de tudo, dominou uma nação que não se lembrava de nada. A Venezuela sofria de amnésia crônica. As tribos indígenas, sem escrita nem

N cidades, não deixaram vestígios de sua existência. Cupins devoraram pergaminhos, eliminando os arquivos do tempo colonial. (Um cortesão providente assegurou-se de que o mobiliário original de Miraflores fosse feito de madeiras à prova de cupins, como cedro amargo e *canalete*.) Terremotos arrasaram a arquitetura dos séculos XVIII e XIX, e o século XX tratou de sepultar o que sobrou sob quadras de arranha-céus e favelas. Crianças em idade escolar aprendiam a se ajoelhar diante do abençoado Simón Bolívar, mas pouco lhes era ensinado acerca das complexas forças que formaram sua nação. Imigrantes — milhões de italianos, espanhóis e portugueses vieram antes e depois da Segunda Guerra Mundial — olhavam apenas para o futuro. A história da Venezuela era vaga, uma lousa em branco. Chávez tinha giz de sobra para preenchê-la. Criado em Sabaneta e Barinas, ele absorvera mitos e canções folclóricas tais como “Florentino e o Diabo”, sobre um *llanero* que briga com Lúcifer, e um *corrido* sobre a cavalaria do grande poeta venezuelano Andrés Bello, dedicado a Maisanta, bisavô de Chávez. O poema tinha cerca de cinquenta estrofes, e Chávez decorou cada palavra. Seu talento para recitar o tornara popular em festas infantis, um dom teatral alimentado no exército, onde montava peças, atuava como mestre de cerimônias, fazia discursos e lecionava na academia. No poder, afiou sua oratória, transformando-a num instrumento preciso. Não era o domínio da retórica de Cícero, nem a instigante beleza de Churchill, mas a linguagem informal das ruas elevada a algo sublime.

Era sempre difícil transmitir suas histórias a estrangeiros. Ele usava gírias e expressões idiomáticas tão específicas da Venezuela que os mexicanos e chilenos tinham dificuldades em entendê-las. E muitas vezes as histórias não traziam qualquer notícia no sentido estrito — não revelavam nada de dramático nem de importante — e acabavam sendo omitidas nas reportagens. Mas o fio dessas narrativas envolvia seus seguidores como um grande xale de caxemira, estreitando seus laços com Chávez. Ele entendia o poder da repetição. De repetir não apenas palavras e expressões, mas histórias inteiras, aprimorando um detalhe aqui, aprofundando o perfil de um personagem ali. Seu tema predileto era o golpe de 2002, revisitado inúmeras vezes, martelado e moldado até se tornar um milagre de ressurreição.

— Como posso esquecer os sentimentos daquelas horas? — começava ele, lembrando aos ouvintes como se encontrava encurralado no gabinete enquanto generais traiçoeiros ameaçavam bombardear o palácio. — De repente a porta se abre, e lá estava minha mãe. Escutando atrás da porta. Imagino que ela estivesse com o ouvido grudado na parede, seus ouvidos tornaram-se uma parede, aquela mulher se tornou uma parede, e de repente ela entra... Foi um momento de morte, não de uma morte física, mas de uma morte da alma, de uma morte do espírito. Eu pensava: “Será que isto é o fim?” Lembro então de minha mãe entrando na sala presidencial com a mesma força do rio Arauca quando encontra o Orinoco. E aquela mulher falou, aquela camponesa, pois minha mãe é uma camponesa, uma professora dos campos, forjada na pobreza, na batalha, e eu me lembro da minha mãe olhando para

mim e dizendo: “Você nunca vai partir, porque seu povo o ama.”

Essas palavras, assim por escrito e traduzidas para outro idioma, poderiam parecer piegas, mas emitidas com a cadência de uma voz de tenor e um *timing* impecável tornavam-se comoventes. Era dessa maneira que o comandante preenchia o vazio deixado pela mídia acuada, tecendo os tópicos do dia — seca, cortes de energia, inflação — numa narrativa fluida que entrelaçava sua própria vida com a história da Venezuela, um fluxo interminável, tortuoso de palavras. O efeito era hipnótico.



Mesmo a memória de Chávez por vezes vacilava, exigindo auxílio de alguém que conhecesse a doutrina da revolução tão bem ou melhor do que ele. Um banco de memória que arquivasse canções, poemas e mitos dos *llanos*, os escritos de Simón Bolívar, o emaranhado da história dos caudilhos e presidentes da república.

Rafael Castellanos. Oráculo da revolução. Ele levou algum tempo para atender a porta. Pilhas de livros à altura da cintura ameaçavam desabar e oprimiam o corredor, transformando-o em uma estreita passagem. Essas pilhas ocupavam cada parede, com cinco ou seis livros de profundidade, e se estendiam ao longo de todo o comprimento formando enormes blocos irregulares, alguns chegando até a altura do peito. Algumas haviam tombado atravessadas, formando uma cabeça de ponte para o outro lado, e outras já começavam a se acumular por cima. Não se caminhava pelo corredor; na verdade, contorcia-se o corpo em busca de trechos de chão, como um jogo de amarelinha em câmera lenta.

Ele era calvo, com um bigode branco e olhos castanhos penetrantes atrás de óculos sem aros que lhe davam uma aparência de coruja. Parecia estar na casa dos setenta anos, mas navegava pela rota de obstáculos com agilidade. A casa inteira estava coalhada de livros espremidos nas prateleiras da cozinha, empilhados em torres na sala de estar, arrumados em pirâmides no dormitório, colonizando o banheiro, amontoados sobre as mesas, debaixo das mesas, nas escadas, atrás das portas, diante das janelas. Cerca de oito mil, estimava Castellanos.

Os ratos de biblioteca de Caracas conheciam e adoravam “Don Rafael” como o dono de La Gran Pulpería del Libro Venezuelano, a Grande Mercearia do Livro Venezuelano, um estabelecimento cavernoso em Sabana Grande que reunia mais de dois milhões de livros, folhetos e documentos em antigas prateleiras com rangentes escadas de madeira. Era a resposta de Caracas para a Biblioteca de Alexandria, com o mesmo risco de incêndio. Era menos notório que Don Rafael era o decano de um grupo de historiadores e acadêmicos que discretamente servia como respaldo intelectual do comandante. Um cérebro paralelo, coletivo, que lia, processava e organizava o material que alimentava seus discursos. Era março de 2011.

O terraço tinha vista para um jardim murado cuja grama precisava ser aparada. Dois cães de um jardim vizinho perscrutavam por uma cerca. Meia dúzia de papagaios numa gaiola emitia grasnidos periódicos, estridentes, que Don Rafael parecia não notar. Tampouco notava seu gato tigrado, Príncipe, que cochilava numa cadeira. Sem espaço na casa. Don Rafael, agora aposentado da livraria, trabalhava numa mesa grande com telefone, uma pequena pilha de livros, canetas, blocos e caixinhas de madeira com folhas de papel do tamanho de cartões-postais. Trabalhava das oito da manhã até a meia-noite, tirando duas horas toda tarde para uma rápida caminhada — “ordens médicas”.

Historiador, escritor e crítico literário, foi contratado na década de 1970 para administrar os arquivos de Miraflores e encantou-se com o ambiente do palácio. “Chama-se Miraflores porque tinha vista para um mercado de flores. Quando se está dentro dos muros, sente-se instintivamente o que quer dizer ‘poder executivo’. É difícil explicar. Está impregnado na alvenaria. Sente-se no ar; há um peso, como uma intuição, um espírito, quase sobrenatural. Dizem que há fantasmas.” Os cascos do cavalo de um general. Uma mulher de branco. O som das teclas de uma máquina de escrever. Os gemidos de um homem esfaqueado na barriga — supostamente Juancho Gómez, irmão do ditador Juan Vicente Gómez, morto a facadas na cama em 1923. “Uns dizem que ele foi assassinado pela amante do presidente; outros, que foi por questões homossexuais.”

Don Rafael trabalhou intermitentemente nos arquivos até meados da década de 1990 e veio a conhecer e respeitar diversos presidentes, mas ansiava em silêncio por um que fundisse sua paixão pela história, especialmente Bolívar, e os princípios de esquerda. Então, em 1998, ele chegou. “Foi um momento sublime, como um conto de fadas”, recordou-se, os olhos brilhando. “Antes o palácio era hermético. Não tinha contato com as massas. Durante a ditadura, as pessoas tinham medo de Miraflores; o nome era dito em sussurros. Depois dos ditadores houve menos medo, mas as pessoas ainda se sentiam intimidadas; mal sabiam onde o palácio ficava. Era apenas um nome. Ter uma audiência com um funcionário do palácio, mesmo de baixo escalão, era um privilégio. Mas Chávez mudou tudo. Ele estabeleceu uma conexão entre as multidões e o edifício.” A essa altura, Don Rafael havia se aposentado do palácio, mas vibrava com o comandante. Enviou-lhe uma biografia que escrevera sobre o vice de Bolívar, Antonio José de Sucre. “Um ano depois, recebi uma linda carta agradecendo e oferecendo uma análise do livro.” O livreiro assumiu um novo papel como leitor pessoal de Chávez. “O presidente, entenda, é um grande analista, mas não tem mais tempo de ler. Então temos um grupo que faz isso para ele.”

O sistema era dirigido por um general pequenino, com jeito de duende, chamado Jacinto Pérez Arcay. Instrutor da academia, ele convertera um catolicismo fervoroso em uma adoração a Bolívar que incluía sacrifício de sangue, resistência ao imperialismo, unificação da América Latina e a busca para trazer “equilíbrio ao universo”. Suas palestras fascinaram Chávez em seus tempos de cadete nos anos 1970. Ao chegar a Miraflores, décadas depois, Chávez tirou o general da reserva e o instalou numa sala

com uma dúzia de pesquisadores para confeccionar uma nova história oficial e atualizar o culto a Bolívar. Parte de seus deveres era relatar ao comandante acontecimentos históricos e aniversários que pudessem ser costurados ao discurso oficial.

Quando um detalhe ou nuance se mostrava enigmático demais para os pesquisadores do palácio, ou para uma consulta ao Google, o general telefonava para Don Rafael e o punha para garimpar determinados textos em sua casa ou livraria, que seriam condensados nas suas folhas do tamanho de cartões-postais.

“Às vezes o general me liga quando Chávez está na TV e diz: ‘Rápido, você conhece esse livro, em que página se encontra tal e tal assunto?’ Eu lhe digo, e minutos depois Chávez faz uma referência. Aqui é uma desordem total, mas eu sei onde tudo está.” Don Rafael não era apenas uma enciclopédia viva, mas um aglutinador social que recebia generais, ministros e acadêmicos em seu terraço. “Ah, as conversas que temos aqui, maravilhosas! Se meus vizinhos soubessem quem se reunia aqui, meu Deus!” Ele deu uma piscadela. “Por aqui são todos *escuálidos*.” Usou o insulto preferido do comandante.

Depois de doze anos de revolução, o livreiro se mantinha convicto. “A utopia é realizável”, ele disse. “Sinto um grande despertar intelectual. As multidões estão ouvindo o presidente. Nossa juventude está pensando, falando, questionando. O processo bolivariano não se compara a nenhuma outra revolução. É uma nova ideologia.” Don Rafael sentia-se privilegiado por ajudar a fazer história em seus anos outonais, mas na realidade ajudava a reescrevê-la, dando giz ao comandante enquanto ele preenchia a lousa em branco.

Chávez moldou Bolívar como o protótipo de um socialista, com a sagrada missão de transformar a Venezuela, missão esta que ele próprio completaria. Bolívar e Karl Marx, dizia, eram os arquitetos complementares da Venezuela. (Em outras ocasiões ele acrescentava Jesus, formando um tríptico.) Era uma baboseira. Marx desdenhara do Libertador, com ou sem razão, considerando-o um ditador reacionário e vaidoso — “um patife dos mais covardes, mesquinho e deplorável”. O verdadeiro Bolívar era complexo e contraditório. “Um libertador que fazia pouco do liberalismo, um soldado que menosprezava o militarismo, um republicano que admirava a monarquia... A vida e a obra de Bolívar permanecem cheias de indagações e polêmicas”, escreveu seu biógrafo John Lynch.

Chávez e seus eruditos eram ainda mais ousados ao rearranjar o século XX. Tradicionalmente, os venezuelanos aprendiam que o levante contra Marcos Pérez Jiménez, em 1958, encerrou a era dos ditadores (sua fuga para o exílio foi tão apressada que ele deixou 2 milhões de dólares numa mala na pista de decolagem) e deu início à democracia multipartidária. Chávez precisava reverter essa sequência de virtude; senão, como poderia ser salvador da nação? Assim, ele promoveu uma reabilitação parcial de um tirano apoiado pelos Estados Unidos que assassinou e encarcerou milhares, elogiando repetidamente suas obras públicas, sua disciplina, seu patriotismo. “Penso que o general

Pérez Jiménez foi o melhor presidente que a Venezuela teve em muito tempo”, declarou. “Foi muito melhor que Rómulo Betancourt [um presidente eleito], muito melhor que todos aqueles outros. Era odiado por ser um soldado.” A democracia que veio depois da derrubada do ditador foi apresentada como a verdadeira vilã: um jogo eleitoral para tapear o povo enquanto os oligarcas saqueavam o país.

A história familiar de Chávez foi reordenada para se encaixar na nova verdade oficial. Seu pai fora um membro orgulhoso da Copei, um dos partidos governantes “pútridos”, e, apesar do modesto salário de professor, todos os seus seis filhos foram para a universidade e seguiram carreiras decentes. O Estado fornecia moradia subsidiada (Chávez vivia numa delas com a avó) e educação e saúde gratuitas, tornando a Venezuela o país mais rico da América do Sul até que na década de 1980 o populismo e a corrupção consumiram o sistema. Tudo isso se tornou heresia. A nação ouviu mais de mil vezes que o comandante nasceu em miséria extrema, numa choupana de barro, e cresceu num sistema venal, perverso. “Ele punia os pobres. Cuspia nos pobres.” Assim, o golpe de 1992 contra Carlos Andrés Pérez não foi uma conspiração militar, mas o grito de um povo oprimido. Os livros escolares foram corrigidos para que o golpe se tornasse “uma rebelião que mudou o destino da república”.

A amnésia do país facilitava moldar a história, mas não havia dúvida de que Don Rafael acreditava com sinceridade que a nova versão oficial era a correta. No crepúsculo de sua vida, estava convencido de que via e ajudava a criar algo maravilhoso. “Nossa constituição é um documento para o mundo. O que o presidente está fazendo é transcendental. Está transformando nossos hábitos. Antes, este era um país que não lia. Agora o presidente recomenda *Les misérables* e o livro esgota. O presidente é elétrico, um pedagogo nato. Além da história, ele usa música, a linguagem internacional, para despertar o espírito nacionalista. As pessoas ficam sentadas durante as três, quatro horas de seus discursos simplesmente esperando que ele cante algo que se lembra da infância.” Fez uma pausa. “A utopia é realizável.”

Chavistas linha-dura de fato adoravam ouvir o presidente cantar, mas os índices de 2009 de *Aló, presidente* haviam caído para um dígito. Don Rafael parecia não estar ciente ou simplesmente preferia não ver. Recebia as notícias via TV estatal, dois jornais governistas e amigos com o mesmo perfil. Descartava as conversas sobre decadência econômica e violência criminal como propaganda da oposição. “Vá para Nova York e veja como as coisas são ruins por lá.”



Em 2010 era fácil esquecer que a “democratização da comunicação de massa” promovida pela revolução fora inicialmente renovadora. Durante décadas os canais de TV privados haviam mostrado uma Venezuela de luxo, pele clara e beleza acentuada por cosméticos, uma invenção

insípida, complacente. Era estarrecedor, naquela época, ver um rosto moreno lendo as notícias ou assistir a um documentário sobre grupos de salsa nas favelas. O governo modernizou o decrepito canal de TV estatal, VTV, e criou novos: Ávila TV, ANTV, Tves, Vive, Telesur. Renovou a agência de notícias estatal, lançou dois jornais diários e centenas de estações de rádio e TV “comunitárias”.

A joia da coroa deveria ser a Telesur, uma rede pan-regional concebida como uma voz para toda a América Latina e a alternativa à CNN em Español. Seu arquiteto foi Aram Aharonian, um jornalista e intelectual que fugira da repressão de direita no seu nativo Uruguai. “A ideia era nos vermos como realmente éramos”, disse ele. Atarracado, com o cabelo grisalho preso num rabo de cavalo, tinha o ar de um atilado professor universitário hippie. “Nós não nos víamos com nossos próprios olhos. Éramos representados através de uma mentalidade colonial, como altos e loiros e europeus, e alguns de nós o são, mas também somos baixos, escuros, zambos, índios. Precisávamos nos desvencilhar do nosso complexo de inferioridade e contar as nossas próprias histórias.”

Por algum tempo, após a estreia em 2005, foi isso que o canal efetivamente fez. Sua sede era em Caracas e tinha sucursais por todo o continente, parecendo estar destinado a se tornar a versão latino-americana da Al Jazeera, que sacudira o mundo árabe com destemidas reportagens locais.

Contudo, por volta de 2007, a Telesur sofreu uma mutação e se tornou porta-voz de Chávez. Era parte da estratégia de “hegemonia comunicacional e informacional” enunciada por Andrés Izarra, o ministro da informação. “Ele se instalou na Telesur e tomou as rédeas”, disse Aharonian. “Para ele, não se tratava de promover uma identidade latino-americana e fazer algo diferente com a televisão; era uma questão de servir aos interesses domésticos de Chávez e ser um instrumento político. Isso significava propaganda apresentada como noticiário contínuo. O mesmo lixo do inimigo, mas feito pelo outro lado. Adeus credibilidade, eles a mataram. Izarra não discutiu. Ele me chutou em dezembro de 2008.”

O uruguaio, que já tinha sido um dos favoritos do comandante, continuou a adejar nas franjas da revolução, desiludido, mas esperançoso de que a revolução corrigiria seu rumo. Mas Izarra transformou os canais de mídia, sempre em expansão, em uma matilha de cães de ataque que dilaceravam os oponentes, ou em papagaios em boletins de notícias e programas de entrevistas, grasnando as frases prediletas do comandante.



Em meio ao coro de apoio ao comandante, uma voz se sobressaía. Era distinta não pelo que dizia, pois todas diziam a mesma coisa, mas pelo sotaque. Um sotaque americano, com as vogais acentuadas de Nova York. Ela não conseguia rolar o *r* de *revolución* como os nativos, mas o compromisso com a causa era total. Seu nome era Eva Golinger. Chávez a batizou de “la novia de

Venezuela”, a namoradilha da Venezuela. Aqueles que a odiavam — e havia muitos — mudaram o apelido para “noiva da revolução”, para lembrar Frankenstein. Ela era intrigante não apenas por ser uma estrangeira no palácio mas também como alguém que aplaudiu as primeiras histórias de Chávez, aquelas sobre inclusão e justiça social dos primeiros anos de presidência, e que continuou a bater palmas mesmo depois que as histórias se tornaram bizarras e sombrias. Ela se tornou, em suas próprias palavras, uma pessoa “de fora por dentro”.

Era do tipo *mignon*, tinha trinta e poucos anos, cabelo castanho abaixo dos ombros, e exibía um sorriso desconfiado. Morava num apartamento pequeno, iluminado, bem-arrumado e acolhedor com dois gatos importados do Brooklyn. Havia fotos emolduradas de paisagens urbanas decadentes; uma estante com volumes sobre a política externa da CIA e dos Estados Unidos; uma armação para garrafas de vinho; uma esteira usada enquanto assistia à Fox, canal de direita americano — “para ficar atualizada com o que se passa no império” —, e uma impressionante pilha de filmes. A televisão brilhava, em silêncio. “Sempre fica ligada. A gente nunca sabe quando Chávez vai aparecer.”

Estava sentada a uma mesinha com vista para a rua movimentada, e contou sua história entre cuidadosos goles de água. Nasceu numa base da Força Aérea americana e mergulhou em causas progressistas desde muito jovem. Seu pai era um psiquiatra que servira como oficial no Vietnã, e a mãe a criara em meio a passeatas em defesa dos direitos das mulheres. Frequentou o Sarah Lawrence College e no começo dos anos 1990 mudou-se para Mérida a fim de explorar as raízes da família. A Venezuela estava efervescente. Chávez na cadeia, um enigma, e os estudantes de Mérida faziam sempre protestos contra a austeridade do governo (entre eles Luis Tascón, embora ela não o tivesse conhecido na época). Golinger ensinava inglês, cantava numa banda de jazz e estudava espanhol. “Era uma aventura, eu me apaixonei pelo país.”

Voltou a Nova York em 1998, ano em que Chávez foi eleito, casada com o guitarrista da banda. Formou-se em direito, com especialização em direitos humanos. “Música e justiça, minhas duas paixões.” O golpe de 2002 a deixou horrorizada. Desconfiada do papel de Washington, usou a Lei de Liberdade de Informação para obter do Departamento de Estado dos Estados Unidos documentos que mostravam que a administração Bush soubera de tudo de antemão. Passou os documentos para grupos pró-Chávez e continuou cavoucar, a pesquisa gradualmente se apoderando do seu apartamento e da sua vida.

No começo de 2004, quando Chávez se preparava para o referendo de confirmação, Golinger encontrou provas de que os Estados Unidos estavam financiando grupos anti-Chávez. Embalou os documentos numa mala enorme e voou para a Venezuela para informar o comandante. No começo os adidos do palácio a rechaçaram, achando que era louca ou espã, mas ela os convenceu e foi introduzida no avião de Chávez, que estava a caminho de uma transmissão de *Aló, presidente*.

“Eles nos serviram desjejum, mas estávamos tão ocupados conversando que acho que nem tocamos

em nada exceto o café. Houve uma ligação instantânea. Da primeira vez que você o conhece é bem assustador. Há magnetismo, uma presença poderosa. Mas também delicadeza e vulnerabilidade.”

O comandante a convidou para compartilhar as revelações no programa, transformando-a em estrela da revolução.

Golinger mudou-se para Caracas e começou a escrever livros sobre a perfídia americana contra o comandante. “O presidente pode ser ingênuo”, ela comentou. “Está cercado de gente que quer abusar do seu poder. Ele foi traído repetidas vezes. Seus inimigos criaram mitos e fábulas. É aí que eu entro. Eu persigo as mentiras e esclareço tudo.” Ele estava sob ataque, ela prosseguiu, porque os Estados Unidos queriam o petróleo e desejavam silenciar um contestador ideológico. Assim, fomentavam uma campanha na mídia para demonizá-lo. “É um novo tipo de guerra, e eu estou orgulhosa de ser um soldado do lado certo.” Era convidada frequente em *La hojilla*, onde acusava personagens da oposição de serem colaboradores dos Estados Unidos. Ela dava nomes e brandia documentos.

Fora da revolução, era desprezada. Insultos eram cochichados nas ruas. Dentro da revolução, alguns, como Lina Ron, a líder da milícia, diziam que ela havia sido plantada pela CIA. *Las Verdades de Miguel*, o tabloide semanal de denúncias, insinuava que ela era uma Mata Hari.

“Cuidado, Presidente!”, Golinger disse com um suspiro. “O que se pode fazer? Alguns nas nossas fileiras não gostam de mim. Na verdade, me odeiam. Mas vou em frente com meu trabalho, que é defender a revolução e o presidente.” Se isso conferia alguma glória, ela deixava implícito, que assim fosse. “Vão fazer um filme sobre mim”, ela disse sorrindo. “O roteiro já está pronto. Vai ser um filme de suspense.”

Dois anos depois, Eva Golinger comandava a edição internacional do *Correo del Orinoco*, um jornal estatal (uma das principais fontes de notícias de Don Rafael) e porta-voz internacional *de facto*. Seu momento supremo foi quando se dirigiu a Chávez, ministros, governadores, generais e embaixadores, num evento especial sob o domo dourado da Assembleia Nacional.

— Aqui está a luz que abriu caminho para um mundo melhor — disse ela, de vestido vermelho e gargantilha. — Aqui está o núcleo da batalha por justiça social global (...) O futuro da humanidade está aqui; é nisso que acredito profundamente. — Então partiu para o assunto principal. Sua última pesquisa, disse, mostrava que a mídia oposicionista (ela citou a Globovisión e catorze estações de rádio) estava em conluio com o império dos Estados Unidos. A plateia resfolegou de indignação. Ela prosseguiu. Era parte de um plano do Pentágono para manchar o comandante num possível prelúdio a uma invasão. Chávez assentiu gravemente. Generais rabiscaram os nomes dos traidores. Golinger instou a Assembleia a aprovar uma lei bloqueando verbas estrangeiras para as ONGs e os partidos políticos.

— Pátria, socialismo ou morte! — gritou ela. — Vida longa à Venezuela! Vida longa ao

Comandante Presidente Chávez! — Foi ovacionada de pé por todo o auditório.

Instada por Chávez, a Assembleia correu para aprovar o que foi apelidado de Lei Golinger. Era um pretexto para levar à bancarrota os grupos de vigilância dos direitos humanos, de assistência aos presidiários e outras pedras no sapato do governo. Eram em sua maioria operações de poucos recursos que monitoravam questões como a poluição causada pela exploração de petróleo, tiroteios da polícia, condições das carceragens, indicadores de educação. Dependiam de fundos de instituições estrangeiras, tais como a fundação alemã Konrad Adenauer Stiftung, para comprar computadores e pagar o aluguel. A lei fez secar os fundos e arrasou a sociedade civil. Golinger, falando algumas semanas depois da aprovação, classificou-a como um triunfo. “Finalmente! Estou felicíssima. Isso deveria ter sido feito muito tempo atrás. A infiltração é contínua, e isso nos serve como uma ferramenta para impedi-la. As mudanças que estão a caminho são incríveis”, prosseguiu. “A Venezuela é realmente um farol para o mundo.” Ela não era cega aos problemas, disse. “A incompetência administrativa pode ser enlouquecedora. E a corrupção enorme, eu a vejo.” Então, por que não a investigar e denunciar, de sua posição de editora? Seus olhos se arregalaram. “Não, não, não posso fazer isso. Há gente poderosa envolvida. Seria perigoso. Eu desvio o olhar e focalizo nas coisas positivas que estão acontecendo.” Para uma pretensa paladina da verdade, foi uma admissão condenatória.

Alguns meses depois, no palácio, onde dava uma rara entrevista a correspondentes estrangeiros, Chávez usou um agasalho esportivo, com uma bola de beisebol nas mãos.

— Quem aqui joga beisebol? — perguntou. Era uma pergunta retórica para nos amaciar, mas Golinger ergueu a mão.

— Eu, eu! Eu jogo.

Ele devolveu o sorriso.

— Ah, Eva.

Ela quase explodiu de alegria.

REINO



É regra geral que, numa máquina mal construída,
o motor precisa ser imensamente
potente para produzir resultados mínimos.
A experiência me ensinou que muito precisa
ser exigido dos homens para que possam
conseguir um pouco.

— SIMÓN BOLÍVAR

DECLÍNIO

Era sempre um alívio sair de Caracas e ver o resto do país. Quando o avião ganhava velocidade na pista e levantava voo, a sensação era de leveza, mais psicológica do que aerodinâmica. A capital era imbecilizante. Em parte por causa dos intermináveis congestionamentos de trânsito, a correria, as calçadas atulhadas de gente, o medo gerado pela violência; e em parte por causa de Chávez. As aparições públicas quase diárias produziam um esgotamento coletivo, uma falta de ar. Ele sugava todo o oxigênio. El Silencio, o anel de ministérios e repartições em torno do palácio, vivia de suas exalações, e o restante da cidade vivia de El Silencio, buscando empregos, subsídios, contratos, promessas. O ar da cidade parecia rarefeito. Uma viagem às províncias era um jeito de descomprimir, como afrouxar o nó da gravata e sentir uma brisa refrescante, intensa.

Primeiro, porém, era preciso chegar ao aeroporto. Num dia bom, levava-se 45 minutos para fugir do centro e pegar os túneis sob o Ávila que desciam para o Caribe. Num dia ruim — um acidente ou protesto bloqueando a rodovia, uma queda de barreiras, um bloqueio policial —, podia-se levar mais de três horas. Ao chegar, a tensão continuava. Todo mundo sabia que gangues armadas costumavam emboscar pessoas no estacionamento, roubando veículos e bagagem. Uma vez dentro do terminal, mantinha-se a cabeça baixa, evitando os olhares dos homens da guarda nacional, jovens de uniforme cáqui que abordavam os passageiros para interrogá-los sobre drogas, o que às vezes levava a pedidos de propinas, em geral transmitidos em tom de empática zombaria: “*Ay, señor*, que pena, vai ser preciso fazer uma inspeção especial nessa mala, o que quer dizer que o senhor vai perder o voo...” Enquanto isso, carregadores de mala e motoristas de táxi perambulavam pelo terminal sussurrando as taxas do mercado negro para dólares, euros e libras. “Dinheiro, dinheiro, câmbio, dinheiro.” Até mesmo os banheiros tinham suas jogadas: saboneteiras vazias o obrigavam a dar gorjeta aos faxineiros que ficavam perto das pias oferecendo um líquido verde de nojentas garrafas plásticas cortadas ao meio. No balcão de *check-in*, a reza era pela confirmação da chegada do avião.

Uma vez instalado na poltrona, os motores rugindo e ganhando vida, o jato acelerando na pista, o nariz apontando para cima, a cidade lá embaixo diminuindo, sumindo, aí era possível relaxar. Nas

províncias, Chávez ainda vazava pela televisão e pelo rádio, ainda espiava com seus olhos semicerrados em murais e camisetas, mas estava distante, separado por montanhas, vales, planícies e florestas. A Venezuela é maior que o Texas. Quanto mais longe do palácio, menos desconfiadas as pessoas tendiam a ser. Os chavistas ainda vestiam vermelho e recitavam os mesmos slogans, mas eram mais receptivos, mais descontraídos. Ficava mais fácil olhar além das imagens refratadas da TV estatal e ver a revolução não como espetáculo, não como o show com um único astro, mas como um processo complexo que afetava vidas humanas. Ao mesmo tempo, era mais difícil manter-se distante e apenas observar. Crescia a tentação de tomar partido.

“Bem-vindo, Sr. Rory! Bem-vindo a La Vecindad! Aqui, pode subir. E se segure.” Oscar Olachea acelerou a motocicleta, e eu agarrei as barras de um carrinho de duas rodas preso na traseira como uma carroça. Eu ia visitar uma cooperativa agrícola chavista nas planícies de Barinas para fazer uma matéria sobre a reforma agrária. Sacolejamos pela longa estrada de terra e, com o gemido do motor ao fundo, Oscar, um vibrante poço de energia, de jeans rasgado e galochas cobertas de lama, explicou como ele e outros catorze agricultores estavam transformando aquele canto pantanoso dos *llanos* — uma colcha de retalhos de campos de milho e de iúca, com 91 vacas, sessenta galinhas e seis porcos — numa próspera fazenda. “Estamos construindo algo. Isto vai ser o nosso lar.”

Passei três dias lá. As condições eram primitivas. A maioria dos homens vestia andrajos e andava descalça apesar dos mosquitos e das cobras. Dormiam em redes num rústico bangalô de madeira. Como não havia banheiro, chuveiro ou eletricidade, eles faziam as necessidades nos campos, lavavam-se num barril de água com sabão e cozinhavam numa fogueira. Arroz com feijão para o almoço, arroz com feijão para o jantar. Não havia trator nem equipamento agrícola mecanizado; derrubar o mato, cortar lenha, fazer a colheita e ordenhar as vacas eram atividades manuais. A sensação era de estar no século XIX.

Todas as decisões importantes exigiam consenso. “Aqui todo mundo é igual, e graças a isso nos sentimos mais ricos como seres humanos. Não temos patrões”, disse Olachea. “Nós compartilhamos e nos preocupamos uns com os outros. O que é isso se não socialismo?”

O governo doara a terra e emprestara dinheiro, equipamento e sementes para dar início à empreitada. Eles trabalhavam sem se queixar, mantinham os custos baixos, concedendo a si mesmos um salário miserável de apenas 3 dólares e 20 centavos diários, acreditando que construía um futuro. Pregado na parede, um pôster de Chávez com a faixa presidencial era o único enfeite da cooperativa. À noite, com uma meia-lua no céu, sentavam-se em volta da fogueira no quintal discutindo questões da lavoura. Então Adolfo Lauro, um soldado em tempo parcial, cantava serenatas que falavam de amor, namoro e belas mulheres. Um colega batucava sobre o fundo de um balde virado; outro dedilhava um *cuatro*, espécie de viola. “Isto é parte de algo maior”, disse Oscar, cutucando o fogo com um graveto. “Estamos construindo o país. Estamos consertando o país.”

Nesses momentos, as politicagens em Caracas pareciam estar em outro planeta, e a revolução não dizia respeito a Chávez, nem às intrigas de El Silencio, mas a gente comum que aproveitava ao máximo suas opções limitadas. Se torcer pelo seu sucesso fosse tomar partido, então tudo bem. A questão era se eles — milhões de camponeses, operários de fábricas, profissionais e estudantes envolvidos pelo experimento de Chávez — teriam êxito. Será que o sistema os ajudaria ou atrapalharia?



Delimitado ao norte pelo Orinoco, a leste pela Guiana e ao sul pelo Brasil, o estado de Bolívar ocupa um quarto da Venezuela. O maior dos 23 estados venezuelanos e potencialmente o mais rico, é quase todo constituído de terras selvagens desabitadas, exceto na confluência dos rios Orinoco e Caroní. Aqui se estende Ciudad Guayana, o coração industrial da região, um conjunto de minas de carvão, caldeiras para ferro, usinas de aço, fábricas de alumínio, rodovias e petroleiros que transportavam enormes cargas via Orinoco para o Atlântico. Era o mesmo território que havia levado à loucura os conquistadores, tomados pela fúria e pela insolação na busca pelo El Dorado, mas durante os anos 1960 a então incipiente democracia venezuelana começou a explorar suas maiores riquezas naturais: ferro, bauxita, carvão e rios com topografia ideal para usinas hidrelétricas. Especialistas de Harvard e do MIT projetaram Ciudad Guayana como um éden de arquitetura modernista e indústria com energia tão ilimitada quanto a correnteza do rio. Em meados da década de 1990, um milhão de migrantes se estabeleceu na planta alongada da cidade planejada. Tudo girava em torno da Corporación Venezolana de Guayana (CVG), um conglomerado estatal que dirigia as fábricas e minas. Ela sofria com a corrupção, a má administração e esporádicas questões trabalhistas, mas dava lucro e era saudada como prova de que a nação podia se livrar da indolência provocada pelo petróleo e de fato criar produtos para exportação.

Ao assumir o cargo, Chávez visitou a região e a declarou o berço da futura grandeza venezuelana. Ciudad Guayana se expandiria, multiplicaria sua produção e se tornaria um gigante industrial, disse ele. Livraria a economia do país de sua dependência do petróleo. “Aqui está o nosso futuro.” Depois da radicalização do governo em 2005, quando ele se declarou socialista e começou a expandir o papel do Estado na economia, afirmou que as fábricas e minas também ajudariam a Venezuela a se desfazer do capitalismo, ao transferir o controle para os trabalhadores. “Estamos num momento fértil para plantar tudo de novo, velhos sonhos, velhas ideias, velhos conceitos, e convertê-los em novas ideias, novos sonhos, novos caminhos. Estamos num momento maravilhoso de renascimento da esperança.”

— Bem-vindos a Ciudad Guayana! Bem-vindos a Bolívar! É maravilhoso que tenham podido fazer toda essa viagem para nos ver.

Francisco Rangel Gómez estava radiante. Era um ex-general do exército e ex-ministro enviado por Chávez para governar esse feudo distante. Alto e robusto, usava óculos de grife, camisa azul listrada, e tinha o ar de um CEO bem-sucedido. E não exalava a desconfiança aguerrida do palácio. Ele nos cumprimentou, um grupo de correspondentes estrangeiros, como convidados de honra.

Rangel Gómez era o barão do estado Bolívar. Em termos de fauna palaciana, não era um utópico nem um discípulo, mas um faz-tudo, um pragmático ambicioso que valia não pelo fervor ideológico — que ele não tinha —, mas sim para colocar esse feudo a serviço do comandante. Chávez o nomeara chefe da CVG em 2000, e Rangel Gómez acabou se tornando governador do estado. Aos visitantes que desejava impressionar, ele mostrava um vídeo promocional, ao estilo corporativo, com música animada, intercalando estatísticas impressionantes sobre redes de água, construção de escolas e redução de pobreza com cenas de turistas em barcos fluviais, crianças sorridentes, policiais em reluzentes viaturas e homens com capacetes industriais operando equipamento eletrônico. Respondendo a perguntas, o governador disse que as notícias eram todas boas. Aumento de produção, aumento de investimentos, redução da criminalidade, poluição sob controle. Eram respostas detalhadas e enunciadas com segurança. Era como escutar Bill Gates.

Guias em camisetas vermelhas nos levaram a uma clínica pediátrica, a uma fábrica onde se cortava granito e a um jardim botânico, tudo impecável. Durante o almoço no dia seguinte, num lugar lindo com vista para o rio Caroní, algumas das acompanhantes relaxaram:

— Eu também era jornalista — confidenciou uma delas, uma afável mulher de meia-idade. — Mas acabaram com o jornal, e na realidade não há outro empregador aqui além do Estado. — E apontou para o traje vermelho. O tom era vagamente justificativo.

A seca terminara um ano antes, em meados de 2010, e a represa de Guri estava cheia. A água rugia pelas comportas abertas, formando grandes arcos espumantes. O comandante havia declarado encerrada a crise de eletricidade, mas os apagões continuavam a assolar o país, gerando desconfiança — negada pelo governo — de que várias, se não a maioria, das catorze turbinas da represa estavam falhando por falta de manutenção.

— Absolutamente não — disse o nosso guia, Carlos Sequea, um jovem bem-apessoado, vestindo a inevitável camiseta vermelha. — Estão todas funcionando perfeitamente. Uma laje retangular de granito negro no meio de um terreno desolado chamou nossa atenção. Era um relógio de sol dos anos 1970, quando aquele campo de ervas daninhas fora um parque com canteiros de flores. Agora estava abandonado. O relógio estava trinta minutos adiantado.

— Desde que o presidente mudou os horários, ele tem estado fora de sincronia — explicou Carlos. E deu de ombros. — Não há como consertar.

Mais tarde, quando o sol começava a se pôr, fizemos um desvio para Cambalache, um vasto lixão nos arredores de Ciudad Guayana. Montanhas de dejetos se estendiam até onde a vista alcançava.

Com regularidade, caminhões com os dizeres “Plano de Embelezamento Socialista” despejavam mais lixo no local. A fumaça de pequenas fogueiras envolvia a cena em névoa. Centenas de urubus arremetiam e bicavam os dejetos. Competindo com eles, recolhendo latas, cartolinas, panos e metais, havia catadores humanos. Adultos e crianças enegrecidos pela fumaça trabalhavam em equipes, separando metodicamente o que tinha valor e o que não tinha. Era esse o seu lar. Cães sarnentos farejavam junto deles. Moscas zumbiam por toda parte.

“Eu perdi peso trabalhando aqui”, disse Carolina Moreno, pequenina e enrugada, parecendo ter muito mais que os seus 37 anos. “Não aguento comer com esse cheiro”, explicou. Ela improvisara uma tenda de tecido, que balançava com a brisa, e a mobiliou com uma cadeira plástica que resgatara do lixo. Sacos de latas e sucata contornavam seu pequeno escritório. “Estou aqui há cinco anos. Gostaria de ir embora, mas não tenho para onde ir.” Naquele lugar, ela ganhava 45 dólares por semana ensacando pedacinhos de alumínio. Carolina ajeitou o boné de beisebol com o brasão do PSUV, o partido do comandante. “Eu votei nele até agora, mas não sei se vou votar de novo.” Começou a tossir, um som roufenho, e fez um gesto tímido para que fôssemos embora.

Essa cena infernal não era criação de Chávez. A existência dos catadores de lixo o precedia, e a revolução trouxera algumas melhorias àquela comunidade de excluídos: uma dúzia de casas feitas de blocos de concreto, um programa de alfabetização, visitas de um médico cubano. Mas a maioria ainda vivia em tendas, ainda sofria de erupções cutâneas, tuberculose e outras doenças, e ainda não tinha para onde ir.



A Venalum é a maior fabricante de alumínio do país e modelo de “controle de trabalhadores”. Anos antes, o governo dissera aos seus humildes maquinistas e técnicos que eles passariam a dirigir a companhia. “O capitalismo teve sua chance. Agora deixemos que os trabalhadores assumam o controle, que o socialismo floresça”, exultara o comandante.

Operários de camisetas vermelhas circulavam por uma área de recepção dominada por um desbotado *outdoor* de Chávez com sua famosa citação: “Estamos num momento fértil para plantar tudo de novo.” Na sala do diretor, pendurados nas paredes, viam-se outros sete retratos do comandante, cada um com seu próprio slogan: “Avançando juntos!”, “O futuro nos pertence!”, “Produtividade com compromisso social!”, “Que reine a ternura!”

O diretor era um homem alto, de barba, chamado Rada Gamluch. Engenheiro de formação, estava ao lado do comandante desde os primeiros tempos. Durante o golpe de 2002, ele supostamente liderou um comboio rumo a uma estação de TV de oposição e se dirigiu aos jornalistas fazendo um gesto de cortar a garganta. Quando assumiu como presidente da Venalum, trajava uma farda de

milícia. Mas o Gamluch que nos recebeu vestia uma impecável *guayabera* cor de creme, canetas saltando do bolso superior. Seus modos eram gentis e profissionais.

O governo anterior, segundo Gamluch, estivera prestes a privatizar a Venalum em 1998. Chávez chegara bem a tempo. “Graças a Deus que a revolução evitou o processo. Conseguimos recuperar a fábrica para o Estado. Para o povo.” Seguiu-se então uma década de ouro, com produção crescente, até superar as quatrocentas mil toneladas por ano. “Nós exportávamos para toda parte. Os trabalhadores estavam orgulhosos e eram gratos ao *comandante presidente*.” Mas a partir de 2009 tudo deu errado. Gamluch baixou a voz: “A crise econômica mundial nos atingiu.” E se corrigiu: “A crise do capitalismo nos atingiu.” As consequências da má administração da economia ocidental foram uma queda brutal na demanda de alumínio e a subsequente baixa dos preços. “Então, em 2010 os preços subiram, e estávamos prestes a nos recuperar, mas... fomos atingidos pela crise de eletricidade.” Gamluch cruzava e descruzava as pernas. Era um terreno delicado. “A Venalum é uma grande consumidora de energia, e, bem, foi preciso tomar algumas decisões difíceis. A Venalum precisou ser...”, ele se esforçava para encontrar um eufemismo, “... teve de ser levada em conta nessas decisões.” A palavra que ele tentava não usar era “sacrifício”. A Venalum, juntamente com o resto das indústrias de Ciudad Guayana, teve de ser sacrificada.

À medida que a seca piorava na primavera de 2010, Chávez viu-se diante de três opções: reduzir o subsídio que deixava a energia elétrica extremamente barata para obrigar seus cidadãos, os maiores devoradores individuais de energia do continente, a reduzir o consumo; implementar um racionamento por meio de apagões programados em Caracas e outras cidades, ou desativar Ciudad Guayana. As duas primeiras afetariam sua popularidade; a terceira devastaria o coração industrial. Chávez não hesitou. Funcionários do palácio voaram para Ciudad Guayana para desligar metade de suas máquinas. Fechar fornos e usinas leva tempo e exige cuidados para a proteção dos equipamentos, mas tal era a pressa que fábricas inteiras foram arruinadas. Essa era a história de Gamluch, contada em circunlóquios para evitar críticas a Chávez (dois retratos o fitavam de cima da mesa).

Politicamente, a estratégia teve um sucesso razoável. Em 2011, Caracas, prioridade eleitoral do comandante, foi privilegiada com fornecimento regular de eletricidade. As cidades do interior, grandes e pequenas, receberam o resto, o que ainda provocou apagões esporádicos, mas não a ponto de provocar revolta coletiva, como o palácio calculou. Os índices de popularidade de Chávez, que haviam caído em 2009 e 2010, voltaram a se recuperar em 2011. Ciudad Guayana pagou o preço por não ter eleitores em número suficiente para ameaçar o governo. A produção da Venalum, da qual dependiam 150 empresas menores, caiu quase pela metade, e grande parte dos produtos era de baixa qualidade e inadequada à exportação, por causa dos danos sofridos pelos equipamentos. Seriam necessários anos de trabalho árduo e equipamento especializado — com que a companhia não podia mais arcar — para reparar os estragos. A Venalum devia 25 milhões de dólares a fornecedores, e várias vezes esse

valor para autoridades tributárias e serviços públicos, mas não tinha como pagar as dívidas. A empresa estava quebrada, assim como muitos de seus clientes — outras estatais em Ciudad Guayana. Do terraço de Gamluch viam-se fábricas, depósitos, gruas e esteiras transportadoras. Tudo parecia imóvel e enferrujado, como uma paisagem pintada em outra era. O único movimento vinha do Orinoco, suas águas marrons correndo em meio ao silêncio.

“Ninguém nega que há uma crise”, disse o diretor. A Venalum respirava por aparelhos graças a uma transferência de 300 milhões de dólares feita pelo governo. “Para nos pormos novamente sobre os nossos próprios pés, precisamos de outros 400 milhões.” Para uma injeção adicional de fundos emergenciais, ela havia hipotecado sua produção futura — caso se recuperasse — para a China.

Como presidente da empresa, cabia a Gamluch ostentar uma expressão corajosa diante do fiasco. A boa notícia, disse, era que a Venalum assinara acordos de produção com Cuba e Nicarágua, dois dos aliados regionais do comandante. Figuravam entre os países mais pobres do hemisfério; não estava claro como poderiam ajudar a Venalum, e Gamluch não se estendeu sobre o assunto. A melhor das notícias, disse ele, era que a companhia não havia demitido ninguém. A folha de pagamento mantinha todos os seis mil funcionários. Em vez de criar empregos e serviços públicos decentes para os catadores de lixo de Cambalache, em outras palavras, o *boom* do petróleo na Venezuela bancava empresas decadentes que sobreviviam na UTL. “Graças ao apoio do processo bolivariano e seu compromisso social, conseguimos proteger os trabalhadores das dificuldades”, disse Gamluch. “Isso demonstra a compaixão e a solidariedade da revolução.”

A visita ao complexo foi desanimadora: fábricas-fantasmas onde se ouvia o eco das nossas vozes, linhas de montagem com teias de aranha, um pátio com ônibus empoeirados, sem as rodas e as janelas.



Seis líderes sindicais entraram ruidosamente na sala e se espremeram em cadeiras em torno da mesa. Homens parrudos de pele morena, unhas aparadas, botas de trabalho, jeans e jaquetas de couro. Representavam milhares de mineiros, maquinistas, caminhoneiros e técnicos de seis companhias estatais em Ciudad Guayana. Rubén González, seu porta-voz, tinha cara de avô, bigode branco e nariz grande e bulboso. Passara a maior parte da vida trabalhando na companhia estatal de minério de ferro, Ferrominera Orinoco, e se orgulhava disso. Era membro do PSUV e se autodenominava revolucionário. “Lutar pelos direitos dos trabalhadores é a mais nobre das causas”, disse, numa voz rouca. Ele apoiara Chávez na criação da União Nacional dos Trabalhadores, uma federação pró-governo, e aplaudiu quando em 2007 Chávez prometeu maiores salários, melhoria das condições e controle dos trabalhadores, declarando: “Eu ponho meu futuro nas mãos da classe trabalhadora.” González sorriu à lembrança do discurso. “Ganhamos generosos contratos de trabalho

coletivos, mais do que tínhamos pedido. O copo não estava só cheio. Estava transbordando. É claro que comemoramos. E aí, bem, aí tudo começou a melar.”

Seus colegas contribuíram com denúncias. Administradores políticos de Caracas sem nenhuma experiência na indústria. Escolas ideológicas montadas nas fábricas. Investimentos abandonados, manutenção negligenciada, maquinário canibalizado. Um catálogo de queixas detalhando asneiras, pilhagens e promessas quebradas. A Venalum, disseram, tinha parado de exportar para os Estados Unidos por algum tempo, buscando em vão mercados “ideologicamente mais amistosos” na África e na América do Sul. Depois de meses de estoque se acumulando, os administradores voltaram a procurar os compradores americanos, mas a essa altura o mercado já se esfarinhara, fazendo a companhia perder milhões. Para conseguir favores de Miraflores, outra empresa importou caminhões da Bielorrússia, o aliado europeu de Chávez, mas as cabines eram altas demais para as sinuosas estradas da região, deixando os motoristas aterrorizados. Os caminhões foram abandonados. Gerentes de outra fábrica interromperam a produção e venderam o estoque inteiro da companhia antes de desaparecer com o dinheiro. As denúncias se desenrolavam, cada uma mais terrível que a anterior. E o pior de tudo, disseram os sindicalistas, era que nos cinco anos anteriores os patrões tinham se recusado a renovar os acordos coletivos, o que significava que os trabalhadores haviam perdido seus direitos e metade dos vencimentos para a inflação.

“Então,” disse González erguendo a mão para interromper o fluxo de recriminações, “nós entramos em greve”. Com isso seus camaradas se calaram, porque sabiam o que havia acontecido depois que ele liderara uma greve em 2009. Detido, acusado e preso por reunião ilegal, incitação e violação de uma zona de segurança do governo, ele passou dezessete meses atrás das grades. Estava agora em liberdade condicional, com a ameaça de uma sentença de sete anos pairando sobre sua cabeça. Um dos outros também fora preso. Estavam sob vigilância do Sebin, a agência que sucedera o Disip. “Fomos punidos por representar os interesses dos trabalhadores”, continuou González. “Eles estão criminalizando o protesto. É um processo contínuo de perseguição para nos coagir a não exigir nossos direitos.”

O comandante fizera um esforço genuíno para transformar Ciudad Guayana. Em 2004 enviou acadêmicos marxistas para organizar conselhos de trabalhadores e ensinar a teoria revolucionária. Os operários entendiam solidariedade como melhores remunerações e condições, e não como controle dos meios de produção, então a iniciativa ficou atolada numa maratona de reuniões e discussões. Para resolver o impasse, o comandante enviou emissários políticos pragmáticos em vez de ideólogos, que substituíram “controle dos trabalhadores” por “coadministração”, um eufemismo para a implantação de uma hierarquia. Poucos entendiam algo sobre indústria ou administração de um negócio. E estavam sobrecarregados pelas condições excessivamente generosas concedidas aos trabalhadores durante um rasgo de entusiasmo do comandante. Sob pressão para controlar os custos elevados, os emissários cortaram investimentos e manutenção, lentamente mutilando as indústrias. Poucos tiveram

oportunidade de aprender com seus erros porque sofriam um rápido rodízio e recebiam outras incumbências que os mantinham em Caracas. A incessante e implacável luta para progredir e sobreviver em El Silencio, na qual ministros e cortesãos disputavam a fugaz atenção de Chávez, criava um ecossistema parasítico que atrofiava as raízes de territórios distantes como Ciudad Guayana.

Sem supervisão, pequenos furtos explodiram num frenesi de apropriação. Supervisores vendiam armazéns inteiros em negociações particulares. Um diretor foi acusado de desviar doze caminhões com 366 toneladas de barras de aço para o mercado negro. Motoristas tiravam os dispositivos de GPS dos caminhões para fazer entregas clandestinas. As empresas geraram máfias rivais cujas emboscadas e tiroteios deram a Ciudad Guayana o clima de um assentamento do Velho Oeste. Uma fábrica atrás da outra foi ficando sem dinheiro. A grande esperança da revolução para o futuro cambaleava, vacilava. O palácio injetou bilhões para evitar o colapso, mas, alarmado com aquele sorvedouro de dinheiro, renegou as promessas de pagamentos e condições. Os sindicatos insistiram para que as promessas fossem cumpridas e, de aliados do palácio, tornaram-se seus inimigos.

O comandante admitiu problemas, mas se esquivou da culpa. Acusou os grevistas de sabotagem e disse que eles deviam ser gratos pela generosidade. “Eles precisam ter consciência da realidade.”



A decadência de Ciudad Guayana replicou-se em toda a economia. A Venezuela tinha dinheiro demais para entrar em colapso, mas foi descascada, cortada e retalhada até o ponto do mau funcionamento perdulário. Foi o destino de um sistema comandado por um político magistral que por acaso era um administrador desastroso.

Chávez usou uma lei territorial e um bilhão de dólares para tomar 1 milhão de hectares de terras de propriedade privada e distribuí-las para milhares de novas cooperativas. Seus integrantes vibraram de alegria, e passeavam em tratores subsidiados. Mas não havia controles financeiros, e muitas cooperativas sumiram com o dinheiro. Outras fracassaram por falta de experiência, treinamento e infraestrutura. Careciam de peças de reposição, armazéns, frigoríficos, caminhões, estradas, compradores. Noventa por cento delas fracassaram. O comandante gastou outro bilhão e decretou monitoramento e treinamento mais rígidos. Os funcionários foram longe demais e asfixiaram as novas cooperativas com burocracia. (Meus amigos em La Vecindad, fiquei feliz em descobrir, demonstraram ser uma exceção. A cooperativa não se tornou próspera, mas ao menos sobreviveu.) O comandante ordenou mais equipamento e créditos, e confiscou outro milhão de hectares para tentar de novo. Isso assustou os proprietários de terras, que passaram a temer expropriações e, por sua vez, pararam de investir, liquidando seus equipamentos e rebanhos. As cooperativas não conseguiram preencher o hiato, porque os preços tabelados dos alimentos as impediam de ter lucros. A carestia se espalhou, e as

prateleiras ficaram vazias. Em vez de aumentar os preços, o que teria prejudicado sua popularidade, o comandante importou quantidades cada vez maiores de alimentos. Quando as cooperativas protestaram, alegando que não tinham condições de competir, os ministros se fizeram de desentendidos. Que importações? Importara-se tanto que os portos ficaram sobrecarregados, e trezentos mil toneladas apodreceram em contêineres. Os preços voltaram a subir, e aí o exército prendeu açougueiros suspeitos de vender acima do preço de tabela. Esquadrões de funcionários do partido do governo davam buscas em lojas suspeitas de “esconder mercadorias”. Em vez de correr risco de prisão, os gerentes de supermercados preferiram manter os estoques zerados. O comandante insistia que o país conquistara “soberania alimentar”. Apresentou episódios de *Aló, presidente* ora com gado pastando às suas costas, em lojas de alimentos oficiais, ora cercado de latas de feijão e pacotes de farinha e em restaurantes geridos pelo governo. Mandava a câmera dar um close numa arepa — de preferência a *reina pepiada*, recheada de abacate, frango e maionese.

— Hmmm, olhem para isso, o cheiro está delicioso (...) Embora haja aqueles que tentam fazer o povo passar fome, eu garanto que, enquanto Hugo Chávez for presidente da Venezuela, enquanto esta revolução permanecer viva, todo dia o povo venezuelano comerá e viverá melhor.

De certo modo ele tinha razão: as estatísticas mostravam que os pobres estavam comendo mais frango e carne bovina. Graças, é claro, às importações financiadas pelo petróleo. A agricultura da Venezuela fenecia.

A própria indústria petroleira se atrofiou. A PDVSA tornou-se uma hidra inchada, sobrecarregada de tantas tarefas sociais e políticas que negligenciava seu negócio central de perfuração e refino. Carente de investimentos e expertise, a produção desabou. Companhias de petróleo estrangeiras pagaram adiantamentos pelos direitos de perfuração, mas adiavam o gasto dos bilhões necessários para desenvolver a região selvagem da Faja. Não confiavam na PDVSA como sócia e temiam que Chávez, numa bela manhã, resolvesse expropriar seus investimentos. Procuravam ganhar tempo, fingindo atividade. Assim, o comandante e os principais executivos da Chevron, da Eni e de outras corporações faziam o jogo dos grandes anúncios, das cerimônias de assinatura de contratos e dos cortes de fitas de projetos que cintilavam feito miragens. Os vertiginosos preços mundiais do petróleo, porém, significavam que até mesmo uma PDVSA prejudicada por custos crescentes e produção minguante dava receita suficiente para comprar a complacência dos venezuelanos. E fazia isso mediante subsídios. A empresa subsidiava alimentos, subsidiava eletricidade, subsidiava celulares, subsidiava carros, subsidiava casas, subsidiava quase tudo. Nem todos se beneficiavam — era preciso ter contatos, paciência e sorte de conseguir alguns dos subsídios mais suculentos —, mas o fato de o Estado oferecer essas coisas a um preço mais barato que as empresas particulares fez de Chávez o senhor do apadrinhamento e da magnanimidade. Ele cimentava as rachaduras do país com um mel doce e pegajoso.

Um gigantesco subsídio de gasolina permitia que, em 2011, fosse possível encher o tanque de um utilitário por menos de um dólar. As gorjetas dos frentistas costumavam ser maiores do que o valor pago pela gasolina. O resultado era engarrafamentos, poluição atmosférica e uma perda fiscal para o Estado avaliada em até 21 bilhões de dólares por ano. O suficiente para multiplicar o orçamento da educação, dobrar o valor das pensões, criar programas para famílias pobres ou resgatar as indústrias de Ciudad Guayana. O comandante atacava sua própria política como “imoral”, pois ela beneficiava mais os ricos, donos de veículos, do que os pobres, mas seguia seu instinto populista para deixar tudo como estava. Os venezuelanos consideravam a gasolina barata um direito inato. O cidadão médio não se importava com a ruína da PDVSA, nem com a insanidade dessa política; queria gasolina praticamente gratuita.

A infraestrutura desagregou-se. O metrô de Caracas, o cintilante orgulho da América do Sul na década de 1980, virou cenário de um empurra-empurra sufocante e de espera irritante por trens danificados e superlotados. Os passageiros foram impedidos de fotografar a balbúrdia — “causaria alarme público” —, e trabalhadores em greve eram ameaçados de prisão. Para evitar a rebelião, as autoridades cortaram drasticamente os preços das passagens e encheram os túneis com suave música instrumental e cantos de pássaros. Estradas e rodovias se esfarelavam com tanta frequência que os jornais publicavam mapas dos buracos mais recentes, dos “superburacos” e dos “megaburacos”. Um viajante às vésperas de uma longa viagem de carro era sujeito a abraços, orações e velas acesas como se estivesse em vias de empreender uma jornada pela Europa medieval. O governo denominou os reparos esporádicos nas ruas e estradas de “fiestas do asfalto” e convidou o público a maravilhar-se com as motoniveladoras importadas da China, como se fossem animais exóticos no Coliseu. “Faltam apenas quatro dias para ver esse equipamento de última geração, importado pela República Bolivariana da Venezuela”, dizia uma reportagem de primeira página no *Diario Vea*, um jornal do governo. Para perplexidade e deleite, o Estado construiu um excelente teleférico para uma favela de Caracas e completou um punhado de outros projetos. Mas eram as exceções. Rotatividade de ministros e administradores, favorecimento de subsídios em lugar de investimentos, omissões nas auditorias e prestações de contas: era como criar projetos de pavimentação com goma de mascar.

Alguns projetos nem chegaram a começar. Com muita fanfarra, Chávez anunciou que a Venezuela construiria usinas termonucleares com auxílio russo. “O mundo precisa saber, e nada vai nos impedir. Somos livres, somos soberanos, somos independentes”, disse ele em 2010. Para geração de energia estritamente pacífica, acrescentou, e ressaltou o ponto ao convidar sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki para visitar a Venezuela. A mídia estrangeira levou a afirmação a sério, provocando agitação em Washington. Chávez com dispositivos nucleares! Na realidade, as instituições científicas venezuelanas estavam esvaziadas, o outrora prestigioso Instituto de Pesquisa Científica perdera sua importância. Os físicos estavam emigrando, e o único reator do país, uma pequena instalação de

pesquisa, havia sido fechado por negligência. Depois que um tsunami destruiu a usina nuclear de Fukushima no Japão em março de 2011, Chávez fechou a cortina de seu teatro atômico, interrompendo solenemente o desenvolvimento por razões de segurança e instando outros países a seguir seu exemplo para a proteção da humanidade. “É algo extremamente arriscado e perigoso para o mundo inteiro.”

Ineficiências semelhantes marchavam como uma colônia de cupins a minar os serviços públicos, infestando e corroendo as “missões” sociais da revolução. Até então, para quem vivia sob a proteção dos subsídios estatais, muitos dos fiascos econômicos tinham parecido meras abstrações. Mas surgiram rachaduras na rede de clínicas, escolas e sistemas de treinamento que salvaram o comandante no referendo de 2004, inspirando elogios e inveja internacional. A missão mais importante, Barrio Adentro, tinha 6.700 clínicas e vinte mil cubanos, oferecendo tratamento médico básico a quinze milhões de pessoas. Isso queria dizer que gente como Marisol Torres, uma avó que morava no alto da favela Petare, na zona leste de Caracas, recebia tratamento a algumas quadras de sua casa, dispensando uma arrepiante corrida de mototáxi até um hospital no vale. “É de graça, e os médicos cuidam bem de mim. Como não gostar?”, dizia ela, radiante.

Isso foi em 2007. Em alguns anos milhares de clínicas foram abandonadas, e o restante desintegrava-se; muitos dos médicos cubanos foram enviados para a Bolívia para reproduzir o sistema para o presidente Evo Morales, aliado de Chávez. Outros desertaram para a Colômbia e os Estados Unidos, alegando que tinham sido praticamente escravizados. Chávez declarou uma “emergência” e tentou deslanchar novamente o programa, com pouco sucesso. Ele estava superdimensionado e submonitorado. Em vez de consolidar as pequenas clínicas, o governo, de olhos nas próximas eleições, lançou um programa adicional chamado Barrio Adentro II, com clínicas maiores, depois Barrio Adentro III e Barrio Adentro IV.

O esquema claudicava, porém mais e mais pacientes eram encaminhados ao sistema de saúde pública, tradicional. E isso era um desastre, porque os hospitais, herança de governos anteriores, sofreram cortes de verbas, revertidas para as clínicas, carros-chefes da revolução. Assim, Marisol Torres viu-se na garupa de uma moto, passando por clínicas lacradas para chegar ao degradado mastodonte que era o Domingo Luciani, o maior hospital de Petare. Do lado de fora, ambulantes vendiam bandagens, toalhas sanitárias, rolos de papel higiênico e lençóis. Dentro, uma perpétua escuridão — as luminárias estavam quebradas —, azulejos trincados, lixeiras atulhadas, elevadores paralisados, aparelhos quebrados, remédios vencidos e funcionários desesperados, que se queixavam de receber um dos piores salários do mundo. Muitos complementavam seus rendimentos vendendo quitutes, DVDs, pasta de dente, goma de mascar, penicilina e seringas para pacientes e parentes.

Funcionários mais antigos do governo evitavam o sistema público e discretamente buscavam tratamento em hospitais particulares — heresia elitista.

Havia, às vezes, algo de cômico na inépcia. Como não rir quando pilhas de entulho eram pintadas de amarelo para enfeitar Caracas antes de alguma reunião importante? Ou quando as câmeras eram posicionadas para enquadrar Chávez de modo que a ponte atrás dele parecesse concluída? Ou quando as onipresentes e perenes placas de “Enguiçado” em elevadores e escadas rolantes eram substituídas por “Em manutenção”, e depois por “Modernização socialista”?

Como feras feridas, revoluções decadentes muitas vezes descambam para a violência, por isso podia se considerar uma bênção o fato de a Venezuela ter ficado satisfeita com o absurdo. Mas em que ponto perde a graça ver uma nação escorregando para o humor negro? Cada asneira, cada dólar desperdiçado, tinha um custo humano. O fato de as consequências serem dispersas e calmamente absorvidas por milhões de vidas não tornava o desperdício menos trágico.



Foi provavelmente o momento mais excitante na longa e distinta carreira de Jonathan Rosenhead. O professor emérito de pesquisa operacional na London School of Economics foi convidado para a suíte de Hugo Chávez no Hotel Savoy, um templo de opulência no centro de Londres, para explicar ao presidente suas teorias de administração. Era maio de 2006. Mais cedo naquele mesmo dia Chávez dera uma palestra de quatro horas no auditório da administração regional de Camden para simpatizantes britânicos, transmitida para a Venezuela numa espécie de *Aló, presidente*, e agora estava em seu hotel indicando a Rosenhead e um colega que se sentassem.

— Ele era muito sensível — recorda-se o professor. — Sabia exatamente o que estávamos sentindo. Não fazia o tipo bombástico. — Durante a hora seguinte os dois acadêmicos, controlando o nervosismo diante do líder famoso e volátil, delineararam os princípios de pesquisa operacional, um ramo da ciência da administração que usa modelos matemáticos e análise estatística para guiar decisões. Chávez ficou atento e fez perguntas inteligentes. — Fiquei muito impressionado pela forma como ele captou os conceitos — disse Rosenhead.

A pesquisa operacional mostrou-se útil na Segunda Guerra Mundial ao ajudar os matemáticos britânicos a calcular a maneira ideal de afundar submarinos, lançar bombas e plantar minas. Depois da guerra ela foi ampliada e aplicada ao comércio, indústria e governo, mas por volta de 1960 saiu de moda. Executivos empresariais e servidores civis diziam que não funcionava. Rosenhead, no entanto, ateu-se à disciplina, desenvolvendo teorias, publicando artigos e dando aulas na Universidade de Sussex. Entre seus alunos estava um jovem venezuelano chamado Jorge Giordani. “Na época, não prestei muita atenção nele; era só mais um latino.”

Nas três décadas seguintes, Rosenhead tornou-se um perito nesse campo misterioso, fazendo recomendações sobre como canalizar um mundo desordenado em decisões ótimas. “Em vez de tentar

consolidar o equilíbrio estável, a organização deve ter como objetivo se posicionar numa região de instabilidade limitada, buscar as bordas do caos”, escreveu ele. “A organização deve receber a desordem como uma parceira, usar a instabilidade de forma positiva. Assim emergirão novos futuros possíveis para a organização, saindo do fermento (controlado) de ideias que ela deve tentar provocar.”

Rosenhead era respeitado nos círculos acadêmicos, mas largamente ignorado no mundo exterior. Então, em 1999, recebeu um telefonema de seu ex-aluno. Giordani não havia se esquecido das aulas do antigo professor e agora, como ministro do planejamento no novo governo de Chávez, convidava-o a ajudar os utópicos do palácio a transformar a Venezuela. Foi o início de uma estreita colaboração que levou à reunião de 2006 com Chávez no Savoy. O professor visitava Caracas todo ano como consultor do ministério de Giordani.

Rosenhead veio em maio de 2011 para dar conselhos em relação à crise de energia elétrica. Ficou no cinco estrelas Gran Meliá. As luzes da rua defronte ao hotel não funcionavam, deixando no escuro o último trecho da calçada. O governo usava o hotel para hospedar visitantes importantes, assim como o Alba, ou melhor, o Hilton depois da nacionalização. Vozes cubanas, russas e iranianas ressoavam pelo saguão enfeitado. Rosenhead, alto e magro, cabeça calva e fina e barba grisalha, parecia-se fisicamente com Giordani. Tomando um rum, explicou seu papel na revolução.

“Vim para cá em 1999 para dar assessoria em relação a algo muito abstrato, não lembro o quê, mas eles acabaram me jogando no desastre Vargas [os deslizamentos de terra no Ávila]. Fui levado para sobrevoar o local, e apresentei propostas para reconstruir o estado.” Disputas políticas bloquearam suas recomendações. “Nada foi executado, foi tudo ignorado.” No entanto, a cada ano ele vinha trabalhar com Giordani, às vezes hospedando-se na casa do Monge e desfrutando de longas e animadas discussões durante o jantar: “Ele é muito culto e sofisticado, e tem grande senso de humor.”

Incentivado por Giordani, Chávez endossou as ideias de Rosenhead. Um de seus livros, *Rational Analysis for a Problematic World Revisited* [Análise racional para um mundo problemático revisitada], um texto esquecido na Grã-Bretanha, foi traduzido para o espanhol por uma editora estatal. “O livro esgotou”, disse Rosenhead, sorridente. Entusiasmado pelas teorias sobre compartilhamento conjunto de problemas, Chávez levava ministros em viagens pelo país para se reunir com prefeitos e governadores.

Rosenhead não falava espanhol e trabalhava com a ajuda de funcionários bilíngues do Ministério do Planejamento. Ao longo dos anos, escreveu dezenas de relatórios sobre diversos tópicos — energia, indústria, transportes, finanças, habitação. Uma vez, disse ele, deram-lhe o prazo de dois dias para escrever seis relatórios sobre seis temas diferentes. Ele disciplinadamente produziu e apresentou todos eles. E aí... nada. Indagou seus contatos sobre o destino dos documentos. Eles deram de ombros. Indagou sobre o plano do presidente de integrar a tomada de decisões transversalmente nas agências estatais. Olhares vazios. Indagou sobre as recomendações dos transportes. Silêncio. Indagou por

respostas a seus estudos sobre infraestrutura e finanças. Não houve respostas. Quando Rosenhead confrontou Giordani acerca do vácuo de informações, seu amigo sorriu enigmaticamente e disse que esse era o destino de um consultor: “Nenhum retorno, absolutamente nenhum”, afirmou Rosenhead. “Muito notável. É o único lugar onde isso acontece.” O professor disse ter ouvido rumores de que a infraestrutura do país estava encrocada. “Tenho a impressão de que Chávez aplicou os conceitos da pesquisa operacional de maneiras que eu não teria aplicado.” Fez uma pausa e tomou um gole de rum. “Talvez se este fosse um país mais organizado, a pesquisa operacional funcionasse.”

A GRANDE JORNADA DE ILUMINAÇÃO

O bairro de El Cementerio, que fica no alto de um morro, é formado por duas ruas de casas caiadas, de apenas um pavimento, cujas fachadas estão descascadas e salpicadas de pequenos buracos, como se os cupins tivessem adquirido um gosto por concreto. Uma das ruas está cheia de carcaças de carros velhos montadas sobre tijolos, com mensagens pueris riscadas na poeira de seus para-brisas. Sua aparência surrada é enganadora, pois o bairro é jovem. Há apenas trinta anos era um bosque. Depois que emigrantes do campo se estabeleceram no local, passou a ser conhecido pela população de La Victoria, a vila no sopé do morro, como parte do “lá em cima”, os bairros nas encostas ocupados por recém-chegados com pouco dinheiro. Não há nada que o distinga de outros *barrios*, exceto um cemitério cujo nome ninguém parece saber, de modo que a área é simplesmente chamada de El Cementerio.

Numa noite de julho de 2010, enquanto o comandante rompia relações com a Colômbia por causa de outro atrito diplomático, Richard Núñez reunia seus tenentes para encarar uma crise diferente. Naquele mesmo dia, de tarde, um jovem vizinho que voltava da escola de ônibus jogara uma pipoca num garoto mais velho de outro *barrio*. O rapaz deu um tapa no menino e, segundo algumas versões, confiscou a pipoca. O mais jovem foi chorando para casa, em El Cementerio, o que fez com que sua mãe e suas tias descessem o morro até a rua García de Sena para confrontar o rapaz mais velho, dando socos e berrando. Os parentes do agressor revidaram os socos e os berros, criando tumulto. Mais tarde, ao anoitecer, com o sol poente reluzindo nos telhados de zinco, ouviram-se tiros em El Cementerio. Ninguém foi ferido, mas o bairro teve a sensação de que aquilo era um presságio de novas hostilidades. Núñez tentava não olhar para o revólver que sobressaía do jeans dobrado sobre o guarda-louças da sala.

— *Tranquilo*. Ninguém faz nada.

Richard tinha sete anos quando Chávez chegou ao poder, e naquele momento, pouco mais de uma década depois, continuava com aparência de menino. Grandes olhos castanhos num rosto redondo e moreno, corpo esguio, sem tatuagens, joias ou a rigidez facial do caçador ou da caça, tão comuns nos

membros de gangues. Mas era um líder em El Cementerio, comandando um bando com cerca de vinte jovens que guardavam seus domínios como se fosse uma minirrepública. Já estavam em guerra com a gangue Cinco de Julho, de outro *barrio*, por causa de uma motocicleta roubada dois anos antes. As marcas de balas de revólver nas paredes eram cicatrizes dos contínuos conflitos. Os tiros ao pôr do sol pareciam vir do *barrio* do protagonista da cena da pipoca, sugerindo que a gangue local, Los Pelucos, abria uma nova frente de batalha. Ou seriam os tiros apenas uma forma de descarregar energia? Os guerreiros de El Cementerio estavam divididos. Alguns queriam ficar na encolha, como se estivessem sitiados, na esperança de que a crise passasse; outros queriam atacar Los Pelucos. A voz calma de Richard prevaleceu:

— Não vamos nos esconder e não vamos fazer emboscadas. Vamos ficar de guarda, tratar das nossas coisas, e ver o que acontece. — Ele daria o exemplo, descendo de motocicleta para a cidade no dia seguinte.

À medida que crescia, Richard se saía bem na escola e era bom em consertar máquinas. Sua ambição era ser mecânico, talvez ter uma oficina própria. O modo como, em vez disso, se viu transformado em um relutante general das ruas, tomando decisões de vida e morte, é reflexo da história de El Cementerio, da ascensão, queda e ressurreição de sua gangue em meio a matanças sem sentido, e do esforço quixotesco e malsucedido de Hugo Chávez de criar uma sociedade “de moral e de iluminação”. Vamos voltar ao passado para estabelecer o cenário. Nos anos 1950, La Victoria, a uma curta distância de carro a oeste de Caracas, era um vilarejo com dois mil habitantes, cercado por plantações de cana-de-açúcar. Quando Chávez chegou ao poder, meio século depois, abrigava cinquenta mil pessoas, em sua maioria descendentes de emigrantes rurais, à deriva, sem empregos nem habitação decente numa cultura de machismo, facões e álcool.

Em El Cementerio todo mundo se conhecia, e muitos tinham laços de parentesco. A maioria dos homens se fora — mortos, presos ou fugitivos da justiça —, deixando às matriarcas o encargo da criação da prole. Guerras eclodiam entre gangues por motivos triviais, mas o que havia por trás era a concorrência para a venda de maconha aos forasteiros. Pressionado por vizinhos maiores, El Cementerio reagiu produzindo líderes durões, mas nenhum superou Darwin Ospino, vulgo Pata Piche, ou Pé Podre. O apelido era irônico. Muito exigente em relação a desodorantes e loções pós-barba, ninguém se aproximava mais do perfil de metrosssexual naquele bairro. Sua fama, porém, residia em matar. A primeira vez foi numa festa. Uma gangue rival apareceu, zombando e fazendo arruaça, até que Ospino derrubou um deles com uma pistola 765. A polícia não o prendeu, nem chegou a procurá-lo, mesmo depois que Ospino descobriu que tinha gosto e talento para matar, baleando rivais nas ruas, arrancando-os de dentro de suas casas e bares. Ele matou a tiros o marido de uma mulher, e, quando ela voltou a se casar, ele a deixou viúva novamente.

Tudo isso acontecia enquanto Chávez estava concentrado numa nova constituição e procurava

ganhar o controle da companhia estatal de petróleo. O sistema de justiça criminal — polícia, laboratórios, tribunais, cadeias, oficiais de condicional — não era prioritário. O presidente estabeleceu um novo tom ao dizer que era justificado roubar quando se tinha fome. Ao mesmo tempo, substituía ministros do interior com tanta rapidez que os funcionários da pasta ficavam confusos e sem supervisão. Na época em que Ospino largou a gangue de El Cementerio, em 2003, exaurido pela tensão, ele já havia matado 26 pessoas. Parentes das vítimas tinham medo de identificá-lo, e a polícia estava ocupada demais para persegui-lo. Ospino conseguiu emprego como guarda-costas de Jesse Chacón, aliado próximo de Chávez que serviu, brevemente, como ministro do interior. Poucos se atreveriam a atacar um ministro que contava com um personagem tão temível a seu lado, dizia a lógica, e sem acusações contra Ospino não havia impedimento legal para sua contratação. (Dispensado em 2009 quando um escândalo bancário derrubou Chacón, Ospino me disse que apreciou seus anos de trabalho para o governo. “Foi incrível. Aprendi muita coisa.”)

Em 2004, El Cementerio escolheu um novo líder, José Daniel Núñez, irmão mais velho de Richard. Havia mais armas, sangue e dinheiro nas ruas, e o bairro se sentia ameaçado. A violência aumentou porque as opções aumentaram. Além da maconha, as gangues agora negociavam uma droga muito mais lucrativa, a cocaína. Chávez expulsara os agentes americanos de combate aos narcóticos, acusando-os de espionagem, e em troca da lealdade fechava um olho para negociatas de generais do exército com guerrilheiros colombianos que traficavam cocaína. A Venezuela estava na rota de passagem para os Estados Unidos e a Europa, mas quantidades cada vez maiores eram despejadas no mercado doméstico, fornecendo às gangues meios de comprar armas, corromper a polícia e se chapar.

José Daniel, fisicamente semelhante a Richard, era tido como dono de uma inteligência excepcional e, dependendo do ponto de vista, foi incrivelmente afortunado ou desafortunado. Baleado catorze vezes numa emboscada, sobreviveu e saiu do hospital manquitolando, caolho, e foi à caça dos seus agressores. “Um por um”, disse Richard, com admiração. Capturado e preso, recebeu treze facadas na prisão e sobreviveu novamente, alimentando boatos de que fizera um pacto com o diabo pela imortalidade. A crença na *santería*, importação afro-caribenha com toques de vodu, era difundida, especialmente entre os membros das gangues, que rezavam para *santos malandros*, pedindo sucesso e sobrevivência. Para quem mais, afinal, poderiam se voltar? Muitas das mães de El Cementerio vendiam drogas, assim como o chefe da associação dos moradores do bairro, que diversificava o negócio com o aluguel de pistolas. O Estado estava praticamente ausente, a não ser pela polícia, que era brutal e corrupta, vendendo munição, extorquindo os donos de lojas, fazendo bicos como sequestradores e leiloando prisioneiros para execução. Policiais liquidavam quinhentas a mil pessoas por ano, em sua maioria rapazes das favelas, e raramente eram levados a julgamento. A avó dos irmãos Núñez foi morta acidentalmente enquanto agentes perseguiam um suspeito dentro de sua casa.

O que nos traz de volta a julho de 2010 e à tensão gerada pela pipoca. Com Ospino aposentado e

José Daniel na cadeia, cabia a Richard decidir que resposta daria aos tiros noturnos dos Pelucos contra o bairro. Sua decisão de agir normalmente — ele não queria nem ficar na encolha nem declarar guerra — foi corajosa, porém infeliz. Quando, no dia seguinte, desceu de motocicleta para a cidade, eles estavam à sua espera. A rua estava congestionada, e ele acabara de passar pela delegacia de polícia quando as balas o atingiram, na barriga e no braço, derrubando-o no chão. Ele nunca fora baleado antes. A dor foi imediata, lancinante. Ele se arrastou em busca de abrigo, as balas zumbindo, penetrando no asfalto. O trânsito continuou a fluir, alheio. Não parecia real. Uma calmaria, segundos que pareceram minutos, depois mais tiros. Alguém gritou: “Vai, vai, vai!” Uma motocicleta roncou e desapareceu. Os agressores não tiveram coragem de terminar o serviço. Haveria outras oportunidades. A guerra da pipoca estava só começando.

Quatro meses depois, em novembro de 2010, Richard tinha se recuperado dos ferimentos. Sete membros da sua gangue estavam mortos, um deles com trinta tiros na cara. Richard não acompanhava muito os noticiários, mas tinha uma vaga noção de que haveria algum evento importante na Assembleia Nacional em Caracas. (Chávez convocara seus aliados, inclusive Eva Golinger, para refutar críticas do Congresso dos Estados Unidos, chamando-as de conspiração imperialista para desestabilizar seu governo e “encher as ruas da Venezuela de sangue”.)

— Esta existência, sempre com medo, olhando pelas esquinas, por cima do ombro... não é boa.

A preocupação com emboscadas, perguntando-se que dia seria o último, calculando possibilidades, tudo era complicado, uma decisão depois da outra. Deixar a arma em casa ou escondê-la sob a camisa? Arriscar-se a levar uma garota ao cinema ou assistir a um DVD em casa? Ficar de olho naquele Chevrolet desconhecido ou esquecer-se dele? Richard sentia a mandíbula tensa, como via nas fotos policiais, nos rostos dos presos. Venerava seu irmão que estava na cadeia, mas possivelmente lhe faltava a mesma tendência para a crueldade. Sua mãe, Yelitza, uma matriarca forte, robusta, parecia insegura de que ele estivesse à altura. “Ele é mais manso, mais delicado que José Daniel.” Não estava claro se ela dizia aquilo como um elogio.

Independentemente de sua personalidade, o destino de Richard estava sendo traçado pelas circunstâncias. Contrariando as expectativas, ele permanecera na escola e estava prestes a se formar, mas sentia-se no dever de defender a reputação, o poderio e os rendimentos de El Cementerio.

“Participei de tiroteios, mas não matei ninguém.” Esfregou a cicatriz da bala na barriga. “Eu não vou matar. Isso não sou eu.” Uma pausa. “Mas não posso deixar inimigos entrarem aqui e pegarem o que querem. Não posso.” A fantasia de Richard era que o pai, que ele mal conhecia, aparecesse uma tarde e o levasse ao cinema. Depois, sob as luzes da antessala, os dois terminariam de beber seus refrigerantes. “Papá não pode fazer visitas. Pensariam que ele está me trazendo munição ou algo parecido e o matariam.” Indagado sobre o comandante, ele deu de ombros. Não se interessava muito por política, mas captava fragmentos dos discursos. “Eu gosto deles. Ele está tentando melhorar as

coisas.” E votaria em Chávez? Um sorriso acanhado. “Claro, se eu estiver vivo até lá.”



As dificuldades da gangue e o comando relutante de Richard mostravam num microcosmo como o contrato social da Venezuela se esgarçara sob Chávez. Foram liberadas forças que davam a Richard, e a inúmeros outros como ele, poucas opções além de trocar a infância por uma arma. O que tornava tudo surreal era uma das principais metas da revolução: insuflar vida na famosa exortação de Simón Bolívar em prol da ética e da instrução. “Moral e iluminação são nossas primeiras necessidades.” O apelo do Libertador submergiu em meio ao caos e ao sangue da guerra da independência, mas o comandante o renovou, alegando que a solidariedade floresceria, agora que o povo, investido da autoridade por seu intermédio, havia recobrado dignidade e poder. A obra sagrada do Libertador seria completada com valores socialistas e comunais que substituiriam o individualismo capitalista. O comandante a chamou de Grande Jornada Nacional de Moral e de Iluminação. “Educação, moral e iluminação em todas as esferas, em todo lugar, em todos os tempos.” Ele falara disso ao assumir o poder, e em 2007 criou uma campanha oficial, com a formação de brigadas de treinamento moral e de instrução e a criação de um conselho presidencial para orientar escolas e universidades rumo à nova consciência.

A campanha de fato melhorou vidas e elevou o ensino por meio de programas de alfabetização, que chegaram a avós de olhos remelentos nas favelas, e expandiu a educação, o que permitiu que alunos pobres permanecessem na escola e dessem sequência aos estudos nas universidades bolivarianas, de ensino gratuito. O comandante, talentoso professor, instava os seguidores a ler história, filosofia e poesia, brandindo como exemplo seu mais recente livro preferido. “Eu passei a noite toda acordado devorando isto. Estupendo.” Donas de casa e taxistas viam-se debatendo história colonial, consciência social e economia global em conselhos comunais e aulas noturnas. Adolescentes que normalmente teriam abandonado a escola matriculavam-se em faculdades para estudar arquitetura, engenharia e literatura. Um novo estúdio de cinema estatal, Villa del Cine, dava sua contribuição com documentários sociais e dramas de época sobre a história venezuelana. Os programas de entrevistas da televisão estatal discutiam igualdade de gêneros, direitos da população indígena e o papel dos sindicatos. Tudo isso se desenrolava, faziam questão de notar os seguidores do comandante, enquanto o Ocidente elevava os custos da educação e chafurdava no materialismo raso.

Ainda assim, no fim o Grande Período Nacional de Ética e de Iluminação — outro nome do projeto — demonstrou ser um trágico fracasso. Os intelectos e espíritos individuais que se iluminaram não se fundiram numa radiância coletiva. Tremeluziam sozinhos, como velas isoladas em meio às trevas da maré crescente de desorganização. O problema não era o fanatismo ideológico. Apesar dos ecos

cubanos e dos toques orwellianos, a Venezuela jamais tentou a sério implementar uma lavagem cerebral totalitária. Tampouco foi um problema de incompetência administrativa do tipo que arruinou a agricultura e a indústria. As universidades bolivarianas padeciam com a presença de professores não qualificados e classes superlotadas, mas aquilo era melhor do que nada. O problema foi tão inesperado quanto brutal: a violência. A taxa de assaltos, sequestros e assassinatos explodiu, espalhando medo como estilhaços de granada. O Estado perdeu a capacidade de manter os cidadãos em segurança, de protegê-los uns dos outros.

Era estarrecedor. O líder máximo, que gostava de microgerenciar tudo, perdeu o controle sobre a exigência mais fundamental da sociedade, a segurança, torcendo as mãos enquanto criminosos baleavam, apunhalavam e estrangulavam impunemente. Não era para ser assim. A miséria diminuía, e novas missões sociais levavam serviços para os *barrios* negligenciados para mitigar, nas palavras do governo, décadas de “capitalismo selvagem”. Os adversários de Chávez também estavam atônitos. Eles o chamavam de ditador, mas verdadeiros ditadores — Trujillo, Pérez Jiménez, Fidel, Kim Jong-Il — garantiram a segurança nas ruas para as pessoas comuns. A grande jornada foi interrompida porque cidades e vilarejos foram postas em quarentena pelo medo.

A revolução herdou graves problemas sociais e os tornou piores. Em 1998, um ano antes de Chávez assumir o governo, houve 4.500 assassinatos, um índice *per capita* sombrio, equivalente ao de grande parte da América Latina. Uma década depois, o número mais do que triplicara, chegando a dezessete mil ocorrências por ano, o que tornava a Venezuela mais perigosa que o Iraque e fazia de Caracas uma das cidades mais mortais da Terra. Calculava-se que havia oito vezes mais homicídios lá do que em Bogotá, capital da Colômbia. Com menos de 1% de casos solucionados, tratava-se de um bom lugar onde cometer assassinatos. Os sequestros, raríssimos no passado, tornaram-se uma indústria, com uma estimativa de sete mil casos por ano. Para apaziguar o terror, os ricos e a classe média investiam em guarda-costas e carros blindados, ou então emigravam, mas a maior parte dos assassinatos e das mortes envolvia gangues — segundo algumas estimativas, havia mais de dezoito mil — em favelas, brigando por drogas, território, mulheres e prestígio.

O caos minou a retórica oficial sobre renovação moral e sobre os pobres como depositários da virtude e do autêntico espírito nacional. O governo tentou atribuir a culpa da violência a mercenários colombianos apoiados pelos Estados Unidos com o intuito de desestabilizar a revolução, depois culpou o legado individualista do capitalismo. Deslocou a guarda nacional para dar apoio à polícia, mas a violência envolveu os estarrecidos soldados em seu turbilhão, assim como já ocorria com a polícia, e eles voltaram aos quartéis. A vigilância das ruas era a parte mais visível da falência do sistema de justiça criminal. A polícia, junto com os promotores, juízes, meirinhos, carcereiros e oficiais de condicional, era sub-remunerada e sobrecarregada. O desinteresse de Chávez deixava todos num limbo de mau funcionamento, em que caprichos, adiamentos e subornos se tornaram a norma.

À medida que os cadáveres se acumulavam, o comandante interrompeu a dança das cadeiras no Ministério do Interior e manteve um ministro, Tarek El Aissami, no lugar. Ele tentou reconstruir a força policial e recuperar o controle recolhendo milhares de suspeitos, entre eles o irmão de Richard, José Daniel. A paralisia dos tribunais os manteve à espera de julgamento em cadeias sufocantes que logo se tornaram superlotadas, enquanto membros mais jovens das gangues assumiam seus lugares. Uma sociedade aterrorizada os chamava de *malandros*, marginais ferozes, e os via desfilar pelas telas de TV e nos jornais sob a forma de cadáveres ou de suspeitos de capuz exibidos pela polícia. Menos que humanos, eram cifras anônimas que não falavam, deixando seu mundo e suas motivações incompreensíveis. Um ministro do governo desdenhou dos índices de assassinatos alegando que muitas vítimas eram *malandros* e por isso não contavam. Em 2010, a Grande Jornada Nacional de Moral e Iluminação parecia apenas um conjunto de palavras vazias num momento em que todo mundo conhecia alguém que fora ferido, morto ou sequestrado.

A sociedade perdeu-se numa escuridão metafórica e literal. Ao anoitecer, as ruas ficavam vazias, as lojas se fechavam e as pessoas trancavam as portas com fechaduras triplas. Os ricos revestiram seus carros com Kevlar e vidros à prova de balas. Motoristas mais pobres escureciam as janelas para ficarem invisíveis, de modo que potenciais agressores não pudessem saber se era uma avó ou um homem corpulento ao volante. Era possível se arrastar pelo tráfego da hora do *rush*, milhares de veículos com um para-choque grudado no outro, e raramente ver um rosto humano: todo mundo estava oculto em bolhas de vidro escuro, uma experiência lúgubre, alienante. Apagões de energia elétrica extinguíam as luzes das ruas e transformavam as noites num negrume profundo. A pobreza não protegia ninguém dos sequestradores que se contentavam com resgates modestos. Uma mãe solteira em Barinas precisou vender a geladeira para libertar sua filha de três anos. Pessoas eram arrancadas de shoppings, faculdades, boates.

Uma gangue raptou o cônsul chileno na frente de um hotel, espancou-o e o baleou nas nádegas para ficar com seu carro e telefone. Taxistas do aeroporto apontavam armas para os passageiros e iam embora com suas bagagens; uma das vítimas foi o chefe da sucursal da Associated Press, que voltava das férias com sua família. O campeonato mundial feminino de beisebol foi suspenso depois que uma bala perdida atingiu uma jogadora de Hong Kong. Uma mãe em Petare chorou a perda de três filhos em dois anos. Visitas solidárias de simpatizantes estrangeiros da revolução evaporaram. Com a polícia sobrecarregada, grupos de extermínio encharcavam de gasolina os suspeitos e os queimavam vivos. Um bairro em Catia, disse uma testemunha ao jornal *El Universal*, exasperou-se com um criminoso apelidado El Evangélico. “Eles o fizeram correr até se cansar, e aí o mataram. Ninguém aguentava mais ver a polícia não fazer nada. Às vezes o prendiam, pegavam seu dinheiro, e aí o soltavam algumas horas depois para ele nos assaltar de novo.”



Normalmente, tudo isso arrasaria o apoio a um presidente, especialmente se ele fosse de esquerda e conhecido por ser “mole com o crime”. Chávez, diga-se em sua defesa, não se manifestou a favor da pena de morte e da repressão violenta, medidas perenemente populares, mas ineficazes, na América Latina e no Caribe. E ainda conseguiu escapar do prejuízo político. Era impressionante. Seus índices de aprovação se mantiveram elevados enquanto eleitores eram presos, amarrados, cortados, quebrados, derrubados, baleados e enterrados. Chávez conseguiu esse feito fazendo algo que ia contra sua natureza: ficou calado. Sobre a criminalidade, que as pesquisas diziam preocupar os eleitores mais do que qualquer outro assunto, seus lábios se selaram. Caracas podia sofrer um fim de semana particularmente pavoroso, mais de sessenta mortos, comboios e mais comboios de cortejos fúnebres, e ele não tinha nada a dizer. Bandidos podiam raptar fazendeiros em Táchira, atirar na polícia em Zulia e estuprar na Amazônia sem nenhum comentário presidencial. Mães enlutadas com faixas e apitos podiam bloquear rodovias em Valencia clamando por justiça para crianças mortas, e de Miraflores só recebiam silêncio. O comandante simplesmente se recusava a assumir o problema. No silêncio ele buscava e encontrava refúgio. Adversários tentavam em vão retratá-lo como Nero tocando harpa enquanto Roma ardia, mas a maioria dos venezuelanos culpava as gangues e as autoridades locais. O comandante era absolvido.

O domínio do governo sobre a mídia ajudou a minimizar a crise. Não importava que funcionários de alto escalão viajassem com inúmeros guarda-costas — muitos se envolveram em tiroteios com pretensos assaltantes —, a mídia encobria notícias, sonegava estatísticas, maquiava números. Um jornal foi proibido de mostrar imagens violentas (isso perturbava as crianças), um canal de TV foi multado por fazer a cobertura de um tumulto num presídio (isso alarmava o público), e estações de rádio foram advertidas a não divulgar pagamentos de resgates (isso estimulava os sequestros). Ambulâncias aguardavam que repórteres setoristas do noticiário policial deixassem seus postos no principal necrotério de Caracas antes de despejar ali os cadáveres. E o tempo todo a mídia oficial alardeava os grandes progressos na Grande Jornada Nacional de Moral e Iluminação — novos computadores para as escolas, proibição de videogames violentos, uma publicação das citações de Bolívar — como prova de aprofundamento da “humanização”.



Em nenhuma parte o abismo entre retórica e realidade era maior ou mais cruel do que nas prisões. “Diz-se que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até estar dentro de suas prisões”, escreveu certa vez Nelson Mandela. “Uma nação deve ser julgada não pela maneira com que trata

seus cidadãos mais elevados, mas os mais baixos.” A julgar pelas palavras, o comandante, que como Mandela passara de prisioneiro a presidente e conhecia em primeira mão as sórdidas condições, era um campeão da reforma. Ao assumir o poder em 1999, anunciou um “plano de dignidade” para limpar as prisões, que declarou estar “entre as piores e mais selvagens do mundo”. A cada ano subsequente, ele repetia solenemente a importância de humanizar as instalações, que foram rebatizadas de “centros de atenção holística a pessoas privadas de sua liberdade”. Planos foram anunciados, estratégias projetadas, comissões criadas, iniciativas saudadas. “Precisamos substituir esse sistema punitivo por um sistema humanista”, disse o comandante em 2011. “Prisões devem ser centros de formação do Novo Homem.” A essa altura, as cadeias tinham passado de meramente consternadoras a abominações fedorentas, fétidas, superlotadas, infestadas de doenças, onde numa década cinco mil detentos haviam sido esfaqueados, espancados, queimados, estrangulados e mortos a tiros. Muitos morriam em disputas do tipo gladiadores, conhecidas como Coliseu — lutas até a morte observadas pelos guardas, documentadas pela mídia local e denunciadas pelas organizações de direitos humanos. A população carcerária triplicou, chegando a quase cinquenta mil detentos, todos amontoados em instalações projetadas para doze mil. Quase três quartos deles eram mantidos sem julgamento durante anos.

Chávez não construiu *gulags* ou câmaras de tortura, e sem dúvida era sincero em querer um sistema penal esclarecido. Os funcionários que nomeou eram em grande parte bem-intencionados. O resultado, porém, foi a barbárie. A verdade banal era que ele se importava, mas não o bastante. Concentrava-se sempre na próxima eleição, e não havia votos nas penitenciárias, de modo que elas sempre perdiam prioridade em sua agenda. Num Estado que girava em torno de um único homem — ministros e instituições eram privados de iniciativa —, sua atenção esporádica se revelou fatal. Um tumulto particularmente sangrento atraía brevemente o foco de seu olhar. Como foi que isso aconteceu? Demito o ministro, qual é o nome dele?! Ponho lá fulano de tal para resolver a coisa. Aqui, pegue 120 milhões de dólares para uma penitenciária nova. Não perca tempo! O novo ministro, substituindo funcionários experientes pela sua própria equipe, se metia na confusão sacando da cartola remendos rápidos para aplacar o comandante, só para descobrir que a atenção do chefe — e a aprovação orçamentária — tinha se desviado para outros tópicos. Alguns meses mais tarde, outro tumulto irrompia, o comandante indignado demitia o ministro por incompetência e o ciclo recomeçava. Em doze anos, o sistema penal passou por dezessete vice-ministros para correções e foi reformulado onze vezes — declarado autônomo, incluído num ministério, excluído, fundido, mudado de lugar, emendado, consolidado, expandido, rebatizado, cooptado, amalgamado —, deixando os funcionários tontos e desesperados. Teria sido cômico, não fossem as consequências tão diabólicas.



— Você pensa que isso não pode continuar desse jeito mas continua, toda semana surgem algumas instruções malucas e se você diz alguma coisa é rotulado de criador de problemas e mandado para um passeio para as cadeias na fronteira e, acredite, você não vai querer dar um passeio pelas cadeias da fronteira então fica de boca fechada e vai aguentando mas quando ouve as histórias sobre o que está acontecendo meu Deus você sente comichão na pele e só de pensar que você faz parte disso é intolerável, intolerável mas na minha idade não vou conseguir outro emprego então eu só fico aqui sentada na minha mesa com um grito silencioso o dia todo processando relatórios e fotografias que me fazem ter vontade de vomitar o almoço estou lhe dizendo é ruim ruim ruim.

A funcionária de médio escalão no serviço penal que chamaremos de Sarah fez uma pausa para tomar fôlego e deu um gole no suco de papaia. Ela sempre falava torrencialmente depois de sair de sua sala, como se as palavras ficassem represadas o dia todo, exigindo que as comportas se abrissem. Era um tique comum a muitos funcionários de médio escalão, homens e mulheres na casa dos quarenta e cinquenta anos que nunca haviam gostado particularmente do comandante e agora estavam espremidos entre superiores chavistas e jovens graduados das universidades bolivarianas. Eles detestavam fazer parte do sistema, mas ficavam por causa dos salários e benefícios. No segundo suco de papaia, Sarah diminuía o ritmo.

— O escritório é ridículo, gente demais, todos esses moleques com diplomas, e metade deles nem sabe ler ou escrever; ficam ali sentados o dia todo esperando algo acontecer e se perguntando quando vão ter as suas férias grátis em Cuba. Eu fui, gostei, mas não achei grande coisa. Com a minha patente, uma Mercedes me leva ao aeroporto. Os diretores vão em utilitários com guarda-costas. Aproveitem enquanto podem, é o que eu digo a eles, porque nenhum dura muito. Se forem incompetentes, acabam sendo despedidos e, se forem bons, são requisitados para outros serviços. Ysmael Serrano, um dos nossos melhores diretores, advogado sério e engajado, entendia os problemas; estava começando a dominar o assunto quando o presidente o convocou para chefiar a conta presidencial no Twitter. Twitter! E nos enfiam um sucessor que precisa aprender tudo do zero. — Uma televisão na parede do café mostrava nesse momento o presidente em efervescente forma dirigindo-se a um auditório de trabalhadores de camisetas vermelhas. Uma menina com paralisia cerebral foi carregada para o palco. “Nós vamos fazer justiça para que ninguém sofra”, disse ele, abraçando a criança. “Esta é uma revolução para todos, acima de tudo os fracos e os mais vulneráveis.” A plateia aplaudiu. Sarah mal tomou conhecimento. Uma televisão na sua sala ficava sintonizada o dia todo nos canais oficiais, exibindo um evento presidencial atrás do outro, e ela tinha aprendido a se desligar.

— O pior de tudo — continuou ela — é que construímos cadeias novas, mas elas quase não são usadas. Os *pranes* [nome dado aos líderes de gangues dentro do presídio] não nos deixam transferir seus membros. Nós não podemos forçá-los. Lá dentro são eles que controlam. Eles têm granadas, metralhadoras, miras telescópicas, computadores, celulares, dinheiro, contatos. Nenhum diretor quer

mexer com isso. A essa altura o governo só se importa com as aparências. Nós convidamos equipes de TV quando estão inaugurando uma fábrica de sabão ou apresentando uma orquestra ou algo assim; o restante do tempo é manter os números ruins lá embaixo. Sabe o último truque? Estrangulamento. Um detento estrangulado pode ser registrado como suicídio. Em algumas cadeias é um incentivo tácito para fazer as coisas desse jeito. Tira a pressão de cima de nós e dá caminho livre aos *pranes*. Houve um esta manhã em Los Teques, outros faz alguns dias em Barinas, José Obeimar Roa Cárdenas. Um ladrão que ofendeu uma das gangues, não me pergunte como, então eles o asfixiaram e jogaram o corpo no pátio. José Obeimar Roa Cárdenas, 26 anos, anote isso, porque você nunca mais vai ouvir esse nome. Ele não é nem mesmo uma estatística de assassinato. — Sarah assumiu uma postura defensiva. — Eu quero denunciar. Venho mantendo registros na minha casa, fotos, coisa horrível, está tudo nos arquivos. Mas como é que eu posso usar isso? Se usar vou ser despedida, perder a pensão e ser processada. Estou amordaçada. — Ela inflou as bochechas e fingiu mastigar. *El bozal de arepa*. A mordada de arepa. Uma expressão que significa lealdade, na forma de *omertà*, àqueles que pagam o seu sustento. Sarah tinha vergonha disso, mas, como tantos outros na revolução, continuava mastigando.



A medida que a Grande Jornada Nacional de Moral e Iluminação saía dos trilhos, os que apoiavam o comandante o defendiam dizendo que ele tinha boas intenções, que seu coração estava no lugar certo. Os desastres com certeza não eram intencionais. Chávez não queria o crime violento, nem desgraças na prisão, e tentava de uma maneira distraída, desajeitada, controlar a situação. Ele não obtinha nenhum benefício político com o sofrimento. O fato de grande parte daquilo resultar de seu estilo hipercentralizado, improvisado, não contradizia o mantra, repetido como escudo defensivo, de que ele era bem-intencionado. Mas, mesmo que fosse verdade, e daí? Boas intenções no palácio não mitigavam o medo nem a tristeza pelas perdas. Dizer jovialmente que o que valiam eram as intenções, que a revolução estava genuinamente buscando um caminho melhor, como faziam alguns apologistas, era negar responsabilidades. A Venezuela era um país de 28 milhões de pessoas, não um laboratório de cobaias.

Estava claro, em todo caso, que o comandante era capaz de ser maldoso. Eram as ocasiões em que ele despiu o manto retórico da ética e do esclarecimento e dava expressão honesta a intenções não tão belas. Seu propósito se desnudaria com um floreio desafiador, sem considerar os danos à sua reputação. Isso acontecia quando estava zangado ou se sentia ameaçado, e o objetivo era sempre o mesmo: projetar poder. Havia uma euforia nesses momentos, uma liberação de abandonar eufemismos e permitir que as palavras — palavras tantas vezes mumificadas em jargão oficial e rodeios —

transmitissem o que ele queria dizer, em vez de ocultar: quem manda sou eu, façam o que eu mando, senão... A única coisa que variava nessas ocasiões era a natureza da ameaça. Senão o quê? Para aliados teimosos podia significar humilhação pública ou a perda do lugar no banquete. Para adversários podia significar propriedade expropriada, licenças comerciais canceladas ou conversas telefônicas interceptadas e transmitidas pela TV estatal. Ou cadeia. Em comparação com os amigos tiranos do comandante (Assad, Saddam, Kadhafi, Mugabe, Lukashenko), isso era fichinha.

A justiça, uma das palavras prediletas, um clímax agressivo sempre vociferado com um soco no ar, provou seu desastre. O sistema judiciário venezuelano vendeu a alma muito antes de Chávez. Juízes, promotores e advogados — com algumas nobres exceções — compartilhavam um carrossel de propinas, empregos e influência com políticos e empresários. Quando Chávez chegou ao poder, jurou fazer uma limpeza no sistema. Quaisquer que tenham sido suas intenções originais, após o choque do golpe de 2002 e da greve geral, sua prioridade não era honestidade judicial, mas a lealdade ao governo. Ele expurgou milhares de juízes e os substituiu por sucessores obedientes. Novos juízes da Nova Suprema Corte deram o tom sendo filmados, em suas togas, entoando slogans pró-Chávez. Depois de 2004, a maioria atendia a suas solicitações: distorcendo a constituição dessa ou daquela maneira, ameaçando empresas privadas, prendendo adversários políticos (cerca de três dezenas no máximo, geralmente por breves períodos). A tomada do poder judicial não foi sutil, mas o comandante teve o cuidado de saudar julgamentos de partidários como se tivessem sido efetuados por um Olimpo imparcial. A revolução, dizia piamente, era fundamentada na regra da lei.



Era 10 de dezembro de 2009. María de Lourdes Afiuni, chefe da 31ª Corte de Controle de Caracas, examinou o réu. Era mais claro e mais velho do que faziam parecer as acetinadas e posadas fotos publicadas nos jornais, menos altivo e arrogante, mas também dois anos e dez meses numa cela no porão do Diretório do Serviço de Inteligência e Prevenção deixavam suas marcas em um homem. Antes da prisão ele era Eligio Cedeño, superastro. O menino prodígio das favelas que vira todos os ângulos dos negócios financeiros e possuía seu próprio banco, e uma fortuna estimada em 200 milhões de dólares, ao completar quarenta anos. Então, em 2007, o cometa se chocou. Ele foi acusado de evasão de divisas e virou Eligio Cedeño, história exemplar de advertência. O que fez exatamente para enfurecer o comandante nunca ficou claro — alguns diziam que financiara políticos da oposição, outros, que houve um escândalo envolvendo um parente de Chávez —, mas de um jeito ou de outro seu caso era perverso e admitia-se que Cedeño passaria décadas encarcerado. Os promotores arrastaram o processo, de modo que quase três anos depois ele ainda aguardava julgamento. Pela lei venezuelana, qualquer prisioneiro detido por tanto tempo tinha o direito de ser solto. Agora Cedeño

estava sentado no tribunal de Afiuni para mais uma audiência, retribuindo seu olhar, carregando todo um mundo de encrencas.

Como o comandante, a juíza criava sozinha a filha, que adorava seu emprego, tomava café demais, comia qualquer coisa que lhe pusessem na frente e fumava feito uma chaminé. Nunca aprendeu a cozinhar, não dava a mínima para isso, preferindo chafurdar em livros de direito, e, quando não estava trabalhando, passava o tempo com a filha adolescente. O pai fora embora havia muito tempo. Afiuni estava acima do peso e descuidava-se da maquiagem, mas dobrava-se parcialmente ao ideal feminino da Venezuela com luzes loiras nos cabelos. Jurista discreta, de médio escalão, mantinha-se longe da política e se irritava com casos de assaltos, sequestros e agressões a mulheres, dispensando-lhes sentenças vigorosas e duras. E aí vem Eligio Cedeño, a batata quente que três outros juízes já haviam passado adiante. O motivo da audiência era pavimentar o caminho para um julgamento, mas os promotores, como de costume, não compareceram. Presumiram que Afiuni marcaria a data para uma nova sessão e mandaria o banqueiro de volta para a cela. Em vez disso, nervos à flor da pele, ela o soltou sob fiança. “O que eu faço com ele?”, perguntou um intrigado meirinho. “Ele não vai voltar”, ela replicou. O magnata estava livre. Saiu andando, passando nos corredores por promotores pendurados aos seus celulares, saltou em um mototáxi e sumiu no meio do tráfego.

Enquanto isso, no tribunal, pandemônio. Promotores, despertando para o que acontecera, guincharam com a polícia para algemar Afiuni, presumindo que ela recebera suborno. Outros policiais começaram a varrer a cidade em busca de Cedeño. Ele foi para um esconderijo e surgiu duas semanas depois nos Estados Unidos pedindo asilo político. Havia duas possibilidades. O banqueiro havia comprado a juíza num acordo pré-arranjado. Ou ela levava o código penal a sério e concluía que era injusto mantê-lo preso sem julgamento. Qualquer que fosse a verdade, ela rapidamente desapareceu sob a lava de fúria da erupção palaciana. Em vez de convocar o procurador-geral e a Suprema Corte para uma instrução privada, Chávez foi para a televisão para contar a todo mundo o que deveria acontecer. Sentado no palácio diante de um retrato de Bolívar e trajando uma jaqueta azul estilo militar sobre a camiseta vermelha, código implícito que enfatizava o comandante acima do presidente, ele deixou claro que a Venezuela estava olhando para sua única fonte de autoridade.

— María Lourdes Afiuni fez um acordo — afirmou ele, o dedo investindo contra a câmera. — Essa juíza bandida, uma bandida, não disse nada a nenhum promotor. Ela mandou buscar o prisioneiro, colocou-o no tribunal e o tirou pela porta dos fundos. Ele escapou... Isso é pior que assassinato! Essa juíza precisa pagar pelo que fez. — Em outros tempos, ela teria sido colocada diante de um pelotão de fuzilamento. — Temos que dar a essa juíza e às pessoas que fizeram isso a pena máxima, trinta anos de prisão, em nome da dignidade deste país!

Exigiu que a Suprema Corte processasse imediatamente Afiuni e orientou a Assembleia Nacional a aprovar uma lei impedindo que juízes cometessem tais ultrajes no futuro. Nas distopias de Kafka,

burocracias sem rosto eram instrumentos da promotoria. Em nome das aparências, Chávez geralmente se escondia atrás de lacaios judiciais quando queria alguém preso, arruinado ou exilado, mas não dessa vez.

E María Lourdes Afiuni foi para a cadeia. Tecnicamente, é claro, foi para um centro de atenção holística para pessoas privadas de sua liberdade, mas todo mundo chamava aquilo de presídio feminino de Los Teques. Empoleirado no alto de um morro com florestas a oeste de Caracas, ficava do outro lado do vale em relação à prisão militar que desde abril daquele ano abrigava Raúl Baduel, outro prisioneiro que subestimara o espírito vingativo do presidente. A penitenciária feminina estava estourando — sua população havia triplicado em quatro anos —, e Afiuni condenara dezenas de suas companheiras de prisão, algumas das quais juraram beber seu sangue.

Janeiro de 2011. Nelson Afiuni acondicionou o último Tupperware nas duas grandes sacolas no banco traseiro.

— Seria de pensar que a essa altura minha irmã já tivesse aprendido a cozinhar. — Deu de ombros e sorriu. — Que nada. Esquentar as coisas no micro-ondas, só isso. Isto aqui deve durar uma semana.

Era uma fresca manhã de domingo, dia de visitas, e o último trecho de estrada para a cadeia era ladeado por pinheiros e plantas suspensas, fazendo a cidade abaixo parecer muito distante. Após treze meses encarcerada, Afiuni era uma celebridade relutante. Ativistas de direitos humanos fizeram uma algazarra com o caso, garantindo que ela tivesse uma cela isolada das possíveis bebedoras do seu sangue.

Centenas de parentes de prisioneiros carregados de comida, remédios e contrabando (principalmente maconha, cocaína e celulares) faziam fila na entrada. Era a mesma atitude curiosamente displicente que havia na prisão de Baduel, que permitia aos prisioneiros mais famosos do comandante tagarelar com a mídia estrangeira. Uma tirania séria seguramente instilaria maior diligência em suas sentinelas.

Na Venezuela, os prisioneiros vestem suas próprias roupas, e no dia de visitas as mulheres — visitantes e detentas — buscam glamour. Jeans apertados, camisetas justíssimas, saltos, batom, pulseiras, piercing no umbigo. Ou, se você é María Afiuni, jeans *baggy*, suéter largão, tênis, nada de maquiagem. Ela estava empoleirada no seu beliche, brincando com um BlackBerry. Os presos teoricamente não deviam ter telefones, muito menos *smartphones* que lhes permitissem se comunicar com o mundo exterior via Twitter. Os tuítes diários de Afiuni haviam atraído dezenas de milhares de seguidores on-line, inclusive o ministro da justiça. Vez ou outra um comentário o aborrecia o suficiente para que guardas dessem uma busca na cela e confiscassem o telefone. Quando isso ocorria, seus amigos contrabandeavam um aparelho substituto e ela voltava a tuitar.

— Até agora foram nove desses aqui — disse ela, escondendo o fone debaixo do beliche. O comandante a despira de sua liberdade e sabotara qualquer chance de julgamento justo, mas a deixava

denunciá-lo diariamente de sua cela com um telefone ilícito. Não fazia sentido. Afiuni aquiesceu: — É sim.

Era uma cela pequena e clara, com chaleira elétrica, micro-ondas, televisão, aparelho de DVD e varetas sob a porta para evitar roedores. Havia velas, uma estátua da Virgem Maria e um retrato do Arcanjo Miguel matando um dragão cujos traços lembravam distintamente os de Hugo Chávez. “Presente de um amigo.” Em vez de aprender a cozinhar — “desculpe, mas eu sou inútil, um desastre” —, ela passava o tempo com quebra-cabeças, filmes, uma pilha de livros e seu celular. Embora, para sua própria segurança, raramente saísse, as condições na prisão a chocaram. As detentas agrediam-se por dinheiro e sexo. Tudo — medicamentos, comida, colchões, cadeiras, água — precisava ser comprado ou alugado. Afiuni fora atacada, mas recusava-se a entrar em detalhes.

— Eu sabia que as condições eram ruins, mas não me dava conta de como eram degradadas. Se eu voltasse para a cadeira de juiz, acharia difícil mandar qualquer um para a cadeia, a menos que o sistema fosse modificado.

Se ela voltasse para a cadeira de juiz. As chances de isso acontecer, ela sabia, eram zero enquanto o comandante estivesse no palácio. Ele investira sua autoridade bradando que Afiuni era inimiga do povo, e não poderia deixá-la vestir novamente a toga de juiz.

Houvera algo na fúria de Chávez, a sua veemência ignorando qualquer cautela, que alguns interpretaram como o fato de que ele sabia — sabia de fato — que Afiuni fora comprada. Era plausível. Tantos juízes ajustavam suas sentenças ao lance mais alto que o sistema judiciário parecia um leilão. Cedeño podia ter oferecido milhões. Ofereceu? Afiuni não ficou ofendida com a pergunta.

— Não, não ofereceu. Eu não me apresentei para o caso dele. E nem eu nem a minha família jamais tivemos qualquer contato com Cedeño. Não houve suborno.

A voz era rouca, o olhar equilibrado. Os promotores acusaram Afiuni de corrupção e abuso de poder, mas, depois de aparentemente não encontrarem qualquer evidência de pagamento ilícito, a acusaram de “corrupção espiritual”. Era provável que sua culpa ou inocência nunca fossem devidamente estabelecida. O sistema judiciário era podre, e o caso, politizado demais. Ela ainda não tinha data de julgamento.

Afiuni suspirou. Esperava problemas com o caso Cedeño, mas não previu que aquilo pudesse definir sua vida.

— Eu sabia que era um caso sensível, sabia que ficariam zangados. Só não pensei que chegariam ao ponto de me prender. — O som de vozes e de salsa tocando vinha do pátio ensolarado do lado de fora, onde outras detentas recebiam suas visitas, todas em cadeiras alugadas. Era uma atmosfera festiva, mas a juíza não se atrevia a se misturar com as outras. Além de decapitação, ela fora ameaçada de ser queimada e estuprada. — A instrução de Chávez foi que eu não deveria sentir a luz do sol no rosto. Bem, você pode ver como estou branca.

Acendeu outro cigarro.

— Agora tenho tempo demais para estes aqui. Não conte para a minha mãe nem para a minha filha quantos eu fumo. — Pálida, esgotada e curvada, Afiuni não parecia bem. Em alguns meses seria operada por problemas no útero, depois tratada de câncer. O único lado positivo do encarceramento, disse ela, era ver o sistema judicial na sua ponta mais cruel. Suas vizinhas incluíam uma sequestradora (“ela estava apaixonada pelo namorado, e ele estava numa gangue de sequestros, e você já sabe o resto”), uma mulher que matou um marido abusivo e uma funcionária ministerial corrupta que sofria zombaria de todos por ser possivelmente a única de sua espécie a ser pega e presa por uma coisa dessas. Afiuni tinha feito amizade com elas e as ajudara em seus casos, provocando uma enchente de petições de prisioneiras de outras alas.

Quando discutia seu próprio caso, sua voz endurecia. Carreira encerrada, saúde precária, a filha crescendo sem sua presença, destino nas mãos de um governante caprichoso, tudo doía.

— Estou aqui como prisioneira do presidente. Sou um exemplo para outros juízes do que acontece quando se sai da linha. — O tormento era não saber por quanto tempo ela teria esse papel, um papel que ela desempenhava, do ponto de vista de Chávez, com muita eficiência. Os juízes da Venezuela estavam tão aterrorizados que não ousavam juntar-se ao clamor internacional pela prisão da colega, nem visitá-la. Pela primeira vez Afiuni, que, quando menina, assistia na televisão a filmes de tribunal e idealizava juízes, soava amarga. Eram amigos, colegas, gente que ela orientara, reverenciara, acompanhara em almoços, cumprimentara nos aniversários. E todos lhe viraram as costas. — Ocasionalmente, recebo uma mensagem dizendo que fulano de tal manda sua compaixão, mas eles têm medo de falar abertamente. Isso faz deles covardes e cúmplices. — Estava prestes a dizer mais, expor a traição, aí balançou a cabeça. Era injusto demais. Mais tarde, terminada a hora de visitas, Afiuni dobrou as cadeiras, abraçou o irmão e fechou a porta de sua cela. A massa, disse ele para a figura que ia desaparecendo, estava no Tupperware quadrado.



O caso de Afiuni marcou um ponto em que mesmo os mais exaltados defensores intelectuais do comandante não o seguiam. Por uma década, Noam Chomsky, o festejado flagelo do capitalismo, louvara a revolução como um farol e um contrapeso ao imperialismo dos Estados Unidos. A paixão era recíproca. Chávez tornara um dos livros de Chomsky, *O império americano — hegemonia ou sobrevivência*, recordista de vendas depois de brandi-lo durante um discurso na ONU em 2006. Três anos depois, recebeu o professor com pompa e abraços calorosos em Caracas. O homem votado como o maior intelectual público pela revista *Prospect* disse que a Venezuela estava dando passos rumo a um mundo melhor. O comandante sugeriu maliciosamente que Washington poderia reatar os laços

diplomáticos tornando-o embaixador em Caracas.

Mas, em 2010, Chomsky, na sua casa perto do Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde lecionava linguística, estava pouco à vontade. Ele se descrevia como um socialista libertário, desconfiado da autoridade do Estado. E o comandante estava acumulando cada vez mais autoridade. Alguns outros acadêmicos nos Estados Unidos, Europa e América Latina, que anteriormente haviam defendido o comandante, sentiam-se da mesma maneira. Confidenciavam suas apreensões em particular, mas não em público, receando acusações de traição de um lado, e de ingenuidade de outro. Permaneceram em silêncio. Chomsky estremeceu quando Chávez centralizou mais poderes fazendo uso de leis que lhe davam abertura, mas o caso Afiuni foi seu limite. Ativistas de direitos humanos no Carr Center de Harvard divulgaram detalhes das provações da juíza. Alarmadas com seu câncer, em fevereiro de 2011 as autoridades relaxaram seu confinamento para prisão domiciliar, mas deram andamento no caso. Chomsky escreveu uma carta pessoal a Chávez solicitando clemência. Quando não obteve resposta, redigiu uma carta aberta em julho de 2011, lamentando a “crueldade” e o “tratamento degradante” que haviam violado os princípios bolivarianos da revolução. “Em tempos de gritos por liberdade por todo o mundo, a detenção de María Lourdes Afiuni se destaca como uma feroz exceção que deveria ser rapidamente corrigida, em nome da justiça e dos direitos humanos em geral e para afirmar um papel honrado para a Venezuela nessas lutas.”

Era uma afiada censura do defensor cerebral de Chávez, e o pior ainda estava por vir. Numa entrevista telefônica depois da carta, Chomsky, a voz esganiçada pesando cada palavra, fez rodeios para chamar o comandante de caudilho autoritário. “Bem, obviamente é inadequado o executivo intervir e impor uma sentença de prisão sem julgamento. Tenho dúvidas de que [Afiuni] possa receber um julgamento justo. É surpreendente que, até onde eu entendo, outros juízes não tenham vindo em seu apoio (...) Isso sugere uma atmosfera de intimidação.” O professor elogiou a Venezuela por se opor à perene atitude intimidadora dos Estados Unidos e por defender a integração regional, e manifestou contínua esperança de que a revolução seguisse rumo a um mundo melhor. Ele não denunciaria explicitamente seu caloroso amigo. Mas retornou, como um caranguejo, à volúvel teimosia do comandante. “Em qualquer lugar da América Latina existe uma ameaça potencial da patologia do caudilhismo, e é preciso resguardar-se contra ela. Se na Venezuela ela já avançou demais, não sei dizer ao certo, mas acho que talvez sim. A concentração do poder executivo, a menos que muito temporária e por circunstâncias específicas, tais como o combate na Segunda Guerra Mundial, é uma agressão à democracia. Pode-se discutir se as circunstâncias [da Venezuela] requerem isto: as circunstâncias internas e a ameaça externa de ataque, esta é uma discussão legítima. Mas meu próprio julgamento nesse debate é que não requerem.” Não foi nada substancial nem direto, e não serviria para uma lápide, mas com toda essa forma vacilante, cheia de rodeios, o maior defensor da revolução havia declarado um epitáfio para a Grande Jornada Moral e de Iluminação.

PROTESTO

Luis Blanco passou a vida guardando dinheiro e poder que nunca foram seus. Era segurança de um conjunto residencial em Altamira, uma das mais belas áreas de Caracas, e ocupava um cubículo apertado ao lado de um portão eletrônico que ele abria e fechava ao toque de um botão branco sobre a mesa. Seu serviço era monitorar visitas, receber pacotes e anotar numa ficha as idas e vindas de veículos, cada um maior e mais reluzente que o outro. Luis tinha orgulho do seu trabalho, mantendo anotações impecáveis, sempre vestia camisas brancas, imaculadas. Alto, esguio, cabelo prateado repartido do lado, tinha um semblante distinto que poderia ter pertencido a um aristocrático banqueiro. Quando estava fora de seu cubículo, às vezes os visitantes o tomavam por um morador e se dirigiam a ele com o formal *usted*. Quando isso acontecia, Luis dava um sorriso, e a ilusão se dissolvia porque havia grandes vazios entre seus dentes. Os visitantes, constrangidos, notavam tardiamente os sapatos gastos e o nome do prédio na camisa, e, de forma automática, com um imediato clique mental, mudavam o tratamento para o informal *tú*. Luis, ainda sorrindo, respondia, dirigindo-se a eles como *ustedes*.

O cubículo era seu reino, e ele o aproveitava da melhor forma possível, esfregando o vaso sanitário sem assento no microscópico banheiro cuja porta nunca se fechava direito, guardando recipientes de arroz e feijão fora do campo de visão, empilhando os pacotes em pilhas bem-arrumadas, cartas em ordem alfabética. Algumas noites estendia um fino colchão no chão e se encolhia em posição fetal, mal cabendo no espaço, para furtar algumas horas de sono. Seu único vício era o álcool. Algumas vezes por ano bebia demais e acenava para deter um morador, exclamava um comentário sobre a beleza do dia e desejava de coração a ele ou a ela toda a saúde do mundo. Mas a maior parte do tempo ficava em sua cabine, uma presença fantasmagórica abrindo e fechando o portão para carros com janelas escurecidas.

Muitos moradores, porém, não confiavam nele. Não era pessoal; mal o conheciam ou falavam com ele. Era, do ponto de vista deles, simplesmente senso comum. Como *vigilante*, o nome local para segurança, Luis era, por definição, pobre, mal pago, e estava em situação de vender informação para

ladrões e sequestradores. Eram casos comuns. Mantenha distância, aconselhavam os vizinhos. Não lhe conte nada.

Luis nasceu em 1956 numa família de classe média baixa em El Valle, um bairro pobre na encosta do morro, dois anos antes de Pérez Jiménez fugir do palácio e a Venezuela ganhar a democracia. Depois que seu pai desapareceu, a família lutou com dificuldades, mas Luis, começando como mensageiro, foi ascendendo até se tornar um empregado de escritório júnior num banco. Depois que o banco tropeçou junto com a economia da Venezuela no final da década de 1980, a sorte de Luis declinou, e ele foi trabalhar em cozinhas de restaurantes. Em 1998, ano em que Chávez foi eleito, ele conseguiu o emprego segurança, e por ali ficou. Por acaso, a adversária de Chávez na eleição, Irene Sáez, política e ex-Miss Universo, morava no edifício. Embora mais nova que Luis, ela se referia a ele, brincando, como seu filho. Luis não se ofendia, sorria seu sorriso banguela, mas votou em Chávez. Porque finalmente havia esperança. Um líder que compreendia as lutas e humilhações dos *barrios*.

Luis instalou uma minúscula televisão no cubículo e assistiu, hipnotizado, à revolução tomar forma. A constituição de 1999, o referendo de confirmação de 2004, as missões sociais, os episódios de *Aló, presidente*, a reeleição do comandante em 2006, o referendo de 2009 abolindo limites de mandatos. Ele aplaudia tudo isso e venerava Chávez como *mí comandante*. Seu compromisso com a revolução sobreviveu às evidências de corrupção — funcionários do governo compravam apartamentos com dinheiro vivo e se mudavam para o prédio, oficiais do exército “pegavam emprestadas” Ferraris de uma importadora para correrem para cima e para baixo em frente ao seu cubículo — e a golpes pessoais cruéis. Em julho de 2010, seu filho, policial, foi surrado, estrangulado e morto por presos em fuga que aparentemente tiveram ajuda de outros agentes. Três meses depois, ladrões balearam o neto de Luis, de 22 anos, para roubar sua motocicleta. Sem atendimento por dezessete horas (as clínicas locais não estavam funcionando), o rapaz entrou em coma e morreu. O coração de Luis ficou despedaçado, e o sorriso nunca mais foi o mesmo; havia hesitação, era forçado. Mas, se algo dentro dele morreu, não foi a fé na revolução, que só ficava mais forte. E aí estava o nó da questão. Por causa de Chávez, Luis sentia que tinha poder. No trabalho, não era ninguém, um dos milhões de anônimos, mal reconhecidos guardas de segurança. Mas em El Valle ele fazia parte da revolução, um membro ativo e respeitado do conselho comunal. Um homem cuja opinião tinha importância, abordado nas ruas pelos vizinhos, que lhe pediam para pensar nesse assunto e resolver aquele outro. Ele rabiscava as reivindicações num caderno e sorria. Claro que sim! Levantaria o assunto no conselho. Eles apertavam sua mão, subitamente esperançosos. Obrigado, Luis!

As primeiras tentativas de poder popular como os Círculos Bolivarianos e os batalhões, pelotões e esquadrões eleitorais se esvaneceram depois que Chávez perdeu interesse, mas a partir de 2005 ele investira leis e bilhões de dólares em conselhos comunais, chamando-os de motor mais importante da revolução, uma “nova geometria do poder” para aprofundar o socialismo e fazer progredir o

desenvolvimento, levando a um Estado comunitário. Cada um era formado por uma assembleia de cidadãos de duzentas a quatrocentas famílias que compartilhavam uma história e geografia comuns. A assembleia organizava comitês de trabalho dedicados a questões específicas — habitação, água, eletricidade, comida, esportes, relações com a mídia — e elegia delegados de cada comitê para a executiva do conselho. Além disso, elegia administradores, tesoureiros e fiscais. Os conselhos tinham o poder de auditar a administração pública, de hospitais a ministérios, tornando o Estado efetivamente responsável. Recursos eram redirecionados de prefeitos e governadores estaduais — legados de uma democracia representativa desacreditada — para essas “explosões de poder popular”. Em 2010, havia cerca de 31 mil conselhos por todo o país.

Fevereiro de 2011. Cerimônia de inauguração do novo conselho de bairro de Luis. Ladeiras íngremes, caldeirões, lajes de concreto, janelas com grades e uma abundância de pratos de papelão. Um homem cuja motocicleta roncava ao dar cavalos de pau. Outros espremidos nas portas tomando cerveja. Eram onze horas da manhã. Luis estava ansioso para causar boa impressão.

— Aqui somos todos patriotas. — Apontou uma casa no fim da rua. — O governo construiu aquilo. Um belo trabalho. — Fora uma longa batalha até chegar a esse dia, ele confidenciou. Conselhos anteriores fracassaram, disse, sem dar detalhes, mas os resolutos haviam se reagrupado para essa nova tentativa. — Compatriotas, camaradas, aí estão todos! — Cerca de uma dúzia de mulheres de camisetas vermelhas juntava cadeiras numa quadra de basquete e passava entre os presentes suco de papaia. Luis, esguio e forte para sua idade, carregava mesas para a quadra. A voz de Alí Primera, um ativista de esquerda e trovador que morreu nos anos 1980, ressoava nos alto-falantes.

Não, não, não, basta de rezar
muitas coisas são necessárias
para conquistar a paz...
Nada se pode conseguir
Se não houver revolução
Não, não, não, basta de rezar

Havia um clima festivo, mas as mulheres estavam agitadas. O gabinete da prefeitura não enviara um toldo, então a cerimônia seria debaixo do escaldante sol do meio-dia.

— Eu estou completamente comprometido com esse processo, tenho dado tudo, e eles não podem nos emprestar nem a porra de uma tenda por algumas horas.

Pior, só metade do comitê apareceu. Resmungos saíam aos borbotões.

— Conselhos anteriores deram errado depois que membros sumiram com o dinheiro — disse María

Hernández, uma jovem mãe, soltando um suspiro. — Isso acontece muito.

Como resultado, o banco estatal que distribuía fundos passara a ser muito cauteloso e burocrático, exigindo uma papelada sem fim que sugava tempo e energia, disse outra mulher.

— As pessoas ficam de saco cheio, se mandam. Carneiro ferrou mesmo com tudo.

Luis voltou à conversa.

— É difícil convencer as pessoas a se envolver em política — ele disse, um tanto defensivamente —, mas aqui estamos hoje, com um novo começo. — As mulheres assentiram, sem querer discutir. — Sabe — continuou Luis, buscando um tema mais positivo —, Carneiro ajudou a começar tudo isto.

General Jorge Luis García Carneiro. El Valle tinha orgulho de seu herói local que fora chefe do exército, depois ministro da defesa e em seguida ministro de desenvolvimento social e participação popular, papel que lhe permitira patrocinar os conselhos. No entanto, Raúl Baduel, em sua entrevista na prisão, disse que Chávez retirara García Carneiro da Defesa para puni-lo, presumivelmente, por tentar receber uma propina de 20 milhões de dólares num negócio de armas com a Rússia. Foi uma acusação não comprovada que os promotores perseguiram. O novo feudo de Garcia Carneiro, como governador do estado de Vargas, era uma pocilga de corrupção e má administração que deixara sem teto muitos dos sobreviventes dos deslizamentos de terra de 1999.

Com duas horas de atraso, a cerimônia de inauguração teve início. Ainda faltava metade do comitê, e os que tinham comparecido murchavam sob o forno do calor do sol. O convidado de honra era Jesús Farías, membro da Assembleia Nacional e filho de um figurão conhecido do Partido Comunista. Farías, que estudou economia na Alemanha, era alto e de pele clara, usava um boné de beisebol e uma camisa esportiva vermelha de microfibra, de aparência cara. A retórica pairou acima da congregação banhada de suor na nua e mirrada quadra de basquete.

— Nós somos galhos de uma árvore com um tronco poderoso. Estamos progredindo, consolidando. Porque agora — uma pausa, para todo mundo redobrar os esforços de enxergar através do brilho do sol — agora o povo está no poder. O povo é o poder! — Farías esperou que o aplauso diminuísse. — Rezemos pelas nossas crianças, pela nossa revolução e pelo comandante Chávez. Façamos um juramento: pátria, socialismo ou morte! Lembrem-se, vocês são a esperança!

Todos ficaram de pé para uma ovação, e momentaneamente a decepção, o calor e os arredores decrepitos foram esquecidos. As palavras permaneciam no ar. Nós somos o poder. A esperança. Membros do conselho fizeram fila para receber os certificados beges. Luis, uma figura popular, foi escolhido para elogios.

— Com Luis, vamos construir o país com que Bolívar sonhou.

Luis olhou para os sapatos, corando de orgulho. Farías fez um sinal a um auxiliar para que fosse buscar algo em seu carro. Um presente de surpresa para o novo conselho. Os membros murmuraram de ansiedade e retomaram seus assentos. Todos os olhos se fixaram numa sacola preta enquanto era

passada a Farías. Ele limpou a garganta.

— Em nome da revolução, eu lhes dou esta bola de basquete.

Como definir o silêncio que se seguiu? Todo mundo fitava a esfera cor de laranja. Farías devolveu o olhar. Gotas de suor se juntaram sob seu queixo. Luis se pôs de pé e bateu palmas. Os restantes o acompanharam, relutantes em seus assentos, com aplausos econômicos. O convidado de honra deu um sorriso — ou teria sido um esgar? — e se encaminhou para o carro. A cerimônia estava terminada.



Por toda a Venezuela, muitos conselhos insuflaram vida num governo com base popular: plantaram árvores em praças, distribuíram alimentos subsidiados, consertaram casas e estradas, trataram com agências governamentais. Uma sensação de poder prática, útil. Chávez os chamou de motor mais importante da revolução.

No papel era uma ideia promissora. Desejo e energia populares complementariam, e por fim substituiriam, o governo local tradicional para efetivar a democracia direta sonhada desde Rousseau. Ao contrário de outras iniciativas que soçobraram ao longo do caminho, o comandante persistiu com os conselhos após seu lançamento em 2005, chamando-os de “reestruturação socialista da geopolítica da nação”. Ele desenhava elaborados fluxogramas descrevendo a sociedade e o Estado com várias setas, representando o poder, convergindo para uma pirâmide que representava os conselhos. Chávez, é claro, mantinha o controle amarrando os barbantes financeiros do conselho ao palácio. E, ao enfraquecer prefeitos e governadores, os conselhos poderiam de fato escorar a autoridade executiva central. No entanto, era um experimento audaz em termos de reciprocidade.

Após um início espasmódico — a eleição presidencial de 2006, o referendo de 2007 e as eleições regionais de 2008 prenderam a atenção do palácio —, os conselhos se multiplicaram, e em 2009 eram oficialmente um grande sucesso. A televisão estatal mostrava um florescimento do país num programa semanal chamado *Construyendo República*, que abria com um *jingle* animado e nuvens fofas deslizando pelo céu azul antes de apresentar reportagens que mostravam como os conselhos assumiam responsabilidades, abordavam problemas e afirmavam a nova geometria do poder.



Fevereiro de 2010. Após as principais notícias do dia — a expropriação das joalherias na praça Bolívar em Caracas —, era hora do programa *Construyendo República*. O *jingle* e os créditos de abertura sumiram para revelar enormes mangueiras, raios de sol e um pátio com cerca de duas dezenas de homens e mulheres sentados em círculo: em roupas informais, mas caprichadas, jeans e

camisas polo, pele morena escura, na maioria robustos, espremidos em cadeiras de plástico. Em outras palavras, típicos venezuelanos do litoral, e não do tipo que em geral se via nos canais de TV da iniciativa privada, que evitavam dentes estragados e corpos imperfeitos, especialmente escuros, e enchiam seus programas com beldades pálidas e cosmeticamente realçadas.

“Fortalecimento do Poder Popular em Morón”, dizia a legenda na parte de baixo do vídeo. Morón era uma encruzilhada paupérrima de barracos e paradas de caminhão perto do maior porto do país, Puerto Cabello. Um monturo horroroso pelo qual os viajantes passavam correndo a caminho de algum lugar melhor. Escravos fugidos encontraram refúgio ali no século XVII, e era como se o Estado jamais tivesse perdoado o local, que despencara pelas rachaduras dos governos nacional, regional e local. Até o início da década de 1990, havia famílias descalças, que viviam sem eletricidade ou água corrente. Uma refinaria de petróleo e instalações para a indústria petroquímica criavam muita poluição e poucos empregos para os habitantes locais. Os trabalhadores moravam em alojamentos e vinham para a cidade em busca de álcool e sexo. O apelido de Morón era Mojón, ou monte de excremento.

E lá estava a TV estatal mostrando um pátio varrido, um jardim verdejante e a determinação cívica. E foi direto ao assunto. “Bem-vindos”, disse a moderadora, Josefa Rivera, uma mulher negra com jeito de avó e óculos na ponta do nariz. “Estamos aqui num encontro de conselhos comunais para discutir suas conquistas, projetos, visões e missões, além de seus objetivos para desenvolver suas comunidades. Vamos dar a palavra primeiro a Eligio Monsalve, de Las Colinas.” O microfone foi passado de mão em mão, de modo que todo mundo pôde falar. No final todos concordaram que a solução para o desenvolvimento era maior conscientização. E coordenação. Conscientização e coordenação. As palavras foram escritas e sublinhadas. A moderadora agradeceu as contribuições, todos bateram palmas e os créditos apareceram a seguir.

Não era, deve-se dizer, um programa empolgante. Ninguém discutiu nem contestou qualquer ponto, ninguém contou uma história, e as câmeras nunca deixaram o pátio, de modo que Morón em si permaneceu invisível. Mas e daí? Uma revolução não pode ficar sempre marchando e cantando. Para transformar o mundo material, é preciso parar, sentar e se preocupar com um milhão de pequenas coisas. Com Chávez havia tanta barulheira — logo depois do programa ele estava numa conferência denunciando a ocupação britânica nas ilhas Falkland / Malvinas — que podia ser revigorante escutar pessoas comuns conversarem sem tambores ou címbalos, um experimento de democracia direta.

Na eleição presidencial de 2006, Morón votou esmagadoramente no comandante. Ele mandou fazer cartazes com os dizeres “Gracias, Morón, 81,46%” e rebatizou a rodovia com o nome de Cimarrón Andresote, líder de uma rebelião escrava e símbolo de resistência. Os primeiros conselhos, formados ali no mesmo ano, invocavam os sete dons do Espírito Santo, uma referência às escrituras, pelo bem que estava por vir: consulta contínua à comunidade, reuniões móveis do comitê, monitoramento dos serviços públicos, prevenção de crimes, desenvolvimento agrícola, trabalhar com empresas estatais,

especialmente o porto, Puerto Cabello, e a Pequiven, uma indústria petroquímica, para criar empregos e infraestrutura.

Na época da transmissão de fevereiro de 2010, a cidade estava inquieta. Sete dons. Que tal apenas um ou dois? Paciência, pediam os conselhos, estamos trabalhando duro. Os membros estavam exaustos das contendas com o prefeito, Matson Caldera. Teoricamente, os conselhos eram separados da autoridade municipal, mas Caldera, membro do partido socialista do comandante, tinha vocação para caudilho. Da boca para fora apoiava a transcendência e a autonomia revolucionárias dos conselhos, mas se intrometia à força, plantando colaboradores e parentes, engolindo suas verbas e expandindo uma rede de nepotismo e apadrinhamento que calava descontentamentos com empregos e dinheiro. A imagem e o nome do prefeito estavam colados e eram invocados por toda a cidade, um microculto de personalidade.

O comandante advertira prefeitos e governadores para que não se metessem, mas os funcionários do palácio estavam ocupados demais com a rotatividade de ministros e as mudanças organizacionais para fazer a advertência vigorar. Em todo caso, Chávez contradizia sua própria recomendação ao ordenar aos conselhos que fizessem campanha para prefeitos e governadores nas eleições locais. O engajamento nas eleições e referendos acabou por solapar os membros do conselho de Morón. Já sobrecarregados de reuniões, não tinham tempo para seus empregos regulares e suas famílias. A frequência oscilava. Os que ficaram se sentiam exauridos. Cresceram suspeitas de que alguns membros estavam fazendo acordos secretos com empresas privadas. Outros foram acusados de embolsar fundos, inclusive alguns dos que apareceram na assembleia televisionada sob a mangueira. Todos negaram qualquer transgressão, e ninguém foi acusado. Em fevereiro de 2011, um ano depois da transmissão (e no mesmo mês em que El Valle ganhou sua bola de basquete), os membros enraivecidos do conselho de Morón invadiram o prédio da prefeitura e acusaram o prefeito de sujeira e corrupção. Ele rejeitou as acusações e os qualificou de terroristas. A polícia e os tribunais estavam ocupados demais com sequestros e assassinatos para investigar, de modo que o descontentamento continuou no ar, sem ser resolvido, solapando a confiança.

As divergências internas de Morón deixaram a cidade sem liderança em meio a crescentes problemas econômicos e sociais: escolas superlotadas, clínicas arruinadas, uma rodovia caindo aos pedaços, uma ferrovia incompleta, abandonada, apagões de energia que duravam semanas, falta de água que durava meses. Alguns agricultores faliram porque uma pequena ponte, seu único caminho para o mercado, ruiu e não foi reconstruída, outros porque o governo enchia os mercados com alimentos importados a baixos preços na esperança de conter a inflação. A indústria petroquímica, a Pequiven, não podia oferecer empregos nem concessões porque estava às voltas com apagões, greves e sublevações administrativas (o comandante demitira o presidente porque supostamente teria aumentado os preços, “um ato capitalista”). Puerto Cabello, o maior porto do país, não podia ajudar,

pois estava emaranhado em seus próprios problemas: um escândalo referente a contêineres com comida apodrecendo e ecos da prisão de Walid Makled, o senhor de drogas que havia dirigido grande parte do porto.



O governo tentava afastar a tempestade que se formava com um pretenso progresso. Cartazes mostravam o comandante num jaleco de laboratório ou com um capacete de obra sorrindo e saudando com *slogans* ao fundo. “Desenvolvimento tecnológico!” “Feito no socialismo!” As cores rapidamente se esvaneciam sob o sol tropical. Rádios locais, na maioria em mãos do Estado, faziam sua parte com animados *jingles* e histórias. “Não perca a exibição das máquinas de terraplenagem chinesas”, dizia, entusiasmado, um dos apresentadores do noticiário. “Elas estarão em exposição por dois dias antes de começarem o trabalho na rodovia, fortalecendo a revolução.” Estatísticas maquiadas que classificavam as hordas de vendedores ambulantes miseráveis como empregados com boa renda eram saudadas como triunfos.

A paciência de Morón ia morrendo. Onde as autoridades tradicionais haviam fracassado, agora também fracassavam os conselhos comunais. A propaganda oficial tornava a decepção ainda mais amarga. Vizinhanças começaram a manifestar suas queixas em faixas, marchando para fora de suas favelas, entoando palavras de ordem e brandindo o punho. As exigências de Morón não eram políticas. Eles não buscavam insurreição, apenas água, eletricidade, empregos, ruas. E endureceram o jogo bloqueando ruas.

Um grupo de defesa de direitos humanos, Provea, contou 1.763 demonstrações por todo o país em 2008, saltando para 3.297 em 2009, ficando em 3.114 em 2010 e aproximando-se de 4 mil em 2011. A *sala situacional* sob o gabinete do comandante — seus olhos, ouvidos e centro de comando tático — monitorava cerca de dez protestos diários. Para os líderes dos protestos, os objetivos eram simples: criar suficiente tumulto — *bululú* na gíria local —, de maneira que os cães de guarda do palácio se sentissem obrigados a agir, a despachar negociadores, a demitir um governador, a jogar dinheiro para um prefeito, a alterar o traçado de uma rodovia, qualquer coisa necessária para dissolver a demonstração. A competição provocou uma escalção, porque as esperanças de muitas cidades tinham se transformado em cinzas. Nem todas as erupções eram atacadas, apenas as mais perturbadoras, de modo que, à medida que se multiplicavam, os protestos competiam por atenção. Quem causasse a maior comoção ganhava.

Nessa disputa Morón tinha uma vantagem. Duas rodovias convergiam na cidade, uma ligação arterial fundamental que unia a Venezuela ocidental, oriental e central. Se fosse cortada, provocaria uma hemorragia na economia. Assim, as comunidades se revezavam marchando para a rodovia no

intuito de bloquear o tráfego. Foi fácil. Algumas dúzias de pessoas, alguns cartazes, pneus, fluido de isqueiro e, pronto, atenção do governo. Às vezes nem se davam o trabalho de queimar pneus. Bastava entrelaçar os braços cruzando a rodovia de quatro pistas. Um congestionamento monstruoso se formava no trânsito, bloqueando milhares de caminhões, ônibus e carros, numa fúria de buzina impotente e sufocante.

A magra infraestrutura rodoviária significava que não havia rota alternativa, não havia como escapar. Estradas laterais não levavam a lugar algum via pântanos e regiões pedregosas. Ligar o rádio em busca de informação era inútil, pois o dial era dominado pelos canais estatais e “comunitários” pró-governo, que ou ignoravam a confusão (“depois do intervalo, detalhes da conferência da Alba”) ou davam notícias breves, inúteis, acusando os líderes dos protestos de sabotagem. Em tais circunstâncias, o Twitter tornou-se a melhor e às vezes única fonte de informação, atuando simultaneamente como impulso nervoso para o palácio, obrigando a *sala situacional* a agir.

Protestos nem sempre funcionavam. Às vezes a polícia desbaratava as barricadas, ou funcionários mandavam os manifestantes para casa com falsas promessas. Mas a tática era bem-sucedida o suficiente para ser imitada. Salários não pagos, ruas não pavimentadas, telhados com goteiras, merendas escolares estragadas — para a rodovia! Trabalhadores petroquímicos formaram seu bloqueio sob um enorme cartaz ilustrado com uma fotografia da última visita do comandante à indústria: “Avançando com a Pequiven!”

Um bloqueio em setembro de 2011 — partes de Morón tinham ficado sem energia elétrica durante semanas — continuou noite adentro, deixando motoristas apavorados à mercê de gangues de assaltantes. Depois de roubar carteiras, telefones e joias, começaram a saquear os caminhões que vinham do porto. Os manifestantes — homens, mulheres e crianças — aderiram como um exército de formigas, forçando a abertura de contêineres, quebrando janelas e levando televisores, latas de atum, óleo de cozinha, móveis. O ambiente assumiu um ar festivo. “Feliz Natal!” Dois homens descalços balançavam entre si um porco que guinchava e saíram em disparada numa motocicleta. O salve-se-quem-puder durou até o amanhecer.



Praticamente em qualquer outro lugar as autoridades teriam dissolvido bloqueios ilegais que provocavam tumulto, mas nos domínios do comandante eles eram bastante tolerados. A polícia e a guarda nacional raramente eram mobilizadas, e os poucos manifestantes detidos eram logo soltos. Era estranho. Por que um regime em geral autoritário haveria de usar uma simples chinelada quando uma boa surra seria, nessa ocasião, considerada legítima? Em parte porque manifestantes da base popular violavam a imagem do comandante como grande benfeitor. Ele atribuía a origem de seu

movimento às manifestações contra a austeridade econômica de 1989 em Caracas, e não queria que o povo dissesse que a balança pendia para o outro lado.

A principal razão, porém, era que os protestos não o ameaçavam diretamente. Era uma das coisas mais estranhas. Um populacho ressentido, frustrado, montando milhares de pequenas insurreições — e o palácio, calmo. Governantes de Nabucodonosor a Mubarak temiam essa inquietação porque sabiam que um córrego descendo uma montanha podia se juntar a outros córregos, ganhar volume e tornar-se um rio poderoso correndo ruidosamente rumo ao trono. Tal agitação ajudou a varrer o comandante no golpe de 2002, mas agora, quase uma década depois, não lhe causava pânico. Os protestos eram um panorama desolador, é verdade, mas dividir para reinar os mantinha como instantes efêmeros e fugazes.

Os manifestantes, afinal, não eram desamparados famintos. Ao contrário, muitos eram gorduchos e, segundo as estatísticas, consumiam mais proteínas e açúcar do que nunca. A renda média real havia aumentado de 2003 a 2008, diminuído durante a recessão e se recuperado a partir de 2011. A gasolina era gratuita, e as lojas do governo, para aqueles que tinham paciência para as filas, ainda forneciam gêneros alimentícios pesadamente subsidiados. Crime, serviços públicos desastrosos e escassez de empregos decentes geravam frustração, mas não ação coletiva. As receitas do petróleo e os empréstimos da China geravam dinheiro suficiente para comprar o fim dos protestos. Mesmo quando as greves se espalharam entre enfermeiras, professores, estudantes, agricultores, farmacêuticos, servidores civis, motoristas de ônibus, trabalhadores do metrô, médicos e polícia, havia petrodólares suficientes para encher seus bolsos e mandá-los, resmungando que ainda não era o bastante, de volta para o trabalho. Enquanto os protestos permanecessem atomizados, o palácio estava seguro.



A televisão estatal raramente mencionava a inquietação — fazendo ocasionais exceções para qualificar alguns líderes como conspiradores de um golpe — então havia pouco eco na mídia. Era como se o corpo político estivesse com sarampo, erupções de pele irritantes, passageiros, mas o comandante em si fosse vacinado. Afinal, ele era o grande patrocinador do poder do povo, dos aumentos nos pagamentos e dos trabalhos públicos, gastando horas com mapas e diagramas explicando os detalhes. Se posteriormente as promessas falharam em se materializar, isso era culpa de ministros, administradores e líderes dos conselhos comunais, tolos e tratantes que traíam o comandante. Esse pensamento mágico foi encapsulado num *slogan* que surgiu e se multiplicou ao longo de 2011. *Viva Chávez, abajo el gobierno.*

Alguns apenas professavam acreditar nele. Ainda vestiam vermelho e berravam palavras de ordem revolucionárias, mas insinuavam a heresia. Aporrea, um website e caixa de ressonância pró-governo,

faiscava de exasperação. “Camarada Presidente, você precisa baixar um pouco o tom do discurso populista e atacar a corrupção nos conselhos comunais, na Fundacomunal [uma agência distribuidora de verbas] e no Ministério das Comunas. A decisão está nas suas mãos. O desapontamento nas comunidades é enorme, e todo dia perdemos gente. Não podemos criar o socialismo enquanto existir tanta incompetência e corrupção.” Outros, aos sussurros, admitiam o engodo.

Digamos que um desses manifestantes chamava-se Rodolfo, trabalhador na área petrolífera oriundo de Maracaibo, desempregado, exausto, a barba por fazer, acampado com colegas defronte à Assembleia Nacional em Caracas. Eles estavam ali havia três semanas em busca de empregos. Em particular, Rodolfo chamava o presidente de arquiteto de um fiasco, um charlatão. Fazia pouco das faixas amarradas às grades, proclamando seu grupo “revolucionário” e “ultrachavista”. Acessórios teatrais, disse ele. Quando apareceu uma câmera de TV, Rodolfo irrompeu em voz alta, num tom urgente, dizendo que o comandante estava sendo enganado. Se Chávez ficasse sabendo a verdade, com certeza reintegraria os camaradas. “O comandante nos salvará.” Acusar Chávez diretamente significava expulsão do “processo”, perda de benefícios e direitos, ou esperança de benefícios e direitos, assim ironizavam as línguas afiadas dos cétricos, desiludidos e absolutamente descrentes. Eles iniciavam qualquer crítica com *yo soy chavista*. Era algo calculado, não covardia. Na ausência de uma oposição unida, digna de crédito, não havia alternativa a Chávez. Revolução era o único jogo que valia a pena ser jogado.



Os protestos que se multiplicaram em 2011 não ameaçaram o palácio. Dividir e reinar neutralizava a potência deles. Mas, por causarem a exposição do fracasso de muitos conselhos comunais, custaram ao comandante algo precioso. Esse deveria ter sido seu ano de glória, um apogeu de lauréis e justificativas, porque a crise econômica expusera profunda discórdia no Ocidente. Eleitores que se sentiam alijados ocupavam Wall Street, provocavam tumultos em Atenas e Londres, realizavam passeatas em Madri e Paris. Chamavam a si mesmos os 99% e exigiam restrições ao 1% dos ricos, que, segundo eles, haviam usurpado o capitalismo e a democracia liberal.

Imagine-se a excitação do comandante. Ele havia muito avisado que o capitalismo estava em crise e a democracia liberal, nas mãos de elites gananciosas. Olhem para a Venezuela, gritava ele, vejam como estamos forjando a verdadeira democracia, uma nova geometria. Um experimento radical com montes de dinheiro conduzido por um rebelde eleito, carismático, por que não? Poderia ter se tornado um farol e atraído atenção, comparações invejosas, elogios. Se essa fantasia se desenrolou na cabeça do comandante, imagine-se a esmagadora decepção quando o mundo real se mostrou indiferente. Crime, retração econômica e diversos protestos tornaram tóxico o modelo de Chávez. Nada de aclamações

ressoando em seus ouvidos, nada de pessoas em busca de sabedoria fazendo fila às portas do palácio. Nesse momento de intenso anseio global por outro caminho, ele era evitado até mesmo por aqueles que o ovacionavam em épocas anteriores. Voavam por cima da Venezuela ignorando a figura na sacada de Miraflores acenando como um marinheiro náufrago. Aqui. Aqui embaixo. Olhem aqui embaixo. Presidentes de esquerda recém-eleitos como Ollanta Humala no Peru, Mauricio Funes em El Salvador e José Mujica no Uruguai, óbvios aliados em potencial, evitavam-no como se ele tivesse varíola e em vez disso invocavam o ex-presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva e sua aparente fórmula mágica de aliviar a pobreza por meio de programas de governo, economia de mercado e democracia representativa tradicional. Líderes estrangeiros ainda visitavam Caracas para conferências e acordos petrolíferos, e muitos ainda tinham afeição pessoal pelo comandante, mas nenhum buscava imitá-lo. “O Chávez de 2006 não é nada comparado ao Chávez de 2011. Ele cometeu uma série de erros”, disse aos jornalistas Yehude Simon, ex-primeiro-ministro do Peru.

Tais críticas permaneciam sem ser ouvidas no palácio. Mesmo quando muitos conselhos comunais fracassaram, e com eles o conceito de que Chávez estava entregando poder ao povo, ninguém dizia nada. Os generais, é claro, escolhidos a dedo, eram leais e, em grande medida, tinham permissão de encher os bolsos. Os oportunistas iam a reboque, fazendo-se de desentendidos. Mas e a terceira facção, a coalizão de progressistas, feministas, líderes trabalhistas e ativistas de direitos indígenas? Eles tinham amadurecido politicamente na década de 1980 e se fundiram num movimento nos anos 1990. Quando saiu da cadeia em 1994, Chávez tinha fama devido à sua tentativa de golpe, mas não tinha dinheiro, nem organização, nem experiência política. Ele foi alçado ao palácio quatro anos depois em grande parte porque a coalizão o adotou. Ela abrangia milhares de indivíduos dinâmicos com apaixonadas convicções democráticas. O que aconteceu com eles?

Uma destruição rápida dos ideais revolucionários teria sido traumática e deflagrado um êxodo, mas aparar gradualmente permitia achar outros culpados. Se o comandante passava por cima das massas para impor candidatos, bem, havia necessidade estratégica. Se ignorava evidências de corrupção, bem, era um momento delicado. Aparando, aparando, aparando os princípios até que apenas restasse Chávez. Em 2011, alguns progressistas haviam abandonado o barco, mas o restante abaixou a cabeça e permaneceu. Eram encontrados atrás das mesas dos ministérios, em escritórios do partido e em organizações respaldadas pelo Estado, alguns ainda com as bandanas, camisetas e palavras de ordem dos seus dias de militância. Mãe Terra. Poder para o povo. Desarme o patriarcado. Trabalhadores do mundo, uni-vos. Direitos humanos corrigem erros humanos. Esses eram os de escalão médio que administravam pedidos de verbas para o conselho comunal de Luis Blanco, subiam e desciam Morón na lista de prioridades, estudavam a poluição de petróleo na Faja.

Nos tempos de militância, eram unidos em sua paixão bradadora. Agora no poder, compartilhavam silêncios vexados. Ambientalistas nada diziam sobre oleodutos passando por reservas de vida selvagem

ou sobre o subsídio da gasolina. Feministas mordiam os lábios quando Chávez fazia pouco de adversárias da oposição com comentários sexistas (ele disse que não dormiria com Condoleezza Rice mesmo que fosse pela pátria) e encarava a câmera para dizer à esposa da época: “Prepare-se, Marisabel, esta noite você vai ter o que quer.” Sindicalistas seguraram a língua quando contratos coletivos expiraram e as greves foram criminalizadas. Os radicais perderam a voz quando Chávez, na fase de reaproximação com a Colômbia, assumiu a responsabilidade de extraditar guerrilheiros suspeitos sem o devido processo.

Se o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente, e quanto àqueles que não detinham poder mas pairavam em torno dele, inalando-o — estavam contaminados? A coalizão de progressistas, afinal, possuía uma integridade alheia aos generais cleptocráticos e boligarcas. Alguns permaneceram simplesmente para conservar seus empregos. Os salários e posições não eram extravagantes, apenas confortáveis, e isso bastava para gerar inércia. Um emprego oferece identidade, rotina e segurança. Desfaça-se dele e se instala o vazio. É por isso que muitas burocracias, movimentos e impérios sobrevivem por tanto tempo. O comandante compreendia esse fato, e então multiplicou ministros, agências, missões, conselhos, cooperativas. Enquanto as pantanosas ondas econômicas engoliam o setor privado, os que estavam dentro do navio do Estado se agarravam mais intensamente às suas sinecuras. Alguns mantiveram laivos de idealismo e extraíam citações dos discursos do comandante: “Vejam! Ele ainda apoia os direitos trabalhistas.” Outros se dobravam ao cinismo. “É tudo conversa-fiada. Eles ignoram todas as minhas recomendações, mas não há mais para onde ir.” Isso veio de uma engenheira, Isabel, que fazia relatórios de impacto ambiental para a companhia petrolífera estatal. Ela deu vazão à sua fúria para mim enquanto pedalava numa academia, a fúria crescendo à medida que acelerava e ficava mais vermelha. Ao descrever as marchas pró-governo das quais era obrigada a participar, os pedais se transformavam num borrão. *¡Malditos! ¡Desgraciados!* Servos de uma tirania de verdade podiam pelo menos dizer a si mesmos que não tinham escolha, que estavam seguindo ordens. O governo anêmico de Chávez negava a desculpa de medo físico. Desobediência significava talvez perder empregos, não cabeças. Uma espada de plástico, e ainda assim eles se ajoelhavam.

O ILUSIONISTA

No final do primeiro semestre de 2011, a energia sobre-humana do comandante vacilou. Ele não tinha mais o mesmo apetite, cansava-se rapidamente e se queixava de dores. O joelho latejava tanto que ele andava com dificuldade e precisava se apoiar em uma muleta. Ele a exibiu para as câmeras, fez uma piada e então não foi mais visto em público. Chegou o mês de junho, uma época de forte calor e chuvaradas súbitas e violentas que entupiam bueiros e inundavam as ruas. Chávez não estava à vista. Na mídia estatal, os apresentadores hesitavam, desprovidos de orientações do palácio. Como opinar sobre algum assunto sem saber o que o comandante pensava?

O boato de que ele estaria gravemente enfermo pairou por Caracas como uma brisa leve, um sussurro de origem desconhecida. A maioria das pessoas encarou-o com desdém. O homem era indestrutível. Um tornado humano. E tinha apenas 56 anos, três décadas mais novo que o eterno Fidel. Mas Chávez continuou omissivo, e o boato ganhou intensidade. Ministros disseram que era mentira, uma invenção perniciosa. No começo de junho, o governo anunciou que ele tinha um abscesso pélvico e que seria submetido a uma cirurgia em Havana. Uma palavra varreu toda a Venezuela. Câncer. O governo agitou os braços, tentou descartar tal ideia. “A única metástase é o câncer da mídia direitista”, disse Temir Porras, vice-ministro das relações exteriores. Eva Golinger, a americana que defendia o comandante, desprezou os “mitos loucos” e a “orgia ensandecida de ficções” sobre o câncer.

E então, na noite úmida do último dia de junho, Chávez reapareceu diante das câmeras, uma imagem granulosa proveniente de Havana. Estava com um aspecto abatido e frágil, e, lendo um discurso impresso — quem se lembrava de ele algum dia ter lido um discurso impresso? —, disse que médicos cubanos haviam identificado “células cancerosas” e removido um tumor de sua região pélvica. Pediu a ajuda de Deus. “Esta [é] a nova batalha que a vida nos impôs. Negligenciei minha saúde e relutava em fazer check-ups médicos. Foi um erro fundamental para um revolucionário.” Pigarreou, olhou para a câmera e continuou a leitura. Esse momento, disse ele, lembrava-o das horas sombrias do golpe de 2002. “Na época, também enviei a meu amado povo venezuelano aquela

mensagem, escrita na base naval de Turiamo, onde estive prisioneiro, um presidente derrocado e prisioneiro. Foi um grito de dor, lançado das profundezas de outro abismo que parecia me engolir em suas entranhas.” Ele disse que começava a longa estrada de seu tratamento. Pela primeira vez, o comandante parecia assustado.

Um trovão ecoou pela Venezuela. Descrença e choque dos dois lados. Opositores disseram que era um truque, que ele estava fingindo, mas seus olhos brilhavam de animação. Aliados proclamavam que não era o que parecia; havia um plano, uma estratégia. A ideia de que não havia plano B, de que a doença dera uma rasteira na *sala situacional* e de que a iniciativa agora dependeria da enfermidade, e não mais do comandante, confundia os dois lados. E agora, o que fazemos?

Dias depois, enquanto o país se perguntava se Chávez voltaria, um avião aterrissou no aeroporto de Caracas, e, para espanto geral, o presidente desembarcou, todo sorrisos. Ele abraçou ministros, cantou uma canção e ergueu o punho, triunfante. “Este é o começo de meu retorno!” Ainda naquele dia, apareceu na sacada do palácio para se dirigir aos seguidores eufóricos abaixo. “Venceremos esta batalha pela vida.” Disse que havia iniciado o tratamento e se recuperaria totalmente. A Venezuela digeriu essa afirmação com insegurança. As semanas se passaram, impregnadas de boatos. Salvador Navarette, um médico venezuelano que atendera anteriormente o presidente e sua família, disse ao jornalista Víctor Flores que o câncer estava em estágio terminal e que Chávez teria no máximo dois anos de vida. A reportagem provocou reações tumultuosas. Agentes do Sebin, o serviço de inteligência do país, fizeram uma incursão no consultório de Navarette em Caracas. Ele fugiu para a Espanha. O governo disse que o médico era um traidor e um mentiroso. Organizou uma coletiva de imprensa com outros três médicos, todos de jaleco branco, para tranquilizar a nação. Não, eles não podiam especificar o tipo de câncer, nem a localização, isso era segredo de Estado. Mas o prognóstico era excelente. O comandante ficaria bem. O comandante sobreviveria.



Parecia que séculos se haviam passado desde que um rio humano lançara o presidente mais jovem da história da Venezuela para dentro de Miraflores em 1999. Era fácil esquecer que, durante a campanha, Chávez dissera que, se eleito, cumpriria apenas um mandato. A cada vitória, o horizonte se expandia. Ficarei até 2012, gritava ele nos comícios. E depois a data se tornou 2021, 2030, 2050.

Era um retorno à tradição dos caudilhos, após um interregno de democracia liberal, a chamada Quarta República que, apesar dos pesares, estabelecera alternâncias pacíficas de poder. Chávez se apresentava como um artista com um pincel, contemplando a tela inacabada da revolução. Suas várias personas — pintor, cantor, poeta, cavaleiro, guerreiro, pai, professor, pensador, líder — projetavam a ideia de que ele era indispensável, um rei filósofo. “Nietzsche diz que a coisa mais bonita sobre o

homem é que ele não é um fim em si mesmo, mas uma ponte entre os animais e o ‘super-homem’, o ‘ultra-homem’”, dissera ele certa vez. “Cito Nietzsche e também expresso o quanto concordo com essas máximas da filosofia e da vida. Transformar o mundo.”

Os cortesãos recebiam esse tipo de divagação com reverência, mas era fácil concluir que o comandante passara tempo demais sob o sol escaldante na sacada do palácio. O escritor britânico Christopher Hitchens publicou o registro de uma conversa que tivera com Chávez na qual o presidente questionava a existência da al-Qaeda e os pousos da Nasa na lua, dizendo que as farsas televisivas dos ianques podiam falsificar qualquer coisa. A impressão de que ele estava errando na mão ganhou força após o levante dos árabes na primavera de 2011. Em vez de exaltar revoltas populares contra a opressão e a estagnação, ou mesmo alegar que as inspirara, Chávez acusou os rebeldes de serem terroristas bancados pelo Ocidente e defendeu camaradas como Kadhafi e Assad. Antes, quando ele esbravejava contra os Estados Unidos e Israel, os árabes entoavam seu nome com alegria. Agora, proferiam-no com desgosto.

O presidente estava tão habituado a ver suas opiniões reproduzidas pela mídia estatal, seu projetor particular, que não tolerava contradições nem mesmo em seu ambiente físico. Ele convidava jornalistas estrangeiros ao palácio para exaltar os avanços mais recentes da revolução, alheio ao fato de ser traído pelo próprio edifício: a fachada apresentava rachaduras e pintura descascada, janelas e telhas quebradas, sacadas com jardineiras recendendo a urina. Outros palácios presidenciais latino-americanos eram impecáveis, mesmo em países muito mais pobres, mas Miraflores sofria com o descaso e o trabalho malfeito que assolava a infraestrutura nacional. Um ministro confidenciou que havia goteiras causadas pela chuva no elevador privativo do comandante. Funcionários do palácio resmungavam em particular sobre horas extras não pagas e cortes de benefícios. E, no entanto, Chávez se regozijava sob a luz das câmeras e descrevia vitórias estratégicas e novidades maravilhosas.

Um ditador verdadeiro sempre está sujeito ao risco de cair em um reino de fantasia, quando suas visões pessoais e otimistas são repetidas pelos bajuladores. Quando a realidade interfere — uma turba nos portões, uma insurreição —, costuma ser tarde demais. Chávez não era um ditador. Ele permanecia uma espécie híbrida: um autocrata eleito. E foi isso que o salvou. As eleições o prendiam à realidade, afastavam-no do precipício. No calor das campanhas, o filósofo confuso se concentrava, tornava-se um analista astuto de relatórios e pesquisas: os índices estavam estáveis em Vargas, ótimo. Mas caíam em Lara. Por quê? O que está havendo? Ele cobrava dados estatísticos, exigia edições antigas de jornais locais e convocava prefeitos. Ai de quem mascarasse dissonâncias, pois a antena política do comandante vibrava com o instinto e a experiência. Quando uma nova missão social anunciava canais de contato na imprensa regional, Chávez telefonava pessoalmente para cada número disponível, a fim de conferir se todos estavam funcionando; se não estivessem, ele repreendia os responsáveis. O comandante governava por capricho, mas, na hora de arrebanhar votos, era realista,

objetivo e estritamente profissional.



No segundo semestre de 2011, o palácio encarava com alarme a eleição presidencial que aconteceria em outubro do ano seguinte. Chávez estava seriamente debilitado. Pouco depois de seu retorno enérgico, ele voltara às pressas a Havana para passar por novas cirurgias, seguidas de quimioterapia. O comandante insistia que estava se recuperando, mas se recusava a divulgar registros clínicos, o que gerou uma nação de oncologistas amadores, todos especulando se as células malignas no abdome de Chávez foram dominadas ou estavam se multiplicando e crescendo sem controle e assassinando o hospedeiro. Com o silêncio inusitado, sem os discursos inflamados, as baladas e os planos do presidente ocupando a televisão e o rádio, era mais difícil disfarçar o fato de que a revolução estava em declínio, enquanto seus projetos grandiosos eram postergados, fábricas se enferrujavam, os campos feneciam. A Venezuela exportava o único produto de que podia dispor: o petróleo, que agora representava 96% dos rendimentos com exportação, enquanto dez anos antes correspondia a 80%. O bolívar — que ele rebatizou de “bolívar forte” — sofrera uma desvalorização de 90% em relação a outras moedas. Diante do estado disfuncional da economia e do aumento acelerado dos crimes, houve uma emigração de médicos, dentistas, engenheiros, contadores, arquitetos, cientistas e artistas. Mais de setecentas mil pessoas deixaram o país, invertendo uma tendência migratória que remontava a Colombo. A primeira diáspora da Venezuela, dispersa por um vento arrasador.



O tempo pesava em Miraflores. Nas eleições presidenciais anteriores, de 1998, 2000 e 2006, Chávez proclamara novas eras, mas os anos se acumularam, e agora ele era o senhor do passado e as consequências de suas decisões deixavam marcas. Como evocar o futuro, seu refúgio tradicional, quando o corpo de concreto armado estava rachando?

A oposição sentia o momento chegar. Deixando rivalidades de lado, formou uma coalizão, a Mesa da Unidade Democrática, e realizou uma eleição primária para definir um candidato. Três milhões de pessoas votaram, um recorde em eleições primárias. O vencedor foi Henrique Capriles Radonski, um homem ambicioso e intenso com o porte atlético de um corredor. Com apenas 39 anos, ele já havia sido parlamentar e prefeito antes de assumir o lugar de Diosdado Cabello, o principal faz-tudo do comandante, como governador do estado Miranda, em 2008. Solteiro e rico, namorava modelos e circulava de motoneta pela cidade. Capriles se descrevia como político de centro que prometia revitalizar programas sociais capengas para conquistar o apoio de chavistas desiludidos. “Nunca perdi

uma eleição”, dizia a seus seguidores. “Nós conseguiremos.”

Uma revolução decadente, um corpo devastado, um desafiante vigoroso: a situação de Chávez era problemática. Treze anos antes, após acompanhar o presidente eleito no voo noturno que o trouxe de Havana a Caracas, e ao poder, Gabriel García Márquez havia feito um comentário e uma previsão. “Fui tomado pelo sentimento de que acabara de viajar e ter uma conversa agradável com dois homens opostos. Um a quem os caprichos do destino deram a oportunidade de salvar seu país. O outro, um ilusionista, que poderia entrar para os livros de história como apenas mais um déspota.” Chávez não sucumbiu ao despotismo clássico. Mas, à medida que a Venezuela começava o ano de 2012, ano eleitoral, a outra parte da profecia soturna de García Márquez se desdobrava.



Era 6 de janeiro de 2012, Día de los Reyes (Dia de Reis), feriado nacional em homenagem aos reis-magos que trouxeram presentes ao menino Jesus. Quem não estava ouvindo música na praia assistia à televisão em casa. De repente, todas as estações e canais passaram a exibir as imagens e os sons dos devotos no templo de Nossa Senhora de Coromoto, o local mais sagrado da Venezuela, em Guanare, na região das planícies ocidentais. Era uma *cadena*, uma transmissão em cadeia. O comandante tinha novidades. Ele apareceu vestido com uma camisa azul-escura, e entrou na basílica cercado de assessores, soldados e devotos. Mal se via nele o Chávez de antigamente. O rosto e o corpo estavam inchados. O cabelo estava ralo e mal cobria sua cabeça. Ele andava com dificuldade.

Desde o diagnóstico, o país se acostumara a imagens chocantes. Primeiro ele emagreceu, devido à cirurgia para a remoção do tumor, e depois, com a quimioterapia, ficou careca e inchado como Humpty Dumpty. Alguns simpatizantes raspavam a cabeça em solidariedade. A natureza exata do câncer permanecia um mistério. Relatos contraditórios surgiam de fontes diplomáticas e médicas em Caracas, São Paulo, Moscou, Miami e Madri. As informações de verdade estavam em Cuba, que lidara de forma habilidosa com a doença e o declínio de Fidel Castro. Espalhou-se um boato de que Havana enviara amostras de tecido etiquetadas com “Chávez” para laboratórios de ponta de diversos países — mas que essas amostras pertenciam a diferentes pacientes, para deixar o mundo intrigado.

O presidente passava dias e semanas recolhido, o que incitava boatos ansiosos enquanto seus inimigos se refestelavam com a possibilidade de que ele estivesse às portas da morte, e então ressurgia, tal qual Lázaro, e erguia o punho no ar, exultante. Ele mudou o slogan “Pátria, socialismo ou morte” para “Viveremos e venceremos” e expurgou dos discursos oficiais qualquer referência a *muerte*. “Não haverá morte aqui; precisamos viver.” Mesmo assim, muitos simpatizantes se preparavam para o pior e observavam, desenganados, os ministros que talvez o substituíssem.

Agora, faltando dez meses para a eleição, ele se encontrava no templo católico mais sagrado da

Venezuela, uma basílica consagrada em 1996 pelo papa João Paulo II, e cumprimentava devotos, abraçava padres, colocava um terço em uma imagem da Virgem. O comandante, transpirando no clima úmido, subiu ao altar com um microfone e anunciou que estava ali para agradecer. A batalha fora difícil, uma prova existencial, e agora havia terminado. Ele estava curado. Não havia uma única célula cancerosa em seu corpo. Era um milagre.

“Vim aqui para cumprir uma promessa que fiz em Cuba há seis meses”, disse ele em tom solene. “Foi um momento muito difícil. Pus a vida nas mãos do santo Deus, do Cristo redentor e da Virgem Maria de Coromoto. Pedi que Deus e a Virgem me dessem a vida. Porque, na verdade, minha vida não é minha.” Ele fez uma pausa, e a congregação agitou flâmulas vermelhas, estimulando-o a prosseguir. “Ela foi dedicada à luta pelos humildes, pelos pobres, pelo povo. Essa é minha vida. E quando eu, um humilde soldado, ajoelhado diante de Deus e da Virgem e do espírito da planície, diante da profunda fé desta planície heroica, quando me ajoelhei nesta terra como um humilde soldado, fiz essa promessa.” A multidão explodiu com aplausos e ovações.

Para que ninguém duvidasse que ele estava de volta e no comando, Chávez chamou Henry Rangel Silva, general do exército e ex-chefe da inteligência, um homem que os Estados Unidos haviam acusado de tráfico de drogas, e envolveu-o com o braço. “Hoje anuncio nomeação sua como novo ministro da defesa da República, aqui neste templo sagrado, diante da Virgem de Coromoto.” Era uma advertência não apenas para os Estados Unidos, mas também para a oposição, pois Rangel Silva dissera em público que as forças armadas não aceitariam qualquer mudança de governo. A congregação se levantou e aplaudiu de novo. Ouviu-se música celestial, e o comandante avançou pela multidão como nos velhos tempos. Assim estava determinada a narrativa da campanha: Chávez, em tempo recorde, havia derrotado o câncer.

Duas semanas depois, na tribuna da Assembleia Nacional, ele apresentou o que muitos consideraram uma prova: um discurso oficial de nove horas e meia. Um recorde. Sem intervalo, sem pausa: uma demonstração de energia para reprimir qualquer resquício de dúvida. Um representante da oposição questionou-o sobre algo e foi abatido pela conhecida presença de espírito: “Uma águia não caça moscas.” Os deputados saíram da maratona aos tropeços, exaustos e esgotados; Chávez ainda tinha gás.

Era verdade? Ele estava curado? Oncologistas balançavam a cabeça, especialmente quando, apenas algumas semanas após o discurso na assembleia, o comandante precisou de mais uma cirurgia para extrair um tumor que havia aparecido no mesmo lugar do anterior. Era um mau sinal, e especialistas concordavam que seriam necessários no mínimo dois anos para que ele se visse fora de perigo. Enquanto isso, medicamentos, sobretudo esteroides, poderiam fornecer surtos de energia.

O milagre da medicina era uma ilusão. Mas a cerimônia no Santuário Nossa Senhora de Coromoto e o discurso épico convenceram muitas pessoas. Chávez parecia tão robusto que uma teoria da

conspiração sugeriu que o presidente nunca tivera câncer, que fora tudo um estratagema para desestabilizar seus adversários.

Com a saúde do comandante aparentemente recuperada, a coreografia oficial exibia homens, mulheres e crianças amontoando-se à sua volta em eventos públicos. “Pedimos a Deus todo-poderoso que a cura funcione”, implorou uma mulher para a câmera. “Porque este nosso presidente se importa com os humildes, com as crianças, com os idosos, com todo mundo.” Simpatizantes estendiam as mãos para tocá-lo e, um detalhe fundamental para as câmeras, para lhe entregar petições. Os espectadores presumiam que fossem solicitações pelas mesmas coisas que todos queriam: casas, empregos, bolsas de estudo, dinheiro, ajuda oficial. A mensagem era clara: com ou sem câncer, a esperança repousava em Chávez. Apenas em Chávez.



Disfarçar a ruína do presidente era uma coisa, mas e quanto a da nação? A seca de 2010 já terminara havia muito tempo, mas os blecautes só pioravam, resultado de investimentos insuficientes e má administração, desativando semáforos, mergulhando partidas de beisebol na escuridão, destruindo equipamentos elétricos e obrigando as pessoas a dormir ao relento porque suas casas pareciam um forno. O Ministério da Eletricidade acusou os próprios trabalhadores de sabotagem, argumentando que “palitos de fósforos foram encontrados” perto de alguns locais em que houve falta de luz. Também acusou um gambá de ter roído o cabeamento de uma subestação. Uma ponte caiu no estado Miranda, outra em Monagas, e os engenheiros advertiram que havia mais pontes capengando. O desemprego pairava em torno de 8%, índice comparável ao dos Estados Unidos e melhor que o da Europa, mas uma manobra estatística classificava os milhões de camelôs e trabalhadores informais como empregados. No primeiro semestre de 2012, as matanças se agravaram nas penitenciárias — mais de trezentos mortos — e nas ruas, estimando-se em torno de 9.500 assassinatos.

“Uma conquista tremenda! A Venezuela é o país latino-americano que mais usa o Twitter. E, no Facebook, estamos vinte pontos acima da média da América Latina.” Assim clamou Andrés Izarra, ministro do Poder Popular para a Comunicação e as Informações, durante uma reunião de cúpula sobre o Twitter em abril que celebrava o segundo aniversário da conta do comandante, @chavezcandanga. “O Twitter é o microfone do Estado. Está cultivando uma nova forma de comunicação direta com o povo.” Os ministros, incluindo o ministro da Justiça, oficialmente responsável por manter a segurança das ruas, compareceram para reforçar a ideia de que o evento, a principal notícia divulgada pela mídia estatal, era mesmo uma notícia.

Fazia parte de uma estratégia de distrações, a cada dia apresentar uma história nova. O presidente

disse que um mercenário americano havia sido preso na fronteira com a Colômbia, suspeito de participar de um complô para assassiná-lo. Em outro dia, o assunto era uma incursão submarina norte-americana. Ele então sugeriu que a série de cânceres que afligiram os líderes esquerdistas da América Latina fazia parte de um plano da CIA. “Não seria estranho nós descobrirmos daqui a cinquenta anos que eles inventaram uma tecnologia para disseminar o câncer?” Agentes da inteligência interrogaram o autor de um jogo de palavras cruzadas do jornal *Últimas Noticias*, suspeito de incitar um assassinato porque dentre as respostas às pistas estavam as palavras “assassinem” e “Adán”, o nome do irmão mais velho do presidente. A televisão estatal disse que uma equipe de psicólogos e matemáticos havia detectado os códigos. O presidente revelou uma reconstituição tridimensional do rosto de Simón Bolívar. “Bolívar é a luta que nunca termina; ele nasce todos os dias dentro de nós”, proferiu. Chávez declarou que o panteão nacional era humilde demais para o Libertador e encomendou a construção de um mausoléu de 140 milhões de dólares, feito com azulejos importados da Espanha e mármore da África do Sul.

Esses truques receberam aplausos educados e prenderam as atenções no palco, mas eram apenas um aquecimento. O espetáculo principal era a economia. A disfunção moribunda se transformou — puf! — em um redemoinho cintilante e uma chuva de dinheiro. O comandante havia preparado o cenário com cuidado. Jorge Giordani, o austero ministro da fazenda, destinou petrodólares a fundos especiais — estima-se que o maior de todos, Fonden, tenha absorvido 100 bilhões de dólares — controlados pessoalmente por Chávez. O fato de que o preço do barril de petróleo se recuperara da queda em 2009 e oscilava em torno de 100 dólares contribuía para a situação. Mas nem isso bastava para manter a ilusão, então o governo pegou bilhões emprestados da China.

Para isso, foi necessário um esforço de prestidigitação, pois a revolução não podia admitir que se abrisse mão da soberania, ainda que fosse para a China em vez do FMI. Portanto, o palácio fez uma pequena festa quando a delegação do China Development Bank chegou para entregar um livro branco grosso com o título *Plano estratégico de desenvolvimento, 2013-2030*, que detalhava dezenas de acordos bilaterais abrangendo ramos como petróleo, ferrovias, fábricas, habitação e agricultura. O comandante, de uniforme militar e com botas pretas lustrosas e cadarços vermelhos, juntou as mãos maravilhado. “Eu gostaria de agradecê-los por este guia maravilhoso para os próximos vinte anos. Aplausos!” Os ministros aplaudiram. Chávez assinou e carimbou o livro com o selo oficial da Venezuela, concretizando, disse ele, uma histórica frente anti-imperialista.

O que o livro realmente selava era a prostração da Venezuela. Já havia muito tempo que Pequim tolerava com desgosto as referências grosseiras de Chávez a Mao Tsé-Tung, à Revolução Cultural e ao inimigo ianque. “Não é pessoa séria”, murmuravam diplomatas e executivos chineses. Mas eles continham a língua e direcionavam empréstimos em troca de acesso às reservas de petróleo de Faja. O problema era que a PDVSA, a empresa estatal produtora de petróleo e gás natural, estava debilitada

demais para cumprir sua parte e construir estradas, refinarias e oleodutos nas florestas. A China observava alarmada enquanto 36 bilhões de dólares em empréstimos “para o desenvolvimento” evaporavam nas brumas caribenhas. O livro branco entregue em Miraflores não era um tratado solidário, mas uma lista de instruções e advertências explícitas sobre a conta que as gerações futuras da Venezuela teriam de pagar.

À medida que as eleições se aproximavam, o mais importante era ter os recursos para gerar impacto. Chávez ordenou grandes aumentos de salário para funcionários públicos — sua generosidade era maior com o exército — e uma onda de pagamentos novos a pensionistas, mães, crianças e estudantes. Pela primeira vez o meio circulante superava 100 bilhões de dólares. Para mitigar a inflação, que era a maior do hemisfério, o governo congelou o preço de 15 mil produtos, como café e pasta de dente, definindo valores justos a partir de “análises científicas”. Soldados e civis vestindo camisetas vermelhas patrulhavam armazéns e lojas para garantir que as empresas seguissem a determinação, ainda que com isso acabassem falindo. Ao mesmo tempo, trabalhadores portuários faziam hora extra para descarregar contêineres do mundo inteiro e abastecer as prateleiras. Era como sacudir uma garrafa de champanhe e segurar a rolha. A inflação e a desvalorização aguardavam no horizonte, mas a estratégia funcionou no curto prazo. As pessoas tinham dinheiro no bolso.

E muitos podiam, pela primeira vez na vida, alimentar o sonho de morar sob um teto decente. Os venezuelanos esperavam que o governo providenciasse moradias baratas, mas o comandante construía menos do que seus antecessores. Três milhões de pessoas — quase um décimo da população — viviam em condições precárias. Portanto, criou-se a Grande Missão Habitacional, um plano para construir dois milhões de residências em cinco anos. “Não vou descansar até resolver esse drama que herdamos da maldição do capitalismo”, disse o comandante. Era impossível construir tantas casas em tão pouco tempo, inclusive porque as produtoras estatizadas de cimento e aço cambaleavam, e as empreiteiras privadas não queriam construir algo que pudesse acabar expropriado. Então o governo contratou empresas da Bielorrússia, da China, da Rússia e do Irã, pagando preços altos para erguer blocos de apartamentos pelo país inteiro. Também pintou as favelas — as que podiam ser vistas das estradas — com tons intensos de vermelho, amarelo e azul, as cores nacionais da Venezuela.

Em meados de 2012, o comandante afirmou ter atingido 96% da meta de habitações prevista para aquele período. De vez em quando, a televisão mostrava o presidente ou algum ministro entregando chaves a um cidadão exultante. A cifra de 96% era ilusória, mas de fato muitos lares haviam sido construídos, ou pelo menos reformados, e isso bastava para alimentar as esperanças das pessoas que aguardavam na lista. A lista era fundamental. O governo bombardeou a população com mensagens de texto incitando todos a se cadastrarem para receber um lar. Milhões de pessoas se dirigiram a centros móveis de cadastramento, onde lhes foi entregue um recibo com nome, data, um número de cadastro

e um carimbo. Uma pessoa com boas condições financeiras jamais entenderia o que significava a posse de um papel como esse, jamais compreenderia a solenidade com que alguém pobre o guarda, faz cópias e o protege como se fosse algo precioso, um possível passaporte para o conforto e a dignidade. Um voto em Chávez preservaria a validade do documento. A lista não apenas alimentava esperanças — oferecia também um banco de dados formidável para o governo no dia das eleições.

O mago de Miraflores ainda não havia terminado. Ele armou outra missão, *Mi Casa Bien Equipada*, que distribuiu 1,3 milhão de artigos domésticos subsidiados, como máquinas de lavar roupa, fogões, lava-louças e televisões de tela plana, todos da fabricante chinesa Haier, com o rosto e o nome de Chávez estampados na caixa. Como explicar para alguém que sempre teve máquina de lavar o que significa de repente receber uma, depois de passar a vida inteira esfregando roupas com as mãos? “Nossa, minha nossa, minha nossa, minha nossa! Obrigada!”, gritou uma senhora idosa, com uma expressão de êxtase, durante uma das cerimônias de eletrodomésticos do comandante. Uma réplica de cozinha foi montada em Miraflores para que Chávez pudesse apresentar os últimos modelos sem se afastar muito de sua mesa. O comandante havia arrebatado o referendo revocatório de 2004 e as eleições subsequentes oferecendo clínicas médicas, escolas e cursos gratuitos. Em 2012, muitos desses estavam fechados ou em estado de decadência, mas, em vez de reavivá-los, Chávez estimou que sua revolução socialista ganharia mais votos se impulsioneasse o consumo.

O comandante realizou 47 horas de transmissões “em cadeia”, mas nas últimas semanas da campanha às vezes era possível entrever a degradação do país por trás da farsa de desenvolvimento. A refinaria de petróleo Amuay, na península Paraguaná, transformou-se em uma bola de fogo gigantesca em uma explosão que matou 42 pessoas e lançou nuvens em forma de cogumelo no céu. Os sobreviventes atribuíram a causa a um vazamento de gás e à falta de manutenção. Durante uma visita de Chávez à usina hidrelétrica de Caruachi, funcionários interromperam o comandante para cobrar salários atrasados e a restituição dos direitos de negociação coletiva. Surpreendidos pela rara falha na coreografia oficial, os telespectadores ouviram gritos de *justicia*, até a televisão estatal interromper a transmissão. A agência de notícias Reuters publicou uma investigação sobre as contas secretas do Fonden e ligou parte dos bilhões desaparecidos a elefantes brancos — uma fábrica abandonada de papel, uma “Cidade de Alumínio” — e a investimentos ruins em títulos equatorianos e derivativos emitidos pelo Lehman Brothers. “Esse dinheiro não é de Chávez. Esse dinheiro pertence aos 29 milhões de venezuelanos, e, sendo assim, as informações devem estar à disposição de todos”, clamou Carlos Ramos, um parlamentar da oposição. Uma rebelião na penitenciária de Yare — a mesma onde Chávez cumprira pena pela intentona de 1992, e que ele prometera transformar — terminou com 25 mortos. Um técnico da Corpoelec, a concessionária de energia elétrica, foi morto a tiros na cidade de San Mateo, aparentemente por moradores que estavam enfurecidos pelos blecautes constantes. Viver à sombra de Miraflores, que estava cercado de policiais e soldados, também não oferecia proteção contra

a violência. Dias antes da eleição, José Ramón Montilva, de 56 anos, que tinha uma loja a uma quadra do palácio, sofreu uma tentativa de assalto, e o ladrão lhe deu um tiro no pescoço. A polícia e os soldados se recusaram a socorrê-lo, supostamente para não se sujarem de sangue, e restou aos parentes de Montilva levá-lo a um hospital particular, onde ele morreu. O assassino fugiu.

Nada disso fez qualquer diferença na eleição. Chávez triunfou. Recebeu 8,1 milhões de votos, contra 6,5 milhões de Capriles, 55% contra 44%. Não foi a lavada de 2006, quando o comandante esmagara Manuel Rosales por uma diferença de 26 pontos, mas ainda assim uma vitória significativa. Mais de 80% do eleitorado votou, um resultado histórico. Capriles havia conquistado multidões imensas ao percorrer povoados e cidades, e acabou recebendo dois milhões de votos a mais do que Rosales. Mas a máquina vermelha do comandante rodou a uma marcha mais rápida e lhe entregou oitocentos mil votos a mais do que ele obtivera em 2006. Seu grande medo — abstenção — não se concretizou. Dos 23 estados, Chávez conquistou 21. Dentre todos os resultados regionais, o mais representativo talvez fosse Morón, o município onde eram frequentes os bloqueios de estradas em protesto contra a decrepitude dos serviços públicos: Chávez, 73,4%; Capriles, 25,9%.

Algumas pessoas da oposição reclamaram que frotas de veículos do governo estavam transportando eleitores às urnas, que chineses e cubanos inflaram o registro eleitoral, que os meios de comunicação estatais retrataram Capriles como um agente da oligarquia e do imperialismo. O candidato foi acusado de ser gay, judeu e nazista. Capriles aceitou a derrota, parabenizou o comandante e indicou que pretendia concorrer novamente. “Para saber vencer, é preciso saber perder. Para mim, a voz do povo é sagrada.”

Chávez, como de hábito, saiu à sacada do palácio para saudar seus simpatizantes extasiados. “Realmente, esta foi a batalha perfeita, uma batalha democrática”, rugiu ele, brandindo uma réplica da espada de Bolívar. “A Venezuela continuará pelo caminho do socialismo bolivariano democrático do século XXI.”

Um corpo devastado, um país devastado, e ainda assim ele venceu. Um reinado de treze anos cheio de quimeras culminou em uma campanha eleitoral que conseguiu mascarar a morte e a desolação. Foi a maior ilusão de Chávez. García Márquez o havia previsto. Mas, mesmo durante o discurso de vitória do comandante, a ilusão começou a se dissipar. A conhecida alegria enérgica estava fraca. Ele mal sorria.



Dias após a eleição, Chávez substituiu o vice-presidente Elías Jaua. O companheiro inexperiente carecia de uma base de apoio pessoal no movimento, o que garantira sua lealdade a Chávez, mas agora representava um problema. Para que a revolução tivesse chance de perdurar após o

comandante, era preciso um sucessor com credibilidade, capaz de vencer uma eleição. Chávez escolheu o veterano Nicolás Maduro, ministro das relações exteriores, para ser o novo vice-presidente. Maduro, um corpulento ex-motorista de ônibus que servira o chefe com lealdade, contava com o apoio de facções militares e civis e, sobretudo, dos cubanos. De acordo com a constituição, se o presidente ficasse incapacitado ou morresse nos primeiros quatro anos do novo mandato, o vice-presidente convocaria novas eleições. Se ele morresse nos dois últimos, o vice concluiria o mandato.

Diosdado Cabello, o faz-tudo do gabinete, estava agora à frente da Assembleia Nacional e era um pretendente ao trono, mas não desafiaria o presidente enquanto Chávez estivesse vivo. Cabello aceitou paciente a ascensão de Maduro. Ministros ambiciosos e governadores provincianos perambulavam preocupados. Durante anos, o segredo para progredir na hierarquia havia sido refrear a iniciativa para não ofuscar o brilho do comandante. Seria agora o momento de brilhar?

Chávez voltou a Cuba para uma cirurgia de emergência. O Natal passou, e ele permaneceu longe dos olhos do público. Agora que a eleição havia terminado, representantes admitiam que o chefe estava gravemente enfermo. Uma infecção respiratória quase o matou em janeiro de 2013. Os médicos realizaram uma traqueostomia, fazendo um corte na garganta de Chávez para ajudá-lo a respirar. Debilitado demais para voar de volta à Venezuela, o comandante não compareceu à própria posse. A cerimônia foi adiada por tempo indeterminado. O governo organizou uma solenidade lúgubre na Assembleia Nacional para perpetuar a ficção de que o paciente silencioso e invisível de Havana continuava no comando. Chavistas marcharam pela capital trajando camisetas vermelhas para celebrar o novo mandato.

O país continuou a se deteriorar. Na penitenciária de Urbina, onde os detentos se digladiavam em confrontos mortais regulares conhecidos como *coliseos*, uma rebelião acabou em 61 mortos e 210 feridos. Assaltantes espancaram até a morte o historiador Napoleon Pisani, de setenta anos, em um museu perto do novo mausoléu do Libertador. Um relatório vazado revelou que o CICPC, a polícia federal venezuelana, não possuía manuais de procedimento e que quase um terço da força estava sendo investigado por crimes. A China estava tão preocupada com os empréstimos bilionários desaparecidos no pântano populista da Venezuela que se recusou a dar mais dinheiro. Frango, farinha, leite e açúcar começaram a faltar, e o caos irrompia nos supermercados sempre que chegava alguma entrega de mercadorias. Giordani, o ministro da fazenda cujos controles sufocaram a produção doméstica, bradou na mídia estatal para que os compatriotas preenchessem a lacuna com importações. “Todos padecemos de um apetite insaciável pelo dólar, uma espécie de ninfomania dolarizada.” Para cobrir um déficit cada vez maior, o governo introduziu medidas de austeridade e promoveu uma desvalorização de mais de 30% do bolívar — a quinta em dez anos. Os únicos países a passarem por um declínio tão repentino foram Irã, Mianmar, Congo e Uzbequistão. Representantes dos ministérios suspiravam e trocavam piscadelas conspiratórias. Giramos a roda e não temos como

segurá-la. *Todo bochinche, agarra lo que puedas.* Está uma zona, pegue o que puder.



Por volta da meia-noite de 18 de fevereiro de 2013, catorze anos após o voo com García Márquez, Chávez mais uma vez decolava de Havana. Seria a última vez. O avião subiu, virou e seguiu rumo ao sul, cintilando sob o luar do Caribe. Fidel Castro se despediu em uma carta lida pela televisão e pelo rádio em Cuba. “Você aprendeu muito sobre a vida, Hugo, durante aqueles dias difíceis de sofrimento e sacrifício.”

O avião aterrissou em Caracas às 2h30 da madrugada, trazendo o comandante às pressas de volta à sua terra natal sem aviso nem alarde. Ele foi levado para um andar preparado e fortemente vigiado em um hospital militar.

Ninguém imaginava que esse seria o fim. Impotente, invisível, mudo. A vida de Hugo Chávez consumira-se com o drama e uma postura de comando, e tanto amigos quanto inimigos previam um final digno de uma ópera. Ele governaria durante décadas, transformaria a Venezuela e a América Latina e, idoso, daria seu *adiós* aos simpatizantes da sacada do palácio depois de concluir sua obra. Ou uma fantasia paralela: ele seria derrubado do poder, cairia em desgraça e terminaria derrotado pela ruína da revolução, vivendo seus últimos dias como um pária desprezível.

Em vez disso, com apenas 58 anos, o comandante repousava abatido, ligado a tubos, com um buraco na garganta, a sombra de um presidente. O governo sustentou a ficção de que ele estava no comando. Ministros saíam do hospital alegando que haviam feito reuniões de cinco horas com o líder mudo, exaltando as formas criativas como Chávez se comunicava sem falar. Enquanto isso, preparavam-se para uma eleição que, segundo a constituição, precisaria acontecer até trinta dias após a morte do presidente. Maduro atacou Capriles, o provável adversário, chamando-o de agente do imperialismo e revivendo boatos de que ele era gay.

Os venezuelanos ficaram confusos. Uma pesquisa revelou que a maioria dos venezuelanos acreditava na recuperação de Chávez. Simpatizantes se reuniram diante do hospital. “Quero ver meu presidente”, disse a um repórter Alicia Morroy, uma costureira à beira das lágrimas. “Estou com muita saudade, porque Chávez é o espírito dos pobres.”



O espírito dos pobres. Um epitáfio, talvez? Se examinasse seu legado, Hugo Chávez poderia se gabar de verdadeiras conquistas. Ensinou aos habitantes dos *barrios* que eles eram a maioria e mereciam um lugar à mesa, que eram seres humanos e não precisavam pedir desculpa por serem

pobres. Criticou os ricos, os senhores do vale, por gastarem os petrodólares em compras em Miami enquanto ignoravam os barracos nos morros. Disse-lhes que a noção de direitos especiais deles era obscena, e tinha razão. Fortaleceu comunidades mediante conselhos comunais, um esforço ambicioso e em grande parte bem-intencionado de impulsionar a democracia de base. Questionou a história eurocêntrica e celebrou a herança indígena latino-americana. Interrompeu as interferências dos Estados Unidos e encorajou os vizinhos a perseguirem os próprios interesses, não os de Washington. Orgulhou-se do amadurecimento da América Latina.

No entanto, o legado duradouro foi o desperdício. Um político de talento sublime, sensível aos pobres, o poder de Cresco — e ainda assim o resultado foi um fiasco. O petróleo emperrava a economia, as paixões se agitavam e instigavam o ódio. Antes de perder a voz, enquanto Chávez proclamava a necessidade de se trazer equilíbrio ao universo, o Brasil desenvolvia uma economia sustentável, cuidava de seus pobres e assumia a liderança na região. Aliados como Bolívia, Nicarágua e Equador saudavam o comandante, mas não reproduziam seu modelo econômico, pois aí residia a ruína. Os pupilos superaram o mestre. A Venezuela mergulhou em anomia. Não havia fome, não havia *gulags*, mas no potencial desperdiçado repousava a tragédia. Nada funcionava, mas havia dinheiro. Quem não aguentava mais foi embora.



No dia 5 de março de 2013, em uma tarde quente e úmida, Maduro, cercado de outros ministros, anunciou que o comandante estava morto. “Acabamos de receber a informação mais trágica e terrível”, disse ele. Sua voz vacilou. Lágrimas encheram seus olhos. “Às 16h25, 5 de março, o presidente Hugo Chávez Frías morreu. Este é um momento de profunda dor.” Ele pareceu engasgar. Declarou-se luto oficial de sete dias. A notícia correu o mundo.

Maduro pigarreou. Havia mais um anúncio. Ele olhou para a câmera, e seu tom passou do pesar à acusação. O câncer que havia matado o comandante, disse ele, não era natural. Não. Fora usado pelos inimigos para “atacá-lo”. “Não temos a menor dúvida de que os inimigos históricos de nossa pátria procuraram uma forma de prejudicar a saúde de nosso comandante. Já possuímos muitos indícios disso. É um assunto muito sério que deverá ser investigado por um comitê especial de cientistas.” A encenação era mambembe, e Maduro não tinha a mesma fanfarrice do mestre, mas demonstrava a ousadia do aprendiz ao oferecer sua primeira ilusão: o comandante foi assassinado. Uma cortina de fumaça produzida para estabelecer uma lenda e lançar uma eleição em um reinado perdido para a ambição e o engano.

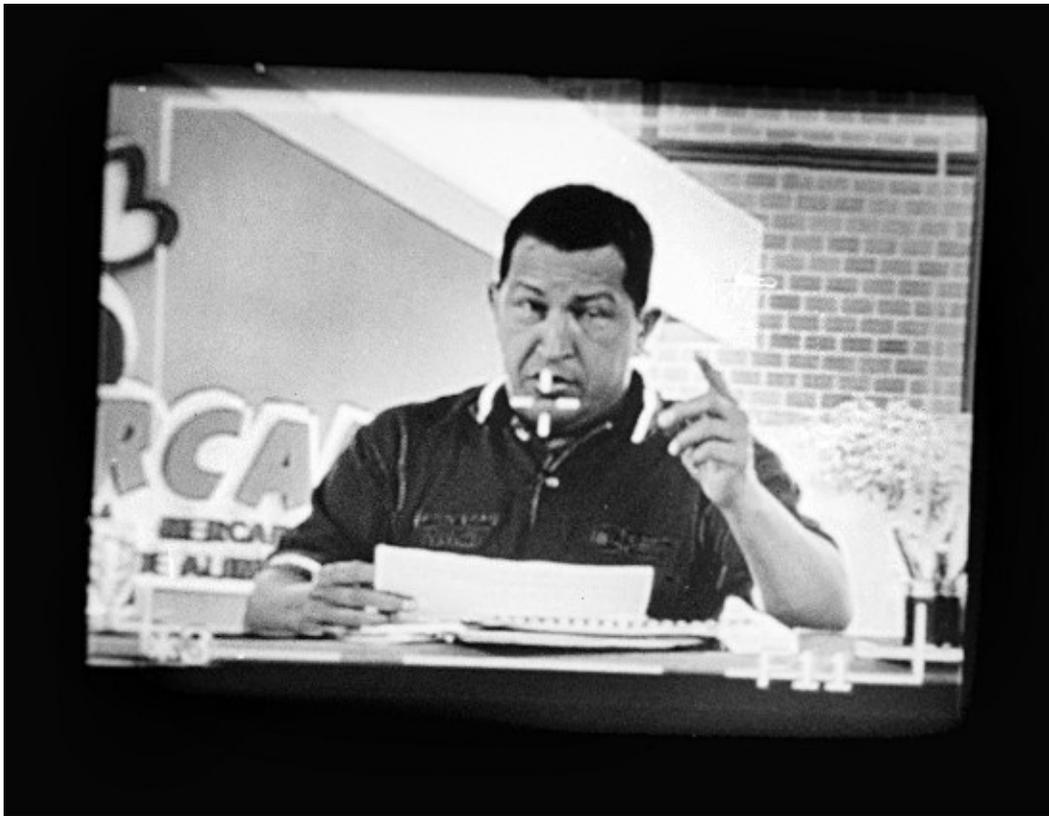
**ENCARTE
DE FOTOS**



Perdoado e libertado depois da tentativa de golpe em 1992, Hugo Chávez é retratado em trajes civis, uma celebridade, prestes a se candidatar à presidência.



O contato pessoal consolida o elo entre o líder e seus seguidores. Anos depois, questões de segurança e problemas de saúde restringiriam esse tipo de interação.



Comunicador magistral, ele dirigia o próprio programa de televisão, chegando a escolher ângulos de enquadramento, e analisava as gravações depois de cada transmissão.



Os inimigos o chamavam de palhaço, mas Chávez usava acessórios — neste caso, um papagaio de boina — para permanecer no centro das atenções.



Chávez reverenciava Fidel Castro como a encarnação do espírito revolucionário e se considerava seu herdeiro.



Chávez indicou Guaicaipuro Lameda, um general com pendor para números, para administrar o orçamento nacional e depois o colocou no comando da empresa petrolífera estatal.



Dias felizes no palácio, por volta de 2001, mas Marisabel Rodríguez (ao centro), segunda esposa de Chávez, e Lameda logo se voltariam contra ele.



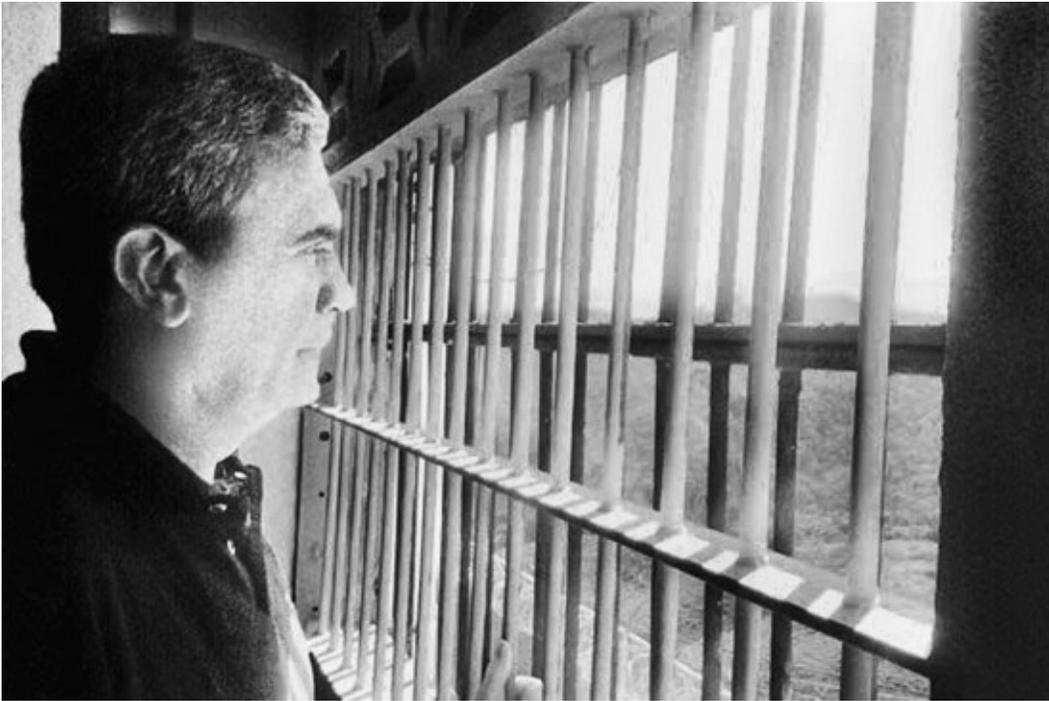
Lamed comanda uma marcha para o palácio em 11 de abril de 2002. Horas depois, pelo menos dezenove pessoas morreriam em um tiroteio, e Chávez seria derrocado — por pouco tempo.



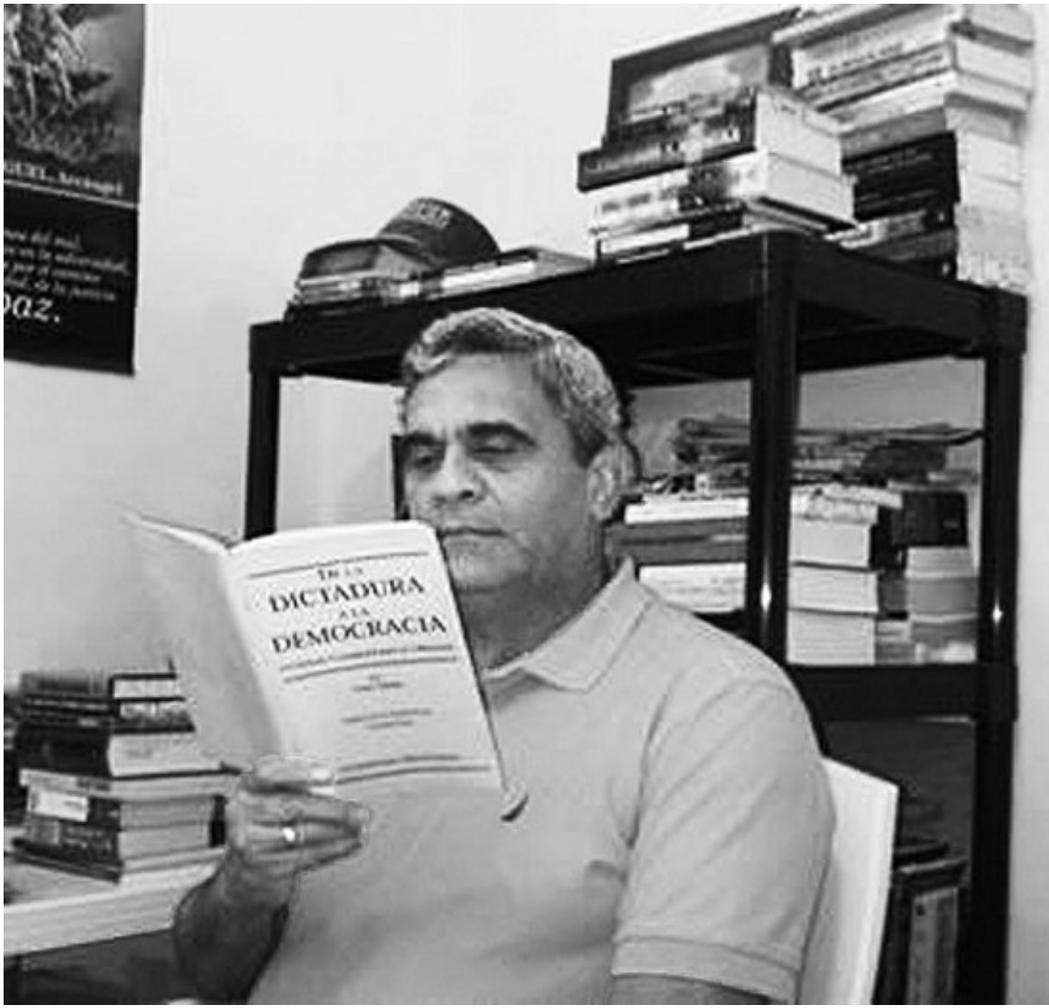
María Lourdes Afiuni, juíza que enfureceu Chávez, posa com a filha Geraldine para uma foto, tirada com um smartphone clandestino na cela da juíza na cadeia.



Chávez chamou Eva Golinger, sua cortesã americana, de namoradinha da Venezuela. Seus críticos a apelidaram de noiva da revolução.



O general Raúl Baduel, velho “irmão” de Chávez e seu salvador durante o golpe de 2002, foi condenado por corrupção e encarcerado depois de se voltar contra o chefe em 2007.



Quando eram cadetes estudiosos, Baduel devorava obras sobre misticismo asiático; Chávez consumia lendas da Venezuela. Os dois aplicaram os antigos ensinamentos de A arte da guerra, de Sun Tzu, à política, e Chávez teve mais sucesso.



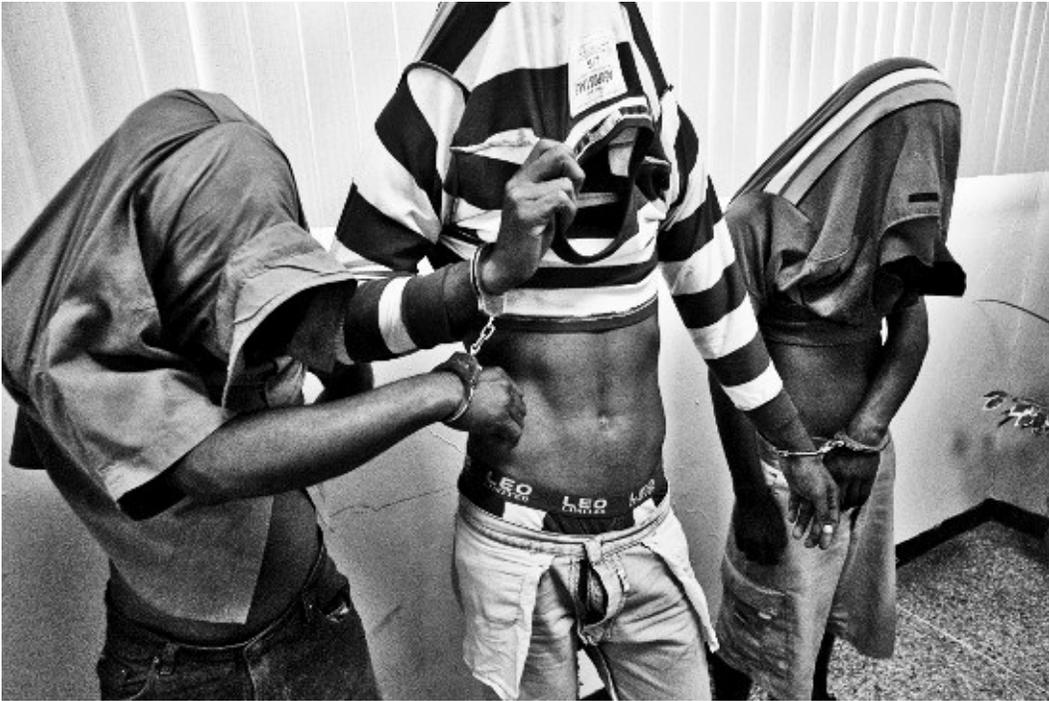
Richard Núñez, líder da gangue de El Cementerio, anda com uma pistola desde que sofreu uma emboscada e levou tiros de uma gangue rival em 2010.



A gangue de Richard Núñez compra munição da polícia e governa seu bairro como se fosse um feudo.



A polícia patrulha um bairro em Caracas, uma das capitais mais violentas do mundo, em 2010.



Acusados de sequestros são exibidos para a mídia. O medo da violência aflige todas as classes sociais. Uma mãe de poucos recursos vendeu a geladeira para pagar o resgate da filha.



Jorge Giordani passou a perna em seus rivais no ministério e se tornou um czar das finanças. Sua rede de controles e de fundos especiais incrementou o poder de Chávez, mas estrangulou a economia.



Depois de uma década no poder, Chávez ocupou as ruas com uma caravana de campanha e promoveu barulho e emotividade.



O ministro do petróleo, Rafael Ramírez (à esquerda), o ministro das relações exteriores e futuro vice-presidente, Nicolás Maduro, e a ministra da presidência, Erika Farías, recebem instruções de Chávez, então convalescente.

Bibliografía

- CASTELLANOS, Rafael Ramón. *Los fantasmas vivientes de Miraflores*. Caracas: Pomaire, 1994.
- CORONIL, Fernando. *The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. *Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela*. Washington: Brookings Institution Press, 2010.
- ELLNER, Steve. *Rethinking Venezuelan Politics: Class, Conflict, and the Chávez Phenomenon*. Boulder: Lynne Rienner, 2009.
- GARRIDO, Alberto. *Revolución bolivariana 2005: Notas*. Caracas: A. Garrido, 2005.
- _____. *Testimonios de la revolución bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002.
- GOLINGER, Eva. *The Chávez Code: Cracking U.S. Intervention in Venezuela*. Northampton: Olive Branch Press, 2006.
- GOTT, Richard. *Hugo Chávez and the Bolivarian Revolution*. Nova York: Verso, 2011.
- HERNÁNDEZ, Ramón. *Las revelaciones de Luis Tascón*. Caracas: Libros Marcados, 2008.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Personal Narrative of a Journey to the Equinoctial Regions of the New Continent. 1814-25*. Londres: Penguin Books, 1995.
- JONES, Bart. *Hugo Chávez — da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito, 2007.
- KARL, Terry Lynn. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- KOZLOFF, Nikolas. *Hugo Chávez: Oil, Politics, and the Challenge to the U.S.* Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- KRAUZE, Enrique. *Os redentores — ideia e poder na América Latina*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- LUCIEN, Óscar. *Cerco rojo a la libertad de expresión*. Caracas: La Hoja del Norte, 2011.
- LYNCH, John. *Simón Bolívar: A Life*. New Haven: Yale University Press, 2007.
- MARCANO, Cristina; TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme — uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MUÑOZ, Agustín Blanco. *Habla el comandante Hugo Chávez Frías: Venezuela del 4 de febrero 92 al 6 de diciembre 98*. Caracas: Fundación Cátedra Pío Tamayo, 1998.
- NELSON, Brian. *The Silence and the Scorpion: The Coup against Chávez and the Making of Modern Venezuela*. Nova York: Nation Books, 2009.
- PONNIAH, Thomas; EASTWOOD, Jonathan. *The Revolution in Venezuela: Social and Political*

Change Under Chávez. Cambridge: Harvard University, David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2011.

SALAS, Miguel Tinker. *The Enduring Legacy: Oil, Culture, and Society in Venezuela*. Durham: Duke University Press, 2009.

_____. *Understanding the Venezuelan Revolution: Hugo Chávez Talks to Marta Harnecker*. Nova York: Monthly Review Press, 2005.

TARVER, Michael; FREDERICK, Julia. *The History of Venezuela*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

UZCÁTEGUI, Rafael. *Venezuela: Revolution as Spectacle*. Tucson: See Sharp Press, 2011.

WILPERT, Gregory. *Changing Venezuela by Taking Power: The History and Policies of the Chávez Government*. Londres: Verso, 2006.

Site

<http://caracas.chronicles.com>

SOBRE O AUTOR

© Ligimat Pérez



Rory Carroll é correspondente do *Guardian*, e já cobriu zonas de guerra, sobreviveu a um sequestro no Iraque e acompanhou a transição à democracia na África do Sul. Atuou como o principal correspondente do *Guardian* na América do Sul entre 2006 e 2012, e seu trabalho já foi indicado para o Orwell Prize, importante láurea britânica que premia escritores de obras sobre política. Atualmente, Carroll trabalha em Los Angeles, na sucursal do *Guardian* na costa oeste dos Estados Unidos.